



UÉ! EU NÃO SOU NORMAL?

O audiovisual nas guerras pela
infância LGBTQIA+

Renato Adan e Alban





UÉ! EU NÃO SOU NORMAL?

O audiovisual nas guerras pela
infância LGBTQIA+

Renato Adan e Alban



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenadora: Paula Guimarães Simões
Sub-Coordenador: Daniel Reis Silva

SELO EDITORIAL PPGCOM

Bruno Souza Leal
Juarez Guimarães Dias

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Jorge Cardoso (UFRB UFBA)
Benjamim Picado (UFF)	Kati Caetano (UTP)
Cezar Migliorin (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Elizabeth Duarte (UFSM)	Marcel Vieira (UFPB)
Eneus Trindade (USP)	Mariana Baltar (UFF)
Fátima Regis (UERJ)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fernanda Duarte (NCSU/EUA)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A325u Alban, Renato Adan e.
Ué, eu não sou normal? O audiovisual nas guerras sobre
infância LGBTQIA+ [livro eletrônico] / Renato Adan e Alban.
- Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2023.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86963-94-6

1. Comunicação. 2. Audiovisual - Narrativas. 3. LGBTQIA+
- Aspectos sociais. I. Título.

CDD 306.76

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2023.

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Bruno Guimarães Martins
Daniel Melo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO
Talita Aquino

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo
PPGCOM/UFMG após avaliação por pareceristas *ad hoc*.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos
termos de uso do Selo do PPGCOM/UFMG, disponíveis em:
<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/termos-de-uso/>



Tira da cartunista Laerte Coutinho
Fonte: site www.laerte.art.br

| Sumário

AGRADECIMENTOS	11
PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1	
“A Disney resolveu comprar a agenda gay”	49
CAPÍTULO 2	
“A minha filha vai ser mulher”	119
CAPÍTULO 3	
“Menino veste azul e menina veste rosa”	165
CONCLUSÃO	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	217
ANEXOS	221

| Agradecimentos

Dedico este livro a todas as crianças que se sentiram ou se sentem desconfortáveis, inadequadas e desalinhadas perante o que construímos como vivências possíveis. Se você também transborda as noções de familiares, amigos e professores sobre o que você deve ser ou se tornar, esse trabalho é realizado em sua homenagem. É para a criança que eu fui e para as infâncias que eu sonho para outras crianças. Que sejam plurais, ilimitadas e libertárias.

Agradeço ao Centro de Pesquisa em Estudos Culturais e Transformações na Comunicação (TRACC) e, em especial, à professora Itania Gomes, por ampliar minha imaginação da comunicação, da faculdade, da comunidade LGBTQIA+ e da minha própria vivência como homem gay e afeminado. Obrigado, professora, por me negar qualquer pragmatismo ou conformação e por me apresentar a autores, textos e vias potentes do pensar.

Obrigado a meus pais, que me educaram e cuidaram de mim com um amor que todas as pessoas LGBTQIA+ deveriam ter acesso. E a meu marido, Pedro. Com você, me tornei muito mais orgulhoso de quem sou e carinhoso com a minha história. Por fim, quero dedicar este livro a três pessoas muito especiais: meus sobrinhos Bento, Joaquim e Leonardo. Que vocês vivam a infância dos jeitinhos de vocês. Estarei sempre aqui para o que precisarem.

Prefácio

FELIPE VIERO KOLINSKI MACHADO MENDONÇA

Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança queer, bicha, sapatão, transsexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero? (PRECIADO, 2013, p. 96)

Ao dar início à arguição do trabalho de Renato, no contexto de sua banca final de mestrado, ainda em 2021, mobilizado por aquele texto, comecei minha fala por uma história, uma passagem de minha infância, que, ao mesmo tempo que se voltava àquela dissertação (agora livro), dizia da criança viada que fui e da pesquisadora bicha que sou hoje.

Não recorro, exatamente, qual era a minha idade. Estudava em um colégio de freiras (Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus) no interior do estado do Rio Grande do Sul. No recreio, alguém (não recorro quem) chamou-me e conduziu-me à sala da diretora, que desejava falar comigo. Lembro que fiquei muito tempo (ou, ao menos, minha memória insiste em dizer que foi muito tempo) esperando por ela. Enquanto aguardava, recorro-me de ficar preocupado ponderando sobre o que eu poderia ter feito para ter sido chamado ali. Depois de um tempo, mediante chegada

dela, fui informado que estava ali porque, tal qual ela e outras pessoas observaram, eu brincava, no intervalo, não com os meninos e sim com as meninas. Recordo que fui lembrado de que vários membros da minha família haviam estudado naquela instituição, de que, comumente, as freiras encontravam meus familiares na igreja, nas missas, e de que, e isso era o mais importante, não era apropriado que um menino ficasse entre as meninas. Fui advertido, portanto, de que aquilo deveria mudar e de que seria repreendido novamente se houvesse reincidência de meu comportamento inadequado. Fui ameaçado, também, de que minha família seria comunicada. Passei, então, a evitar ficar a sós com muitas meninas. Lembro que passei, ao fazer lista de convidados para os aniversários, a realizar um esforço para incluir mais meninos – a fim de que houvesse um equilíbrio em relação ao gênero dos convidados – e, obviamente, lembro que não comentei sobre nada disso em casa. Uma criança viada, afinal, sabe que a família ficará envergonhada se essa condição for exposta.

Mas, reiterando a pergunta feita por Paul B. Preciado na abertura desse texto, *quem defende o direito das crianças diferentes?* Ou, quem sabe, reinscrevendo tal questionamento em outro lugar, *como podem as crianças diferentes defenderem seus direitos de serem como são? De entenderem que seu existir é legítimo e cabe ser defendido?* A televisão, para mim, assim como para Renato, foi, e segue sendo, um lugar que é de entretenimento, de escape e de inspiração e, ainda, um lugar de observação de disputas materiais, simbólicas e políticas. Aprendemos pela televisão. Nos reconhecemos pela televisão. E também buscamos, hoje, em múltiplas telas, formas de entendermos quem somos e quem podemos ser. É sobre isso, também, que versa esse livro.

“[...] desenhos animados, séries e filmes fizeram parte da minha formação de gênero e sexualidade. Mas, muito diferentemente do que indicam os agentes engajados nessa guerra de posições pelo viés aprisionador, essas produções audiovisuais não moldaram a minha identidade de gênero ou orientação sexual. Fui eu quem as agenciei para me imaginar, me entender e me liberar. Recorri a essas obras para experimentar e vivenciar sexualidade e gênero e enfrentar normas e padrões que se apresentaram como violências à minha existência”, pontuará Renato, muito bem, nas páginas a seguir.

Ao “mapear as guerras de posições envolvendo dissidências sexuais e de gênero no Brasil a partir do marco da popularização do termo ‘ideologia de gênero’, em 2014, até a finalização desta pesquisa, em 2021”, a investigação de Renato, que você, leitora e leitor, tem diante de si, é dissertação, é livro e é conhecimento e saber localizados, a partir de uma bicha que olha para si, para o mundo ao seu redor e para melhores mundos possíveis. É, ainda, um tratado de nosso tempo, atravessado por disputas de sentido, e de poder, em torno de quem podemos, ou não podemos, ser. Fundamental, também, leitora e leitor, é observar o contexto de desenvolvimento e de conclusão deste trabalho: um cenário de perseguição ideológica, de ataques às universidades e de crise sanitária, econômica e política. Agora, felizmente, os tempos são outros. Ainda assim, embora o antigo governo tenha sido democraticamente derrotado, ecos daquilo que se fortaleceu nesses últimos quatro anos (aversão à ciência, desprezo pelo diverso, lógicas patriarcais, machistas, racistas e LGBTQfóbicas, apenas para citar alguns exemplos) se fazem presentes, cotidianamente, entre nós. As batalhas, enfim, prosseguem.

Simone de Beauvoir, ao falar sobre a velhice, lugar central em minha investigação de mestrado, dizia que ao olharmos para os velhos estaríamos olhando para aquilo que determinada sociedade permite que seus sujeitos se tornem. Em diálogo com ela, e mobilizado pelas reflexões de Renato, penso que ao olharmos para as crianças, do mesmo modo, também podemos observar aquilo que determinada coletividade estabelece como possível, como permitido e, claro, como interdito. Se somos todas, todes e todos viajantes, por quais rotas os agentes aqui apresentados e discutidos permitem que passemos? Se prosseguirem em seus intentos de impedir nossa passagem, como podemos, ainda assim, transitar?

Renato traz algumas pistas e, mais que isso, partilha conosco alguns sonhos que, esperamos, possam ser alcançados. E é com suas palavras que gostaria de encerrar esse prefácio, conduzindo-a/conduzindo-o às próximas páginas que, sem dúvidas, merecem ser lidas. “Mais do que resistir, quero que crianças afeminadas, como eu fui, tenham a chance de experimentar para além de qualquer fronteira”.

| Apresentação

Quando eu tinha dez anos de idade, fui chamado na diretoria da escola. Estranhei. Eu era um aluno que seguia os protocolos da instituição. Tinha boas notas, obedecia aos professores e não causava transtornos em sala de aula. Estranhei ainda mais quando entrei na sala da diretora e encontrei um colega sentado em uma das duas cadeiras na frente da mesa dela. Esse sim era aquele aluno que discordava das normas da escola. Tinha notas baixas, não seguia as regras e se envolvia em confusões. Não entendi qual assunto poderia me unir àquele colega. A preocupação da diretora era comigo. “Você tem andado muito com as meninas”, ela me disse.

Na minha infância, eu tinha amizades com meninos e meninas, mas, por acaso os meninos que eu tinha mais proximidade tinham saído da escola no ano anterior. E, naquele ano, meus outros colegas de sala estavam muito focados em duas coisas: jogar futebol e namorar meninas. Eu me sentia excluído tanto dos jogos de futebol quanto das novas dinâmicas de paquera. Fiquei ainda mais próximo de duas amigas em especial. Estava sempre com elas, e, para mim, isso não era um problema. Pelo contrário, sentia que havia encontrado o meu grupo, estava confortável. Até o dia que a diretora me chamou na sala dela. “Querida que incluísse mais Renato no seu grupo de amigos”, ela disse para o meu colega, ao meu lado.

Nesse dia, me senti humilhado e marginalizado. Um anormal. Repensei minhas amizades, meu jeito afeminado e minha relação com esportes. Quase 20 anos depois, na defesa da minha dissertação de Mestrado, que foi base para este livro, ouvi uma história parecida. O professor Felipe Viero Kolinski Machado Mendonça relatou ter vivido uma experiência similar em sua escola, um colégio de freiras no interior do Rio Grande do Sul. Felipe narrou a ameaça da diretora para que ele parasse de brincar com meninas no recreio. “Fui lembrado de que isso não era apropriado, que um menino ficasse entre as meninas. Eu fui advertido de que aquilo deveria mudar e de que seria repreendido novamente se houvesse reincidência do meu comportamento, estabelecido naquela instituição como inadequado”, contou o professor na banca.

A minha experiência foi em Salvador em uma escola particular sem filiação religiosa. Eu e Felipe, com diferenças geográficas e religiosas, nos encontramos nas vivências de meninos afeminados em ambientes constrangedores e agressivos a meninos afeminados. O meu objetivo com esse trabalho é que consigamos arquitetar fissuras nessas normatividades violentas e possibilitar que experiências como as que eu e Felipe vivemos nas diretorias das nossas escolas não se repitam. Quero com este livro fundamentar uma reflexão sobre nossa posição nas guerras pelas infâncias dissidentes, como chamamos as disputas e alianças para viabilizar ou impedir as condições de existência a crianças que fogem às regras da heteronormatividade.

Foi com essa meta que entrei no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2019. Como integrante do Centro de Pesquisa em Estudos Culturais e Transformações na Comunicação (TRACC) da UFBA, convoquei na pesquisa da minha dissertação de Mestrado as posições das produções audiovisuais nessas guerras pelas infâncias dissidentes. A atração por essas produções surgiu inicialmente de um contato pessoal e, posteriormente, de uma percepção sobre a importância delas nas disputas mais recentes sobre o assunto no Brasil. Antes de se tornarem interesse da minha pesquisa, as dissidências sexuais e de gênero fizeram parte da minha infância, como ilustrado na minha convocação à sala da diretora quando criança.

Fui um garoto com trejeitos considerados femininos, cercado de amigas, interessado em brincadeiras associadas a meninas e atraído por outros meninos. Filmes, séries de televisão e desenhos animados se tornaram espaços de fuga para uma vivência social reprimida. Sem fiscalizações, a TV e o cinema me acolhiam em liberdade. Seja me enxergando nas personagens femininas dos desenhos animados, reproduzindo coreografias de atrizes em musicais ou descobrindo a atração por meninos em séries e filmes, construí vias de escape nesses lugares. Continuei acompanhando com carinho produções audiovisuais voltadas para crianças durante a adolescência e a vida adulta e fiquei feliz em assistir a uma transformação acontecer nessas obras. Casais gays, pessoas trans e meninos vestidos de princesa não eram comuns nas produções que eu acompanhava quando criança, na década de 1990, mas vêm aparecendo em maior frequência nos últimos anos.

A abordagem de dissidências sexuais ou de gênero em tom libertador em obras infantis me chamou a atenção, e também a de outras pessoas e grupos que integram ou apoiam a comunidade LGBTQIA+, formada por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, *queer*, intersexuais, assexuais e mais pessoas dissidentes que não se sentem contempladas nas orientações e identidades citadas. No meu anteprojeto de dissertação de Mestrado, pretendia analisar a participação dessas dissidências no desenho animado *Steven Universo*, do canal de TV por assinatura *Cartoon Network Brasil*. Descobri a série por indicação de amigas que comemoraram o primeiro casamento lésbico num desenho animado. Ao assistir a *Steven Universo*, me tornei ainda mais admirador da produção. Se na minha infância, eu buscava sinais de relacionamentos homoafetivos ou de crianças que não seguiam um ideal heteronormativo de masculinidade em obras infantis; como adulto, posso assistir a um desenho para crianças que mergulha nas fugas de padrões sexuais e de gênero para criar tramas e personagens.

Apesar da felicidade em enxergar mudanças na abordagem de produções infantis transmitidas no Brasil, percebi que não é apenas a comunidade LGBTQIA+ que têm convocado essas obras para aludir às crianças dissidentes. Agentes e grupos brasileiros se utilizam das mesmas produções para divulgar e fortalecer um discurso discriminatório e promover

uma ascensão política, social e econômica no Brasil. É um movimento que têm participado ativamente dos embates sobre crianças que não se conformam com padrões sexuais ou de gênero heteronormativos e que me oponho vorazmente. São políticos, artistas, ministros, pastores e organizações comprometidos em limitar as vivências sexuais e de gênero e promover infâncias violentas no país. Esses atores sociais ganharam ainda mais força e notoriedade no governo liderado pelo presidente Jair Bolsonaro, entre 2019 e 2022.

Quando apresentei a minha dissertação, em dezembro de 2021, esse grupo ainda estava na presidência do Brasil. No ano seguinte, o governo Bolsonaro perdeu a reeleição à presidência da República. Mas, infelizmente, os riscos não começaram e não findaram com o governo bolsonarista. Precisamos continuar alertas e atuantes nessas guerras. Nosso primeiro ímpeto ao lidar com esses agentes e grupos é posicioná-los como vilões e atacá-los da forma que estiver ao nosso alcance. Mas olhar esses fenômenos de forma maniqueísta e batalhar desprevenidamente com esses grupos ou mesmo encarar a saída deles da presidência como um encerramento das disputas é ignorar um fator importante para a promoção da mudança: a análise contextual.

Sem essa análise, nos faltam ferramentas importantes para a construção de outros futuros para as infâncias possíveis. É necessário que compreendamos as distintas temporalidades que conformam e disputam o Brasil atualmente, as alianças e embates que atravessam esses engajamentos e para onde eles podem nos levar. Como demonstraremos adiante, mesmo a própria comunidade LGBTQIA+ e agentes e grupos que se opõem aos atores sociais comprometidos com a heteronormatividade são atravessados por referências que oprimem as infâncias dissidentes. Não é suficiente se opor a quem se posiciona diferente da gente; é preciso compreender a nossa posição e a dos outros blocos de poder, recontar as histórias em disputa e abrir a nossa imaginação para outros futuros em potencial.

Este livro é uma das formas que encontrei para me engajar nas disputas por vivências menos violentas para outras crianças, em especial para aquelas que se encontram tão desconfortáveis e tolhidas quanto eu me senti na infância. É uma aposta para auxiliar aqueles que, assim como eu, querem participar das guerras de posições travadas com pessoas enga-

jadas em oprimir e suprimir vivências de crianças LGBTQIA+ articulando conjunturas libertárias às dissidências e aos dissidentes. Para isso, me envolvi e me aprofundei nos embates sobre infância, sexualidade e gênero no Brasil, dispositivos que têm sido associados e disputados por agentes e grupos diversos no país. Assim como têm feito esses atores sociais, chamei para o centro na minha pesquisa um quarto dispositivo: o audiovisual.

As produções audiovisuais infantis produzidas ou exibidas no Brasil são convocadas por grupos ligados à “luta contra a ideologia de gênero”. Esses atores sociais utilizam essa expressão para se referir a demandas da comunidade LGBTQIA+, a propostas de ações educativas de combate à transfobia e à homofobia e aos estudos que compreendem gênero como construção sociocultural – e, não, como resultado exclusivo de fatores genéticos. A “ideologia de gênero” é uma suposição conspiracionista sobre esses esforços. Já pessoas e grupos favoráveis aos direitos de pessoas LGBTQIA+ utilizam as produções audiovisuais para marcar posição contra aqueles agentes. Além das convocações, essas produções também participam das disputas com abordagens de dissidências de gênero e sexualidade em crianças nas próprias tramas dos filmes, séries, vídeos e desenhos animados.

Intitulei este livro com a indagação que encontrei na tirinha da cartunista Laerte Coutinho “ué! Eu não sou normal?”. A mesma pergunta que me fiz durante muito tempo. Mais tarde, entendi a força da rejeição à normalidade. E, dentre muitas outras raízes, desenhos e filmes alimentaram a minha libertação do normal. Neste livro, contextualizo as produções audiovisuais e suas convocações nas disputas e alianças pelas infâncias dissidentes no Brasil. As minhas vivências como criança gay e afeminada, o controle normativo e normalizador das infâncias, os desenhos animados, filmes e séries com temática ou personagens LGBTQIA+, todos esses elementos atravessam esta obra a fim de preparar o terreno para que a gente possa participar das guerras pelas infâncias LGBTQIA+ no Brasil da forma mais competente possível.

| Introdução

Entendo que as batalhas envolvendo infância, sexualidade, gênero e audiovisual no Brasil conformam o que o filósofo Antonio Gramsci conceituou como crise orgânica. Na leitura do estudioso Lawrence Grossberg (2015) da obra de Gramsci, a crise orgânica é uma constituição da articulação de múltiplas crises entre as várias dimensões da formação social – dimensões política, econômica, social e cultural. Em busca de ascensão política e econômica, os grupos comprometidos em combater a “ideologia de gênero” no Brasil centralizaram as disputas sobre infâncias dissidentes no audiovisual e reforçaram a nossa leitura dessas batalhas como uma crise orgânica. Ainda segundo a interpretação de Grossberg (2015), é em função da crise orgânica que ocorrem as guerras de posições.

Grossberg (2015) define como guerra de posições as lutas travadas em uma ampla gama de posições sociais, relações e instituições. Essas lutas não são concentradas ou orquestradas, mas dispersas. “Em cada local, o bloco de poder tenta montar agenciamentos específicos do espaço” (GROSSBERG, 2015, p. 22). O resultado, afirma o estudioso, é uma luta descentralizada, uma reorganização do equilíbrio de forças e, ao mesmo tempo, uma reorganização contínua e mutável das pessoas em relação ao bloco

dominante. Nessa guerra, o bloco se coloca disposto a negociar políticas e visões com os diferentes grupos envolvidos nas lutas para obter apoio a determinadas posições. “Não é uma batalha entre dois destacamentos sobre um campo de areia, mas o agenciamento constante de alianças em torno de questões e lutas específicas que podem ser articuladas com a luta hegemônica, que é superior” (GROSSBERG, 2015, p. 22).

O objetivo dos blocos de poder, de acordo com Grossberg (2015, p. 21), é a hegemonia: “uma luta para se obter consentimento para tirar uma sociedade de uma crise orgânica por meio de determinado bloco dominante”. Nesta pesquisa, meu objetivo é me envolver na crise orgânica das dissidências sexuais e de gênero em produções audiovisuais no Brasil para a construção de terrenos mais libertários às infâncias. Para isso, mapearei marcas importantes para interpretar as questões organizadoras das vivências de gênero na infância no país, as diferentes alianças afetivas que conformam elas e a localização das produções audiovisuais infantis nessas guerras de posições.

Seguindo indicação de Grossberg (2015), o estudo neste livro não se concentrará em objetos disciplinares e, sim, em contextos. Para o autor, o contexto é o início e o fim das pesquisas; é um conjunto que organiza e é organizado pelas articulações dos eventos implicados na própria produção do contexto (GROSSBERG, 2010). Segundo o pesquisador, é se envolvendo no contexto que conseguiremos desarticular e rearticular as relações de poder, processo que ele chama de “contextualização radical”. O meu objetivo é, como orientam os pesquisadores Itania Gomes e Elton Antunes (2019) em leitura de Grossberg, conhecer os contextos como múltiplas e contraditórias relações sem reduzir a complexidade deles.

Como explicam os pesquisadores, o contexto pode ser compreendido como as relações de força construídas no interesse de certas posições de poder. Desse conceito, depreende-se que “a luta para mudar o contexto envolve a luta para mapear essas relações e, quando possível, desarticulá-las e rearticulá-las, construindo outras conexões possíveis” (GOMES & ANTUNES, 2019, p. 19). A articulação, por sua vez, demanda movimentos de desconstrução e de reconstrução. Se determinados contextos são apresentados de forma harmoniosa, é preciso,

indicam Gomes e Antunes (2019), evidenciar as contradições e divergências que os compõem e constroem.

Tenho, portanto, o interesse de fugir de uma apresentação superficial e panorâmica nos conceitos a fim de participar das mudanças nas formas de vivenciar gênero na infância no Brasil. Essa entrada no contexto sob interesses e volições específicas e declaradas se alinha ao projeto dos Estudos Culturais. Como defende o sociólogo Stuart Hall (1999), os Estudos Culturais são um projeto de mudança social que têm, como afirma o também sociólogo Raymond Williams (1979, p. 63) “a tentativa de descobrir a natureza da organização que é o complexo dessas relações”. Não nos cabe o lugar de observadores da realidade. Pelo contrário, este livro se quer relevante na construção de outros futuros possíveis para crianças que dissitem das normas sexuais e de gênero.

“O projeto dos Estudos Culturais é um esforço para encontrar uma prática intelectual que seja responsável pelo contexto em mudança [...] em que trabalha” (GROSSBERG, 2010, p. 67, tradução minha). Para isso, precisaremos realizar as desarticulações e rearticulações que o autor menciona, compreendendo articulações como os processos básicos de produção da realidade, contextos e poder e também como a própria prática analítica dos Estudos Culturais. Dessa maneira, será possível redescrever o contexto, mesmo que com algum senso de pessimismo ou de desespero, como afirma Grossberg (2010). “Se histórias ruins geram políticas ruins, histórias melhores, embora não garantam políticas melhores, abrem a imaginação – tanto de possibilidades quanto de estratégias” (GROSSBERG, 2010, p. 67, tradução minha).

Essa perspectiva tem sido trabalhada profundamente no TRACC, grupo de pesquisa do qual faço parte. No texto *Uma constelação de conceitos em torno de estrutura de sentimento* (GOMES; FERREIRA; JANAY; FARIAS, 2019), pesquisadores do TRACC abrem a nossa imaginação para formas potentes de conceber a pesquisa e participar dos processos de mudanças contextuais. Segundo esse texto, podemos encarar o trabalho intelectual mais do que uma representação do mundo, como uma ação sobre o mundo. Seguindo essa visão, os afetos são lugares fundamentais de disputas para pensar a crise que se apresenta como uma crise orgânica (GOMES; FERREIRA; JANAY; FARIAS, 2019, p. 8).

Essa concepção do TRACC se alinha com a proposta de Grossberg (2010) de pensar brechas e mudanças para desarticular, articular e rearticular um contexto de possibilidades a fim de possibilitar a reconstrução da análise contextual e até mudanças conjunturais. “Os estudos culturais buscam maneiras de repensar a imaginação, de repensar o que significa analisar a conjuntura de uma forma que abra o presente para outros futuros” (GROSSBERG, 2010, p. 94).

Olharei, portanto, para as articulações em torno dos dispositivos da infância, sexualidade, gênero e audiovisual para a construção de outros futuros, menos violentos e mais libertários às dissidências. Esse terreno de disputa, segundo Hall (1997) em interpretação da obra de Antonio Gramsci, é a conjuntura. Grossberg (2015) afirma que a conjuntura é “uma realidade historicamente emergente”, é o “produto de forças materiais e lutas”. Essas realidades em potência são construídas, narradas e fabricadas. Como tais, são passíveis de serem disputadas. “É o produto complexo de múltiplas linhas de força, determinação e resistência, com diferentes temporalidades e espacialidades” (GROSSBERG, 2010, p. 41, tradução minha).

Neste livro, buscarei entender de que maneira engajamentos afetivos de agentes, grupos e produções que disputam narrativas sobre vivências dissidentes de gênero na infância ou para a infância participam dessas realidades em potência. As questões organizadoras das disputas acerca do que é ou do que pode vir a ser menino ou menina no Brasil interessam ao livro. Como portas de entrada da análise, as produções audiovisuais infantis e seus agenciamentos serão analisados por meio do processo de contextualização radical. Assim, buscarei compreender os lugares que ocupam nessa crise orgânica.

Como esclarecem Gomes, Ferreira, Janay e Farias (2019), a crise orgânica tem sido interpretada pela vertente gramsciana dos Estudos Culturais como uma potência e uma armadilha. Como escrevem os pesquisadores, “já não vivemos no momento com o qual estávamos habituados, mas ainda não temos clareza de em que tempo exatamente estamos vivendo. Essa incerteza é sempre, portanto, abertura a novas possibilidades” (GOMES, FERREIRA, JANAY & FARIAS, 2019, p. 5). Pensarei, portanto, na crise orgânica das dissidências sexuais e de gênero em produções audiovisuais para crianças como uma articulação

de guerras de posições que instabiliza saberes e vivências. Para a nossa entrada nessa crise, mapeei posições em disputa no Brasil.

No momento em que escrevi a dissertação que deu origem a este livro, grupos organizados na “luta contra a ideologia de gênero” estavam em posição institucional de poder no país. Ainda que ressalte que o poder não se totaliza, que ele está sempre em disputa, com fissuras e rachaduras, é importante a compreensão de que há desigualdades nessas guerras de posições. Nos últimos anos, esses agentes e grupos galgaram às instâncias máximas do poder executivo do Brasil e, por meio de engajamentos motivados pela “luta contra a ideologia de gênero”, seja em discursos, medidas administrativas ou projetos de lei, buscaram a hegemonia sobre as normas de vivenciar gênero enquanto criança no Brasil. Nesses engajamentos, defendem a heterossexualidade compulsória, questionam a existência da transexualidade e reforçam compreensões essencialistas do que é ser menino ou menina, associando gênero exclusivamente ao sexo biológico.

A compreensão de gênero como construção sociocultural e a recusa de que a identificação de uma criança como menino ou menina está integralmente ligada ao sexo biológico do indivíduo vêm dos estudos feministas e de gênero desenvolvidos durante a segunda metade do século XX. Em *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (2013, p. 48), a filósofa Judith Butler escreve que “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados”. Ao longo da década de 1990, uma ala mais reacionária da Igreja Católica começou a utilizar com frequência o termo “ideologia de gênero” para se referir pejorativamente aos estudos do campo e à promoção da diversidade e combate à homofobia ou transfobia em ambientes escolares ou em produções dirigidas ou associadas a crianças. A primeira aparição do termo, de acordo com o pesquisador Rogério Diniz Junqueira (2018) ocorreu na nota *A ideologia de gênero: seus perigos e seus alcances*, emitida pela Conferência Episcopal do Peru, em 1994. Em 2004, a expressão ganhou visibilidade mundialmente pela divulgação de um documento¹ do Vaticano assinado pelo então cardeal Joseph Ratzinger que condenava o que chamava de

1. Os links para documentos, produções audiovisuais, reportagens e entrevistas citados nesta pesquisa e disponíveis online estão nos Anexos, no final do livro.

“feminismo radical” e “ideologia de gênero”. Ratzinger se tornou o papa Bento XVI no ano seguinte. No documento, o então cardeal escreveu que os movimentos em defesa da igualdade da mulher inspiraram ideologias que “põem em interdição a família natural composta por um pai e uma mãe, comparam a homossexualidade à heterossexualidade e defendem um novo modelo de sexualidade polimorfa”.

No Brasil, o termo se popularizou entre 2014 e 2015, o que fica evidente no gráfico abaixo (Figura 1). Os dados foram extraídos do *Google Trends*, ferramenta que agrega informações sobre as buscas feitas no *Google*.

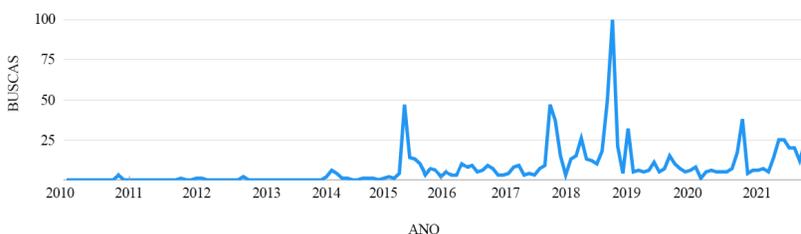


Figura 1: Buscas pela expressão “ideologia de gênero” no *Google* no Brasil.

Fonte: *Google Trends*.

A expressão “ideologia de gênero” se popularizou no país após o Ministério da Educação do governo Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), apresentar, entre as metas para o setor, o combate à discriminação à identidade de gênero nas escolas. Isso se deu depois da intensificação dos conflitos associando infância, sexualidade e gênero nos debates sobre o Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE foi discutido no Congresso Nacional entre 2010 e 2014, período em que o Brasil era governado pelo PT; até 2011, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva e, a partir de 2012, pela presidente Dilma. Entre o início dos debates sobre o PNE e a promulgação do Plano, em junho de 2014, o Ministério da Educação foi comandado por três ministros, todos integrantes do PT: Fernando Haddad, Aloisio Mercadante e José Henrique Paim.

Com a promulgação do PNE em junho de 2014, houve uma intensificação das acusações de congressistas ao PT, associando o partido e o espectro político de esquerda ou centro-esquerda ao conceito de “ideologia

de gênero”. Em 2017, o governo federal, sob a presidência de Michel Temer – que manteve relações próximas com a ala mais reacionária do Congresso Nacional após assumir a liderança do país – suprimiu o termo “gênero” e a expressão “orientação sexual” das metas para a educação no Brasil.

Apesar da popularização do termo “ideologia de gênero” ter ocorrido entre 2014 e 2015, os embates associando infância, sexualidade, gênero e audiovisual remontam a disputas anteriores. A mais notória delas ocorreu em 2004. Nesse ano, o Ministério da Educação do governo Lula propôs o projeto *Escola Sem Homofobia*. A iniciativa pretendia criar ações de combate à homofobia e à transfobia nas escolas brasileiras. A ala mais reacionária do Congresso Nacional se habituou a chamar o programa de “kit gay” numa estratégia para impedir a continuidade do projeto, que incluía cartilhas e vídeos de pessoas e casais homossexuais. Em 2011, em meio aos debates sobre o PNE, a então presidente Dilma vetou o *Escola Sem Homofobia*. Essa mesma ala de congressistas passou a se debruçar sobre as questões envolvendo crianças, identidade de gênero e orientação sexual com o mote do combate à “ideologia de gênero” em 2014.

Em outubro de 2018, mês em que o então deputado federal Jair Bolsonaro foi eleito para presidir o Brasil, a busca pela expressão “ideologia de gênero” no *Google* alcançou o maior pico no país. No discurso de posse do presidente Bolsonaro no Congresso Nacional, o “combate à ideologia de gênero” foi citado como prioridade do novo governo. Como deputado federal, Bolsonaro alavancou a carreira política com embates à comunidade LGBTQIA+. Em 2015, o então congressista publicou um vídeo em perfil pessoal na rede social *Facebook*, que alcançou 8,7 milhões de visualizações, acusando o PT de promover a sexualização de crianças nas escolas do país com o projeto *Escola Sem Homofobia*, ao qual o então congressista se refere como “kit gay”.

Três anos depois, em outubro de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proibiu o então candidato à presidência Jair Bolsonaro de utilizar a expressão “kit gay” para se referir ao *Escola Sem Homofobia*. Na época, o maior adversário de Bolsonaro era o petista Fernando Haddad, que foi ministro de Educação do governo federal durante a elaboração do projeto contra transfobia e homofobia em escolas. O TSE determinou a suspensão de quaisquer vídeos, *links* ou menções ao termo “kit gay” nas

redes sociais de Bolsonaro. Ainda assim, o vídeo supracitado continua disponível no perfil do presidente.

Antes da proibição, em abril de 2018 e já na campanha presidencial, Bolsonaro discursou sobre normatividades de gênero num evento evangélico. “Não podem querer botar na cabeça de nossos filhos que eles vão decidir se vão ser menino ou menina depois de 13 e 14 anos de idade. A minha filha vai ser mulher e os meus filhos são homens”, disse o então candidato se referindo à filha que foi designada mulher no nascimento e que tinha sete anos na época da declaração e aos quatro filhos que se identificam publicamente como homens, todos já adultos. Como presidente, Bolsonaro manteve os ataques homofóbicos e transfóbicos. Em abril de 2020, o mandatário acusou a Organização Mundial da Saúde (OMS) de incentivar a homossexualidade em crianças, numa publicação no *Facebook*. No mês seguinte, Bolsonaro anunciou o envio de um projeto de lei ao Congresso para proibir a suposta “ideologia de gênero” nas escolas. Até então, o projeto não foi enviado à Casa.

Outro projeto de lei, conhecido como “escola sem partido”, em tramitação no Congresso brasileiro desde 2015, prevê a mesma proibição, como também o veto ao uso da palavra “gênero” e da expressão “orientação sexual” no ensino escolar do país. Projetos semelhantes foram apresentados em câmaras municipais e assembleias legislativas estaduais em todo o país. Sob o mesmo pretexto, em 2019, o governador de São Paulo, João Dória Junior, mandou recolher uma apostila de Ciência do ensino fundamental da rede estadual que explica os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. “Não concordamos e nem aceitamos apologia à ‘ideologia de gênero’”, escreveu o governador no *Twitter*. A Justiça não permitiu o recolhimento das apostilas. No mesmo ano, o governador de Santa Catarina, Carlos Moisés, afirmou que vetaria os estudos de gênero e sexualidade das escolas da rede estadual. Em seminário na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a ministra de Bolsonaro Damares Aves (do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos) apoiou o governador Moisés: “‘Ideologia de gênero’ é violência contra a criança. [...] Escolheram o Brasil como laboratório dessa teoria, mas estamos mandando um recado que acabou a brincadeira, nossas crianças não são cobaias”.

Em janeiro de 2019, a então recém-empossada ministra Damares afirmou que o governo do presidente Bolsonaro inauguraria uma “nova era” no país em que “menino veste azul e menina veste rosa”. O discurso fez parte da solenidade em que Damares se tornou titular da pasta. Em nota enviada à imprensa sobre o discurso de posse, a ministra afirmou que fez uma “metáfora contra a ideologia de gênero” e que o Estado brasileiro respeitaria o que chamou de “identidade de gênero biológica das crianças” durante o governo Bolsonaro.

A associação entre gênero e infância embasou a crítica do deputado federal Marco Feliciano, um dos principais opositores de direitos de minorias de gênero e orientação sexual no Congresso Nacional, a uma reportagem da revista *Veja* em 2017. Para o pastor, o texto que abordava vivências de transgeneridade na infância sob a perspectiva dos pais faria parte do que nomeou de “guerra contra a família brasileira”. “Hoje, aparecem muitos espíritos de porco incorporando em revistas e televisão, atacando nossas famílias e as nossas crianças”, afirmou o deputado em vídeo publicado no *Twitter*. Feliciano, assim como outros agentes políticos citados, como Damares e Bolsonaro, pressupõe a infância de forma passiva e estratégica. As crianças são abordadas como atores sociais sujeitos a manipulações e ataques, incapazes de engajamentos ou agenciamentos do que têm contato ou vivenciam.

Nessa abordagem, as produções audiovisuais voltadas para crianças ganham importância. Em 2017, o pastor Silas Malafaia propôs um boicote à *Disney* devido a um beijo entre dois personagens masculinos de um desenho animado da empresa, exibido nos canais de TV paga *Disney Channel* e *Disney XD*. “A *Disney* resolveu comprar a agenda gay, colocando em desenhos e filmes para crianças a questão do ‘homossexualismo’”, disse o pastor em vídeo no *YouTube* usando o termo patologizador da homossexualidade. No ano seguinte, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) se posicionou contra a exibição de um desenho animado do serviço de *streaming Netflix* que possui *drag queens* como super-heroínas e retrata relacionamentos homossexuais. Em comunicado publicado no site da SBP, a organização se disse contra “a exposição de crianças e adolescentes a conteúdos impróprios na TV”. Apesar da interpretação da organização sobre o público-alvo da produção, a classi-

ficação etária de *Super Drags* é de maiores de 16 anos. De acordo com a legislação brasileira, a criança é o indivíduo com até 12 anos de idade e o adolescente, aquele com idade entre 12 e 18 anos.

Também em 2018, Damares Alves se voltou contra uma produção audiovisual infantil, o filme *Frozen – Uma Aventura Congelante*, da *Disney*. Em vídeo que viralizou nas redes sociais após ser empossada ministra, Damares critica a produção por trazer uma protagonista que, na interpretação dela, é homossexual. Já como ministra, afirmou que a obra aborda “ideologia de gênero” para crianças de dois anos. Assim como Damares, o arcebispo da *Igreja Católica de Goiânia*, Dom Washington Cruz, responsabilizou uma produção audiovisual por disseminar a “ideologia de gênero” entre crianças e adolescentes, em agosto de 2018. Para Washington Cruz, a novela *Malhação*, da *TV Globo*, promoveu o que chamou de “liberalismo das experiências sexuais” em cena em que personagens explicavam os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual. A temporada de 2018 da novela retratou um casal entre dois adolescentes do gênero masculino e, em outubro daquele ano, exibiu o primeiro beijo homossexual desde que a produção entrou no ar, em 1995. Desde abril de 2018, a classificação indicativa da novela é para maiores de 12 anos.

Em agosto de 2020, a deputada estadual de São Paulo Marta Costa apresentou projeto de lei² para proibir a promoção da diversidade sexual em publicidade infantil veiculada em qualquer meio de comunicação no estado. A também deputada estadual Janaína Paschoal adicionou ao projeto emenda que ampliaria a lei, com proibição de qualquer alusão a orientação sexual ou identidade de gênero em propagandas em São Paulo para crianças ou adolescentes. O texto da emenda cita a série infantil *O Clube das Babás*, da *Netflix*. Em um episódio, o programa conta a história

2. Em abril de 2021, um grupo de 31 deputados modificou o direcionamento do projeto de lei proposto por Marta Costa e ampliado por Paschoal. Ao invés de vetar a promoção da diversidade sexual e de gênero, o texto passou a orientar a proibição de propagandas com alusão a drogas, sexo e violências explícitas relacionadas a crianças. Com a descaracterização do texto original e a dispensa da emenda de Paschoal, o projeto foi aprovado numa reunião conjunta de três comissões parlamentares. O parecer da reunião foi assinado pela deputada estadual e educadora Erica Malunguinho, primeira mulher transexual a ocupar uma cadeira da Assembleia Legislativa de São Paulo.

de uma criança transexual, interpretada por uma atriz trans de nove anos de idade. Para Paschoal, a disponibilização de séries com personagens e tramas sobre transexuais para crianças e adolescentes contribui para diagnósticos precipitados de disforia de gênero³. Em posts no *Twitter*, de 2019, Paschoal já havia afirmado que a “ideologia de gênero” é ensinada em escolas públicas e particulares no Brasil: “Essa tal ‘ideologia de gênero’ é mais dogmática do que qualquer religião. Ocorre que o ensino religioso confessional é opcional. O ensino dessa ideologia não!”.

A criação e proliferação de notícias falsas ou interpretações fantasiosas, como a insistência de Bolsonaro em chamar o projeto *Escola Sem Homofobia* de “kit gay” – já proibida pelo TSE –, a menção à personagem principal de *Frozen – Uma Aventura Congelante* pela ministra Damares como uma mulher lésbica e a associação de Paschoal entre uma série de TV e diagnósticos de disforia de gênero é uma estratégia frequente entre os conspiracionistas da “ideologia de gênero”, atores e grupos que elegeram essa suposta ameaça para combater. Alvos comuns são pessoas envolvidas na conquista de direitos para pessoas que dissentem dos padrões sexuais ou de gênero.

Em 2019, circulou nas redes sociais a notícia falsa de que a cantora e *drag queen* Pablio Vittar apresentaria um programa infantil na *TV Globo* intitulado “TV Criança Gay”. De acordo com a mensagem repassada nas redes, a produção veicularia “conteúdos sexuais, homossexuais e sobre ‘ideologia de gênero’” no horário matinal. Em 2020, o empresário e criador de conteúdo online Felipe Neto foi acusado de pedofilia com o compartilhamento de uma postagem no *Twitter* falsamente atribuída a ele. O ex-deputado federal Jean Wyllys já foi protagonista de notícias falsas por diversas vezes. Militante do movimento gay e principal opositor de Bolsonaro na Câmara durante mandatos entre 2011 e 2019, Jean teve citações falsas circulando em redes sociais em 2020, conforme verificado pelo portal online de checagem de notícias *Lupa*. Entre as frases atribuídas a Jean, destacam-se a oposição ao cristianismo e a normalização da pedofilia.

3. De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), a disforia ou incongruência de gênero é um transtorno caracterizado pela desconformidade entre o sexo biológico e a identidade de gênero.

Esses atores sociais que se posicionam favoráveis ao respeito às dissidências sexuais e de gênero na infância têm se engajado em disputas envolvendo a expressão “ideologia de gênero”. Em 2016, ainda como deputado federal, Jean escreveu o artigo *A farsa da “ideologia de gênero”*, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*. No texto, o então deputado afirma que a expressão foi “cunhada por fundamentalistas religiosos para deturpar o debate acerca de equidade e identidade de gênero”. Ainda cita o projeto de lei de sua autoria com a deputada federal Erika Kokay que prevê, entre outros direitos, o reconhecimento à identidade de gênero para jovens transexuais e a promoção da educação sexual em escolas incluindo o reconhecimento da diversidade sexual. No artigo, Jean afirma que o projeto foi alvo de acusações da bancada religiosa do Congresso: “me acusam de querer ‘obrigar criança a mudar de sexo’ ou ‘a virar gay’”.

Outra agente envolvida nas disputas acerca do fabricado embate à “ideologia de gênero” é a cartunista Laerte Coutinho, que se identifica como mulher transexual. Em charge publicada na *Folha de S. Paulo* em 2015, ela elaborou uma crítica:

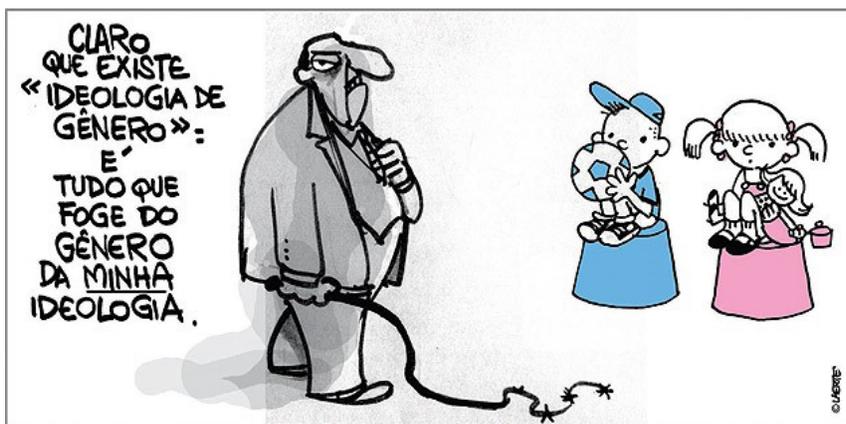


Figura 2: Charge de Laerte sobre “ideologia de gênero”.

Fonte: *Folha de S. Paulo*.

Para indicar as normas impostas pelos conspiracionistas da “ideologia de gênero”, Laerte faz uma alusão à regra de menino usar azul e menina usar rosa, mesma metáfora usada por Damarens quatro anos

depois. Na charge (Figura 2), a cartunista mantém a noção de ideologia como um conjunto de imposições, mas atribui a ação normativa aos que se afirmam contra a “ideologia de gênero”. Destaca-se ainda a alusão que Laerte faz ao controle da infância em referência à discussão. Outro crítico à expressão, o médico Dráuzio Varella publicou vídeo no *YouTube* em 2019 em que defende que a homossexualidade é definida biologicamente e afirma que as crianças não poderiam ter a orientação sexual modelada por influência externa:

Hoje eu vou falar de um assunto que está na moda que é a “ideologia de gênero”. Parece que, de uns tempos para cá no Brasil, a gente só anda pra trás. Nós estamos voltando a fazer discussões que eu lembro que surgiram aqui nos anos 50, 60 do século passado. O que é essa “ideologia de gênero”? Isso não tá em livro de Psicologia, eu nunca li nenhum artigo científico em que esse termo tenha sido mencionado. [...] Eu imagino que o que as pessoas que discutem essa tal “ideologia” supõem é que se você começa a falar que existem comportamentos homossexuais, as crianças vão virar todas homossexuais. [...] “Ideologia de gênero” não existe do ponto de vista científico. A sexualidade se impõe. [...] A homossexualidade se impõe da mesma forma que a heterossexualidade, não há diferença nenhuma.

Também no *YouTube*, um episódio do programa *Greg News*, do canal de TV por assinatura *HBO Brasil*, sobre “ideologia de gênero” ultrapassou um milhão de visualizações em 2019. No episódio, o humorista Gregório Duvivier, apresentador do programa, critica falas de Bolsonaro, Malafaia e Damares sobre o termo. Afirma que a expressão é usada por eleitores de Bolsonaro para se referir a uma variedade de assuntos, como casamento homossexual, igualdade entre homens e mulheres, educação sexual, criminalização da homofobia, identidade de gênero e vestimentas de crianças. Ao final do vídeo, Duvivier propõe uma nova definição:

“Ideologia de gênero” significa a crença de que cada um pode e deve viver a sua vida como quiser e como for mais feliz, desde que não faça mal a ninguém. E que isso inclui o direito de amar quem quiser e se vestir como quiser, da cor que quiser, e a ter o nome que quiser, mesmo que ele não corresponda aos órgãos sexuais do seu nascimento, até porque os órgãos sexuais do seu nascimento não são da conta de ninguém, e essa obsessão com o órgão sexual do bebê é coisa de pedófilo.

Para se inserir no embate, Duvivier propõe a revisão do conceito de ideologia tal qual articulado pelos conspiracionistas da “ideologia de gênero” e lança mão de estratégias como naturalizar a homossexualidade e associar esses conspiracionistas à pedofilia. Convocados a participar dos embates que atravessam as questões de infância, sexualidade e gênero, atores sociais como Jean Wyllys, Laerte Coutinho, Dráuzio Varella e Gregório Duvivier promovem articulações que disputam o espaço social da criança. O criador de conteúdo Felipe Neto fez o mesmo ao confrontar Malafaia em vídeo de *YouTube* sobre a proposta do pastor de promover um boicote a *Disney* por conta de um beijo gay em desenho animado da empresa. “Dois homens dando um selinho: você vê isso na rua, você vê isso no shopping, você vê isso na televisão, você vê isso na vida. Nada mais natural que o entretenimento refletir aquilo que existe na vida”, afirma Neto no vídeo.

As produções audiovisuais produzidas ou veiculadas no Brasil, voltadas para crianças e que abordam as dissidências sexuais e de gênero são a entrada da pesquisa para analisar o contexto das vivências dissidentes de gênero ou orientação sexual no país. Considero na pesquisa produções audiovisuais feitas para TV, cinema ou plataformas online, como *streamings* e sites de compartilhamento de vídeos. Para compreender o endereçamento a crianças da obra em análise, levarei em conta o direcionamento ao público infantil expresso pelos responsáveis pela produção, transmissão e divulgação, além da classificação etária da produção no Brasil.

Fiz o mapeamento dessas produções a partir das articulações sobre o tema tomando como ponto de partida o ano de 2014, em que as disputas e alianças sobre gênero e sexualidade no Brasil ganharam novas conformações, com a ascensão de agentes e grupos organizados em torno da expressão “ideologia de gênero”, e cessa em 2021, ano final da pesquisa que deu origem a este livro. O objetivo é olhar para as produções que retratam as dissidências sexuais e de gênero e que entram em disputa com esses atores sociais.

Entendo aqui dissidências sexuais e de gênero como atos que não corroboram determinados papéis atribuídos às vivências constituídas como socialmente aceitas em grupos específicos. Neste caso, busquei convocar produções audiovisuais infantis que retratam tramas ou perso-

nagens que rompem ou fogem às compreensões de expressões de gênero e sexualidade defendidas e partilhadas pelos conspiracionistas da “ideologia de gênero” desde a popularização dessa pauta no Brasil nos moldes já descritos. São, portanto, as dissidências à heteronormatividade tal qual ela tem operado no país.

Heteronormatividade é um conceito formulado pelo pesquisador Michael Warner em *Introduction: Fear of a Queer Planet* (1991) e, segundo o sociólogo Richard Miskolci (2009), se refere a um aparato de poder, uma força “normalizadora” que interfere na ordem social. De acordo com Miskolci (2019), a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que embasa processos de regulação e controle sociais. Ela reúne expectativas, demandas e obrigações sociais que fundamentam a sociedade a partir da presunção de que a heterossexualidade é “natural”. Mas essa força normalizadora vai além. De acordo com o pesquisador, a heteronormatividade excede a heterossexualidade compulsória e abrange mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. “Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade” (MISKOLCI, 2009, p. 156, 157).

Como postulado nas falas citadas dos conspiracionistas da “ideologia de gênero” Malafaia, Damares e Washington Cruz, a homossexualidade não faz parte das performances de gênero aprovadas por esses agentes. A heterossexualidade compulsória é, portanto, um dos padrões que compõem a heteronormatividade defendida por esse grupo. Assim como o desenho animado citado por Malafaia, outras produções audiovisuais infantis transmitidas no Brasil têm retratado alternativas a esse padrão e abordado o relacionamento entre personagens do mesmo sexo. A produção criticada por Malafaia, *Star vs. As Forças do Mal*, exibida pelos canais de TV paga *Disney Channel* e *Disney XD*, retratou um beijo entre dois homens em episódio lançado em 2017. Nesses canais, produções tanto de animação quanto *live-action* têm retratado personagens homossexuais desde 2014 nas séries *Boa Sorte, Charlie!*, *Doutora Brin-*

quedos, *Gravity Falls: Um Verão de Mistérios* e *Andi Mack*. Nos cinemas, a *Disney* exibiu personagens homossexuais em *A Bela e a Fera*, *Star Wars: A Ascensão de Skywalker* e *Dois Irmãos: Uma Jornada Fantástica*, lançados entre 2017 e 2020.

Em novembro de 2020, o serviço de *streaming* da empresa, *Disney+*, estreou no Brasil já com essas produções. Nos Estados Unidos, a *Disney* foi acusada de homofobia no mesmo ano por cancelar o lançamento de uma produção com trama LGBTQIA+ no *streaming*. Trata-se da série *Love, Victor*, derivada do filme *Love, Simon*, de 2018. Assim como no filme, a série é protagonizada por um adolescente gay que se apaixona por um colega de escola. *Love, Victor* seria lançada no *Disney+* em junho de 2020, mas a empresa decidiu realocá-la para outro *streaming*, o *Hulu*, plataforma da *Disney* voltada para o público adulto nos Estados Unidos. De acordo com a revista americana *Variety*, a empresa teria considerado que o seriado não era adequado para toda família por conter cenas de sexo e uso de álcool. No Brasil, o *Disney+* foi criticado por ativistas LGBTQIA+ por estreiar sem o curta-metragem *Segredos Mágicos*, que conta a história de um homem que revela aos pais que é homossexual e apresenta a eles o namorado. Mas, no mês seguinte à estreia do *streaming*, em dezembro de 2020, *Segredos Mágicos* entrou no catálogo brasileiro do *Disney+*.

Outras produtoras de séries e filmes dirigidos para crianças também têm lançado e transmitido obras audiovisuais com personagens homossexuais no Brasil. Em 2016, o canal infantil *Nickelodeon* abordou um relacionamento gay na série *The Loud House*. Em 2018, a emissora *Cartoon Network Brasil* exibiu um casamento entre duas personagens femininas no desenho animado *Steven Universo* e um beijo entre outras duas personagens do mesmo gênero na série de animação *Hora de Aventura*. Um casal entre dois homens já havia sido retratado no canal em 2014, no desenho *Clarêncio, o Otimista*. Na *Netflix*, cinco desenhos animados infantis também já tiveram casais homossexuais: *She-Ra e as Princesas do Poder*, *O Príncipe Dragão* (ambos com temporadas lançadas entre 2018 e 2020), *Os 3 Lá Embaixo: Contos da Arcádia*, de 2018, *Kipo e os Animonstros*, de 2020, e *Ridley Jones: A Guardiã do Museu*, de 2021. Além das séries animadas, o filme de animação *Os Irmãos Willoughby*, lançado pelo *streaming* em 2020, apresenta um casal entre dois homens.

A transgeneridade é outra forma de dissentir de gênero marginalizada pelos agentes e grupos organizados em torno do mote do enfrentamento à “ideologia de gênero”, como pode ser notado nas colocações de Bolsonaro sobre os próprios filhos e na crítica de Marco Feliciano à reportagem da *Veja*. Tramas sobre vivências de transgeneridade ou personagens trans estão presentes em obras audiovisuais voltadas para crianças em exibição no Brasil, como no filme de animação da *Netflix A Vida Moderna de Rocko: De Volta ao Lar*, de 2019. Na obra, que retoma personagens de um desenho animado da década de 1990, uma personagem antes tratada como homem se revela mulher e busca reconhecimento da identidade de gênero dela pelos pais e amigos.

Experiências de pessoas trans também estão nos desenhos animados *As Meninas Superpoderosas* e *Steven Universo*, ambos da *Cartoon Network*, em episódios de 2016 e 2019, respectivamente. Nos dois, essa abordagem é por meio de metáforas, o que será detalhado no segundo capítulo. Em *Steven Universo*, há ainda a abordagem de personagens que não se identificam com os gêneros feminino ou masculino, o que também ocorre nos desenhos *She-Ra e as Princesas do Poder* e *Ridley Jones – A Guardiã do Museu*, da *Netflix*. Em 2020, a cantora e *drag queen* Pablllo Vittar lançou clipe para o Dia das Crianças com a atleta de patinação artística Maria Joaquina Reikdal, então com 12 anos. A atleta havia sido barrada no Campeonato Sul-Americano de patinação artística em 2019 por ser uma garota transgênero e foi convidada por Pablllo para estrelar o clipe.

Para além da homossexualidade ou da transexualidade, desenhos animados, vídeos, filmes e séries voltados para criança têm explorado comportamentos que fogem das normatividades de gênero. Em produções já mencionadas, os padrões de gênero não corroboram as normatividades propagadas pelos conspiracionistas da “ideologia de gênero”. Essas marcas de dissidência podem ser notadas por diferentes vieses em produções audiovisuais infantis exibidas no Brasil. Há tramas que incluem meninos travestidos de personagens femininas em *Steven Universo* e em *Star vs. As Forças do Mal*. Neste último desenho, em episódio de 2017, um garoto se fantasia de princesa e outras personagens defendem a possibilidade de um menino ser uma princesa.

Essa forma de vivenciar gênero está na contramão da afirmação da ministra Damares sobre as roupas de meninos e meninas. Outra dissidência numa produção audiovisual ocorre no filme *Cinderela* (2021). Lançado em setembro de 2021 no *streaming Amazon Prime Video*, a história clássica da princesa Cinderela é recontada com o papel da fada madrinha interpretado por um homem gay e entendido socialmente como afeminado, ou seja, com traços do que é compartilhado na heteronormatividade como feminino. São produções dirigidas a crianças que confrontam as noções de vivências de gênero dos conspiracionistas da “ideologia de gênero” no Brasil, como as citadas até aqui, que constituirão a minha entrada analítica neste livro.

A priori, no início do mestrado, em 2019, a pesquisa pretendia entender a participação dessas produções nas articulações sobre vivências dissidentes sexuais e de gênero no Brasil fundamentando a análise em teorias sobre representação, identidade e discurso. Seriam analisadas as representações de rupturas às normatividades associadas ao estudo das construções identitárias sobre gênero e sexualidade no país com base em discursos dos agentes e grupos que ganharam poder com o mote da “luta contra a ideologia de gênero”. Mas, com o desenvolvimento da pesquisa, percebi que a compreensão dessas articulações carece de bases teóricas que, apesar de abarcar, não são necessariamente comportadas por análises de representação, identidade e discurso.

Seguindo a interpretação de Stuart Hall (2016) sobre representação, esse processo é parte da produção e compartilhamento de significados por membros de uma cultura. “Representar envolve o uso de linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos” (HALL, 2016, p. 31). Hall (2016) afirma que esses significados são o que permite às pessoas cultivar a noção de identidade. Rejeitando a ideia de massa como um conjunto passivo, a identidade é compreendida aqui como uma construção que se narra e que depende da participação dos diversos sujeitos sociais envolvidos (CANCLINI, 1995). Ela é, portanto, cultural e, não, individual. As narrativas que constroem identidade participam de um jogo de poder discursivo. De acordo com o filósofo Michel Foucault (1999), os discursos não são completamente submetidos ao poder nem completamente opostos a ele. “O discurso veicula e produz poder; reforça-

-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (FOUCAULT, 1999, p. 96). Segundo o autor, é preciso admitir que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também, obstáculo.

O caráter cultural da construção identitária e o envolvimento dos discursos, incluindo as representações, nesse processo de disputa de poder ratificam a relevância da análise proposta. Especialmente se articularmos as elaborações de representação, identidade e discurso com estudos sobre sexualidade e gênero. Como escreve Foucault (1984), há uma definição social normativa para o desenvolvimento da sexualidade que, caracteriza, inclusive, os desvios possíveis. Nesse lugar do desviante, segundo o autor, a homossexualidade foi construída simbolicamente na nossa cultura. De forma semelhante, Butler (2004) afirma que o gênero é um gesto performativo, um ato intencional produzido e produtor de significados. É, segundo a autora, a repetição de gestos e signos que constroem as identidades de homem e mulher em nossa sociedade. Essa percepção embasa este livro e pode ser verificada tanto nas normatividades compartilhadas pelos agentes e grupos já destacados neste texto quanto nas dissidências retratadas nas produções audiovisuais dirigidas a crianças.

A participação simbólica das representações de gênero e sexualidade em produções audiovisuais nas construções identitárias é um viés importante para compreendermos as articulações entre as obras e os padrões de sexualidade e gênero numa cultura. Mas essa participação não dá conta da percepção das potenciais vivências dissidentes de sexualidade e gênero, como é interesse desta pesquisa. Para explicar essa carência de outras fundamentações teóricas e encontrar novas pistas conceituais a fim de dar seguimento à investigação pretendida, evoco os estudos de Grossberg (2010) sobre o conceito de estrutura de sentimento, de Williams (1979).

Segundo a compreensão de Grossberg (2010), a estrutura de sentimento se refere aos limites da significação e da representação. O pesquisador explica que a produção discursiva sempre tem elementos que excedem as noções de significação ou representação. “É o que Foucault em parte estava tentando chegar, eu acho, falando sobre o discurso como efetividades não semióticas. Portanto, acho que a noção de uma lacuna entre o que pode ser tornado significativo ou cognoscível e o que, no

entanto, é habitável é um ponto de partida mais interessante” (GROSSBERG, 2010, p. 318, tradução minha).

É nessa lacuna que Grossberg (2010) localiza o elemento do afeto, referencial que se tornou um pilar teórico deste livro. Segundo o autor, o afeto é aquilo que organiza, disciplina, mobiliza nossa atenção, volição, humor e paixão a serviço de agendas específicas. Para Grossberg (2010), essa lacuna onde se expressa o afeto corresponde às energias investidas entre o vivível e o articulável. O afeto diz respeito a formas coletivas de ser. É para onde, segundo ele, devemos olhar para compreender as paisagens afetivas, articulações que compõem os modos como conformamos mapas de importância num determinado contexto. São essas paisagens que habilitam os indivíduos a agir de maneiras específicas em lugares particulares, de acordo com Grossberg (1997).

São os mapas de importância que baseiam nossas ações na vida cotidiana e, por isso, eles sinalizam potências e limitações das nossas vivências. Ao analisar contextualmente os mapas de importância moldados pelos engajamentos afetivos acerca das dissidências sexuais e de gênero, este estudo pretende compreender como produções infantis sobre vivências dissidentes de padrões sexuais e de gênero participam das dimensões normativas do que é ser menino ou menina no Brasil. Também quer verificar se e de que forma provocam fissuras ou rachaduras nessas dimensões.

Grossberg (2010) afirma que fissuras e rachaduras são locais ativos de luta e transformação. Como escreve o autor, o poder nunca é capaz de se totalizar: “há sempre a possibilidade de mudar as estruturas e a organização do poder” (GROSSBERG, 2010, p. 29, tradução minha). A disputa de poder é constante e descentralizada, contínua e mutável (GROSSBERG, 2015). É uma guerra de posições que envolve negociações de políticas e visões entre grupos. O que se busca aqui não são significados simbólicos em representações que componham construções identitárias. São elementos, como explica a antropóloga Kathleen Stewart em *Ordinary Affects* (2007), mais fragmentados, múltiplos e imprevisíveis do que signos e mais atraentes que ideologias. Stewart (2007) sinaliza que a potência das forças dos afetos está na imanência de elementos delas que são, simultaneamente, volúveis e rígidos, oscilantes e palpáveis. Como elabora Grossberg (2010), o afeto e as alianças afetivas passam por questões ideológicas,

políticas e econômicas, mas não podem ser reduzidos a elas. Fujo aqui de uma visão determinista ou essencialista sem cair numa visão relativista ou puramente antirreducionista.

Poderia enxergar como pista, por exemplo, a representação da vivência de gênero de um menino vestido de princesa em *Star vs. As Forças do Mal* em contraposição à argumentação da ministra Damares sobre quais vestimentas são adequadas a crianças do sexo masculino ou feminino. Mas, para a elaboração dessa análise sob a perspectiva do afeto, preciso olhar para elementos nos engajamentos afetivos do desenho animado e da ministra – e de outros que venham a aparecer no processo de análise – que não caibam nem no lugar do significativo ou cognoscível nem do lugar do habitável, mas numa lacuna entre os dois. São esses elementos responsáveis por moldar mapas de importância que quero enxergar. E para compreendê-los, estudar as representações nas produções infantis em contraposição aos discursos conspiracionistas da “ideologia de gênero” não bastaria para responder nossas dúvidas.

Quais paisagens afetivas compõem os mapas de importância sobre vivenciar gênero e sexualidade na infância de forma dissidente no Brasil? Quais são as questões organizadoras sobre vivenciar gênero e sexualidade como criança no país? Produções audiovisuais infantis se envolvem ou interferem na composição desses mapas de importância? Quais fissuras ou rachaduras essas produções potencializam ou limitam? Essas perguntas guiarão este livro. A partir delas, pretendo compreender a participação de produtos audiovisuais voltados para crianças nas construções afetivas acerca das vivências dissidentes de gênero no país. Como motor das articulações que constituem alianças e disputas (GROSSBERG, 1997), o elemento do afeto em articulação oferecerá pistas importantes nas composições conjunturais sobre as vivências de interesse da pesquisa.

Neste livro, são mapeadas as guerras de posições envolvendo dissidências sexuais e de gênero no Brasil a partir do marco da popularização do termo “ideologia de gênero” no país, em 2014, até a finalização desta pesquisa, em 2021. Enquanto realizo o mapeamento, contextualizo radicalmente os engajamentos afetivos de participantes dessas guerras de posições. São eles os agentes e grupos que se dizem em combate à “ideologia de gênero”, apoiadores e membros do movimento LGBTQIA+ e

produções audiovisuais dirigidas para crianças exibidas no país que abordam dissidências sexuais ou de gênero. Os enfoques desse estudo serão a investigação dos mapas de importância em disputa sobre ser menino ou menina no Brasil e a participação dos atores nesses mapas.

Dessa forma, chegarei às questões organizadoras sobre vivências dissidentes de sexualidade e gênero no Brasil em meios às guerras de posições vigentes. Segundo Grossberg (2015), pesquisadores comprometidos com os Estudos Culturais realizam cálculos baseados na cultura e investigam contextos numa dialética particular entre paixão política e rigor intelectual. É objetivo deste livro embasar engajamentos e expressões dirigidos à desregulamentação das formas de vivenciar sexualidade e gênero na infância no Brasil. Esse alinhamento com os Estudos Culturais abre o campo de possibilidades para essa pretensão tanto em compreender a complexidade da cultura quanto em perceber que este livro é, em si, uma forma de engajamento acerca das guerras de posições sobre vivências de sexualidade e gênero na infância no Brasil.

Compartilho da perspectiva de que as normas que servem de ideais aos conspiracionistas da “ideologia de gênero” reproduzem e repercutem violência. Mas, apenas atacar atores e grupos sociais engajados nessa luta é insuficiente. É justamente para saber como se posicionar e em quais caminhos devemos apostar que faço esta pesquisa. Como indica Grossberg (2015), a paixão deve vir acompanhada do rigor intelectual. É essa fundamentação que nos dará subsídio em conhecimento para abrir novos espaços às vivências dissidentes de gênero e sexualidade desde a infância. Para isso, proponho mapear e contextualizar as guerras de posições em vigência no Brasil a fim de calcular articulações competentes ao que a nossa paixão está dirigida. Em suma, planejo, como orienta Grossberg (2010), contar melhores histórias para expandir a imaginação para mais possibilidades e estratégias.

Nesse esforço sugerido pelo autor, realizo nesta introdução um mapeamento prévio de posições associadas a vivências dissidentes no Brasil desde a centralização das disputas sobre essas experiências na “luta contra a ideologia de gênero”, em 2014. Com base nessa entrada nas articulações envolvendo as noções de sexualidade e gênero associadas à infância no Brasil desde o marco definido, mapeei as guerras

de posições em operação no país. São, como explica Grossberg (2015), agenciamentos de alianças em torno de questões e lutas que são motivados por uma disputa maior: a tentativa de alcançar a hegemonia sobre as normas de vivenciar gênero enquanto criança no Brasil e, portanto, encerrar a crise orgânica operante. Nesse sentido, encontrei três guerras de posições vigentes no país:

1. A guerra da homossexualidade compulsória na infância;
2. A guerra da associação entre transgeneridade e infância;
3. A guerra dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas.

A partir dos engajamentos afetivos, quero entender as alianças afetivas e, por conseguinte, as questões organizadoras dos engajamentos dos atores envolvidos nas três guerras de posições mapeadas acerca das vivências de sexualidade e gênero de crianças no Brasil. Essas questões importam porque, como afirma Grossberg (2015), nem mesmo as questões fundamentais a serem abordadas são conhecidas. Não posso presumi-las, assim como também não posso dar como certas as ferramentas ou perigos a serem encarados na pesquisa. As próprias questões organizadoras podem ser motivos de disputa nas guerras de posições. Como afirma Grossberg (2015), há “verdades contextuais” que precisam ser consideradas nas pesquisas. A contextualização radical não é relativista, e, se realizada da forma como orienta, é capaz de indicar as questões a serem analisadas.

Ao analisar as questões organizadoras, é possível relacionar as paisagens afetivas que compõem os mapas de importância sobre vivenciar gênero e sexualidade de forma dissidente no país. As paisagens afetivas são um exercício da contextualização radical. Grossberg (2018) as define como complexos sociais de estar no mundo. São nelas que experiências, comportamentos, escolhas e emoções são possíveis. “Ela define o que é permitido e o que é proibido. E é onde a luta para tornar as experiências novas e emergentes habitáveis e conhecíveis é travada” (GROSSBERG, 2018, p. 91, tradução minha).

No primeiro capítulo, mapeio os engajamentos afetivos sobre a homossexualidade compulsória na infância. Essa guerra de posições se complexifica com envolvimento de atores e grupos sociais com volições

diversas, como a naturalização biológica da homossexualidade, a patologização de relacionamentos gays e lésbicos e a valorização da monogamia e da convenção da família. Essas referências dos engajamentos formam atravessamentos que me levam à leitura de alianças afetivas. A partir dessas alianças e da historicização de atores e grupos sociais envolvidos na guerra da heterossexualidade compulsória na infância, chego a questões organizadoras que me conduzem à construção de uma paisagem afetiva para esses embates: a colonização da normalidade. Com essa paisagem mapeada, analiso as articulações de séries, filmes e desenhos animados infantis e o caráter colonialista dessa guerra de posições.

No segundo capítulo, foco nos engajamentos afetivos sobre a associação entre transgeneridade e infância. Encontrei três visões em torno dos quais engajamentos afetivos diversos se concentram, formando blocos que se competem, mas que também se atravessam em volições. A negação da transexualidade, a interdição de crianças trans, a aceitação social da transgeneridade e a multiplicação das possibilidades de viver gênero são os modos de engajamento que me encaminham para o mapeamento de questões organizadoras dessa guerra de posições. A partir das perguntas que regem esses embates, inferi a paisagem afetiva da resolução da transexualidade.

No terceiro e último capítulo, relaciono os engajamentos afetivos sobre comportamentos dissidentes de meninas e meninos. Nessa guerra de posições, os engajamentos afetivos e a historicização de atores e grupos sociais envolvidos me embasam para a inferência de duas alianças afetivas conformadas: o apreço ao sistema binário que estabelece comportamentos para meninos e meninas e o reconhecimento da criança dissidente dessa divisão. Com essas alianças, articulo a paisagem afetiva que nomeio promessa de revolução e mapeio as entradas de desenhos animados, séries, vídeos e filmes nessa guerra de posições em vias de fuga para crianças em dissidências sexuais e de gênero.

Nos três capítulos, procuro construir perspectivas para a articulação de conjunturas mais libertárias às dissidências e aos dissidentes. A minha aposta é que produções audiovisuais infantis já participam das guerras de posições, tanto pelas convocações dessas obras quanto em abordagens que abrem vias potentes às disputas de poder sobre infância,

gênero e sexualidade no Brasil. O meu mapeamento de engajamentos, alianças, questões organizadoras e paisagens afetivas se quer, portanto, uma participação ativa do percurso analítico de intervenção acadêmica na desarticulação e construção de contextos e conjunturas. E é sobre essa participação que reflito na conclusão deste trabalho.

CAPÍTULO 1

“A Disney resolveu comprar a agenda gay”: engajamentos afetivos sobre a heterossexualidade compulsória na infância

A heterossexualidade compulsória na infância é uma das principais manifestações das normatividades de sexualidade e gênero propagadas por agentes e grupos organizados em torno da “luta contra a ideologia de gênero” no Brasil e é frequentemente articulada em produções audiovisuais infantis exibidas no país. O termo foi popularizado na literatura pela escritora Adrienne Rich em *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica* (2012), publicado originalmente em 1980. Neste ensaio, Rich defende que as feministas devem compreender a heterossexualidade compulsória como forma de garantia de acesso físico, econômico e emocional dos homens sobre as mulheres. Nessa lógica, o desejo mandatário por pessoas do sexo oposto é construído em contraposição à homossexualidade, o que Michel Foucault (1999) afirma ser uma “prática divisora” usada para a identificação das pessoas.

Veremos que a referência da contraposição entre heterossexualidade e homossexualidade permanece ativa nos engajamentos relativos à guerra de posições em análise no Brasil. Essa obrigatoriedade é construída em associação à estrutura social da infância. Para Foucault (2014), a sexualidade das crianças é um dos vetores basilares da família moderna. “A sexualidade da criança, a meu ver, diz muito menos respeito às crianças do que aos pais” (FOUCAULT, 2014, p. 234). A referência da família e dos pais como moduladores da existência da criança também se destaca nos engajamentos que analisarei a seguir.

Para investigar a guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância no Brasil, articularei por camadas, começando pelos engajamentos afetivos mobilizados em função dessas disputas. Há dois modos de engajamentos afetivos em torno da guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância no Brasil que têm se destacado nos últimos anos. São eles: a condenação da exibição de atos homossexuais à infância e a normalização da homossexualidade em abordagens a crianças. Há outros engajamentos envolvidos na guerra de posições, mas, como mostrarei, esses dois se sobressaem nas disputas envolvendo a heterossexualidade compulsória no país. Ambos mobilizam afetos e modificam os mapas de importância constituintes da guerra em questão.

Tenho que ressaltar que o claro binarismo opositivo entre os dois engajamentos mapeados ocorre não por conformação do olhar da pesquisa, mas pela forma como as disputas têm se organizado, com o destacamento de polos em detrimento das complexificações dos esforços. Como afirma Grossberg (2018), “o mundo é completamente construído em termos binários e o resultado é um senso absoluto de partidarismo que satura todos os aspectos da vida em um ou outro lado de uma fronteira” (p. 96, tradução minha). Apesar de abrir a análise dessa guerra de posições por esse caminho binário, chegarei ao momento de mapear os diversos atores e grupos que participam dessa disputa e apontar os atravessamentos entre os destacamentos, mesmo que em aparentes lados distintos de uma determinada fronteira. Como perceberemos nos próximos tópicos, os dois modos de engajamento se confundem, se atravessam e compartilham referências e afetos.

1.1. Condenação e normalização

Entendo que os engajamentos afetivos são a primeira dimensão da guerra de posições e, portanto, da minha análise. Adiante, trarei as demais dimensões: os agentes e grupos, as alianças afetivas e as paisagens afetivas. Para iniciar, destaco os engajamentos de um dos principais atores sociais envolvidos na guerra de posições da heterossexualidade compulsória no Brasil: o presidente Jair Bolsonaro, que governou o país entre 2019 e 2022.

Bolsonaro entrou nesta guerra de posições ainda como deputado federal, em especial em referências ao projeto *Escola Sem Homofobia*. Essa iniciativa é central em diversas disputas que cercam a guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância no país. Criado em 2004 no programa *Brasil Sem Homofobia*, o projeto planejava, entre outras ações, distribuir cartilhas e exibir vídeos para alunos do Ensino Fundamental, com 14 anos de idade ou mais, para combater a homofobia e a transfobia no ambiente escolar. As imagens de casais homossexuais no material foram objeto primordial de críticas da ala mais reacionária do Congresso Nacional, que, pejorativamente, chama a iniciativa de “kit gay”.

O *Escola Sem Homofobia* foi vetado pelo governo federal em 2011. Na época, a presidente Dilma Rousseff afirmou que o governo não permitiria a “propaganda de opções sexuais”. O uso do termo “opções sexuais” contrariava a compreensão científica de que a orientação sexual não é uma escolha e é ofensivo à comunidade LGBTQIA+. A expressão “propaganda de opções sexuais” se alinha à premissa dos conspiracionistas da “ideologia de gênero” de que a orientação sexual é suscetível a estímulos externos, como livros, cartilhas ou produções audiovisuais. Sobre o veto, o então ministro da Educação, Fernando Haddad, disse que o projeto ainda não tinha sido aprovado pelo comitê de publicações da pasta.

Para Bolsonaro, as críticas ao projeto lhe conferiram maior visibilidade no cenário político brasileiro. “O ‘kit gay’ foi uma catapulta na minha carreira política”, disse o então deputado federal em 2017 em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*. A partir da popularização da expressão “ideologia de gênero” no país, em 2014, Bolsonaro e outros atores sociais passaram a associar o projeto à “luta contra a ideologia de gênero”. Como já mencionado na introdução do livro, em vídeo no *Facebook* publicado em 2016, Bolsonaro acusou o governo do PT de

estimular crianças nas escolas brasileiras a se interessar por sexo com o projeto *Escola Sem Homofobia*. No vídeo, Bolsonaro lê, comenta e mostra o livro *Aparelho Sexual e Cia.*, que, segundo ele informa erroneamente, faria parte do programa federal de combate à discriminação em escolas. “Um menino pode gostar de outro menino? E uma menina pode gostar de outra menina? Tá na cara que para o historiador [...] que fez esse livro, isso é normal”. Nessa colocação, Bolsonaro categoriza o relacionamento homossexual à margem da “normalidade” e o associa à erotização de crianças. Essas são referências comuns a engajamentos condenatórios à exibição de atos homossexuais à infância.

Como candidato à presidência, Bolsonaro voltou a mencionar o *Escola Sem Homofobia*, aproveitando que o principal adversário na disputa era Fernando Haddad. Em entrevista ao *Jornal Nacional*, da *TV Globo*, ao ser questionado sobre declarações homofóbicas anteriores, Bolsonaro mostrou o livro *Aparelho Sexual e Cia.* e repetiu, em engano, que a obra fazia parte das cartilhas do projeto de combate à homofobia em escolas. A editora *Companhia das Letras*, responsável pela publicação, esclareceu que o livro não fazia parte do *Escola Sem Homofobia* e não era destinado a crianças, mas para pré-adolescentes com idades entre 11 anos e 15 anos.

Também em discordância às afirmações de Bolsonaro, a obra não é de autoria de um historiador. O livro foi escrito pela autora francesa Hélène Bruller e ilustrado pelo cartunista suíço Philippe Chappuis, que assina como Zep. Em 2018, Zep e Hélène comentaram a polêmica em torno do livro em entrevistas a veículos de comunicação do Brasil. “O manual é feito para as crianças e feito para responder todo o tipo de pergunta em relação ao sentimento amoroso, da puberdade”, explicou Zep ao *O Estado de S. Paulo*. Hélène afirmou ao site *El País* Brasil que Bolsonaro usou a obra para se promover de forma desonesta. Diferentemente da *Companhia das Letras*, Zep e Hélène reforçaram nas entrevistas que o livro é destinado para o público infantil. “A questão do livro não é dizer às crianças que a sexualidade é algo que diz respeito a elas hoje, mas sim dizer-lhes que a sexualidade será parte da sua vida adulta”, explicou a autora.



Figura 3: Bolsonaro faz “mural da vergonha” com imagem de Haddad.

Fonte: *Folha de S. Paulo*.

Até o ano eleitoral, Bolsonaro mantinha uma fachada de colagens no gabinete que ocupava no Congresso Nacional que chamava de “mural da vergonha” (Figura 3). Entre as colagens, estava uma foto de Fernando Haddad com a descrição “O candidato do kit gay. As crianças de seis anos terão aula de homoafetividade nas escolas?”. No mural, o então deputado federal descrevia as cartilhas do *Escola Sem Homofobia* como “desenho pornográfico infantil”. Mais uma vez, há uma associação entre a homossexualidade e a erotização infantil. Também é comum em declarações e ações de Bolsonaro a premissa de que a orientação sexual pode ser ensinada ou até imposta. Membros do governo Bolsonaro também reforçam essa máxima. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o então ministro da Educação do governo Bolsonaro, Milton Ribeiro, reiterou a interpretação da sexualidade como opção. “Vejo menino de 12, 13 anos optando por ser gay, nunca estive com uma mulher de fato, com um homem de fato e caminhar por aí. São questões de valores e princípios”, disse Ribeiro.

Apesar da concentração frequente da defesa da heterossexualidade compulsória na infância por meio do ambiente escolar, Bolsonaro também se engaja nessa guerra de posições via produtos de entretenimento. Em 2014, quando a novela *Amor à Vida* exibiu o primeiro beijo entre dois homens em novelas da *TV Globo*, o então deputado acusou a produção de estimular a homossexualidade em “moleques”. Bolsonaro reforça o princípio de que a orientação sexual é suscetível a estímulos. Na obra, o casal Félix e Niko se beija no último capítulo. Casado e com filhos, Félix consegue, inclusive, a aceitação do pai, que durante toda a novela o rejeitou por homofobia. Bolsonaro disse, à época:

Foi um marco na depravação da sociedade, porque abre precedentes para que esse tipo de cena se torne comum na televisão, inclusive em outros horários. [...] A novela mostra o homossexual como alguém mais inteligente e mais bem sucedido. Tem uns moleques que são fracos e vendo um Félix na vida, que é inteligente, bem sucedido e só anda em carrões, vão entender que ser gay é um verdadeiro vestibular para o sucesso.

Deputado federal e aliado de Bolsonaro, o pastor evangélico Marco Feliciano afirmou na época que só se preocuparia com a exibição do beijo entre dois homens se fosse em um programa para crianças. “Eu teria algo a dizer caso fosse exibido numa programação infantil, pois com estes me preocupo, mas pelo horário exibido só adultos viram”, escreveu Feliciano no *Twitter*. O deputado corrobora a visão da criança passiva aos meios de comunicação, sem agência. A mesma referência é compartilhada pela ministra de Bolsonaro Damares Alves, que também é pastora evangélica. Em condenação à exibição de atos homossexuais a crianças, a pastora criticou o filme *Frozen – Uma Aventura Congelante* em palestra que viralizou nas redes sociais em 2019.

Nas falas de Damares, Bolsonaro e Feliciano fica evidente a oposição da homossexualidade à heterossexualidade. Essa referência desses engajamentos é o que Foucault (2014) chama de “prática divisora”. Também em comum entre os três, há o medo de uma suposta ameaça à criança por meio da exibição de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo para públicos infantis. Esse medo norteia a palestra da ministra sobre o filme da Disney:

Por que que ela [Elsa, a protagonista do filme] termina sozinha em um castelo de areia, de gelo? Porque ela é lésbica. Nada é por um acaso. Acreditem, eles estão armados, articulados. O cão é muito bem articulado e nós estamos alienados. Aí, agora, a princesa do *Frozen* vai voltar para acordar a Bela Adormecida com um beijo gay. Isso aqui é muito grave, sabe por que, gente? Eu fui menina e eu sonhei em ser princesa. Eu sonhei com meu príncipe encantado. A gente tá abrindo uma brecha na cabecinha da menina de três anos pra sonhar com princesa. Isso aqui é indução [...] Nós estamos abrindo uma opção pra menina sonhar com princesa.



Figuras 4 e 5: *Fake news* sobre Pablo Vittar e vídeo de Malafaia propondo boicote a Disney. Fontes (de cima para baixo): *Piaui* e *YouTube*.

Dameres e Feliciano usam o termo ofensivo e cientificamente errado “opção sexual” para se referir à orientação sexual. A interpretação fantasiosa da personagem do filme como lésbica faz parte da estratégia comum a grupos ligados à “luta contra a ideologia de gênero” de criar e circular notícias falsas. Nas *fake news*, valores e premissas compartilhados por atores sociais são evidenciados. Personalidades homossexuais como o ex-deputado federal Jean Wyllys e a cantora e *drag queen* Pabllo Vittar já tiveram notícias falsas associando seus nomes à pedofilia ou à imposição da homossexualidade a crianças (Figura 4). Assim como faz Dameres, o pastor Silas Malafaia também criticou a Disney em 2017. Em vídeo no *YouTube* intitulado *Disney quer erotizar crianças com homossexualismo!*, o pastor propôs um boicote à Disney pela exibição de um beijo entre dois personagens masculinos num desenho animado (Figura 5). No vídeo, a proposta de boicote vem acompanhada de uma explicação sobre a suposta estratégia do conglomerado americano:

A Disney resolveu comprar a agenda gay, colocando em desenhos e filmes para crianças a questão do “homossexualismo”. Não tem coisa mais nojenta do que erotizar crianças. A criança, ela não sabe discernir o que é ordenança, informação e sugestão. É uma covardia pular etapas no desenvolvimento do ser humano. Ensinar sexualidade à criança é a coisa mais covarde que tem. [...] A Disney tem o direito dessa aberração e nós temos o direito de combater isso. No Brasil, católicos e evangélicos praticantes são mais de 50% da população. Vamos dizer “não” a Disney. Não compre produtos da Disney para os seus filhos. Cancele canais da Disney. Essa é a resposta democrática que podemos dar a esses que querem deturpar a criança, erotizando a criança pra uma das coisas mais incríveis do ser humano, que demora quase 20 anos pra ser formado, que é o impulso.

Assim como Bolsonaro, Malafaia pressupõe a orientação sexual como uma construção. Ao dizer que o “impulso” demora 20 anos para ser formado, ele implica que a criança e o adolescente têm a sexualidade suscetível a manipulações ou influências, mais do que o adulto – a mesma insinuação que fez Feliciano ao afirmar que apenas se oporia ao beijo entre dois homens em *Amor à Vida* caso a novela fizesse parte da programação infantil do canal. Na fala de Malafaia, há um esforço em exceder o enga-

jamento de discursos a ações, como o boicote de católicos e evangélicos à exibição de atos homossexuais em programas para crianças.

A patologização da homossexualidade faz parte das referências de engajamentos condenatórios a práticas homossexuais relacionadas à infância. Malafaia prefere o termo “homossexualismo” a “homossexualidade” ao se referir à atração entre pessoas do mesmo gênero. O termo constava na lista internacional de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS) até 1990, e permanece sendo usado por grupos que se opõem aos direitos de pessoas homossexuais. Nos últimos anos, o tratamento de reversão sexual por psicólogos foi alvo de debates no Brasil. O Conselho Federal de Psicologia do país proibiu a realização da terapia sob a explicação de que o processo é uma violação dos direitos humanos e não tem embasamento científico. Mas, em 2017, a Justiça Federal do Distrito Federal liberou profissionais da Psicologia a tratar gays e lésbicas como doentes. A decisão foi derrubada em 2019 pela ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF). Grupos de psicólogos ou religiosos continuam a articular a favor da liberação do tratamento, inclusive com o apoio da ministra Damares.

Assim como Malafaia, o então ministro da Educação, Milton Ribeiro, também usou o termo “homossexualismo” em entrevista a *O Estado de S. Paulo*: “Acho que o adolescente que muitas vezes opta por andar no caminho do ‘homossexualismo’ tem um contexto familiar muito próximo, basta fazer uma pesquisa”. A associação da orientação sexual com a família tal qual Foucault (1999) apontou fica evidente na fala do ministro. “São famílias desajustadas [do adolescente homossexual], algumas. Falta atenção do pai, falta atenção da mãe”, disse Ribeiro. A orientação homossexual é mencionada como um desvio não apenas do filho ou da filha, mas de toda a família. A própria criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro é uma demonstração da importância da construção familiar para agentes e grupos organizados nessa “luta”. Na criação do ministério, Damares, titular da pasta, afirmou que a infância seria prioridade para a gestão de Bolsonaro. O governo foi condenado pela Justiça de São Paulo ao pagamento de R\$ 200 mil como indenização por danos morais coletivos pelas falas de Ribeiro e o

ministro foi denunciado pela Procuradoria Geral da República pelo crime de homofobia, mas a Justiça do Distrito Federal rejeitou a denúncia.

A patologização da homossexualidade também é realizada por meio da associação da orientação sexual com a pedofilia. Em junho de 2021, o apresentador de televisão Sikêra Júnior fez declarações homofóbicas no programa *Alerta Nacional*, comandado por ele no canal *RedeTV!*. Na ocasião, o apresentador se posicionou contra um comercial da rede de *fast-food* *Burger King* intitulado *Como explicar?*, lançado em comemoração ao mês do Orgulho LGBTQIA+. Na propaganda, crianças são convidadas a opinar sobre a comunidade LGBTQIA+. As opiniões sugerem que os entrevistados tratam questões relacionadas a dissidências de gênero ou orientação sexual sem indícios de transfobia ou homofobia. Sikêra Júnior acusou a empresa de promover a pedofilia:

Vocês estão usando as crianças. Vocês querem empurrar goela abaixo que a criança de 8, 6 anos... Parem com essa tara. Vocês fazem isso porque vocês não têm filhos, vocês não procriam, vocês não reproduzem. [...] Vocês precisam de tratamento. Que tara é essa de pegar as crianças do Brasil? [...] O grande lance de vocês é acabar com a família. [...] A gente está calada engolindo essa raça desgraçada que quer que a gente aceite. [...] Não me interessa o que você faz em quatro paredes, como não interessa o que eu faço em quatro paredes, é um direito seu. Agora envolver crianças? Isso é pedofilia.

Esse modo de engajamento condenatório à homossexualidade ligada a crianças aparece constantemente com referências a obras voltadas ao público infantil. Foi o caso da postagem do jogador de vôlei Maurício Souza em outubro de 2021 (Figura 6). Em *post* do *Instagram*, Maurício replicou imagem da HQ americana *Superman: Son of Kal-El* com um beijo entre dois personagens, o super-homem Jon Kent e o repórter Jay Nakamura, e a legenda: “Ah, é só um desenho, não é nada demais. Vai nessa que vai ver onde vamos parar”. A insinuação do jogador faz referência à suposta influência da HQ em crianças e adolescentes para a homossexualidade. Em primeiro momento, o Minas Tênis Clube, time de Maurício, se posicionou em favor do jogador, mas, após pressão popular e dos patrocinadores do time, as empresas *Fiat* e *Gerdau*, decidiu suspender e, em seguida, demitir o atleta.



Figura 6: Maurício Souza critica beijo gay em HQ.

Fonte: *Instagram*.

Em áudio vazado, o diretor do clube, Elói Lacerda de Oliveira Neto, afirmou que demitiu Maurício para protegê-lo e, não, por ele ter sido homofóbico, indicando que se manteve favorável ao atleta: “Durante uma semana apanhando da imprensa, da comunidade LGBT, fomos obrigados a demitir o Maurício, se não ele seria destruído”. Maurício também foi demitido da Seleção Brasileira de Vôlei por causa do *post*, mas, em entrevista ao canal do *YouTube Pilhado*, o atleta manteve o posicionamento homofóbico: “Não ofendi ninguém no meu *post*. Eu dei minha opinião. [...] Como eu, existem milhares de pessoas que defendem a família, a pátria”. No ano seguinte, Maurício foi eleito deputado federal com apoio de Bolsonaro e promessa de proteger famílias e crianças.

Em 2019, o então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, também tomou como alvo uma HQ. Crivella exigiu a censura da HQ *Vingadores: A Cruzada das Crianças* da Bienal do Livro daquele ano. A revista tem um beijo entre um casal de dois personagens masculinos. Crivella determinou que os organizadores recolhessem esse livro sob o pretexto de que ele teria “conteúdo sexual para menores” e enviou para a Bienal um grupo de fiscais da prefeitura para examinar as demais obras em exposição no evento. Segundo ele, livros e revistas como *Vingadores: A Cruzada das Crianças* deveriam estar lacrados em plástico preto com

aviso sobre o conteúdo. Em vídeo postado no *Twitter*, o prefeito disse proteger as crianças do Rio de Janeiro com a ação e escreveu na legenda: “Não é correto que elas [as crianças] tenham acesso precoce a assuntos que não estão de acordo com suas idades”.

Com a justificativa da proteção de crianças da suposta “ideologia de gênero”, o governador de São Paulo, João Doria Junior, exigiu o recolhimento de uma apostila do ensino fundamental das escolas estaduais que explicava os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Ações como a de Crivella e Doria são volições já organizadas em ações políticas, mas que expressam um medo impalpável de uma presumida manipulação de crianças à mudança da orientação sexual da heterossexualidade para a homossexualidade.

Outra ação política movida com base no pretexto da imposição da “ideologia de gênero” a crianças foi o pedido de parlamentares brasileiros das bancadas católica e evangélica ao então presidente do STF, Luiz Fux, para retirar da pauta do Supremo o julgamento de um processo do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) sobre homofobia e transfobia. O texto do PSOL propõe responsabilizar escolas pela prevenção contra o *bullying* homofóbico e transfóbico e seria analisada pelo STF em novembro de 2020, mas Fux acatou o pedido dos parlamentares. Em vídeo postado no *Twitter*, o presidente da Frente Parlamentar Católica, o deputado federal Francisco Júnior, afirma que o adiamento foi uma “vitória para o bom senso, para a família brasileira” e que o processo do PSOL pretendia inserir a “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação. A ação dos parlamentares relaciona o combate à discriminação a homossexuais e transexuais à ameaça à família, o que coaduna com o posicionamento do ministro da Educação de Bolsonaro e reforça a centralidade da sexualidade infantil na construção familiar moderna apontada por Foucault.

Com declarações, boicotes e ações, os agentes e grupos disputam poder para a construção ou manutenção de normas e padrões sexuais, tencionam a guerra de posições da heterossexualidade compulsória e comumente obtêm retorno em forma de apoio, repúdio ou outra reação. Tem se tornado frequente o uso do mote da “ideologia de gênero” por atores engajados nessa guerra de posições para questionar ou até invalidar o esforço de agentes e grupos que propõem combatê-la. Mas, ao

invés de usar o termo como meio condenatório da exibição de relacionamentos homossexuais a crianças, se empenham em normalizar as dissidências sexuais e de gênero em associação à infância. A concepção de normalidade e do que ela abrange é alvo central da disputa nessa guerra de posições, por isso os principais engajamentos se organizam em torno da condenação ou normalização de comportamentos homossexuais, mas, como já dito, esses engajamentos não são lados opostos de uma disputa. Estão espalhados com atravessamentos contraditórios ou corroborativos. Ampliam e limitam as possibilidades da vivência de crianças. O médico Dráuzio Varella praticou esse esforço normalizador em vídeo publicado no *YouTube* em 2019. Após afirmar que a orientação sexual é biológica e não sofre influências externas, Dráuzio critica os políticos que fazem uso do discurso da “luta contra a ideologia de gênero”:

O que fazem alguns políticos, eles pensam assim: “bom, a população não conhece, não tem esses dados, não tem informação científica pra entender essa explicação que eu acabei de dar. O que vou fazer: eu vou dizer assim ‘eu sou defensor da família brasileira. Eu não quero que falem da homossexualidade porque o seu filho poderá virar homossexual’”. Isso é uma gente mal intencionada. Eles são malandros. Eles querem fazer de um jeito que pareça que dessa forma eles estão defendendo a família brasileira. Só que eles esquecem o seguinte: que dessa forma, eles estão alimentando o preconceito contra os homossexuais. E o que quer dizer esse preconceito? Quer dizer que essas pessoas vão sofrer, vão sofrer do ponto de vista social, vão ser achincalhados desde a escola primária. [...] Isso é uma brutalidade com os homossexuais e com as meninas que são homossexuais. [...] O comportamento, a gente pode controlar, o desejo, não. [...] A homossexualidade existe desde que existe a espécie humana. Muita gente diz “não, mas é uma coisa antinatural”. Ignorância. A homossexualidade é descrita em todos os mamíferos, é muito natural.

O esforço de Dráuzio no vídeo é em explicar que a homossexualidade é “natural” em comparação à heterossexualidade. Ao afirmar que os homossexuais sofrem “desde a escola primária” e que a orientação homossexual é definida biologicamente, o médico abre a possibilidade da existência de crianças gays e lésbicas, o que enfrenta a crença compartilhada pelos agentes e grupos engajados na condenação da homossexualidade na infância. Ao mesmo tempo, Dráuzio reforça a percepção

desses atores sociais sobre a comunicação como meio de manipulação massiva quando se refere à estratégia dos políticos. No engajamento normalizador da homossexualidade na infância, há atravessamentos combativos, mas também corroborativos a marcas presentes no engajamento condenatório. A paridade opositiva entre heterossexualidade e homossexualidade é a mais forte delas. No vídeo, Dráuzio menciona a existência de orientações sexuais no que chama de “intervalo” entre a heterossexualidade e a homossexualidade, mas apresenta as duas como polos opostos da sexualidade humana.

O comercial do *Burger King*, que foi convocado nas declarações homofóbicas do apresentador Sikêra Júnior, é outro exemplo de um esforço naturalizador da homossexualidade, como também da transexualidade. No vídeo, que teve veiculação em TV aberta em junho de 2021 e também está disponível no *YouTube*, crianças comentam sobre pessoas e relações LGBTQIA+. O comercial é ambientado em uma unidade da hamburgueria e começa mostrando crianças entrando com adultos no restaurante. Logo depois, aparece a pergunta por escrito: “Não sabe como explicar LGBTQIA+ para crianças?”. E, em seguida, o convite: “Aprenda com eles:”. Em cenas intercaladas, acompanhadas de adultos, as crianças apresentam a percepção delas sobre questões envolvendo a comunidade LGBTQIA+:

Criança 1: Todo mundo pode amar todo mundo.

Criança 2: Eu acho que pode se casar com homem, pode casar com mulher.

Criança 1: Quando eu vejo dois homens de mãos dadas...

Criança 3: É quando o menino gosta do menino.

Criança 1: ...São dois homens de mãos dadas.

Criança 4: Eu nunca tive uma madrasta, só quando a mamãe contou pra mim que ela namorava com ela, aí que eu percebi que eu tinha uma madrasta.

Criança 5: Eu conheço gay, conheço trans, conheço lésbica, conheço mais, quem é?

Criança 6: Na minha casa tem o “T” de trans, o “G” de gay...

Criança 7: Tem problema nenhum.

Criança 6: Essa é a melhor família que eu podia ter. E a criança pode viver o mundo de outro jeito e acabar ensinando pro pai.

Criança 3: E ponto final.

Depois dos depoimentos, mais uma mensagem aparece na tela: “Se elas conseguem, você consegue”. Em seguida, o vídeo mostra as crianças e os adultos trocando carinho. Entre as cenas, podemos ver dois homens beijando as bochechas de uma criança, indicando serem dois pais do gênero masculino. Ao final, o comercial exibe mais um texto: “No *BK* [sigla para *Burger King*], todo mundo é bem-vindo”, e informa o apoio à realização de duas organizações: Mães Pela Diversidade e Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Assim como no vídeo de Dráuzio, esse engajamento busca normalizar discussões sobre sexualidade e gênero na infância. A homossexualidade é abordada de maneira casual por todas as crianças, inclusive a homossexualidade na infância, como sugere a frase “quando menino gosta de menino”, da Criança 3. Essa forma de abordar a atração pelo mesmo gênero contrasta com os engajamentos condenatórios a homossexualidade, que se referem a essa orientação sexual com viés patologizador.

A escolha do *Burger King* em colocar crianças para opinar sobre o assunto sinaliza um deslocamento do agenciamento da guerra de posições do adulto para a criança. Mas esse deslocamento é feito parcialmente. O apoio da organização Mães Pela Diversidade e a presença de adultos com as crianças durante todo o vídeo aparecem como uma demonstração de controle sobre a opinião das crianças, o que reforça a disputa da posse sobre a infância, já ensaiada em engajamentos condenatórios a homossexualidade para crianças. Ao mesmo tempo, a presença de adultos que se relacionam com as crianças como familiares, o comentário da Criança 4 sobre a madrasta dela que namora a mãe e o carinho recebido por uma criança por dois pais do gênero masculino indicam uma compreensão de família que abrange a homossexualidade. Essa compreensão entra em embate direto com a declaração de Sikêra Júnior de que as pessoas homossexuais e os responsáveis pelo comercial teriam a intenção de “acabar com a família”. Há, no vídeo, o reforço de valores tradicionais de família e o

desvio da concepção de família do apresentador da *RedeTV!* e de outros conspiracionistas da “ideologia de gênero”.



Figura 7: Isaac do Vine faz vídeo criticando Sikêra Júnior.

Fonte: *Instagram*.

Após as falas de Sikêra Júnior sobre o comercial, diversos atores sociais se engajaram na polêmica. Um deles foi o criador de conteúdo online Isaac Guedes, que é conhecido como Isaac do Vine e tinha 12 anos de idade na época. Na rede social *Instagram*, Isaac postou um vídeo criticando Sikêra Júnior que ultrapassou dois milhões de visualizações. No vídeo, Isaac aparece em frente a um notebook com um copo da *Burger King* ao lado (Figura 7). A produção é uma paródia de um vídeo do criador de conteúdo online Rafael Chalub, conhecido como Esse Menino. Chalub se identifica como homossexual e ficou nacio-

nalmente conhecido depois de lançar o vídeo *Pfizer* no *Instagram*, em junho de 2021, interpretando um executivo da empresa farmacêutica *Pfizer*, responsável por um dos imunizantes para a Covid-19, e simulando envios consecutivos de e-mails para o então presidente Bolsonaro oferecendo a vacina. No vídeo de Isaac, intitulado *Vai responder não, cringe??*, o garoto simula o processo de escrever vários e-mails para Sikêra Júnior, lendo em voz alta:

“Shikêira”, aqui quem fala é ela: a geração Z. Tá passada? Adivinha. A campanha da BK tá linda, mami. Sem beijinhos, até já, geração Z.

Diga lá, “Sike”? Não tivemos notícias suas. Saiba que é do nosso interesse acabar com o preconceito do qual você reproduz diariamente no seu programa.

Olha, olha, passando na sua rua o caminhão do respeito 100% off. O patrão enlouqueceu. O respeito tá de graça. [...]

Esse e-mail é basicamente um tutorial de como explicar LGBTQIA+ para uma criança. Primeiro e único passo: explique para ela o que é o amor, consegue, Sike? Homofóbi...

A expressão *cringe*, que aparece no nome do vídeo e também no roteiro, é uma gíria de origem inglesa que crianças e adolescentes utilizam no Brasil para se referir a atitudes que consideram vergonhosas de pessoas mais velhas. Na produção, Isaac fala em nome da geração Z, formada por crianças e jovens. O vídeo reforça o engajamento de crianças na guerra de posições, o que não apareceu fortemente no meu mapeamento. Como em outros engajamentos normalizadores da homossexualidade, a produção de Isaac reforça o elemento do amor como disputa central na guerra de posições. Isaac insinua que Sikêra não conseguiria explicar o sentimento e, por isso, teria dificuldade de abordar questões envolvendo pessoas LGBTQIA+ para crianças. A propaganda do *Burger King*, como demonstrado, foi um marco recente importante para as disputas acerca da relação entre infância e sexualidade no Brasil.

Quando a expressão “ideologia de gênero” ainda se popularizava no país, um projeto de lei proposto por Jean Wyllys e Erika Kokay tencionou as disputas desta guerra de posição em 2015. Entre outros direitos, o texto exigia a educação sexual em escolas como parte das obrigações do governo

federal. O projeto previa, dentre outras orientações, a educação sobre o reconhecimento e a aceitação da diversidade sexual na rede de ensino. Em função dos posicionamentos de conspiracionistas da “ideologia de gênero”, revistas especializadas em infância ou na área científica têm produzido reportagens alinhadas à defesa da educação sexual no ambiente escolar nos últimos anos. Em 2019, a revista *Educação* publicou o texto *Por que é urgente falar sobre educação sexual nas escolas*. No mesmo ano, a revista *Nova Escola* apontou a educação sexual como forma de combate às violências na reportagem *Do que estamos falando quando nos referimos à Educação Sexual?*. O mesmo fez a revista *Galileu* em 2020 no texto *Por que a educação sexual é tão importante para crianças e adolescentes?*.



Figura 8: Capa da *Folha de S. Paulo* com beijo gay de HQ censurada por Crivella.

Fonte: *Folha de S. Paulo*.

Essa participação do jornalismo na guerra de posições também pode ser notada na reação ao recolhimento de *Vingadores: A Cruzada das Crianças* da Bienal do Rio de Janeiro. No dia seguinte à declaração de Crivella, a *Folha de S. Paulo* publicou na capa do jornal (Figura 8) a

imagem do beijo retratado na HQ. Nas redes sociais, a capa foi elogiada e repostada por personalidades como o ativista político Guilherme Boulos, a deputada federal Tabata Amaral, o cineasta Kleber Mendonça Filho e o jornalista Glenn Greenwald. Também em reação à censura de Crivella, o produtor de conteúdo online Felipe Neto organizou uma ação de distribuição de dez mil livros com temática LGBTQIA+ na Bienal do Livro. Os livros foram embalados em plástico preto com o aviso: “livro impróprio para pessoas atrasadas, retrógradas e preconceituosas”. Em vídeo postado no *YouTube*, Neto disse que a ação foi um recado para o prefeito Crivella. “Eu fiz isso pra te mostrar que não tem como você ganhar isso. Não tem como vocês reprimirem a população em pleno 2019”, afirmou. Tanto na publicação da *Folha* quanto na distribuição de livros de Neto, é possível notar um engajamento direcionado à normalização da homossexualidade em contraposição à condenação da exibição dessa orientação sexual a crianças.

Em função do vídeo de Malafaia sobre o desenho da Disney com um beijo gay, o produtor de conteúdo também reagiu. Postou um vídeo no *YouTube* intitulado *DISNEY E O SILAS MALAFAIA [+13]*. O “[+13]” no título sinaliza que o conteúdo é voltado para pessoas com mais de 13 anos de idade. No vídeo, Neto sugere a pais de crianças que eles abordem a homossexualidade com os filhos de forma “natural” e opina sobre o medo de algumas pessoas de ter filhos homossexuais:

Dois homens dando um selinho: você vê isso na rua, você vê isso no shopping, você vê isso na televisão, você vê isso na vida. Nada mais natural que o entretenimento refletir aquilo que existe na vida, mas para Silas Malafaia e muitos dos seus seguidores que fazem parte desse séquito de gente prejudicada intelectualmente, isso foi motivo para escândalo. [...] Pra todo mundo que concorda com essa visão totalmente equivocada de que crianças não podem ser expostas à homossexualidade, eu faço uma pergunta pra você: você acha que o jeito certo de educar seu filho a respeito da homossexualidade é fingindo que ela não existe? [...] Você não acha que é muito mais bonito a sociedade abraçar algo que é natural, comum e inerente ao ser humano e você explicar ao seu filho de maneira natural, comum e inerente a homossexualidade existente dentro da sociedade? Não é muito mais fácil dessa forma do que você fingir que ela não existe e, se seu filho vir alguma coisa, você ficar desesperado que ele vai chegar no colégio e dar a bunda?

No vídeo, Neto utiliza o desenho como referência para abordar a exibição de atos homossexuais a crianças e reforça a pressuposição de Malafaia de que produções audiovisuais fazem parte da formação da infância. Mas, ao contrário do pastor, ele propõe o consumo de marcas que incluam a representatividade de sexualidades dissidentes em suas produções, começando pela Disney. Neto convida os espectadores a comprarem produtos da empresa em função do desenho animado criticado por Malafaia incluir um casal gay. Ao mesmo tempo, o produtor de conteúdo online se utiliza de ferramentas de comunicação que constroem a vivência homossexual, como a expressão pejorativa “dar a bunda” para se referir ao sexo entre homens.



Figura 9: Beijo entre dois personagens masculinos em *Star vs. As Forças do Mal*.

Fonte: *Disney+*.

O desenho animado convocado por Malafaia e Neto é o meu ponto de partida para as produções audiovisuais que conformam o que estou chamando de guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância. A série ao qual se referem é *Star vs. As Forças do Mal*, no ar na *Disney Channel* e *Disney XD* desde 2015 e disponível no *Disney+*. Em 2017, num episódio em que a protagonista vai a um show, é possível ver vários casais na plateia se beijando, incluindo dois personagens com características culturalmente associadas a homens (Figura 9), como bigode e cabelo curto, enquanto toca a música *Só amigos*. Na letra da música, se ouve “Ninguém escondeu / A gente sentiu / Foi puro e real, o amor que surgiu”.

A plateia tem muitos outros casais se beijando, todos formados por um homem e uma mulher, seguindo as características socialmente construídas como masculinas e femininas. No engajamento da Disney em *Star vs. As Forças do Mal* relativo à guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância, encontro o esforço normalizador da homossexualidade na disposição do casal gay entre muitos casais heterossexuais.



Figuras 10, 11, 12, 13, 14 e 15 (de cima para baixo, da esquerda para a direita): Casais homossexuais adultos em *Boa Sorte, Charlie!*; *Doutora Brinquedos*; *Gravity Falls: Um Verão de Mistérios*; *Clarêncio, o Otimista*; *The Loud House*; e *She-Ra e As Princesas do Poder*.

Fontes: as imagens de *Boa Sorte, Charlie!*, *Doutora Brinquedo* e *Gravity Falls: Um Verão de Mistérios* são do Disney+; a captura de *Clarêncio, o Otimista* foi feita no HBO Max; a imagem de *The Loud House* está disponível no YouTube; e a imagem de *She-Ra e As Princesas do Poder* é da Netflix.

Esse esforço está presente em produções audiovisuais da Disney desde 2014. A empresa foi a primeira a retratar um casal homossexual em uma série *live-action* dirigida ao público infantil que foi ar na TV brasileira. *Boa*

Sorte, Charlie! foi exibida no Brasil no *Disney Channel* entre 2010 e 2014 e está disponível no *Disney+*. Na última temporada, os pais da personagem-título da série, uma criança de cinco anos de idade, recebem em casa as mães de uma amiga de Charlie, Taylor. Na cena, antes das convidadas chegarem com a colega de Charlie, a mãe da personagem-título diz que a mãe de Taylor se chama Susan e o pai insiste que o nome dela é Cheryl. No momento que as mães de Taylor chegam à casa, os pais de Charlie percebem que Susan e Cheryl (Figura 10) não são a mesma pessoa e, sim, um casal de duas mulheres. Os dois não expressam qualquer rejeição ao relacionamento das duas e o pai conclui “Taylor tem duas mães”. Não há qualquer surpresa exibida por Charlie pelas mães de Taylor formarem um casal. A série se orienta à normalização do relacionamento homossexual associado à infância ao se dirigir ao público infantil e ao retratar um casal homossexual com uma filha criança.

Assim como em *Star vs. As Forças do Mal* e *Boa Sorte, Charlie!*, há uma tendência preponderante em produções audiovisuais infantis engajadas nessa normalização: a abordagem de relacionamentos homossexuais apenas entre adultos. É o que ocorre em duas séries animadas do *Disney Channel*: *Doutora Brinquedos*, que exibiu um casal de duas mães com filhos em 2017 (Figura 11), e *Gravity Falls: Um Verão de Mistérios*, que revelou o teor amoroso da relação de dois policiais, ambos homens (Figura 12). “Estamos loucos de poder... e de amor”, dizem os personagens em episódio que foi ao ar em 2016. Outros canais de TV voltados para crianças seguem a mesma tendência. No *Cartoon Network Brasil*¹, o primeiro casal gay foi retratado em 2014, no desenho animado *Clarêncio, o Otimista*. Na série, uma mulher está em um restaurante e se interessa por um homem que entra no local, mas logo percebe que ele está com outro homem e fica decepcionada (Figura 13). Na *Nickelodeon*, o desenho animado *The Loud House* foi o pioneiro, em 2016. Na produção, dois homens são pais de uma criança amiga do protagonista e formam um casal (Figura 14). Em ambas as séries, os personagens envolvidos com os casais homossexuais não reagem de forma negativa aos relacionamentos por serem entre pessoas do mesmo gênero. Em episódios de *The Loud*

1. Todos os desenhos animados do *Cartoon Network Brasil* citados no livro estão disponíveis no *HBO Max*.

House, o casal demonstra formar uma família estável e oferece conselhos a crianças, incluindo temas como relacionamentos e sentimentos.

A inclusão social de pessoas homossexuais é comumente retratada nas produções audiovisuais infantis engajadas na normalização da homossexualidade. É o que também pode ser visto na série animada da *Netflix She-Ra e As Princesas do Poder*, que teve temporadas lançadas entre 2018 e 2020. Em episódio de 2019, Arqueiro, um dos personagens principais do desenho, apresenta os pais às amigas She-Ra e Cintilante, que não reagem com surpresa ou reprovação ao descobrir que o amigo é filho de um casal de homens (Figura 15). Assim como o casal de *The Loud House*, os dois personagens de *She-Ra e As Princesas do Poder* são retratados como pais cuidadosos, carinhosos e atenciosos. Também há cenas em que eles trocam carinho um com o outro e falam sobre o relacionamento amoroso dos dois.

Também da *Netflix*, o filme *Os Irmãos Willoughby*, de 2020, apresenta brevemente uma família homoafetiva. Uma das crianças que protagonizam o longa, Tim, é adotado por várias famílias em uma sequência de cenas. Uma delas é composta por dois pais com estereótipos associados ao sexo masculino, os Walters. Essa família homoafetiva junto às outras duas que adotaram Tim – uma formada por um casal heterossexual e outra por uma mãe – são descritas positivamente como “famílias bem-intencionadas”. Já os pais biológicos de Tim são um casal heterossexual que não ama ou cuida dos filhos. Os dois abandonam os filhos no final da animação, contrastando com o casal dos Walters, que são apresentados na trama como pais responsáveis, ainda que apareçam rapidamente no filme.

Em outra produção, o *remake* de *A Bela e a Fera em live-action*, da Disney, o personagem Le Fou foi anunciado pelo estúdio de cinema como homossexual. Lançado em 2017, o filme retrata Le Fou como um homem apaixonado ou obcecado pelo vilão da história, Gaston. Le Fou não sofre homofobia de outros personagens por conta de sua paixão ou fixação por Gaston. No filme animado *Dois Irmãos: Uma Jornada Fantástica*, da *Pixar-Disney*, lançado em 2020 nos cinemas, a orientação homossexual de uma personagem também não é motivo de espanto ou rejeição na trama. Na história de fantasia, os dois elfos que protagonizam o filme se encontram com uma centauro policial que menciona uma “namorada”.

Com abordagem semelhantemente normalizadora da homossexualidade, o curta-metragem de animação *Segredos Mágicos* estreou no streaming *Disney+* em dezembro de 2020 após centralizar disputa entre ativistas da comunidade LGBTQIA+ e a produtora do filme. *Segredos Mágicos* entrou no catálogo americano do *Disney+* em maio de 2020 como parte do programa *SparkShorts*, de curtas autorais dos estúdios *Pixar*. Quando o *Disney+* estreou no Brasil, em novembro de 2020, havia sete filmes do *SparkShorts* no catálogo americano do streaming e, dos sete, apenas *Segredos Mágicos* não foi adicionado ao *Disney+* brasileiro. O jornalista e ativista Marcel Nadale criticou a supressão no vídeo *Por que o DISNEY+ BRASIL excluiu um desenho LGBT?*, postado em seu canal no *YouTube*, *Gay Nerd*. “Quando uma marca insiste que é uma marca para toda a família, mas se deixa intimidar nessa questão [de exibição de vivências dissidentes para crianças], ela reforça uma mensagem de que os LGBT são incompatíveis, ou uma ameaça pra esse conceito de família”, afirmou Nadale no vídeo.



Figura 16: Cenas do curta-metragem *Segredos Mágicos*.

Fonte: *Disney+*.

O curta foi lançado no Brasil um mês depois dos outros filmes do programa *SparkShorts*. *Segredos Mágicos* conta a história de Greg, um homem que esconde dos pais que é homossexual. No curta, vemos Greg e o namorado, Manuel, preparando a casa para se mudarem para outra cidade. Manuel encontra um porta-retrato com a foto dos dois abraçados e os nomes deles embaixo com um coração ao centro (Figura 16).

- Manuel [mostrando o porta-retrato para Greg]: Lembra?
- Greg: Lembro que odiou acampar.
- Manuel: Podemos pendurar e tirar da gaveta?
- Greg: Quando estivermos na cidade, vamos pendurar na parede. Eu prometo.
- Manuel: E se os seus pais vierem nos visitar?
- Greg: Nunca vai acontecer.

Para a surpresa de Greg, os pais visitam a casa enquanto estão organizando a mudança e o homem expulsa o namorado e esconde o porta-retrato para que os pais não descubram que é gay. Antes de sair, Manuel orienta Greg a contar aos pais que é homossexual, mas Greg fica reticente e conversa com o cachorro: “Ele [Manuel] acha que é fácil. Só olhá-los nos olhos e dizer: ‘Mãe, pai, eu sou... Este é meu namorado, Manuel’. Qual é o meu problema?”. Em outro momento, a mãe de Greg revela já saber que o filho é gay e respeitar a orientação sexual dele. Sem saber que ele está ouvindo, diz:

Queria poder dizer: “Greg, me magoa ver você se mudar para tão longe. Mas quero que saiba que sempre poderá contar conosco. Sei que um dia encontrará alguém que te amará tanto quanto nós. Só espero que quem quer que seja... Bem, que ele o faça feliz”.

Depois dessa cena, vemos a família em outro momento. Greg e Manuel se beijam e o protagonista apresenta o namorado aos pais, que o recebem com um abraço (Figura 16). No curta, há um reforço da importância do amor romântico como estrutura familiar e o esforço em flexibilizar as noções de normalidade para comportar casais como Greg e Manuel. Ao colocar o amor maternal e paternal no mesmo patamar do amor de um namorado, a mãe de Greg estabelece uma cobrança, atrelando esse eventual romance à felicidade do protagonista, e, ao mesmo

tempo, quebra fronteiras da heterossexualidade compulsória para se imaginar esse par romântico ao afirmar que “quem quer que seja” pode ocupar o lugar de namorado do filho. Além disso, o filme aborda, ainda que marginalmente, a homofobia, ao retratar o medo de Greg em contar aos pais que é homossexual.

Assim como as outras produções audiovisuais com casais ou personagens homossexuais citadas até então neste capítulo, o curta-metragem do *Disney+* não tem a presença de crianças ou adolescentes homossexuais. Três produções audiovisuais infantis que fugiram dessa linha foram a série *live-action Andi Mack*, do *Disney Channel*, o desenho *Kipo e os Animonstros*, da *Netflix*, e o curta-metragem *In a Heartbeat*, produzido por estudantes da faculdade *Ringling College of Art and Design* e disponibilizado no *YouTube*. Exibida originalmente entre 2017 e 2019, *Andi Mack* acompanha a vida de adolescentes no ensino médio. Em episódio que foi ao ar em 2018, um deles, Cyrus, revela à amiga Buffy que tem interesse amoroso por um amigo deles, Jonah. O garoto, no entanto, está em um relacionamento com outra amiga, Andi.

- Cyrus: Eu tô feliz pela Andi, mas também não estou feliz.

- Buffy: Você está com ciúmes?

[Cyrus acena positivamente com a cabeça]

- Buffy: Cyrus, você gosta da Andy?

[Cyrus acena negativamente com a cabeça]

- Buffy: Você gosta do Jonah.

[Cyrus acena positivamente com a cabeça]

- Cyrus: Buffy, eu me sinto estranho, diferente.

- Buffy: Cyrus, você sempre foi estranho, mas não é diferente.

- Cyrus: Que bom que eu te contei.

- Buffy: Verdade.

- Cyrus: Mas só de pensar em contar para outra pessoa...

- Buffy: Você vai ficar bem, eu prometo.

Em cena de outro episódio, Cyrus conta sobre seu interesse amoroso por Jonah a Andi. Na cena, Andi se emociona e fica feliz por Cyrus. Em episódio de 2019, o garoto revela a Jonah que é homossexual em meio à apresentação de pratos de comida na sua casa. “Aquele, é claro, é o *kugel* da tia Ruth. Aqui é clássico *bagel* e o *lox*. Isso é um bolinho de peixe, pula esse, e eu sou gay”. Jonah reage apenas dizendo “Ok, legal” e Cyrus repete: “Ok, legal”. Nas três cenas, Cyrus é apoiado pelos amigos sobre a sua orientação sexual. Na primeira, com Buffy, a personagem diz a ele que não é diferente por ser homossexual. Na cena com Jonah, é ressaltado novamente o elemento da normalização da homossexualidade, ao Cyrus contar que é gay enquanto faz uma atividade corriqueira, como a apresentação de pratos de comida. Além dos momentos em que Cyrus se identifica como gay, a série retrata o relacionamento amoroso dele com outro garoto, TJ. Em cena do último episódio da série, Cyrus e TJ conversam em frente a uma fogueira e dão as mãos, sugerindo que formam um casal a partir daquele momento.

Em *Kipo e os Animonstros*, a protagonista e personagem-título é uma adolescente que se apaixona pelo seu amigo, Benson, que também é adolescente. Em uma cena em episódio lançado em 2019, Kipo revela a Benson que está interessada nele e ele conta que é gay:

- Kipo: Eu não sei se é porque eu estou fazendo 13 anos, mas eu me sinto diferente agora. E eu sinto que preciso te contar que eu acho que gosto de você.

[Benson se mostra surpreso e apreensivo]

- Kipo: Você não sente o mesmo.

- Benson: Ah não, não. Eu gosto de você também. Gosto muito de você. Você é muito maneira, mas você precisa saber de uma coisa.

- Kipo: Você gosta de mim como amiga?

- Benson: É, porque eu sou gay.

- Kipo: Eu li super errado os seus sinais. Tem problema se eu cavar um buraco agora? Obrigada por pelo menos, sei lá, ser você. Ah, tá bom, acho que eu falei uma besteira das grandes. O que eu tô tentando dizer é que tô feliz que a gente é amigo.

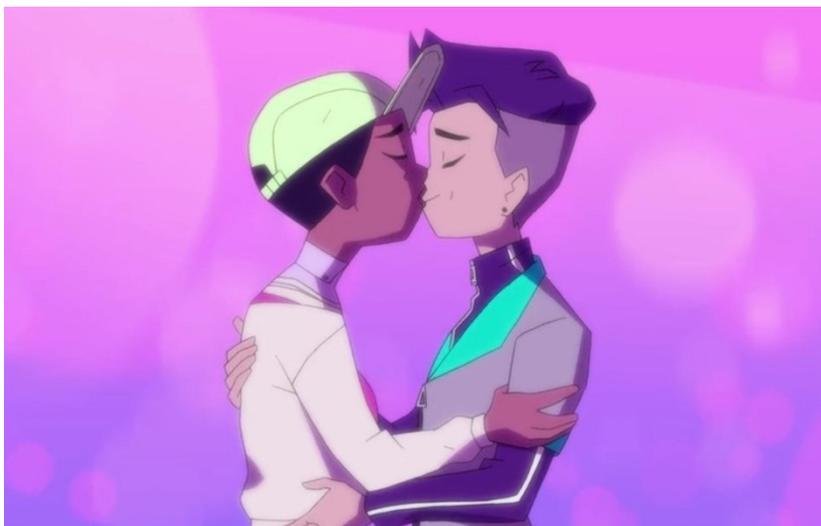


Figura 17: Benson e Troy se beijam em *Kipo e Os Animonstros*.

Fonte: *Netflix*.

Em outro episódio da série, também de 2019, Benson se apaixona por outro adolescente, Troy. Ao conhecê-lo, a cena fica em *slow-motion* e com um fundo rosa e ouve-se ao fundo o trecho de uma música: “Can it be true? I think i’m falling in love with you” (“Pode ser verdade? Acho que estou me apaixonando por você”, em tradução livre do inglês). Em episódio lançado em 2020, Benson pede às amigas Kipo e Loba que elas contem coisas positivas sobre ele ao pai de Troy, Roberto. Em conversa com Benson, o pai de Troy sugere que ele se envolva romanticamente com Loba, mas ao dar a entender que está interessado pelo filho dele, Roberto diz: “vocês dois têm muito em comum”, sugerindo que aprova a relação de Benson e Troy. A reação de Kipo e Roberto ao saber da orientação sexual de Benson segue na mesma linha dos amigos de Cyrus em *Andi Mack*, normalizando a homossexualidade. Há outras semelhanças interessantes entre as duas produções: a identificação verbalizada dos personagens com a homossexualidade e a interpretação primária de Cyrus e Kipo como heterossexuais por outros personagens. Em *Boa, Sorte, Charlie!* e *Clarêncio, o Otimista*, também há essa suposição da heterossexualidade.



Figura 18: Cenas do curta-metragem *In a Heartbeat*.

Fonte: *YouTube*.

Em 2017, o curta-metragem de animação *In a Heartbeat* viralizou na Internet. Com mais de 46 milhões de visualizações no *YouTube*, o curta retrata um garoto apaixonado pelo colega de escola, mas que tem receio de se declarar a ele. O protagonista vê o seu coração literalmente saltar do peito e ir atrás do menino numa alegoria do amor. Em determinado momento, os dois ficam frente a frente, unidos pelo coração do protagonista, mas, são observados de forma crítica por outros colegas da escola (Figura 18). Até que, ao final, os corações dos dois se unem. No desenho, o beijo entre duas pessoas do mesmo gênero não é retratado, assim como em *Andi Mack*. Já em *Kipo e os Animonstros*, na última temporada da série, Benson e Troy se tratam como namorados e se beijam após combinarem de ir juntos a um baile (Figura 17). Personagens que estão em volta do casal aplaudem e comemoram o beijo.

Na proposta de boicote de Malafaia a *Disney*, na declaração de Bolsonaro sobre a novela *Amor à Vida*, na elucubração de Damares sobre uma relação amorosa entre princesas e na ordem de Crivella de vedação da HQ *Vingadores: A cruzada das crianças*, a exibição do beijo gay a crianças aparece como elemento catalizador de engajamentos condenatórios a associação da homossexualidade à infância. O beijo entre pessoas do mesmo gênero é elemento que também atravessa o engajamento normalizador da homossexualidade a crianças e é mais comum entre personagens femininas. É o que ocorre em *Star Wars: A Ascensão de Skywalker*, filme lançado em 2019 nos cinemas. No 11º filme da franquia de filmes *Star Wars*, o primeiro casal homossexual da trama é retratado rapidamente, em um beijo entre duas mulheres.



Figuras 19, 20 e 21 (de cima para baixo): She-Ra e Felina em *She-Ra e as Princesas do Poder*, Ethari e Runaan em *O Príncipe Dragão* e Marcelina e Princesa Jujuba em *Hora de Aventura*.

Fontes: as Figuras 19 e 20 estão disponíveis na *Netflix* e a 21, no *HBO Max*.

O beijo entre personagens do mesmo gênero também aparece em episódios dos desenhos animados *Hora de Aventura*, *Steven Universo* (os dois do *Cartoon Network Brasil*), *Os 3 Lá Embaixo: Contos da Arcádia*, *She-Ra e as Princesas do Poder* e *O Príncipe Dragão* (os três da *Netflix*). Apenas em *Os 3 Lá Embaixo: Contos da Arcádia*, o beijo entre duas pessoas do mesmo gênero não está associado ao amor romântico. No desenho, que foi lançado em 2020, duas amigas adolescentes querem dar o primeiro beijo da vida por achar que estão ameaçadas de morte por um ataque alienígena. Nos outros desenhos citados, o beijo é fruto de relações de amor entre as personagens.

Em *Hora de Aventura*, que foi ao ar originalmente entre 2010 e 2018, há indicações de uma relação amorosa entre as personagens princesa Jujuba e Marcelina durante várias temporadas, mas é apenas no último episódio que elas se beijam (Figura 21), o que é retratado como uma confirmação de que as duas vivem um romance. Em *She-Ra e as Princesas do Poder*, a exibição do primeiro beijo também foi no último episódio da série, lançado em 2020. No desenho animado, a personagem Felina se declara para She-Ra. “Eu ‘tô com você, eu não vou te deixar. Você não entende? Eu te amo, eu sempre te amei”. She-Ra responde: “Eu também te amo”. E as duas se beijam (Figura 19). Da mesma forma que em *Hora de Aventura*, o beijo em *She-Ra e as Princesas do Poder* estabelece uma relação romântica entre duas personagens.

Em *O Príncipe Dragão*, um desenho de fantasia que tem temporadas lançadas desde 2018, dois beijos gays já foram retratados: o primeiro entre duas rainhas e o segundo entre dois elfos (Figura 20). À exceção de *Os 3 Lá Embaixo: Contos da Arcádia*, todas as obras mapeadas na guerra de posições da heterossexualidade compulsória relacionam as referências do amor romântico e da monogamia à normalização da homossexualidade. As teorias feministas na segunda metade do século XX apontaram o caráter sociocultural dessas referências, que funcionam como dispositivos de poder da heteronormatividade. Ao enaltecer o amor romântico e a monogamia entre casais homossexuais para crianças, as produções em mapeamento contradizem a associação desses valores à heterossexualidade, mas reforça-os como únicas possibilidades de existência sexual e de gênero.

O enaltecimento do amor romântico e da monogamia se destaca no desenho animado *Steven Universo*. Exibido desde 2014 no Brasil e disponível no *streaming HBO Max*, a série tem, entre os personagens principais, uma dupla de personagens femininas que se casa, o que foi noticiado em portais de notícia como a primeira celebração do tipo entre personagens do mesmo gênero em um desenho animado infantil.



Figura 22: Casamento de Rubi e Safira em *Steven Universo*.

Fonte: *HBO Max*.

Apresentado inicialmente como uma personagem chamada Garnet, vista no *frame* inferior da Figura 22, o casal é revelado ao final da primeira temporada, em 2015, quando vemos que Garnet, na realidade, é resultado da união de duas personagens, Safira e Rubi, no *frame* superior da Figura 22. Elas são de uma raça alienígena chamada *gem* e têm a capacidade de se fundir formando outro indivíduo. Nessa raça, todos os indivíduos são referidos no gênero feminino e elas são divididas em várias espécies. No planeta natal das *gems*, um império está no poder e a fusão só é permitida entre alienígenas da mesma espécie e com o intuito de ficar mais forte. Como Rubi e Safira são de espécies diferentes e se fundem por amor, elas sofrem discriminação e decidem morar na Terra. No episódio em que é relevado o casal que forma a personagem Garnet, elas enfrentam a alienígena Jasper, que é contra a união de Rubi e Safira, e cantam a música *É Mais Forte Que Você* durante a luta:

As suas regras não iremos seguir [...]
O que fizemos juntas você não tira
Nós vamos ficar assim toda a vida [...]
Sou feita de amor
Isso somos nós
Isso é quem eu sou
E se pensa que pode me deter, se enganou
Sou um sentimento
E não vou acabar
Meu planeta e meus amigos, você não vai machucar
Vai em frente que teu soco é improvável
Não tá vendo que meu lance é estável?
Eu “tô” sabendo que você não me respeita
Por achar que já viu do que sou feita
Mais do que duas, eu sou muito mais
Sou o que elas nunca deixarão pra trás
Sou sua fúria, sua paciência
Eu sou uma conversa

Na música, reverbera a associação entre o relacionamento de Rubi e Safira e o amor enquanto promotor de estabilidade e força. No casamento de Rubi e Safira (Figura 22), essas premissas são reiteradas. “Eu sou o desejo de duas *gems* de cuidar uma da outra”, explica Garnet. A celebração do casamento é feita por uma criança, o personagem-título da série, Steven Universo. A relação de Steven com Garnet estreita o envolvimento do desenho no engajamento normalizador da homossexualidade a crianças. O que também ocorre em episódio que foi ao ar em 2017, quando o pai de Steven diz para a criança que ele pode ficar com quem quiser, independentemente do gênero desse par romântico. A mensagem de liberdade vem acompanhada de normas. Por mais de uma vez na série, Garnet esclarece a outros personagens que a natureza do seu relacionamento não concebe a possibilidade de mais de dois indivíduos. “Três é demais”, diz para Steven em episódio exibido em 2015. A monogamia, como já dito, participa dos padrões que compõem a heteronormatividade, inclusive é propagada em engajamentos condenatórios à associação da homossexualidade à infância no Brasil.

Assim como sofre repressão de Jasper, Garnet é discriminada em outros momentos da série, numa metáfora sobre homofobia. A proibição da fusão entre *gems* de espécies diferentes é abordada pelo desenho animado como uma alegoria da discriminação de casais gays. Em episódio exibido no Brasil em 2016, Garnet conta para Steven a reação das *gems* ao presenciarem a fusão de Rubi e Safira pela primeira vez: “A multidão furiosa se juntou ao redor de Rubi e Safira. Nunca tinham visto uma fusão de duas *gems* diferentes”. E a cena continua com gritos das alienígenas: “impossível”, “inacreditável”, “que nojento”. Em contraposição ao império das *gems*, a Terra é o espaço onde Rubi e Safira podem viver o romance sem sofrer discriminação. Em outro episódio, Steven descobre que há outras *gems* como Garnet vivendo escondidas no império das alienígenas.



Figura 23: Diamante Branco fica corada com piada de Steven.
 Fonte: HBO Max.

No episódio *Mudar de Ideia*, exibido em 2019 no Brasil, o desenho animado apresenta um ponto de fuga em comparação a outros engajamentos afetivos direcionados à normalização da homossexualidade: a proposição da quebra do sistema social instalado. Nesse episódio, Steven convence as imperatrizes do planeta, chamadas de “Diamantes”, a acatar a quebra das normas sociais, como a proibição de fusões entre *gems* de espécies diferentes ou por amor. A proposição tem o pretexto de que a quebra melhoraria a qualidade de vida de todas as pessoas, inclusive das imperatrizes. Em conversa com uma delas, a Diamante Amarelo, Steven afirma que o império onde vivem é problemático:

- Amarelo: Todas nós devemos fazer sacrifícios pelo bem do nosso império perfeito.
- Steven: Isso parece perfeito para você? Meu pai diz que se toda costelinha fosse perfeita, não existiria cachorro-quente.
- Amarelo: O que quer dizer com isso?
- Steven: Eu quero dizer que se tentarem fazer esse império ser perfeito, se vocês dizimarem tudo que veem como fraco, vão perder as coisas que deixam vocês felizes, como o cachorro-quente.

Após convencer a Diamante Amarelo e a Diamante Azul que o império das *gems* não é sustentável, Steven confronta a imperatriz mais poderosa, a Diamante Branco. Nesse embate, convence a líder autoritária a respeitar ele e suas amigas, *gems* que moram na Terra por desobedecerem regras do planeta dos seres fantásticos. A Diamante Branco acusa Steven a estimular que as outras *gems* falhem e passa a controlar a mente das amigas de Steven.

- Branco: Agora sim, eu removi suas falhas [das *gems* amigas de Steven]. [...] Agora, as impurezas que você encorajou nela se foram. Agora, elas são brilhantes. Agora, elas são perfeitas. Agora, elas são eu.

- Steven: As minhas amigas não precisam de conserto. Elas são perfeitas do jeito que são, mesmo com falhas.

Steven é originalmente a Dimante Rosa, que também era imperatriz do planeta alienígena, mas desfez a aliança com as outras líderes e não se identifica mais como Diamante Rosa. A cor rosa é também alegoria das dissidências de Steven e das suas aliadas das regras do planeta das *gems*. Na discussão, Branco afirma: “Eu sei que não preciso de você, afinal, eu sou todas as cores da luz. Mas você faz parte de mim, a parte que eu sempre preciso reprimir”. Ao se perceber errada no confronto com Steven e ficar constrangida com uma piada do garoto, Branco fica corada, com a coloração rosa nas bochechas, e passa a questionar a própria identidade (Figura 23).

- Branco: Eu não posso ter falhas. Eu não devia ter falhas. Se eu não sou perfeita, então quem eu sou? Se você não é a Rosa, então quem você é? Quem é todo mundo?

- Steven: Olha, Branco, se você só deixar as pessoas serem quem elas quisessem, você poderia ser quem você quisesse também.

- Branco: Mas eu não devia ser assim. Eu devia ser melhor. Eu devia deixar tudo sempre melhor.

- Steven: E pode, mas, primeiro, vai ter que sair da sua própria cabeça.

A “cabeça” a que Steven se refere é o nome da nave da Diamante Branco, onde a cena ocorre, mas também serve como metáfora para a valorização da empatia como motor de mudanças. Antes de Branco

ser convencida, as outras Diamantes também admitem sofrerem com as repressões da sociedade do planeta das *gems* e desejarem alterações. É ao compartilharem intimidades marginalizadas que Azul, Amarelo e Branco percebem sofrimentos em comum entre elas e os oprimidos, passam a respeitar Steven e, por conseguinte, a acatar transformações sociais no planeta das *gems*. Em Steven Universo, a marginalização de dissidência é abordada como um sintoma de problemas sistemáticos e como uma forma de opressão inclusive para quem detém o poder institucional. Esse engajamento não é usual nem entre as produções audiovisuais infantis normalizadoras da homossexualidade nem entre pessoas e grupos que apoiam ou participam da comunidade LGBTQIA+.

Por meio do compartilhamento de intimidades marginalizadas, Steven propõe e consegue a dissolução sistemática das normas sociais no planeta natal das *gems* e ainda convence elas de que essa solução seria melhor para as líderes também: “se você [imperatriz Diamante Branco] só deixar as pessoas serem quem elas quisessem, você poderia ser quem você quisesse também”. A relação emocional criada entre Steven e suas opressoras a fazem reconhecer as violências que todos, inclusive elas, sofrem por conta das normas impostas. O sistema, enfim, sucumbe, dando espaço para a criação de uma nova realidade. Na briga para definir o que é normal ou como operar noções como amor e família, o reconhecimento de violências nos próprios opressores e a quebra do sistema da heterossexualidade compulsória como pilar social emergem como locais potentes de transformação.

As produções audiovisuais mencionadas comumente são convocadas por pessoas que se identificam como homossexuais. Essa articulação é comum em vídeos no *YouTube*. O produtor de conteúdo Danilo Dabague se identifica como homossexual e costuma se apresentar como a *drag queen* Lorelay Fox em seu canal na plataforma. Nele, publicou um vídeo em 2015 elogiando a abordagem de dissidências sexuais e de gênero em desenhos animados infantis. “A gente [referindo-se à sociedade em geral] sempre pensa ‘desenho pra criança não pode falar sobre sexualidade, sobre gay, sobre lésbica, sobre divórcio, essas coisas, porque crianças não sabem lidar’. Ah, isso já tá acontecendo há tanto tempo nos desenhos”. Lorelay cita, entre os exemplos de desenhos que retratam

casais gays, *Hora de Aventura* e *Steven Universo*. Outro produtor de conteúdo no *YouTube*, Matheus Marx, que também se afirma homossexual, publicou em 2019 dois vídeos sobre personagens que entende como dissidentes sexuais ou de gênero em desenhos animados e filmes. “Tem muitos personagens que as pessoas tiram eles do armário à força, mas também tem alguns outros personagens que nós vamos citar que são abertamente LGBTs”, diz Matheus.

No canal *Põe na Roda*, maior canal LGBTQIA+ no *YouTube*, é comum a celebração de personagens em produções audiovisuais infantis que são retratados como homossexuais ou que são ditos homossexuais pelos responsáveis pelo programa. Em vídeo de 2020, o criador do canal, Pedro HMC, que se identifica como homossexual, comemorou um *post* do perfil americano da *Nickelodeon* no *Twitter* sobre o mês do Orgulho LGBTQIA+ em que incluía o personagem Bob Esponja Calça Quadrada. O desenho animado, homônimo ao protagonista, é exibido no Brasil desde 1999 pela *Nickelodeon* e era transmitido pelo canal de televisão aberta *TV Globo* no programa *TV Globinho*, que acabou em 2015. “A *Nickelodeon* até que enfim tirou o Bob Esponja do armário. [...] Já há muito tempo se especulava a sexualidade do Bob Esponja sem qualquer confirmação”, afirma Pedro. O apresentador do *Põe na Roda* fala sobre um suposto romance entre Bob Esponja e outro personagem do desenho, mas faz a ressalva de uma citação do criador do desenho, Stephen Hillenburg, que identifica Bob Esponja como “assexual”. Dessa forma, Pedro conclui: “Então, acho que aí, o Bob Esponja seria um assexual horrorromântico”.

No canal de *YouTube* brasileiro *Janela da Rua*, o esforço normalizador da homossexualidade a crianças se deu em vídeo em que se exhibe a reação de sete crianças com idades entre sete e 12 anos assistindo ao curta-metragem *In a Heartbeat*. O vídeo alcançou 400 mil visualizações na plataforma e ressalta comentários que normalizam a relação homossexual retratada na animação. Todas as crianças são entrevistadas por um adulto com perguntas sugestivas à reação positiva ao desenho. Um dos espectadores convidados, Bernardo, de sete anos de idade, comenta: “ele [o protagonista do curta] gosta de outro menino, mas ele não sabe se o outro menino gosta dele, mas o importante é ser feliz”. Em outro momento, Henry, de oito anos, afirma: “eu gostei muito dessa animação

porque ela fala de um assunto que várias pessoas são contra, que é menino namorar menino, mas isso não é errado nem certo; é o coração que escolhe a pessoa”. Ana, de nove anos, também tende a normalizar o relacionamento homossexual ao ser questionada sobre a narrativa do desenho: “é uma história de um menino que se apaixona por outro, só que ele tem vergonha de falar pra ele porque as pessoas acham que isso é muito feio. Mas eu acho que as pessoas não tem que achar nada. É uma coisa normal. E, esse vídeo, eu só vi uma história de amor”.

No vídeo do *Janela da Rua*, as crianças também são entrevistadas sobre críticas que o desenho recebeu por ser dirigido ao público infantil. “Eu acho que isso é bobagem das pessoas acharem que as crianças não podem saber que isso existe porque as crianças vão, cada vez mais, ver casais gays, casais de lésbicas”, comenta Ana. Há também, por parte dos comentários das crianças retratadas no vídeo, uma valorização da representatividade de relacionamentos homossexuais. “Tem gente que não olha esses vídeos quando é criança. Aí quando cresce, [...] acham errado [a homossexualidade]”, afirma Sofia, de oito anos. Outra característica do vídeo é o uso da denominação gay pelo adulto que entrevista as crianças e pelas próprias crianças para se referir ao conteúdo que assistiram. “Poderia ter muito mais desenhos gays para as crianças olharem e aprenderem a não ter preconceito com os outros”, diz Alice, de oito anos. Nos vídeos de produtores de conteúdo homossexuais ou apoiadores, há uma valorização dos meios de comunicação na formação da criança semelhante aos atores engajados na condenação à associação entre homossexualidade e infância, mas, ao invés de criticar a abordagem, eles enaltecem a normalização dos casais e personagens gays para o público infantil.

No mapeamento acerca da guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância, destaquei os dois modos de engajamentos afetivos mais constantes nas disputas recentes sobre a questão no Brasil. No engajamento que condena a homossexualidade ligada à infância, sete referências se repetiram:

1. Associação entre a homossexualidade e a erotização de crianças;
2. Oposição heterossexualidade/homossexualidade num binarismo normal/anormal;

3. Suposição da sexualidade como orientação passível de ser ensinada ou imposta;
4. Interpretação da criança como indivíduo sem capacidade de agência;
5. Patologização da homossexualidade;
6. Temor da manipulação da orientação sexual de crianças por escolas e meios de comunicação;
7. A homossexualidade como risco às instituições da família e da sociedade.

No engajamento que normaliza a homossexualidade para crianças, inferi sete referências constantes:

1. Associação entre a homossexualidade e o amor romântico;
2. Reconhecimento da homossexualidade e heterossexualidade, com apagamento de outras manifestações da sexualidade humana;
3. Naturalização da orientação sexual, em especial da homossexualidade;
4. Abordagem da homossexualidade para a infância, mas raramente na infância;
5. Relevância da influência dos meios de comunicação na formação da criança, com enaltecimento da representatividade de casais homossexuais;
6. Valorização da monogamia e da convenção da família;
7. Medo dos efeitos da homofobia na sociedade.

No tópico 1.3., recuperarei essas referências para pensar os atravessamentos afetivos entre os diferentes engajamentos. São as alianças que nos tiram de perspectivas superficiais e maniqueístas, nos permitindo articular e desarticular os envolvimentos de atores e grupos sociais envolvidos na guerra de posições. Antes, no entanto, vou explorar esses agentes de forma historicizada. Também recorrerei a pesquisas que me ajudam a compreender os fenômenos mais articuladamente.

1.2. Religião, política, militância e produções

Depois de mapear os engajamentos afetivos relacionados à guerra de posições da homossexualidade compulsória na infância, lançarei atenção sobre os atores e grupos sociais envolvidos. Eles compõem o que consideraremos aqui a segunda dimensão da guerra de posições e abrangem todos e tudo aquilo que tensionam ela. Na análise deste livro, meu esforço é contextualizar e historicizar os atores e também os blocos de poder engajados nos embates. Para compreender uma guerra de posições, não podemos analisar os atores descontextualizada e isoladamente. Devemos investigar as alianças e disputas que se envolvem afetivamente a fim de estudar a presença deles na guerra de posições e a potência que os engajamentos oferecem aos rumos da questão.

No mapeamento de engajamentos condenatórios a homossexualidade, verifiquei a constância da participação de atores ligados a dogmas religiosos. O grupo que ocupou a presidência entre 2019 e 2022 e que tinha preponderância em outros espaços de poder institucional, como o Congresso Nacional e a liderança de estados e prefeituras, é diversificado e não deve ser abordado como um bloco monolítico, mas possui semelhanças contextuais e históricas. Em entrevista para o portal de notícias da Alemanha *Deutsche Welle* em fevereiro de 2020, a então ministra Damares Alves afirmou que as igrejas evangélicas pentecostais devem participar das políticas públicas. “É o momento de a Igreja ocupar a nação”, afirmou a ministra em referência ao governo Bolsonaro. Se, com este governo, as igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais alcançaram a centralidade do poder institucional brasileiro, em outros espaços de poder, elas já estão presentes há bastante tempo.

O projeto de poder das lideranças evangélicas está articulado com o neopentecostalismo, movimento dentro do cristianismo que surgiu nas décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos. O neopentecostalismo tem duas bases: a teologia da prosperidade e a teologia do domínio (MARIANO, 1999). A primeira se refere à concepção de que a fé cristã tem recompensas materiais, como saúde, bem-estar e boa situação financeira. A segunda prega a ocupação cristã nas diversas esferas sociais. A doutrina defende que a guerra entre Deus e o diabo ocorre em diferentes

instâncias, como família, política, artes ou imprensa, e que, por isso, a igreja deve se fazer presente em todas elas.

Esse projeto tem como resultado o crescimento exponencial das igrejas evangélicas e do número de fiéis. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de evangélicos no Brasil triplicou entre 1990 e 2020. Segundo previsão do demógrafo José Eustáquio Alves, o número de evangélicos deve igualar a quantidade de católicos no país em dez anos. Entre as organizações de maior destaque e penetração política no país está a *Igreja Universal do Reino de Deus*, fundada e liderada pelo bispo Edir Macedo. O bispo é acionista majoritário do *Grupo Record*, o quarto maior conglomerado midiático do país.

As igrejas evangélicas neopentecostais participam ativamente da política partidária desde a redemocratização do Brasil. A *Assembleia de Deus*, um grupo formado por igrejas autônomas, foi a pioneira nessa participação ao criar a Frente Parlamentar Evangélica em 1986 para lançar candidaturas a cargos públicos. Desde então, a capilaridade do neopentecostalismo na política brasileira aumentou. Apesar da manutenção de uma proximidade com o governo federal durante todo o período democrático pós-Ditadura Militar, foi apenas em 2010 que a primeira candidata à presidência associada a esse projeto apareceu com força nas pesquisas eleitorais, a ambientalista Marina Silva, convertida à *Assembleia de Deus* em 1996.

Em 2018, o então deputado federal Jair Bolsonaro foi eleito presidente com o mote de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Em 2017, ainda como pré-candidato, negou a laicidade do país e afirmou: “o Estado [brasileiro] é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as maiorias”. Apesar de não se identificar como evangélico, Bolsonaro foi batizado por um pastor da religião em Israel em 2016 e abençoado pelo bispo evangélico Edir Macedo em 2019. No mesmo ano, o mandatário afirmou em culto evangélico que indicaria um ministro “terrivelmente evangélico” ao STF. Em dezembro de 2021, o jurista e pastor presbiteriano André Mendonça foi empossado ministro do STF. Em sabatina no Senado, Mendonça afirmou que respeitaria os direitos civis da comunidade LGBTQIA+ e se oporia às violências ao grupo. Mas, fez a ressalva de que a liberdade religiosa seria resguardada, indicando que votaria a favor da marginalização à comunidade LGBTQIA+ prati-

cada por instituições religiosas no Brasil. Mendonça já havia sido indicado por Bolsonaro à Advocacia Geral da União e ao Ministério da Justiça e Segurança. Outros dois ministérios de Bolsonaro foram ocupados por pastores: o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com Damares Alves, e o Ministério da Educação, com Milton Ribeiro.

Damares é pastora e advogada e foi assessora jurídica no Congresso Nacional por mais de 20 anos antes de se tornar membro do governo federal. Ao ser nomeada ministra, passou a fomentar discussões envolvendo infância, gênero e orientação sexual no país em larga escala. Da mesma forma, fez Milton Ribeiro, que também é advogado e pastor evangélico e foi ministro da Educação. A guerra de posições da heterossexualidade compulsória ainda encontra no pastor Marco Feliciano uma importante voz na política partidária brasileira. Feliciano já liderou a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e opina frequentemente sobre relacionamentos homossexuais. Apesar de não ocupar cargo público, o pastor Silas Malafaia é outro líder evangélico com penetração política relevante. Publicamente, já se posicionou contra o casamento homossexual e a adoção de crianças e adolescentes por casais de mesmo gênero. Em 2013, no programa *De Frente com Gabi*, do canal de TV aberta SBT, afirmou: “eu não acredito que dois homens e duas mulheres tenham a capacidade de criar um ser humano. [...] Não tenho nada contra homossexuais, mas amo homossexuais assim como amo bandidos”.

Em 2020, a relação entre religião e homossexualidade embasou recurso do advogado-geral da União indicado por Bolsonaro, José Levy, acerca da criminalização da homofobia pelo STF no ano anterior. De acordo com Levy, a interpretação do Supremo de que a homofobia se equipara ao crime de racismo pode abrir brechas para a condenação de religiosos que se oponham a comportamentos homossexuais. Na decisão de 2019, no entanto, os ministros previram o direito de religiosos de pregarem contra relações de pessoas do mesmo sexo. O próprio autor da ação no STF que criminalizou a homofobia, o advogado Paulo Iotti, diferencia a prática de cristãos contra a homossexualidade da discriminação por sexualidade. “Uma coisa é falar que é pecado, outra coisa é falar que pessoas LGBTI seriam perigosas, que estariam querendo destruir a nossa sociedade, prejudicar as nossas crianças”, afirmou o advogado

em entrevista ao *Jornal Nacional*. Nessa defesa, Iotti argumenta contra a aplicação de leis com bases religiosas, enfatizando a separação entre a Igreja e o Estado, mas retoma o conceito de “pecado” no discurso.

A associação entre o cristianismo e a obrigatoriedade da heterossexualidade e a condenação à homossexualidade se fortaleceu na Idade Média. Segundo Foucault (2004), comportamentos homoeróticos eram tratados como excessos ou libertinagem passíveis a controle. Com o domínio político da Igreja Católica, a concepção de que esses comportamentos são abominações ou pecados se disseminou. E, com isso, os atos homoeróticos foram criminalizados no Ocidente. De acordo com Foucault (1984), foi no século XIX que os indivíduos passaram a ser identificados pelos desejos sexuais. E, assim, a homossexualidade começou a ser tratada como uma doença. Foucault (1984) também verifica que foi durante o século XIX que a sexualidade infantil se tornou um instrumento de poder. O objetivo, segundo ele, não era proibir a sexualidade de fato, mas construir, por meio dela, uma rede de poder sobre a infância. Um exemplo que Foucault (1984) utiliza para isso é a perseguição à masturbação infantil que começou no século XVIII e se intensificou no seguinte. A homossexualidade associada às crianças é, portanto, uma afronta a esse projeto de construção da infância que tem evidentes reverberações em engajamentos afetivos mapeados neste livro. Entre os líderes das igrejas evangélicas neopentecostais, essa afronta entra no que chamam de “luta contra a ideologia de gênero” e passou a ser articulada em favor do fortalecimento políticos desses atores sociais.

Na Igreja Católica, o enaltecimento do dispositivo familiar com a marginalização da homossexualidade está em crise. Em outubro de 2020, o apoio do papa Francisco à união civil homossexual verbalizado no documentário italiano *Francesco* foi noticiado por veículos jornalísticos no Brasil. No filme, o papa afirma que os homossexuais “têm direito a formar uma família”. “O que temos que fazer é criar uma legislação para a união civil. Dessa forma, eles ficam legalmente cobertos”, disse o líder da Igreja Católica. O documentário também exhibe o papa incentivando um casal de homens a frequentar a igreja com os filhos. Antes de se tornar papa, ainda como arcebispo de Buenos Aires, o religioso já defendia proteções legais a homossexuais, mas se opunha ao casamento

entre pessoas do mesmo sexo. O Vaticano emitiu nota esclarecendo que a Igreja Católica considera as relações homossexuais como pecado e que não reconhece o casamento homoafetivo. No Brasil, a Comissão Nacional dos Bispos (CNBB) declarou que o papa Francisco demonstrou “humanidade” na declaração, mas que o conceito de família para a Igreja segue baseado em casamentos exclusivamente entre homem e mulher. Em livro de 2013, *Sobre o Céu e a Terra*, Francisco afirma que o casamento homossexual é “uma regressão antropológica” e se posiciona contra a adoção de crianças por casais gays. “As crianças poderiam ser afetadas. Cada pessoa precisa de um pai homem e uma mãe mulher que possam ajudá-los a moldar sua identidade”, escreve o líder religioso.

Outro grupo que se faz presente na guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância no país tem origem no século XIX. Foucault (1984) explica que, assim como ocorreu com outras minorias sociais, como mulheres ou negros, os homossexuais se organizaram em movimentos combativos à patologização. Esses movimentos se fortaleceram no século XX e ganharam notoriedade em lutas contra a criminalização e a patologização de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade e a favor da garantia de direitos civis como casamento, adoção ou reconhecimento da identidade de gênero. No Brasil, o movimento homossexual se fortaleceu na década de 1970, durante a Ditadura Militar, aliado aos movimentos feminista e negro. Já na década de 1980, organizações do movimento homossexual faziam demandas que se verificam nos engajamentos normalizadores da homossexualidade para crianças, como a despatologização da homossexualidade, a defesa do casamento entre pessoas do mesmo gênero, a representação positiva de relacionamentos homossexuais na mídia e a inclusão da educação sexual nas escolas. Nas décadas seguintes, o movimento se complexificou, com a demanda por mais voz de outras dissidências sexuais e de gênero e com a popularização de meios de comunicação online.

É notório que os atores sociais que se destacaram no mapeamento de engajamentos que se opõem à heterossexualidade compulsória mantêm referências fortes às demandas que eram feitas nas décadas passadas pelos movimentos homossexuais, como, por exemplo, no projeto de lei proposto em 2015 pelos deputados federais Jean Wyllys e Erica Konkay

a respeito da diversidade sexual na educação escolar. Antes disso, em 2012, Jean idealizou e coordenou o 9º *Seminário LGBT no Congresso Nacional* com o tema “infância e sexualidade”. O objetivo declarado era alertar os congressistas sobre a violência sofrida por crianças em dissidência sexual ou de gênero. Na entrevista ao *Jornal Nacional* como candidato à presidência da República, Bolsonaro criticou o evento que chamou de “nono seminário LGBT infantil”. Jean e Bolsonaro mantiveram embates publicamente desde o primeiro mandato do primeiro no Congresso. Em 2011, primeiro ano do militante LGBTQIA+ como deputado, ele foi chamado por Bolsonaro de “professor de ‘homossexualismo’ da Câmara” durante audiência da Comissão de Direitos Humanos da Casa. Na ocasião, Jean disse que ficou “ofendido” e que teve o “primeiro bate-boca” com o então deputado. Bolsonaro afirmou que estava “sofrendo preconceito heterossexual”. Desde então, os dois se tornaram protagonistas no Congresso em disputas acerca de direitos e discriminações a pessoas em dissidência sexual ou de gênero.

Eleito em 2010, Jean foi o primeiro parlamentar assumidamente gay a promover a agenda LGBTQIA+ no Congresso Nacional. Em 2018, o país elegeu pela primeira vez um candidato declaradamente homossexual para o Senado, o delegado Fabiano Contarato. Ainda que haja apoio de outros deputados e senadores, as causas do movimento homossexual não obtiveram grandes conquistas no Congresso Nacional. As principais pautas políticas da militância avançaram no Poder Judiciário. Em 2011, o STF aprovou a união estável entre casais do mesmo sexo, em 2013, o casamento gay, em 2015, a adoção por casais homossexuais e, em 2019, a criminalização da homofobia e transfobia. No mesmo ano, a ministra do STF Cármen Lúcia derrubou liberação da Justiça Federal do Distrito Federal de profissionais da Psicologia oferecerem tratamento de conversão sexual a gays e lésbicas. Em maio de 2020, durante a pandemia do novo coronavírus, o Supremo derrubou restrição de doação de sangue por homossexuais, uma demanda antiga de ativistas.

Em setembro do mesmo ano, o STF lançou uma coletânea com todas as decisões favoráveis à comunidade LGBTQIA+ chamada *Diversidade – Jurisprudência do STF e Bibliografia Temática*. No evento de lançamento, o então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, discursou sobre o apoio

do Poder Judiciário às pessoas que não se conformam em padrões heteronormativos sexuais e de gênero: “O STF está atento às demandas dos LGBTI+ por respeito, tratamento isonômico e inclusão social, conforme ilustram os vários julgamentos tomados por esta Corte, lastreados na dignidade da pessoa humana e no direito à igualdade”.

As decisões posicionaram o Poder Judiciário e, em especial, o STF, em embate direto com o presidente Bolsonaro e seus seguidores. Inclusive por esse histórico recente de decisões favoráveis às causas LGBTQIA+, Bolsonaro prometeu a sua base eleitoral que indicaria um ministro evangélico à Corte, o que cumpriu em dezembro de 2021. Além das discordâncias sobre a pauta LGBTQIA+, enfrentamentos por conta das providências tomadas pelo governo federal para lidar com a pandemia de coronavírus, o inquérito que investiga interferências criminosas de Bolsonaro na Polícia Federal e a investigação sobre uma rede de disparo de notícias falsas ligada ao líder do Executivo contribuíram para o acirramento dos atritos entre o então presidente do Executivo e o STF. Esse tensionamento chegou ao nível máximo no dia 7 de setembro de 2021, data em que se comemora a Independência do Brasil. Na ocasião, Bolsonaro participou de atos populares em Brasília e São Paulo que, entre outras demandas, exigiram o fechamento do STF.

Em discursos nas duas cidades, o presidente à época ameaçou o STF e membros da Corte. Disse que não iria cumprir decisões do ministro do Supremo Alexandre de Moraes, relator do inquérito das notícias falsas. Em função dos discursos, o então presidente do STF, Luiz Fux, fez críticas cifradas a Bolsonaro: “Infelizmente, tem sido cada vez mais comum que alguns movimentos invoquem a democracia como pretexto para a promoção de ideias antidemocráticas”. Dessa forma, o STF reforça as defesas à comunidade LGBTQIA+ e o alinhamento a pautas da militância como uma marcação da posição que ocupa nessa guerra de posições: favorável à democracia e contrário a ataques autoritários e discriminatórios. A pauta LGBTQIA+ funciona ao Supremo como uma referência alternativa ao presidente Bolsonaro e a seu governo.

A militância LGBTQIA+ não tem, no entanto, se organizado apenas em associações ou penetrações na política partidária e por meio do Poder Judiciário. Os criadores de conteúdo online Lorelay Fox, Pedro

HMC e Matheus Marx são atores sociais envolvidos na guerra de posições que se identificam como homossexuais, mas que não organizam suas demandas por meio de associações ou instituições. Eles se engajam por vídeos que produzem e postam em canais e perfis em redes sociais. Dessa forma, ainda que haja referências comuns aos engajamentos, há uma fragmentação maior nos esforços e uma multiplicidade ou complexidade maior nas demandas. Em coexistência às pautas tradicionais da militância, como casamento gay ou criminalização da homofobia, a exigência por diferentes representações ou por uma presença mais frequente de personagens e relacionamentos homossexuais em produções para crianças, por exemplo, se fortaleceu nos últimos anos. Essas reivindicações estão relacionadas com um requerimento por pertencimento cultural. Nos engajamentos mapeados, infiro que importa a esses grupos tanto o modo como as tramas de personagens homossexuais são apresentadas como a quantidade de abordagens.

As demandas da militância atravessam os engajamentos de pessoas ou canais que declaram apoio aos direitos LGBTQIA+, como Dráuzio Varella, Felipe Neto e o canal *Janela na Rua*. São engajamentos alinhados à naturalização e, portanto, despatologização, da orientação sexual, seja ela homossexual ou heterossexual. Neto também insiste na presença maior representatividade de homossexuais na mídia. De acordo com o instituto de pesquisa *Pew Research Center*, a aceitação da homossexualidade na população brasileira tem crescido. Em 2019, 67% dos entrevistados no país disseram “aceitar” a orientação sexual gay contra 61% que disseram o mesmo em 2011. O número de pessoas que não aprovam a homossexualidade também caiu. Em oito anos, o percentual de brasileiros que assumiram ser intolerantes na pesquisa diminuiu de 36% para 23%. Na mídia jornalística, o eco às pautas da militância também ocorre. É o que pode ser notado na capa do jornal *Folha de S. Paulo* e nas reportagens das revistas *Educação*, *Nova Escola* e *Galileu*. Ao exibir o beijo gay de uma HQ infantil que Crivella ensaiou vetar da Bienal do Livro, a *Folha de S. Paulo* se engajou nas disputas envolvendo representatividade gay num posicionamento contra a censura.

Como mapeado nos engajamentos normalizadores da homossexualidade para crianças, produções audiovisuais que retratam casais

gays tem se tornado mais frequentes. Seja na TV, cinema, plataformas de *streaming* ou em sites, seja em programas nacionais ou importados, a homossexualidade tem sido abordada para crianças em produções audiovisuais infantis no Brasil com o viés normalizador. Ao analisar essa rede de forma historicizada, é perceptível, no entanto, que a interação afetivossexual já esteve presente nessas produções, apesar de que nem sempre com esse direcionamento. O beijo entre personagens do mesmo gênero, por exemplo, aparece em nossa análise como elemento catalizador de engajamentos ao retratar a possibilidade de um amor que não se conforma numa relação heterossexual, mas já foi exibido de formas distintas, sem provocar reações semelhantes às que mapeei. O personagem Pernalonga, um coelho antropomórfico criado na década de 1940, sempre beijou personagens masculinos. Curtas-metragens e desenhos animados com Pernalonga passaram em canais de TV aberta do Brasil, como a *TV Globo* e o *SBT* desde a década de 1970.



Figuras 24 e 25: Pernalonga beija Michael Jordan e Lola.

Fonte: *HBO Max*.

Diferentemente dos beijos retratados em produções como *Star vs. As Forças do Mal*, *Steven Universo*, *Hora de Aventura*, *Segredos Mágicos* ou *Star Wars: A Ascensão de Skywalker*, o beijo gay de Pernalonga não era associado a amor ou paixão, mas a comicidade ou ameaça. No primeiro curta-metragem de Pernalonga, *A Wild Hare*, de 1940, ele beija o seu rival, o caçador Hortelino Troca-Letras, durante uma distração para conseguir fugir do inimigo. O beijo irrita Hortelino. No filme *Space Jam: O Jogo do Século*, de 1998, o coelho beija o jogador de basquete Michael Jordan à força para prová-lo que é real (Figura 24). Jordan limpa a boca após o beijo demonstrando nojo. No mesmo filme, a coelha Lola beija Pernalonga (Figura 25), mas, dessa vez, o elemento é usado para ressaltar o relacionamento amoroso dos dois.

Em outra produção, o desenho animado *The Ren & Stimpy Show*, exibido originalmente no Brasil pela *Nickelodeon* entre 1991 e 1995, os dois protagonistas são retratados em um contato íntimo que remete à relação sexual (Figura 26). Dois episódios que demonstram o teor afetivossexual do casal foram censurados pelo próprio canal. Um beijo entre Ren e Stimpy (Figura 27) faz parte do primeiro episódio da produção, mas só foi exibido ao público brasileiro na década de 2000, em reprises no canal *Locomotion*, voltado ao público adulto. Assim como a cena do beijo, um episódio que revela que os dois protagonistas são namorados só foi liberado pela empresa para ser exibido no canal adulto.

As abordagens e censuras em produções com Pernalonga e *The Ren & Stimpy Show* são demonstrações de como as produções audiovisuais infantis estão intrincadas com os padrões da heteronormatividade. Como já demonstrado, a homossexualidade compulsória e a infância se atravessam nas disputas, e essas articulações encontram um campo de luta nessas produções. A criadora do desenho *Steven Universo*, Rebecca Sugar, contou à revista americana *Entertainment Weekly* que diretores da *Cartoon Network Studio*, produtora da série, avisaram a ela que o programa não poderia ser categorizado como “conteúdo gay”.



Figuras 26 e 27: Ren e Stimpy em cenas censuradas.

Fonte: *YouTube*.

Na série animada *Avatar: A Lenda de Korra*, que foi ao ar entre 2012 e 2015, por exemplo, o teor romântico do relacionamento da protagonista e personagem-título com outra mulher, Asami, só foi confirmado após o fim do desenho pelos diretores da produção. No último episódio do desenho, as duas dão as mãos. E apenas numa sequência do desenho em HQ, Korra e Asami são apresentadas como namoradas. O diretor do desenho, Bryan Konietzck, abordou a sutileza da forma como o casal foi retratado na produção audiovisual: “Foi uma vitória completa para a representatividade LGBT? Acho que ficou um pouco aquém disso, mas espero que tenha sido um avanço positivo”. No cinema, o primeiro personagem gay numa obra infantil também foi apresentado de forma discreta. No filme de animação em *stop-motion ParaNorman*, de 2012,

do estúdio *Laika Entertainment*, um adolescente é convidado por uma garota para ir ao cinema e responde: “você vai adorar meu namorado”.

Diferentemente dos relacionamentos homossexuais, comportamentos, personagens e casais heterossexuais fazem parte das produções audiovisuais infantis com viés normalizador desde o início do século XX. Um dos primeiros longa-metragens dirigidos para o público infantil foi *A Kiss for Cinderella*, filme de 1925 do estúdio *Paramount Pictures Corporation*. O longa conta a história de uma mulher que sonha com um príncipe encantado durante a Primeira Guerra Mundial. Ao final, ela é pedida em casamento por um policial, que a beija. O primeiro longa-metragem da Disney, maior conglomerado de produções audiovisuais para crianças do mundo, *Branca de Neve e Os Sete Anões*, também aborda um relacionamento heterossexual. No filme, a protagonista e personagem-título é envenenada, entra num sono profundo e é acordada pelo beijo de um príncipe. Casais heterossexuais seguiram presentes em produções para crianças na televisão, com o lançamento do meio de comunicação na década de 1940. Na TV brasileira, casais heterossexuais aparecem com frequência desde as primeiras produções infantis. Em 1952, o canal *PRF 3* lançou a adaptação da obra *Sítio do Picapau Amarelo*, de Monteiro Lobato. Entre as histórias contadas no programa, o personagem do Príncipe Escamado se apaixona por Narizinho, personagem do sítio.

Em produções dirigidas a adolescentes ou adultos, tramas com personagens ou relacionamentos homossexuais são mais comuns que naquelas dirigidas a crianças. O filme *A Homicida*, da *Paramount Pictures*, foi o primeiro a mostrar um beijo entre duas pessoas do mesmo gênero, em 1922. No Brasil, o filme *Bahia de Todos os Santos*, de 1960, já contava com um personagem homossexual. Na televisão, a pioneira na abordagem da homossexualidade foi a *TV Tupi* no teleteatro *O Caso Maurizius*. Em 2000, a série dirigida ao público adolescente da *TV Globo* *Malhação*, no ar desde 1995, exibiu o primeiro casal gay da trama. Em séries televisivas animadas para adultos, relacionamentos gays estão presentes desde a década de 1990, em desenhos como *Mission Hill*, da *The WB*, *South Park*, do *Comedy Central*, e *Os Simpsons*, da *Fox*. Mesmo em obras audiovisuais voltadas para adultos, esse tema provoca reações e tensiona a guerra de posições da heterossexualidade compulsória,

como foi o caso da reação de Bolsonaro ao beijo gay retratado na novela *Amor à Vida*, em 2014, ou na carta da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) contra a exibição do desenho *Super Drags*, da *Netflix*. Mas, até mesmo nesses engajamentos, o foco tem sido na suposta influência dessas produções em crianças.

Nas dimensões dos atores e redes da guerra de posições, percebo a organização dos grupos na guerra de posições. Esses blocos formados por religiosos, políticos, militantes, apoiadores da comunidade LGBTQIA+ ou produções audiovisuais participam da guerra de posições da heterossexualidade compulsória com objetivos e posições distintas, dedicando os esforços a estabilizações que, muitas vezes, competem entre si. Mas, ao examinar os engajamentos dos blocos envolvidos na guerra de posições sob o viés do afeto, ficam evidentes os compartilhamentos entre os atores e grupos. São referências comuns aos que estão envolvidos na guerra de posições seja por meio do engajamento condenatório seja pelo normalizador. Esses elementos coletivos compõem alianças que não se localizam no lugar da ideologia e que são potentes para a compreensão das questões que organizam essa guerra de posições. São para essas alianças que se dirige o nosso foco na terceira dimensão da guerra de posições.

1.3. Binarismo, medo, monopólio e conservadorismo

Após o mapeamento de engajamentos afetivos e dos atores e grupos na guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância, aprofundo ainda mais a minha articulação para chegar à terceira dimensão da nossa pesquisa: as alianças afetivas. No texto *Another Boring Day in Paradise: rock and roll and the empowerment of everyday life* (1984), Grossberg explica a forma como entende aliança afetiva: “uma organização de práticas e eventos materiais concretos, formas culturais e experiências sociais que tanto abrem quanto estruturam o espaço de nossos investimentos afetivos no mundo” (GROSSBERG, 1984, p. 227, tradução minha).

Nesta etapa da articulação, é possível perceber que os atores e grupos envolvidos na guerra de posições se atravessam em afetos, conformando alianças que compõem os modos como a paisagem afetiva é construída nas articulações da guerra de posições da heterossexualidade compul-

sória na infância. Nessa investigação, fica claro que o dualismo entre os engajamentos condenatório e normalizador da homossexualidade para crianças é uma formação que mexe em volições de atores e grupos envolvidos na guerra de posições, mas cuja fronteira está longe de ser bem delimitada. Os atravessamentos entre atores e grupos confundem qualquer limite. Na guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância no Brasil, mapeei quatro alianças afetivas: relação binarista, medo alegórico, monopólio infantil e conservadorismo familiar.

A aliança afetiva da relação binarista se conforma no binarismo entre a heterossexualidade e a homossexualidade e está no cerne dos engajamentos mapeados. Reprodutores dessa polarização, os atores sociais envolvidos na guerra de posições depositam suas energias na composição relacional das duas orientações sexuais como opostas. Essa prática divisora tem algumas características que podem ser verificadas no mapeamento. Nos engajamentos, noto que há uma relação de excludência entre as orientações sexuais: se você é heterossexual, você não é homossexual, e vice-versa. Essa característica da aliança é verificada, por exemplo, na inferência da ministra Damares Alves sobre a princesa do filme *Frozen – Uma Aventura Congelante*: “Por que que ela termina sozinha em um castelo de areia, de gelo? Porque ela é lésbica”. Como a personagem não possui um homem como par romântico, a conclusão da ministra sobre a sexualidade da princesa é que ela é homossexual, demonstrando a prática binarista excludente sobre as orientações sexuais.

A mesma dicotomia é operacionalizada pelo médico Dráuzio Varella quando explica a sexualidade humana como um espectro com a heterossexualidade e a homossexualidade como polos. Ainda que pressuponha a existência de outras orientações sexuais, posiciona as duas em pauta em posições opostas. O mesmo é verificado nas produções audiovisuais infantis *Boa, Sorte, Charlie!, Clarêncio, o Otimista, Andi Mack* e *Kipo e os Animonstros*. Nas quatro, personagens são primariamente entendidos como heterossexuais e, quando excluem essa possibilidade, são identificados como homossexuais. Um engajamento mapeado que considera outra orientação nessa guerra de posições é a do canal do *YouTube Põe na Roda*. Em vídeo, o criador de conteúdo online Pedro HMC conclui que Bob Esponja é “assexual homorromântico” por ser incluído em *post*

da *Nickelodeon*, produtora do desenho, em referência ao Orgulho LGBT e identificado pelo criador do personagem como “assexual”. Ainda que compreenda outra orientação sexual, a assexual, o canal do *YouTube* ainda opera num binarismo homo/hetero para pensar o interesse afetivo de Bob Esponja ao identificá-lo como homorromântico.

Outra característica dessa aliança relacional binarista é a ocorrência do contraditório ou da sublimação nos envolvimento. Em engajamentos alinhados à condenação, o pastor Silas Malafaia e o ministro Milton Ribeiro se referem à homossexualidade como doença com o termo “homossexualismo”. Ao mesmo tempo, sustentam a homossexualidade como orientação passível de ser ensinada ou imposta. O próprio Ribeiro se refere à possibilidade de uma criança optar por ser gay, o que contradiz a compreensão da homossexualidade como doença. Para ser acometido por uma patologia, não basta um indivíduo escolher aquela doença. No engajamento normalizador, o mesmo ocorre. A naturalidade biológica da homossexualidade é suposta desde o nascimento, como no vídeo de Dráuzio ou na cena de *Steven Universo* em que o pai do personagem-título explica à criança que ela pode namorar quem quiser. Mas, há uma ocorrência majoritária na abordagem de adultos homossexuais em detrimento de crianças gays. O beijo entre crianças ou adolescentes homossexuais é ainda menos comum nos engajamentos que normalizam o interesse afetivossexual pelo mesmo gênero para a infância. Esse é um elemento frequente nos esforços condenatórios da homossexualidade para crianças que é sublimado em engajamentos normalizadores.

A polarização também passa pelas relações sociais. Enquanto grupos religiosos e políticos costumam marginalizar marcas de homossexualidade a crianças, como na proibição do então governador João Doria Junior a materiais escolares com a expressão “orientação sexual”, produções audiovisuais infantis frequentemente retratam casais gays socialmente incluídos, como em *Boa Sorte, Charlie!*, *Doutora Brinquedos*, *The Loud House* e *Star Wars: A Ascensão de Skywalker*. Em engajamentos de apoiadores da comunidade LGBTQIA+, essa inclusão é convocada. Em vídeo no *YouTube*, o produtor de conteúdo Felipe Neto reage a falas homofóbicas de Silas Malafaia e afirma: “Não tem como vocês reprimirem a população em pleno 2019”.

Também pode ser notado um esforço essencialista nas marcações oposicionais de heterossexualidade/homossexualidade. Na série *Andi Mack*, por exemplo, a personagem Buffy afirma ao seu amigo, que se revela gay: “Cyrus, você sempre foi estranho, mas não é diferente”. Em vídeo, Dráuzio afirma que “a homossexualidade é descrita em todos os mamíferos, é muito natural”. Felipe Neto também se refere à homossexualidade como “natural”. Essa naturalização da homossexualidade opera como a demarcação de uma essência para essa orientação sexual. Essa relação essencialista também ocorre no engajamento condenatório. É o que faz Malafaia ao se referir a um beijo gay como “aberração”. O próprio uso do termo “homossexualismo” denota uma essencialização, nesse caso, da homossexualidade como doença.

A relação binarista como aliança afetiva da guerra de posições da heterossexualidade compulsória tem decorrências que são relevantes à análise das questões organizadoras dessa guerra de posições no Brasil, que será realizada no tópico seguinte. Essa aliança solidifica a viabilidade da vivência homossexual a crianças. Ao compartilhar a interpretação de que a personagem de um filme infantil é lésbica, Damares repercute a condição de existência da homossexualidade para crianças. Ainda que, sob o viés ideológico, a ministra se oponha à exibição da homossexualidade para a infância, ela pressupõe a possibilidade de uma orientação sexual que não é a padrão, o que é ainda mais comum no engajamento normalizador.

Nas produções audiovisuais infantis, por meio do lúdico e da fantasia, a homossexualidade passa a ser normalizada. Em desenhos animados mapeados, como *Steven Universo* e *Hora de Aventura*, as relações entre personagens do mesmo gênero são entre não-humanos. Em outras produções, é imaginado um mundo sem reações negativas à homossexualidade, como em *Kipo e os Animonstros* ou *A Bela e a Fera*. Apesar de construir essa condição de existência, a relação binarista também promove o apagamento de outras possibilidades de vivenciar sexualidade que não a heterossexual ou homossexual. É um modo de engessamento que, em algum nível, impede complexificações da própria guerra de posições. A aliança binarista constrói restrições às sexualidades que fogem do binarismo mencionado. Engajamentos condenatórios e

normalizadores da homossexualidade a infância estão fundamentados em terreno pouco propício a escapes aos binarismos.

A segunda aliança afetiva que atravessa atores e grupos dessa guerra de posições é o medo alegórico. A suposição e sustentação de temores sociais a partir de articulações sobre sexualidade associada à infância faz parte tanto de engajamentos condenatórios quanto normalizadores da homossexualidade para crianças. O medo que alegoriza a sexualidade infantil como elemento balisador do futuro da sociedade é motor das articulações envolvendo a heterossexualidade compulsória na infância no país. Um exemplo de engajamento que participa dessa aliança é a afirmação do então deputado Jair Bolsonaro acerca do beijo gay retratado na novela *Amor à Vida*: “foi um marco na depravação da sociedade”. O marco ao qual Bolsonaro se refere denota um medo impalpável e indefinido que alegoriza a exibição da homossexualidade para a infância como uma ameaça a toda a sociedade. De forma semelhante, engajamentos normalizadores localizam a sexualidade ligada à criança como um elemento estruturante da sociedade. No desenho animado infantil *Steven Universo*, a relação de Rubi e Safira é tratada como um risco ao equilíbrio social do planeta das *gems*. Essa ameaça é mitigada com a permissão do império das *gems* a essa e a outras dissidências. A permissão é abordada como forma de melhoria daquele mundo, localizando a sexualidade das *gems* como elemento estruturante daquela sociedade.

Essa centralidade e valorização social da sexualidade infantil respalda e acentua discussões sobre educação sexual para crianças. Nos últimos anos, publicações jornalísticas têm se engajado em defender a necessidade da educação sexual em escolas. Em 2015, o projeto de lei de Jean Wyllys e Erica Kokay também foi motivador de debates sobre o assunto. Tanto nas reportagens quanto no projeto, o medo sobre agressões sexuais a crianças e adolescentes foi veiculado como forma de modulação da sociedade e a educação sexual como forma de diminuir os riscos de violências à infância e à sociedade. A formação sexual das crianças permanece constantemente no debate público no Brasil ao ser elemento fundamental dessa aliança afetiva. O momento é estratégico para articulações acerca do tema, seja para a promoção de modelos de educação sexual que propiciem a diversidade ou que se direcionem

ao silenciamento e discriminação das orientações sexuais dissidentes. Essa aliança afetiva satura a fiscalização sobre a sexualidade infantil, que, como Foucault (2014) aponta, serve como rede de poder sobre as crianças. Portanto, é possível inferir que quanto mais se reforça a sexualidade infantil como alegoria do medo sobre o futuro da sociedade, maior é a relevância social da infância no Brasil.

Na dissertação de Mestrado *Ingenuidade e Televisão: Investigação sobre o conceito de recepção e o processo comunicativo* (1996), Gomes já apontava essa percepção social da comunicação como “ferramenta da ação ideológica”, em especial nas produções infantis. “Tal paradigma tem ainda maior penetração quando se trata de investigar a recepção televisiva infantil, pois, neste caso, a concepção ideológica dos meios é reforçada por uma suposta ingenuidade da criança” (GOMES, 1995, p. 168). A criança é compreendida como um ser emocional e cognitivamente vulnerável, incapaz de oferecer resistência a quaisquer conteúdos prejudiciais dos meios de comunicação e, portanto, passível de defesa por adultos.

No texto, Gomes (1995) historiciza disputas sobre a recepção de produções da TV especialmente para crianças e propõe uma compreensão da relação da infância com o audiovisual que foge ao modelo massificador e pacificador que, no meu mapeamento, é defendido por diversos atores e grupos sociais envolvidos na guerra de posições em articulação. Gomes (1995) também aponta uma convivência de diferentes temporalidades entre agentes relacionados às discussões sobre recepção infantil, como escolas e pais, e crianças da era audiovisual: “os novos modos de ver e compreender o mundo, a nova sensibilidade, novo raciocínio [...] implicam uma nova forma de percepção do mundo, característica das crianças da era audiovisual” (p. 127). Seja como vias de manipulação ou influência positiva, as produções audiovisuais infantis são apontadas como fatores de importância na formação sexual das crianças. Por meio dessas produções ou evitando elas, os atores sociais clamam por um domínio sobre a infância que serve à inferência da próxima aliança afetiva: o monopólio infantil.

Entre os atores sociais políticos e religiosos organizados na “luta contra a ideologia de gênero”, é comum a abordagem da criança como indivíduo sem capacidade de agência. É o que faz a ministra Damares

quando discursa sobre a suposta homossexualidade da princesa do filme *Frozen – Uma Aventura Congelante*: “A gente tá abrindo uma brecha na cabecinha da menina de três anos pra sonhar com princesa. Isso aqui é indução”. A ordem do prefeito Marcelo Crivella para o recolhimento de uma HQ com um beijo gay da Bienal do Livro expressa o senso de posse sobre a infância. Essa preocupação possessiva sobre a criança também está presente no engajamento normalizador da homossexualidade para a infância. Ocorre na convocação de Felipe Neto aos pais das crianças: “você acha que o jeito certo de educar seu filho a respeito da homossexualidade é fingindo que ela não existe?”. Como já destacado na aliança do medo alegórico, a educação sexual da criança é pauta de debates públicos e, nessas discussões, tem a posse disputada.

A importância social da infância é valorizada nessa crise e a criança é tolhida de poder e agência. Essa aliança afetiva tensiona a guerra de posições da heterossexualidade compulsória. É necessário compreendermos a criança não apenas como objeto de uma guerra de posições, mas como sujeitos, com agência e capacidade de elaborar articulações. Colocar o monopólio infantil em crise significa questionar os pilares dessa aliança. Esse monopólio estabiliza a infância na posição de categoria estrutural e atribui à criança a responsabilidade desagenciada de um futuro fundamentado em sua sexualidade. Jens Qvortrup (2010) escreve que, como categoria, a infância opera como um espaço social que inclui qualquer criança nascida. “Quando essa criança crescer e se tornar um adulto, a sua infância terá chegado ao fim, mas enquanto categoria a infância não desaparece, ao contrário, continua a existir para receber novas gerações de crianças” (QVTRUP, 2010, p. 637).

Por fim, a quarta aliança afetiva conformada na guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância é o conservadorismo familiar. É a composição de sentidos comuns sobre família como estrutura central da sociedade. De acordo com Grossberg (2015), o senso comum reúne conceitos, lógicas e argumentos que já foram sedimentados em determinados grupos. Podem ser contraditórios ou até incoerentes e não são mais acompanhados de justificativas. A associação de elementos como casamento, amor romântico e monogamia atravessa os engajamentos acerca da obrigatoriedade da heterossexualidade para a infância. Em entrevista,

o ministro de Bolsonaro Milton Ribeiro relaciona a homossexualidade de adolescentes com o que chama de “famílias desajustadas”. Em engajamentos de conspiracionistas da “ideologia de gênero” como Ribeiro, a defesa da família é frequentemente convocada.

Nos engajamentos normalizadores da homossexualidade, a família também centraliza afetos. Nas produções *Boa Sorte, Charlie!*, *Doutora Brinquedos*, *The Loud House*, *She-Ra e As Princesas do Poder* e *Os Irmãos Willoughby*, homossexuais são retratados em casais ou como pais de crianças. Em *Segredos Mágicos*, a aceitação familiar da orientação sexual do personagem é o motor da trama. O protagonista do curta-metragem, Greg, tem medo da reação dos pais à revelação de que é gay, mas, ao final do filme, descobrimos que a mãe já sabe que o filho é homossexual e que ela respeita a orientação sexual dele. O filme termina com o pai de Greg abraçando o namorado dele, Manuel, numa cena que reúne toda a família do personagem principal. Em *Steven Universo*, Rubi e Safira exercem o papel de mães do personagem-título junto com outras *gems*. Em episódio de 2019, Steven afirma: “eu sei como é ter uma família que te ama”. O amor é elemento frequente nos engajamentos normalizadores, reiterando a aliança do conservadorismo familiar.

Assim como o monopólio infantil, o conservadorismo familiar não instabiliza vivências de sexualidades não normativas, mas serve de moeda de troca em negociações envolvendo a exposição da infância à homossexualidade. Nas produções audiovisuais infantis, a ratificação de valores como família, amor e casamento funciona como condição de existência para esses programas. A depender do olhar sobre a conformação dessa aliança em engajamentos normalizadores, há de se pensar que essa estratégia se alinhe ao que Grossberg (2015) afirma ser uma alternativa a movimentos revolucionários. Seria o que o autor diz ser um esforço lento e difícil de ganhar posições em uma prolongada guerra de posições. “Pode ser necessário, como argumenta Eve Sedgwick (1997), não dizer às pessoas o que elas devem sentir, mas descobrir o que elas de fato sentem e, então, encontrar, juntos, maneiras para modificar esses sentimentos” (GROSSBERG, 2015, p. 24).

Notamos ainda outras estratégias frequentes nessas negociações. Em *Hora de Aventura* e *She-Ra e As Princesas do Poder*, o teor afetivossexual

das relações entre duas personagens do mesmo gênero só é revelado no último episódio das séries, quando há um envolvimento do público com as personagens e possíveis reações negativas às produções não têm grandes efeitos nas obras, como a interrupção delas, já que estão em fase de encerramento. De forma similar, *Steven Universo* revela que a personagem Garnet se trata, na realidade, da união homoafetiva de duas outras personagens no último episódio da primeira temporada. Outra estratégia comum é a abordagem de personagens homossexuais em tramas limitadas a um episódio ou a uma cena. É o que ocorre em *Star vs. As Forças do Mal*, *Boa Sorte, Charlie!*, *Doutora Brinquedos*, *Clarêncio, o Otimista*, *Os Irmãos Willoughby*, *Dois Irmãos: Uma Jornada Fantástica* e *Star Wars: A Ascensão de Skywalker*. Ao deixar os homossexuais em narrativas pontuais ou pouco relevantes, essas produções reforçam o papel de protagonismo social das famílias formadas por casais heterossexuais.

Os compartilhamentos das produções audiovisuais com a heteronormatividade podem ser compreendidos como negociações com as normas hegemônicas ou cooptações das tais normas. De qualquer forma, os reforços de valores conservadores familiares excluem ou limitam possibilidades de novas formas de existir nas tramas.

1.4. Colonização da normalidade

Na compreensão de afeto, de Grossberg (2018), são as paisagens afetivas que constituem sentidos coletivos de unidade e sanidade. Em minha análise, interpreto a quarta dimensão da guerra de posições como a paisagem do afeto, espaço que ainda não foi dominado, organizado ou delimitado, mas que já existe nesta guerra e é compartilhado pelas diferentes posições. Pretendo, portanto, estudar o espaço compartilhado e disputado entre atores e grupos sociais engajados na guerra de posições. Como explica Grossberg (2018, p. 92), “a paisagem afetiva não é apenas um capítulo crucial da história que estou tentando contar, mas também um elemento-chave em qualquer cálculo sobre como mudar a história”.

Na obra *Under the Cover of Chaos: Trump and the Battle for the American Right* (2018), Grossberg faz um exercício que serve de exemplo para este livro. O autor mapeia uma paisagem afetiva em conformação no contexto político americano que criou as condições de possibilidade à

eleição do empresário Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2016. Grossberg (2018) reforça nesse texto que a paisagem afetiva impacta a textura vivida da experiência, sendo composta por várias estruturas de sentimento. “É o meio e a agência pela qual o velho é reorganizado e feito novo, mesmo quando o novo é inserido em relações duradouras” (GROSSBERG, 2018, p. 11, tradução minha). As paisagens afetivas são, portanto, os mapas de sentido comuns nos quais encontramos o sentido de nossas experiências. “São os efeitos, tanto direta quanto indiretamente, de muitos eventos e lutas, embora nunca estejam completamente sob nosso controle, nunca completamente a expressão de uma conspiração ou vitória singular” (GROSSBERG, 2018, p. 11, tradução minha).

Como afirma o autor, os eventos e lutas, ainda que desorganizados e desalinhados, produzem a paisagem afetiva. Neste livro, pressuponho que, ao compreender a paisagem afetiva conformada a partir das disputas na guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância, será possível tecer projeções e planejar articulações mais competentes a fim de promover realidades em que dissidências sexuais e de gênero na infância – como período da vida e, não, categoria estrutural – sejam possíveis. Para isso, precisamos mapear as questões organizadoras sobre essa guerra de posições no Brasil. Definimos quatro, correlacionadas às alianças afetivas já listadas no tópico 1.3.:

1) Quais são as fronteiras da homossexualidade?

Agentes e grupos participantes da guerra de posições da heterossexualidade compulsória no Brasil para crianças, desde a modulação de esforços em torno da “luta contra a ideologia de gênero”, produzem modelos específicos para a homossexualidade. Há engajamentos direcionados à proibição do compartilhamento de privilégios legais ou não que são ou eram exclusivos a pessoas e casais heterossexuais com homossexuais – como o casamento, a adoção ou a representatividade nas produções audiovisuais infantis – e à associação de gays com erotismo, pedofilia, patologia ou anormalidade. Outros engajamentos tensionam a noção social de normalidade, batalhando pelo acolhimento de pessoas e relacionamentos homossexuais em direitos civis ou presença no audiovisual infantil, e a ligação entre homossexualidade com amor, aliança e estabilidade. Independentemente do direcionamento, nos principais engajamentos rela-

cionados à guerra de posições da exposição da heterossexualidade como orientação sexual obrigatória para crianças, está presente a inscrição da homossexualidade em determinada ecologia de pertencimento. São as definições que limitarão essa existência que estão em disputa.

2) Como a sexualidade infantil deve ser expressa?

A saturação da relevância da sexualidade da criança como dispositivo de poder social centraliza as disputas sobre heterossexualidade compulsória na infância no Brasil. Atores e grupos sociais se aliam afetivamente na pressuposição dessa importância, mas concorrem acerca das reverberações de eventuais mudanças nas possibilidades de vivenciar a homossexualidade desde a infância. Nas produções audiovisuais infantis mapeadas, por exemplo, são comuns abordagens em que a liberdade para ser gay ou lésbica ou compor um casal homossexual é celebrada como forma de tornar a sociedade melhor ou mais inclusiva. Já em posicionamentos, projetos ou ações de determinados políticos ou líderes religiosos mapeados, a mesma liberdade é encarada como perversão da sociedade ou um caminho para torná-la mais perigosa. Ainda que concorrentes, as visões sobre a homossexualidade se encontram sob a premissa de que há uma influência social das expressões da sexualidade infantil e, em especial, da orientação homossexual. O que é colocado em questão é a reverberação dessa expressão e, portanto, como ela deve ser realizada.

3) De quem são as crianças?

Na guerra de posições em análise, a vulnerabilidade da infância aparece constantemente nos engajamentos. Seja em proposições de manipulação ou influência, acorda-se que a criança possui pouca ou nenhuma agência sobre o que se constrói para e sobre ela. Há também a noção compartilhada de que a sociedade é responsável em conjunto pelas crianças. Com isso, a disputa que se constrói nessa questão é sobre a posse da infância. Enquanto categoria estrutural, a infância é um espaço para onde as crianças são direcionadas. Esse espaço é o elemento em crise. O domínio sobre a infância é clamado por diferentes atores e grupos, assim como a responsabilidade pelo encaminhamento virtuoso ou perverso das crianças é reivindicada ou atribuída nas disputas. Essa infância em disputa, no entanto, tem recortes de classe, étnicos e regionais. As crianças que fogem da normalização da infância dentro dos

padrões ocidentais e cristãs – como indígenas, refugiadas ou em situação de vulnerabilidade social – dificilmente têm o cuidado em disputa.

4) Qual é a fundação da família?

A sexualidade infantil e a posse sobre as crianças só importam pelo valor conferido socialmente à família. A estrutura familiar frequentemente é alvo dos embates acerca da heterossexualidade compulsória na infância no Brasil. Há consenso sobre os valores da família – o amor e a aliança entre casais – e o seio da estrutura familiar – a criação de filhos –, mas a formação dela é foco de disputa entre engajamentos. A fundação da família por homossexuais ou mesmo a participação de gays e lésbicas nessa estrutura são questionadas ou aprovadas, a depender dos atores sociais envolvidos na guerra de posições. A possibilidade da quebra do casal heterossexual como fundação da família no Brasil é a disputa que conforma a quarta questão.

Com as questões encontradas, mapeei a paisagem afetiva da guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância no Brasil que chamamos de colonização da normalidade. Essa paisagem afetiva é de onde e para onde se orientam discursos e práticas acerca da guerra de posições mapeada e contextualizada. Os engajamentos direcionados à condenação ou normalização da homossexualidade para a infância operam num sistema de ação e reação em que atores e grupos se esforçam a delimitar o que participa e o que fica à margem da noção social de normalidade. A homossexualidade se consolida nas questões organizadoras como a dissidência principal em questão. A sua participação na normalidade é um terreno que foi colonizado, com orientação à expulsão, mas a apropriação desse espaço foi questionada nas últimas décadas. É o que aponta Foucault (1999), que resgata na literatura médica do século XIX a associação da homossexualidade à “perversidade”. Para o filósofo, esses pseudoestudos possibilitaram o aumento dos controles sociais nessa área, mas também abriram espaço para um discurso de reação. “A homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua ‘naturalidade’ e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico” (FOUCAULT, 1999, p. 111).

A homossexualidade não era apenas excluída da normalidade, mas era em si uma criação para delimitação da heterossexualidade. Nos enga-

jamentos condenatórios da homossexualidade para crianças no Brasil mapeados, os relacionamentos e comportamentos homossexuais ainda funcionam como as fronteiras da normalidade. Nos engajamentos normalizadores, o esforço está no alargamento dessas fronteiras, para que gays e lésbicas sejam incluídos nessa condição. Em todos os engajamentos, no entanto, há o reforço da supressão de outras maneiras de vivenciar a sexualidade. Vale ressaltar que a paisagem afetiva conforma mapas de importância e estabelece o que é permitido e proibido socialmente. Como escrevem Itania Gomes e Elton Antunes em *Repensar a comunicação com Raymond Williams: estrutura de sentimento, tecnocultura e paisagens afetivas* (2019) em leitura da obra de Grossberg, o afeto configura mapas de importância a partir dos quais agimos na vida cotidiana.

Segundo a leitura dos autores, o afeto faz parte da luta pela hegemonia e, por isso, tenta transformar os mapas de importância dos sujeitos e as posições de autoridade da vida contemporânea. Gomes e Antunes (2019) escrevem que, a partir de uma perspectiva temporal, o afeto organiza os sentidos em relação a valores e disposições que circulam na cultura. “Aparatos afetivos constroem sentimentos de existência, constituem o registro pelo qual valoramos, construímos individualidade, ligamo-nos ao real, ancoramo-nos às nossas vidas, pertencemos a certos lugares e trajetórias, organizamos nossa relação com o outro” (GOMES & ANTUNES, 2019, p. 16).

A colonização da normalidade na guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância enquanto paisagem afetiva ancora as condições de existência de dissentir sexualmente ao que se encaixa ou não na noção coletiva de normalidade. Não define, portanto, se a homossexualidade está ou não nessa condição, mas orienta a disputa que categoriza a infância socialmente, reprime ou suprime fugas ao binarismo sexual e reforça valores heteronormativos, como a monogamia ou o amor romântico.

Essa paisagem afetiva está fundamentada no que o sociólogo Aníbal Quijano (2005) chama de colonialidade do poder. No texto *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina* (2005), Quijano demonstra como a colonialidade do poder elabora a modernidade por meio da subjugação cognitiva de não brancos ou não europeus. Isso

significa dizer que a modernidade colonizou as perspectivas cognitivas que permeiam a humanidade e, portanto, os modos de produzir, os sentidos atribuídos às experiências, os imaginários, as relações e, enfim, a cultura. Neste trabalho, acrescento que a modernidade também foi fundamentada na subjugação de pessoas não heterossexuais.

A colonialidade do poder constitui a normalidade como objeto de disputa na guerra de posições da heterossexualidade compulsória e ainda é o processo ao qual recorrem atores e grupos sociais a favor da comunidade LGBTQIA+ em prol de uma requerida mudança. Em nosso mapeamento, notamos que mesmo os engajamentos afetivos que se querem transformadores não são descolonizadores. Buscam, por outro lado, uma nova colonização. Mantêm a perspectiva cognitiva da normalidade como objeto das batalhas e o processo da colonização como meio para disputá-la.

É assim que se movimentam as produções audiovisuais infantis nessa guerra de posições. Guiadas pelo esforço normalizador da homossexualidade para crianças, as produções participam ativamente das disputas sobre sexualidade e infância e estão engajadas na dilatação social da noção de normalidade. Ou seja, se engajam em inserir corpos e vivências dissidentes na compreensão de normal partilhada pela sociedade. Na maioria das entradas, essas obras não orientam, portanto, a guerra de posições em direção a outros mapas de importância que não conformados pela circunscrição da normalidade. Ainda assim, possuem agência evidente nas disputas, com articulações potentes, não sendo exclusivamente objetos de agenciamentos.

O beijo entre dois homens ao som de uma música romântica em *Star vs. As Forças do Mal* provocou a indignação do pastor Silas Malafaia justamente por ensaiar recolonizar o amor romântico com a presença de personagens homossexuais. O mesmo fazem o desenho animado *Kipo e os Animonstros* e a série *Andi Mack* ao narrar romances entre personagens adolescentes do mesmo gênero. Outras produções buscam recolonizar a família. Em *Boa Sorte, Charlie!*, uma família formada por duas mães e uma criança é retratada, e, em *Steven Universo*, um casamento entre duas personagens femininas é celebrado por uma criança. No filme *Os Irmãos Willoughby*, não só uma família formada por dois pais do gênero masculino é mostrada, como é contrastada com uma

família composta por um casal heterossexual que abandona os filhos. Em *Segredos Mágicos*, o amor entre dois homens é equiparado em importância ao amor materno ou paterno. São embates diretos com a concepção de família e normalidade propagada por grupos comprometidos com a “luta contra a ideologia de gênero”. Ao mesmo tempo, as produções reforçam a normalidade como espaço em disputa colonial.

Ainda que reconheçamos a importância dos esforços em normalizar as infâncias dissidentes por meio das recolonizações, ficamos com a reflexão sobre as possibilidades de descolonizações. Dentre os afetos mapeados, quais engajamentos são capazes de disputar a própria concepção de que temos de ser normais? Uma pista interessante são os estudos da Teoria *Queer*. Essa teoria surgiu no final do século XX nos Estados Unidos exatamente como alternativa aos esforços normalizadores das lutas identitárias. No livro *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*, Leandro Colling (2015) diferencia o movimento LGBT do ativismo *queer*. Para o autor, o movimento LGBT se esforça para normalizar os homossexuais, colocar a homossexualidade em pé de igualdade à heterossexualidade e reforçar a ideia de que as pessoas gays também sonham em casar e ter filhos dentro de uma vida monogâmica. O ativismo *queer*, por outro lado, estaria questionando esse ideal heteronormativo, segundo Colling (2015). “Por que queremos uma vida a mais parecida possível com a dos heterossexuais? Por que a união civil proposta é exatamente a baseada na família nuclear burguesa, justamente uma das instituições que tanto colaborou e ainda colabora para a subalternização daqueles que não são heterossexuais?” (COLLING, 2015, p. 30).

Para Colling (2015), enquanto o movimento LGBT permanece ancorado em negociações com as normas sociais, estudos e coletivos têm construído caminhos alternativos. O termo *queer* é uma palavra inglesa que se refere a pessoas dissidentes de padrões sexuais ou de gênero. Inicialmente usada de forma pejorativa, foi apropriada por agentes e grupos, como explica a socióloga Berenice Bento (2012, p. 6): “A expressão *queer* significa esquisito, ridículo, estranho, adoentado, veado, bicha louca, homossexual. Os estudos *queer* invertem seu uso e passa a utilizá-la como marca diferenciadora e denunciadora da heteronormatividade englobando gays, lésbicas, transexuais, travestis e transgêneros”. Todos aqueles que são ou

já foram tratados pela literatura médica como transtornados, enfermos, psicóticos ou desviados têm, pelos estudos *queer*, a possibilidade de constituir as próprias identidades, afirma Bento (2012).

Na perspectiva de Colling (2015), os ativismos que identifica como *queer* se diferenciam do movimento LGBTQIA+ ao recusarem engessamentos em organizações e proporem o desvencilhamento radical da heteronormatividade. Ao mesmo tempo, o autor reconhece a importância das negociações articuladas pelo movimento para a conquista de direitos civis. Afirma ainda que há contaminações do ativismo *queer* no movimento LGBTQIA+, mas que isso ocorre de forma modesta e que, na maioria das vezes, se resume à incorporação de apenas algumas reflexões e palavras (COLLING, 2015, p. 264). Uma percepção semelhante é compartilhada por Bento (2009) ao apontar os estudos *queer* como um rompimento à heteronormatividade. A normalidade desejada no movimento LGBTQIA+, ainda distante de propostas mais radicais à normatividade, ressoa nos engajamentos afetivos mapeados na guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância no Brasil. A colonização da normalidade diz respeito à disputa preponderante na guerra de posições: a normalização ou não da homossexualidade.

Assim como apontam Colling (2015) e Bento (2009), a professora e pesquisadora Catriona Mortimer-Sandilands (2011) também abre nossa visão para uma perspectiva diferente da existência LGBTQIA+. Sandilands se baseia no livro de memórias da escritora Jan Zita Grover, *North Enough: AIDS and Other Clear-Cuts* (1997), para se referir ao conceito de “ecologia *queer*”. Grover demonstra ter o que Sandilands chama de “sensibilidade ecológica *queer*”. De acordo com Sandilands (2011, p. 177), a forma como a escritora aprecia o mundo foi influenciada pela escritora ser portadora do vírus HIV: “Grover vê a natureza através de olhos *queer*, e o que ela vê é importante e único”. A autora diz que Grover revela dimensões de sua experiência que são específicas da comunidade *queer*, e que ela usa dessa experiência para estabelecer uma relação nova com a natureza.

Pensar uma ecologia *queer*, seguindo o que sugere a autora, não se refere a imaginar uma utopia, mas uma forma desafiadora de abordar a vida. “*Queers* têm, de formas variadas, desafiado o emparelhamento destrutivo de sexualidade e natureza desenvolvendo um ‘discurso

reverso’ orientado para o desafio dos entendimentos dominantes de nossas ‘paixões desnaturadas” (SANDILANDS, 2011, p.177). Para Grover, na leitura de Sandilands, é possível realizar um paralelo entre o desmatamento e a comunidade gay que foi devastada pelo HIV no final do século passado. Assim como Grover conseguiu enxergar esperança numa comunidade que parecia derrotada por um vírus, seria plausível ver beleza numa paisagem natural devastada pela perspectiva daqueles que só querem extrair recursos dela. “Assim, a ecologia *queer* de Grover é sobre ver a beleza nas feridas do mundo e também sobre responsabilizar-se por cuidar do mundo como ele está” (SANDILANDS, 2011, p.193). O mesmo utilitarismo que impede uma visão global menos destrutiva com a natureza oprimiu e oprime a população LGBTQIA+.

A noção de cuidado de Sandilands (2011) difere por completo do cuidado pressuposto em afetos que mapeei. Engajamentos dos agentes que afirmam lutar contra a “ideologia de gênero” e também daqueles que tentam normalizar a sexualidade, mas com condições, como o atrelamento ao amor romântico e à manutenção da estrutura familiar como base, limitam a potência das infâncias dissidentes. No texto *Quem defende a criança queer?* (2013), o filósofo Paul B. Preciado critica atores e grupos sociais que propõem proteger a infância. Afirma: “Essa infância que eles afirmam proteger exige o terror, a opressão e a morte” (PRECIADO, 2013, p. 96). O filósofo traça uma série de questões que colocam em perspectiva o lugar dessa infância: “Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança *queer*, bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero?” (PRECIADO, 2013, p. 96).

Ainda que enxergue com interesse as questões de Preciado (2013), preciso adicionar: quem defende a criança *queer* indígena, refugiada ou em situação de vulnerabilidade social? A posse normalizadora da sexualidade da criança é disputada desde que a criança atenda a determinados padrões ocidentais ou religiosos. É aí que até mesmo os estudos *queer* – que indicam

pistas interessantes para repensarmos os nossos engajamentos nessa guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância – encontra fronteiras. A Teoria *Queer* foi formulada dentro de uma perspectiva ocidental com fundamentação eurocêntrica. Para pensarmos de maneira ainda mais libertária às infâncias dissidentes, precisamos ir além. Como afirma Quijano (2005, p. 139), “é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos”.

Para encerrar este capítulo e abrir a imaginação para os próximos, trago aqui a reflexão da cartunista Laerte Coutinho que nomeia e abre este livro. Na tirinha, vemos a personagem Muriel, uma mulher trans, sofrendo discriminação. “Você não pode impor seu modo de vida a nós, normais!”, grita uma pessoa para Muriel. “Ué! Eu não sou normal?”, pergunta a personagem. “Não”, responde o grupo de transfóbicos em uníssono. Ao encontrar outras mulheres, Muriel tira uma máscara, revelando não ser humana, mas uma criatura diferente, e diz: “já nos descobriram, pessoal...”. Ao mesmo tempo, Laerte evidencia o teor absurdo da acusação dos transfóbicos de que uma mulher trans não é “normal” e questiona a própria luta da comunidade LGBTQIA+ pela normalização das dissidências à heteronormatividade.

O lugar da “anormalidade” é opressor, marginalizador e violento, especialmente quando nós, pessoas LGBTQIA+, somos crianças. O esforço em se encaixar na normalidade da heteronormatividade ou em alargar as regras desse sistema para que a gente caiba nele pode atenuar esse sofrimento. Mas, esse esforço tem limites. Ele exclui dissidentes já que não é capaz de abraçar todas as formas de vivenciar sexualidade e gênero, mesmo com alargamentos. E, para muitas pessoas, ele exige autoflagelações, físicas ou não. Para mim, foi uma adolescência de silêncios e vetos. Sem dançar, sem namorar, sem chamar a atenção, sem denunciar agressões e sem gesticular. É caro ser “normal”. “Deixar de ser o que não somos”, como indica Quijano (2005) é a estratégia mais potente nas guerras pelas infâncias LGBTQIA+.

CAPÍTULO 2

“A minha filha vai ser mulher”: engajamentos afetivos sobre a associação entre transgeneridade e infância

A segunda guerra de posições envolvendo gênero, sexualidade e crianças no Brasil em intensa articulação por atores sociais engajados na “luta contra a ideologia de gênero” é a associação entre transgeneridade e infância. Assim como fiz na análise da heterossexualidade compulsória, começarei aqui com a articulação dos engajamentos afetivos envolvendo essa guerra de posições. Três formas de participar dessa guerra apareceram de forma mais recorrente e relevante no período em que a “ideologia de gênero” se tornou um aparato de concentração dos engajamentos acerca das relações de sexualidade e gênero com infância. São elas: a recusa da transgeneridade como forma de existência, a interdição da criança transexual e o incentivo à aceitação parental e social da transexualidade infantil. Esses engajamentos nem são necessariamente corroborativos nem obrigatoriamente competitivos entre si, como mostrarei em seguida. No final do tópico 2.1. trago um quarto viés de engajamento afetivo que começa a emergir de forma mais recorrente nos embates sobre transgeneridade em associação à infância: a multiplicação das possibilidades de vivenciar gênero.

2.1. Negação, interdição, aceitação e multiplicação

Os engajamentos que se direcionam à recusa da transgeneridade como forma de existir têm como objetivo negar a possibilidade de uma pessoa ser trans, independentemente se na infância, adolescência ou vida adulta. Um dos mais proeminentes conspiracionistas da “ideologia de gênero”, o pastor Silas Malafaia participa dessa guerra de posições negando a existência de pessoas transgênero. No vídeo já citado no primeiro capítulo *Disney quer erotizar crianças com homossexualismo!*, postado por Malafaia no *YouTube*, o pastor recusa que existam pessoas que nascem com sexos biológicos com os quais não se identificam:

Homossexualismo é comportamento e a maior prova agora é que o ativismo gay, que vivia dizendo que o camarada nasce homossexual, agora fizeram opção pela “ideologia de gênero”, que é uma ideologia, não é ciência. O camarada nasce e quer ser o que quiser em qualquer tempo. [...] Eu conheço o gênero humano. Nós somos do gênero humano, tá? Eu não conheço gênero masculino e feminino. Eu conheço biologicamente masculino e feminino.

Malafaia nega a existência dos gêneros enquanto construções socio-culturais e insiste na compreensão de que tanto a homossexualidade quanto a transgeneridade são escolhas que contrariam a natureza biológica do ser humano. Assim como na guerra de posições da heterossexualidade compulsória no Brasil, é percebida aqui a referência da natureza biológica como base para o que pode ou não ser aceito na existência. Antes, relativo à orientação sexual e, aqui, à identidade de gênero.

O mesmo faz a pastora Damares Alves, que liderou o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos no governo Bolsonaro. No final de 2018, Damares discursou no congresso *Sexualidade e os Desafios da Igreja*, da *Primeira Igreja Batista de Curitiba*. Durante o evento, Damares afirmou: “[tem] um monte de mulher-pirata no Brasil, que não tem útero, não tem vagina, que estão se dizendo mulher”. A pastora recusa a existência de mulheres que não foram reconhecidas como meninas ao nascer. Essa valorização da ciência – ainda que, no caso de Malafaia e Damares, com deturpações – aparece também em outros engajamentos dessa guerra de posições.

A negativa ao reconhecimento da transexualidade como possibilidade de existência é premissa para o desrespeito à identidade de gênero, como sugere o escritor e astrólogo Olavo de Carvalho, conselheiro e referência intelectual do presidente Jair Bolsonaro e de parceiros políticos e seguidores dele. Em vídeo postado por Bolsonaro no *Instagram* em maio de 2020, Olavo afirma que respeitar a identidade de gênero de outra pessoa é uma “opressão”:

Todo esse código politicamente correto, essa besteira toda, faz um mal desgraçado. Por que? Porque você tem medo de ser punido pela violação e a partir da hora que você tem medo de dizer as coisas como você as vê, você reprime a sua visão. Porque no século XX, agora XXI, todo mundo está sendo submetido a esse tipo de prisão, de opressão. Se você vê um homem que diz que é mulher, você tem que dizer que ele é mulher, se não você pode ir para a cadeia. Como que é isso? Então eu estou vendo um rinoceronte e tenho que dizer que é uma galinha?

Ao questionar ironicamente se deve seguir a própria percepção sobre o gênero de outras pessoas ou respeitar a forma como os indivíduos se identificam, o escritor reforça uma referência comum nesse modo de engajamento sobre a transexualidade: a abordagem da existência trans como ofensa, censura ou perigo à existência do sujeito ou do grupo do qual faz parte.

Bolsonaro também fez declarações sugerindo que a transexualidade não é real. Em 2018, num evento evangélico, Bolsonaro disse: “Não podem querer botar na cabeça de nossos filhos que eles vão decidir se vão ser menino ou menina depois de 13 e 14 anos de idade. A minha filha vai ser mulher e os meus filhos são homens”. O então candidato à presidência tem uma filha, com sete anos de idade na época da declaração, e quatro filhos adultos, que se identificam como homens.

Na fala de Bolsonaro, é perceptível mais uma referência desse engajamento direcionado à negação da transexualidade: a recusa da autonomia da pessoa à própria identidade de gênero, seja ela criança ou adulta. Como pai e membro da sociedade, o então deputado se sente na função de definir o gênero dos filhos, independentemente de como eles se sintam ou se declararem. O mesmo faz Malafaia quando afirma de forma irônica: “o camarada nasce e quer ser o que quiser em qual-

quer tempo”. Sem levar em conta a idade da pessoa trans em questão, o pastor nega a existência dela por compreender que a transgeneridade não é provada cientificamente e que, dessa forma, não merece respeito ou reconhecimento social.

No Brasil, as pessoas trans têm direito à requalificação civil, ou seja, a alterar nome e gênero na certidão de nascimento e, por conseguinte, em todos os outros documentos. Caso tenha interesse, também têm direito à cirurgia de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Outra conquista da comunidade trans no país foi a tipificação de crime de racismo para atos de transfobia, como também de homofobia, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019. As conquistas de cunho legal vêm reafirmando a existência da transexualidade do ponto de vista estatal, à revelia dos atores sociais engajados em negá-la, como Malafaia, Damares, Olavo e Bolsonaro.

Por vezes contrário e por vezes em alinhamento a essas conquistas, está o segundo engajamento mapeado com frequência desde 2014: a interdição da criança transexual. Nesse modo de engajamento, é comum que haja uma concordância sobre a possibilidade de uma pessoa ser reconhecida socialmente como transexual, mas apenas se for adulta. A recusa à existência da transgeneridade na infância vem acompanhada em geral da retirada da autonomia da criança sobre o próprio gênero. É fundamental nesses engajamentos compreender a transexualidade como uma decisão e, mais especificamente, uma decisão feita por adultos. Nos posicionamentos desses atores sociais, o gênero da criança deve ser alinhado ao sexo biológico definido no nascimento, independentemente do que expresse a criança.

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Educação de Bolsonaro, Milton Ribeiro, afirmou: “quando o menino tiver 17, 18 anos, vai ter condição de optar. E não é normal. A biologia diz que não é normal, a questão de gênero. A opção que você tem como adulto de ser homossexual, eu respeito, mas não concordo”. Ribeiro reitera a referência já verificada no primeiro engajamento mapeado em associação à transexualidade: a não aceitação da identidade de gênero como fator de ordem biológica. O ministro faz ainda duas distinções importantes. Uma separando homossexualidade e transexualidade, em que a primeira entraria

no conceito dele de normalidade e a segunda, não. A segunda distinção que o ministro faz é relativa ao reconhecimento da transexualidade. Para ele, um menino com mais de 17 ou 18 anos, um adolescente ou adulto, portanto, teria condição de se dizer transexual, mas não uma criança.

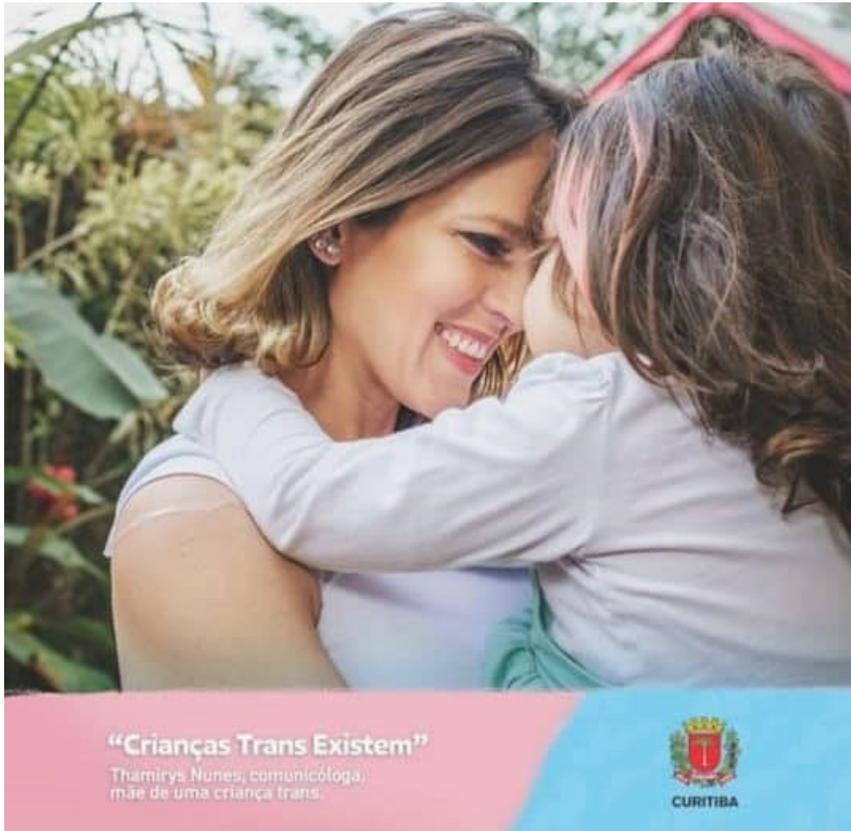


Figura 28: Post da prefeitura de Curitiba no dia da Visibilidade Trans.

Fonte: portal de notícias da prefeitura de Curitiba *Plural*.

Nessa declaração fica evidente como a transexualidade infantil é rejeitada juntamente à autonomia da criança sobre si. Ribeiro entende a transgeneridade como opção que só pode existir na fase adulta. Uma interdição semelhante ocorreu em fevereiro de 2021 em Curitiba, após a prefeitura da cidade promover uma campanha para o dia da Visibilidade Trans nas

redes sociais (Figura 28). Em uma das imagens divulgadas, uma mãe aparece abraçada com a filha e acima da frase: “crianças trans existem”. Três vereadores se posicionaram publicamente contra a campanha. “Entramos em contato com a prefeitura de Curitiba para a retirada do *post* em que mostra a imagem de uma criança com a frase equívoca ‘crianças trans existem’”, afirmou o vereador Osias Moraes na época. A imagem foi retirada da campanha, como demandaram os políticos, mas os três vereadores foram denunciados para a polícia por crime de transfobia.

As premissas de que a transexualidade infantil não existe e de que a transgeneridade é uma escolha embasam e se articulam com uma referência frequente em engajamentos que tendem a interditar a criança trans: a associação entre o sistema de ensino brasileiro e a identificação transexual por crianças. Nos últimos anos, muitos engajamentos relacionados à “luta contra a ideologia de gênero” têm se concentrado em impedir quaisquer discussões sobre gênero em escolas brasileiras, como também debates sobre orientação sexual. A reação de atores sociais à proposta do Ministério da Educação de adicionar o combate à discriminação à identidade de gênero nas escolas à lista de metas para o setor em 2014 foi, inclusive, o primeiro grande propulsor da expressão “ideologia de gênero” no país. A relação entre infância trans e ensino tem protagonismo na guerra de posições da transgeneridade associada a crianças.

Nesse segundo modo de engajamento mapeado, preocupado em desautorizar a criança sobre a própria identidade de gênero transexual, essa associação vem com tom acusatório aos profissionais da educação. Na introdução e no primeiro capítulo, citamos alguns casos que exemplificam esse tom, como o recolhimento de apostila do ensino fundamental das escolas estaduais de São Paulo que explicava os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual pelo então governador João Doria Junior; a ameaça de Bolsonaro de enviar à Câmara de Deputados um projeto de lei que proibiria a suposta “ideologia de gênero” nas escolas; e posts no *Twitter* da deputada estadual de São Paulo Janaína Paschoal afirmando que a “ideologia de gênero” é ensinada em escolas públicas e particulares no Brasil.

Em vídeo postado em 2015 no *Facebook*, Bolsonaro acusa o governo do PT de “botar na cabeça do menino que ele não é menino e da menina

que ela não é menina”. Para reforçar a acusação, Bolsonaro mostra um livro e uma revista em versão digital e afirma erroneamente que as publicações eram distribuídas em escolas. O livro é o *Aparelho Sexual e Cia.* e a revista é uma edição da *Nova Escola* sobre diversidade de gênero e sexualidade entre crianças. Na capa da revista, vemos uma criança com um vestido e uma tiara e o título “Precisamos falar sobre ele”. Apontando para a edição digital da revista, Bolsonaro diz: “Isso aqui é um menino”. O presidente replica a percepção de que não apenas a transexualidade é opcional como também passível de influência ou manipulação externa.

Nesse engajamento relacionado à guerra de posições da transexualidade associada à infância no Brasil, o viés acusatório se repete ainda em outra referência que atravessa agentes e grupos. Assim como na guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância, as produções audiovisuais voltam a ser alvo dos conspiracionistas da “ideologia de gênero” na guerra de posições da transexualidade relacionada à infância. Em emenda a um projeto de lei de 2020 que visava proibir a promoção da diversidade sexual em publicidade infantil veiculada em São Paulo, a deputada Janaína Paschoal propôs a proibição de qualquer alusão aos conceitos de orientação sexual ou gênero em propagandas no estado para crianças ou adolescentes. Na emenda, Paschoal afirma que séries infantis com personagens e tramas sobre transexuais podem confundir crianças e adolescentes e provocar diagnósticos precipitados de disforia de gênero. A deputada ilustra o suposto perigo com a série infantil *O Clube das Babás*, da *Netflix*, que aborda a vivência de uma criança transexual em um dos episódios.

Esta Parlamentar entende que a difusão indiscriminada de tais programas entre crianças e adolescentes pode contribuir para diagnósticos precipitados de casos de disforia de gênero, sem que a criança ou adolescente em questão tenha sequer tido a chance de verificar se os hormônios da puberdade não levariam, de forma natural, ao desenvolvimento das características inerentes ao sexo biológico.

Tendo em vista a gravidade mencionada das intervenções do processo de transição de sexo – tanto as hormonais como as cirúrgicas –, é necessário ter cuidado em não fomentar a tomada de decisões definitivas dessa proporção, com consequências irreversíveis, em idade tão tenra da vida.

Tanto Bolsonaro quanto Paschoal excluem integralmente a capacidade de avaliação e autonomia da criança sobre a compreensão do próprio gênero. Além disso, é preciso ressaltar o tom alarmante que os atores sociais engajados em interditar a criança transexual abordam o assunto. Bolsonaro se refere à transexualidade como forma de “perversão”, repetindo o que pratica também com a homossexualidade. O mesmo fez o deputado federal Marco Feliciano em resposta no *Twitter* a uma reportagem da revista *Veja* em 2017. A reportagem aborda a transexualidade na infância. Na capa da revista, está a imagem de um homem abraçando uma criança e o título “Meu filho é trans”. Na legenda, a *Veja* informa que a foto é de um pai com sua filha, uma menina transexual de seis anos de idade. Para Feliciano, ao tratar do assunto, a revista estaria numa “guerra contra a família brasileira” e num ataque às crianças do país. Para Feliciano, a transexualidade é um “problema” de poucas famílias que deve ser tratado por psicólogos e médicos em cunho pessoal e, não, uma questão a ser abordada por grandes veículos de comunicação. A família é tratada neste engajamento como pilar social do qual pessoas LGBTQIA+ não podem fazer parte.

Ainda que utilize tom pejorativo e termo patologizador, Feliciano aventa a possibilidade da existência de crianças trans. Mapeei outras duas exceções a esse modo mais frequente de engajamento, de rejeição à possibilidade de infâncias transexuais. A primeira ocorreu em 2017, quando o jornalista Rodrigo Constantino escreveu uma coluna na *Gazeta do Povo* criticando a reportagem do *Fantástico*, da *TV Globo*, *Quem Sou Eu?*. “Não acho errado levantar o debate, mostrar casos de pessoas – até mesmo crianças – que se sentem completamente no corpo errado”. No texto, Constantino defende que a abordagem da transexualidade na infância pela reportagem é feita de forma anticientífica e ideológica e simplifica e ironiza as declarações apresentadas no programa jornalístico: “Tudo passou a ser o ‘eu, eu, eu’. Se eu quero, se eu acho isso, então tem que ser isso. Se eu penso ser uma menina, então sou uma menina. [...] Agora, e se eu penso ser um gato? Ou um golfinho?”. Apesar de levantar a possibilidade de uma criança ser trans, Constantino se posiciona contra o respeito a essa forma de existir.

A outra exceção ocorreu em entrevista a então ministra Damares Alves em 2020 pelo *Correio Braziliense*. A ministra disse que os professores devem estar preparados para identificar crianças transexuais, afirmando a existência da infância trans. Mas, na entrevista, a ministra fez a ressalva de que essa identificação não pode ser uma “regra”: “Fala-se que nós não podemos mais ter menino e menina; é criança, é neutralidade de gênero. Só que os pediatras entendem que isso é uma agressão à criança, porque menino e menina são diferentes entre si”. A abertura de Damares à infância trans vem acompanhada de crítica à educação que busca amenizar as normas de comportamentos impostas a meninos e meninas que podem ser agressivas a crianças transexuais.

Como notado nos engajamentos já elencados, os meios de comunicação vêm participando ativamente da construção da guerra de posições da transexualidade associada à infância no Brasil. Uma das reportagens que mais provocou engajamentos nessa guerra de posições, no entanto, sequer retratava crianças transexuais. Trata-se da reportagem *Mulheres trans presas enfrentam preconceito, abandono e violência*, exibida em março de 2020 pelo *Fantástico*. No programa, o médico Dráuzio Varella entrevista mulheres transexuais em um presídio. Em um dos trechos da reportagem, Dráuzio abraça a mulher trans condenada ao encarceramento Suzy de Oliveira. A demonstração de compaixão do médico foi criticada pelos conspiracionistas da “ideologia de gênero”.

Após a exibição da reportagem, o deputado estadual Douglas Garcia, de São Paulo, divulgou documentos judiciais revelando que Suzy foi condenada pelo homicídio de uma criança. Entre os engajamentos mais destacados sobre o assunto está o do ministro da Educação na época da revelação, Abraham Weintraub. “Você [Dráuzio] e [o então presidente do *Grupo Globo* Roberto Irineu] Marinho [...] não têm empatia ou compaixão com as crianças e famílias vítimas desse pedófilo! Continuem defendendo esse estuprador assassino, vocês se merecem”, escreveu Weintraub no *Twitter*. Mais uma vez, a associação entre infância e transexualidade é relacionada como fator de perigo para as crianças.

Diferentemente dos engajamentos preocupados em interditar crianças trans, reportagens dos principais veículos de imprensa do país que abordam a transexualidade tendem a exibir histórias de crianças que

não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento e a valorizar a aceitação dos pais, da escola e da sociedade em geral. Esses veículos se engajam na guerra de posições da transgeneridade em associação à infância no Brasil incentivando a aceitação parental e social da transexualidade infantil. Esse é o terceiro modo de engajamento em destaque na guerra de posições que mapeei.



Figura 29: Renata Ceribelli entrevista Melissa no *Fantástico*.

Fonte: *Globoplay*.

A reportagem do *Fantástico* criticada por Constantino fez parte de uma série de matérias jornalísticas sobre pessoas transgênero no programa. Logo no primeiro episódio, que foi tema da coluna do jornalista, o *Fantástico* apresenta exemplos de crianças trans e relatos de pessoas adultas sobre a infância. A repórter e apresentadora Renata Ceribelli introduz a reportagem numa associação entre a vivência de pessoas trans à história de Alice, personagem do livro infantil *Alice no País das Maravilhas*, do escritor Lewis Carroll. “Tudo começa numa corrida contra o tempo. Alice quer alcançar o coelho branco e seu relógio. Os transgêneros também têm pressa, pressa em responder uma única pergunta: quem sou eu?”. Ceribelli narra a história de Melissa, uma garota trans com 11 anos de idade (Figura 29). Na entrevista, Melissa afirma que sempre se incomodou com o nome de batismo: “Sempre me senti

menina, independente de maquiagem [...] Pra mim, eu ‘tava’ fantasiada de menino até nove anos, nove anos com uma fantasia quente e pini-cante. E aí eu pedi de aniversário que ela me transformasse em menina”. Em alinhamento ao modo de engajamento favorável à aceitação parental e social, a reportagem associa a transexualidade à infância e referencia a transgeneridade como algo natural, que existe desde o nascimento.

Apesar de estimular essa aceitação, a reportagem reforça o binarismo de gênero. Na matéria jornalística, a apresentadora afirma que só existem os gêneros feminino e masculino. A reportagem desconsidera a possibilidade da existência de pessoas não binárias, que não se identificam nem com o gênero masculino nem com o feminino. Para destacar a não conformidade de Melissa com o gênero atribuído a ela no nascimento, o programa destaca características entendidas como femininas, como o quarto e o diário de cor rosa da garota, e o relato do pai de Melissa de quando percebeu a identidade de gênero da menina: “desde muito cedo, quando ela começava a utilizar roupas da [mãe] Karina”. Além dos pais de Melissa, a reportagem exhibe outros pais de crianças trans – todos formados por casais heterossexuais.

Outra característica da reportagem que se repete em engajamentos do mesmo modo é a valorização da ciência. No programa, Renata Ceribelli entrevista o psiquiatra Alexandre Saadeh, que distingue os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero. O profissional afirma que “os pais não são culpados de uma criança ter uma questão de gênero” e que a transexualidade não existe por influência social. Além do viés negativo na abordagem da transexualidade com a premissa da “culpa”, há na entrevista o uso da ciência como respaldo para aceitação de crianças trans. Da mesma forma, o pai de Melissa relata que teve rejeição pela identidade de gênero da filha, mas que passou a aceitá-la como menina após frequentar um instituto de psiquiatria. Ao final da reportagem, Ceribelli afirma que Melissa fará um procedimento de bloqueio hormonal e explica: “O bloqueio hormonal é a primeira fase do tratamento, o objetivo é adiar a puberdade até que médicos e psicólogos possam dizer seguramente que aquela pessoa é trans”.

Nesse engajamento, a voz da criança é ouvida apenas parcialmente. É validada por pais e profissionais de saúde. Repete em certa medida o que

é mais frequentemente notado no engajamento que interdita a infância trans: a desautorização da criança sobre os próprios gênero e corpo. O programa também estabelece um ambiente com pais heterossexuais e famílias biparentais, valorizando uma concepção de “normalidade” fundamentada no binarismo e na monogamia que já expus em engajamentos relativos à heterossexualidade compulsória na infância no Brasil.

A série *Quem Sou Eu?* do *Fantástico* foi uma das principais entradas de crianças trans em grandes veículos de imprensa. Essas exposições centralizam as disputas da guerra da transexualidade associada à infância no Brasil de tempos em tempos. Outro programa jornalístico da TV Globo, o *Profissão Repórter* transmitiu em 2014 e 2018 reportagens sobre pessoas trans. Na segunda ocasião, um garoto trans dos Estados Unidos que apareceu na reportagem de 2014 reassiste ao programa e reconhece um presente que recebeu da babá, uma pessoa trans não binária. A babá é entrevistada pela reportagem de 2018 e relata: “É um pouco difícil ser adolescente assim, as pessoas da minha idade me julgam bastante, as pessoas ficam desconfortáveis por não saber como me chamar”. Esse trecho ressalta uma diferença em relação ao *Fantástico* e à reportagem do próprio *Profissão Repórter* de 2014. Em 2018, o programa buscou descharacterizar o espectro binário de gênero com a inserção de um relato de alguém que nem se identifica como menina nem como menino. Assim como no *Fantástico*, nas duas reportagens do *Profissão Repórter*, há o destaque do apoio familiar a pessoas trans e dos tratamentos hormonais para crianças e adolescentes. Em 2014, a aceitação dos pais em relação aos filhos e filhas trans foi um dos principais assuntos do programa.

É comum em reportagens sobre crianças trans que a vivência delas seja relatada majoritariamente pelos pais. Em textos mapeados nessa pesquisa do portal *Uol* e dos sites do jornal *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, as vozes das crianças são pouco ou nada retratadas. São os pais que contam as histórias das crianças, sempre ressaltando as dificuldades e a importância no processo de aceitação da infância trans. O mesmo ocorre em vídeos que mapeei em dois canais do *YouTube* de pessoas LGBTQIA+. *Põe na Roda* e *Transdiário* entrevistaram pais de crianças trans. No primeiro, o criador de conteúdo Pedro HMC entrevista duas pessoas: Thamirys, mãe de uma garota trans, e Marcelo, pai

de um menino trans. No vídeo, Thamirys apresenta a filha como “uma pequena princesa trans de cinco anos de idade” e Marcelo conta que percebia que o filho tinha preferência por “brincadeiras e brinquedos de menino” desde um ano e meio de idade. No *Transdiário*, o criador de conteúdo Luca Scarpelli conversa com Anderson, pai de uma garota trans. “[Minha filha] é uma menina, ela se olha no espelho, ela faz *make* [...]”. É só olhar e ver que é uma menina”, conta Anderson.



ELE É PAI DE UMA CRIANÇA TRANS DE 11 ANOS | Lucca Najjar #Luccacast13



#PabloVittar #Rajadao #MariaJoaquina
Pablo Vittar & Maria Joaquina - RAJADÃO (Dance Video)

Figuras 30 e 31 (de cima para baixo): Maria Joaquina Reikdal dá entrevista a Lucca Najjar ao lado do pai e se apresenta no clipe de *Rajadão*.

Fonte: *YouTube*.

Como já percebido nas reportagens, há, nos vídeos do *YouTube*, um reforço a padrões de comportamento de gênero. Mas há também ressalvas feitas pelos criadores de conteúdo e entrevistados. No vídeo do *Põe na Roda*, por exemplo, Thamirys, mãe de uma garota trans, afirma: “brincar de boneca não faz nenhum menino ser uma menina trans assim como jogar futebol não torna nenhuma menina, um menino trans”. Em outro vídeo do *YouTube*, o criador de conteúdo Lucca Najar, que dá nome ao canal, conversa com a garota trans Maria Joaquina Reikdal e o pai dela, Gustavo (Figura 30). O relato da história é conduzido pelo pai, assim como nos outros vídeos, mas Maria Joaquina é convidada a participar. “É legal ser trans, mas tem preconceito”, diz a menina. Os vídeos são endereçados em grande parte a outros pais e mães de crianças trans, reforçando a característica principal desse modo de engajamento: o incentivo à aceitação parental e social da transexualidade infantil.

Em 2020, Maria Joaquina, que é atleta de patinação artística, estrelou clipe da cantora e *drag queen* Pabllo Vittar para o Dia das Crianças. Maria Joaquina ficou conhecida nacionalmente após ser barrada no Campeonato Sul-Americano de patinação artística em 2019 por ser uma garota transgênero. No vídeo, que já passa de 1,1 milhão de visualizações no *YouTube*, Maria Joaquina, com 12 anos de idade, faz uma coreografia em patins para a música de Pabllo *Rajadão* (Figura 31). A letra da música aborda o tema da superação: “E quem caiu vai levantar e a gente vai vencer. Sofrimento, acabar e o amor vai vencer. Inimigos vão cair ao som desse trovão”. O clipe se alinha ao modo de engajamento que incentiva a aceitação de crianças trans ao dar espaço a uma garota excluída de uma competição por ser transexual.

O comercial *Como explicar?*, da rede de *fast-food* *Burger King*, lançado em junho de 2021 em comemoração ao mês do Orgulho LGBTQIA+, participa da guerra de posições da transexualidade associada à infância no Brasil de forma parecida à entrada dessa produção na guerra da heterossexualidade compulsória na infância. No vídeo, exibido em TV aberta no Brasil, crianças comentam sobre orientações sexuais e identidades de gênero que fogem aos padrões heteronormativos. Em determinado momento, uma criança diz: “eu conheço gay, conheço trans, conheço lésbica”. E outra criança afirma: “na minha casa tem o ‘T’ de trans, o ‘G’

de gay...”. O esforço de normalizar a presença de pessoas trans na composição familiar faz parte do engajamento que promove a aceitação parental e social de pessoas transgênero. Seja em reportagens, vídeos de *YouTube* ou comerciais, a família se mantém como pilar para a aceitação social. Se o ator social ou grupo está preocupado em incentivar a integração de crianças ou pessoas trans, a família – em especial numa formação heteronormativa – é mantida como valor a ser respeitado e perpetuado.

A família é figura de presença constante também nas produções audiovisuais infantis com crianças trans ou histórias sobre pessoas transexuais. O filme de animação da *Netflix* *A Vida Moderna de Rocko: De Volta ao Lar*, de 2019, é um exemplo. A obra deriva da série animada *A Vida Moderna de Rocko*, que foi ao ar entre 1993 e 1996 no canal de TV por assinatura *Nickelodeon* e ganhou episódio especial em agosto de 2019 na *Netflix*. Neste especial, o protagonista, Rocko, e seus amigos encontram uma das personagens originais do desenho que revela: “Desde a última vez que eu os vi, eu mudei. Eu não sou mais o Ralph. Sou Rachel”. Rachel, que antes se vestia com camisa e calça, está agora de vestido e salto alto. Rocko e os amigos respeitam a transição de Rachel e ficam animados com a mudança. O desafio da personagem é encarar os pais, que ainda não sabem que ela é trans.



Figura 32: Rachel, ao centro, abraçada pelos pais em *A Vida Moderna de Rocko: De Volta ao Lar*.

Fonte: *Netflix*.

A relevância dada à estrutura familiar nas vivências transgênero está presente em *A Vida Moderna de Rocko: De Volta ao Lar*. Num *flashback*, é exibido que, antes de se entender como mulher, a personagem, que ainda se identificava como Ralph, conversou com os pais e contou a eles que precisava se afastar: “preciso de um tempo longe daqui para encontrar o meu verdadeiro eu”. Ao reencontrar Rachel, o pai dela não a reconhece.

- Pai: O que está acontecendo aqui? Cadê meu filho?
- Rachel: Não sou seu filho. Sou a sua filha, e finalmente eu estou feliz.
- Pai: Isso é uma loucura! Não.
- Rachel: Sim.
- Pai: Eu não posso aceitar isso porque eu não tenho filha.
- Rachel: Pai...
- Pai: Toda essa mudança para agora.

A mãe de Rachel conversa com o pai dela para convencê-lo a aceitar a mudança: “Querida que tivesse a mente mais aberta. Acho maravilhoso o que a Rachel fez. Com certeza, ela está muito mais confortável consigo mesma”. Em um encontro entre Rachel e os pais, eles se abraçam (Figura 32) e o pai afirma: “Não podemos viver no passado. [...] Se não abraçarmos o que é permanente [a família], vamos acabar perdendo muitas coisas importantes”. A família ser tratada como ponto de segurança e perenidade social numa obra audiovisual infantil corrobora com os outros engajamentos já levantados aqui que incentivam a aceitação de pais, familiares e sociedade à infância transgênero.

No filme da *Netflix*, há uma referência de respeito à identidade de gênero, corpo e nome social da criança trans. Essa tem sido uma das principais pautas do movimento trans em diversos países, incluindo o Brasil. No país, a maior organização de pessoas trans é a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que surgiu em 1992 com outra nomenclatura. Entre as causas da ANTRA, sempre estiveram o respeito ao nome social, o acesso aos serviços de saúde, incluindo a cirurgias de redesignação sexual, e o combate à discriminação por identidade de gênero. A ANTRA juntamente a outras organizações conseguiram articular o movimento trans no Brasil para a conquista de pleitos da comunidade.



Figura 33: A personagem Bailey em *O Clube das Babás* é interpretada pela atriz trans Kai Shapley.

Fonte: *Netflix*.

Na série criticada pela deputada Janaína Paschoal, *O Clube das Babás*, da *Netflix*, a vivência de uma menina trans é retratada no quarto episódio da primeira temporada, lançada em 2020, e os pleitos da comunidade trans aparecem mais uma vez. A garota foi interpretada pela atriz Kai Shapley (Figura 33), que é transexual e tinha nove anos na gravação do episódio. Na série, um grupo de meninas se junta para formar um clube de babás adolescentes. Uma delas, Mary Anne, fica responsável por cuidar de Bailey, a criança trans interpretada por Kai. Quando Mary Anne percebe que a garota tem dois armários, um com roupas compreendidas como masculinas e outra com roupas novas, entendidas como femininas, ela entende que a garota é trans. “Foi aí que eu entendi. Bailey era uma menina e as novas roupas ajudavam as pessoas a entenderem isso”, comenta Mary Anne no episódio, em narração. Em *O Clube das Babás*, Bailey se veste com um vestido rosa e uma tiara e é chamada pela mãe pelo apelido de “princesa”. Em conversa com a amiga Dawn, Mary Anne busca entender a transexualidade:

- Dawn: É assim: você é destra ou é canhota?
- Mary Anne: Destra.
- Dawn: E sabe disso desde que era pequena?

- Mary Anne: Acho que sim.
- Dawn: E se alguém tentasse te forçar a fazer tudo com a mão esquerda seria super estranho, né?
- Mary Anne: Se eu tentasse usar uma tesoura, ia me cortar com certeza.
- Dawn: Bom, é assim que a Bailey se sente. Da mesma forma que você sabe que é destra, a Bailey sabe que é uma menina. E nós sempre queremos que o nosso exterior expresse o nosso interior, né?
- Mary Anne: É.
- Dawn: É demais ter pais e uma babá que entendam. Ela tem sorte.

Dawn se posiciona contra qualquer imposição de identidade de gênero ao mesmo tempo que reforça uma concepção binarista de masculino/feminino ao comparar a identidade de gênero ao uso preferencial da mão direita ou esquerda. Em outra cena, Mary Anne leva Bailey, com febre, ao hospital. Lá, uma enfermeira e um médico a tratam como um menino e pedem que ela vista um roupão azul. Bailey fica incomodada e não quer vestir o roupão. Mary Anne pede para conversar com os dois profissionais e explica:

Se olharem para ela e não para a ficha [médica] vão perceber, a Bailey não é um menino e tratando ela assim vocês estão ignorando totalmente quem ela é. Estão fazendo ela se sentir insignificante e humilhada, e isso não vai ajudar ela a melhorar nem a ficar mais calma. Então, por favor, reconheçam a Bailey por quem ela é. E, se tiver, dá pra trazer uma camisola que não seja azul?

No episódio, por ser introvertida, Mary Anne tem dificuldade em se fazer escutar pelas amigas e em ser respeitada. O paralelo entre as histórias de Bailey e Mary Anne sugere uma possibilidade de empatia entre pessoas transgênero e cisgênero, ou seja, aquelas que se identificam com o gênero atribuído a elas no nascimento. Há, na narrativa, a valorização do respeito parental à transexualidade na infância e também um reforço de padrões de gênero, com a associação de rosa a meninas e azul a meninos e a compreensão compartilhada por Mary Anne com o médico e a enfermeira de que a transgeneridade de Bailey pode ser vista na forma como a garota se apresenta.

O alinhamento de produções audiovisuais com as pautas do movimento trans também é evidente no episódio *O Unicórnio Sem Chifre*, do desenho animado *As Meninas Superpoderosas*. A série do canal de TV paga *Cartoon Network* foi exibida originalmente na década de 1990 e voltou a ser produzida na década de 2010, da mesma forma que aconteceu com *A Vida Moderna de Rocko*. Também em semelhança com este desenho, *As Meninas Superpoderosas* trouxe em 2016 uma história sobre uma personagem trans. Em *O Unicórnio Sem Chifre*, Lindinha, uma das três irmãs com superpoderes que protagonizam a série, encontra um pônei que sonha em ser um unicórnio.



Figura 34: Pônei Donny usa um chifre falso para ser reconhecido como unicórnio.

Fonte: *YouTube*.

No desenho, o pônei Donny usa um chifre falso (Figura 34) e afirma para Lindinha: “Eu posso não ter um chifre, mas eu tenho coração, e, no meu coração, eu sei que eu sou um lindo unicórnio”. Lindinha leva o personagem para o pai, um cientista, e ele tenta transformá-lo em unicórnio num procedimento chamado “transmogrificador”. A cirurgia tem complicações e Donny se torna uma aberração. Lindinha o tranquiliza: “Donny, no fundo do seu coração, você sabe que é um unicórnio de verdade”. Um grupo de unicórnios socorrem Donny e ele volta à forma original. Nesse grupo de unicórnios está a mãe de Donny, que releva a ele e às meninas superpoderosas que ele não é um pônei, mas, sim, um

filhote de unicórnio. O episódio termina com um coração com as cores da bandeira do movimento transexual. Diferentemente do que ocorre em *A Vida Moderna de Rocko: De Volta ao Lar*, em *O Unicórnio Sem Chifre*, a transgeneridade é abordada de forma metafórica. Esse recurso discursivo é frequentemente encontrado em obras audiovisuais infantis que abordam o tema ou que têm personagens trans.

No desenho animado *Steven Universo*, também do *Cartoon Network*, a metáfora – que já foi utilizada na série como recurso para abordar a homofobia, como relatamos no capítulo anterior – é articulada para retratar vivências transexuais dissidentes. O episódio *Mudar de Ideia*, que foi ao ar no Brasil em 2019, narra o encerramento de uma questão identitária do protagonista e personagem-título do desenho, um menino meio humano meio *gem*. Na série, as *gems* são seres fantásticos que vivem por meio de pedras preciosas em seus corpos. Para nascer, Steven recebe a pedra da mãe, Rose Quartz, e por isso vivencia uma crise identitária. Em *Mudar de Ideia*, acontece a resolução dessa crise. Steven compreende sua identidade e consegue o respeito das outras *gems* como quem diz ser e como quer ser chamado.



Figura 35: Steven Universo está confuso entre se identificar como Steven, Rose Quartz ou Diamante Rosa.

Fonte: HBO Max.

Ao longo das cinco temporadas que precedem o episódio, é revelado que a mãe de Steven, era, na verdade, Rosa, uma das quatro imperatrizes do planeta natal das *gems*, chamadas de Diamantes. Rosa, no entanto, se rebelou e foi morar na Terra, mudando de nome e identidade para Rose Quartz, líder da rebelião das *gems* contra as três Diamantes

restantes. Steven fica em dúvida sobre sua identidade: se é o garoto Steven, a rebelde Rose Quartz ou a imperatriz Rosa (Figura 35). Em *Mudar de Ideia*, Steven convence as três Diamantes a tratá-lo e respeitá-lo como Steven e, não, como Rosa. A Diamante Rosa formava com Azul, Amarelo e Branco uma família e, por isso, as líderes enxergam Steven, que carrega a *gem* de Rosa, como uma irmã. Steven convence a Diamante Azul a respeitá-lo como Steven argumentando que familiares devem se respeitar e se amar.

- Steven: Eu sei como é ter uma família que te ama, e nós não fazemos coisas assim uns com os outros. As *crystal gems* [as amigas de Steven que também se rebelaram contra as líderes autoritárias] entendem que eu sou Steven, e elas apoiam a mim e a Connie [melhor amiga de Steven]. E vocês estouraram elas por me defenderem. Isso não é normal.

- Azul: Agora, basta!

- Steven: Isso não é normal... Quantas vezes vocês [imperatrizes] trancaram ela [Diamante Rosa] aqui? Quantas vezes vocês a fizeram chorar?

- Azul: Eu estou fazendo de novo, não estou? Por isso você foi embora, não foi? Você fez certo em ir [para a Terra]. Eu sempre achei que você decepcionava esse mundo [o planeta das *gems*], mas, se você era mais feliz na Terra, talvez esse mundo tenha decepcionado você.

Depois dessa discussão, Steven e Azul conversam com a Diamante Amarelo, que insiste em chamá-lo de Rosa.

- Amarelo: O que está fazendo, Azul? Leve a Rosa [referindo-se a Steven] de volta para a torre.

- Azul: Ela prefere ser chamada de Steven.

- Amarelo: Do que está falando agora? Não pode mais distorcer as regras por ela, Azul. Ela precisa dar o exemplo, e nós precisamos dar o exemplo. Distorcendo as regras por ela, nós distorcemos para todas as outras [gems].

- Connie: Mas talvez seja melhor.

Nesses diálogos, são evidenciadas duas demandas comuns à comunidade de pessoas trans: o respeito familiar e o reconhecimento social do nome.

Em outra cena de *Mudar de Ideia*, é a vez da Diamante Branco discutir com Steven sobre a identidade dele. Ao ser chamado de Rosa, ele reage:

- Steven: Você está falando de minha mãe e não de mim.

- Branco: Sua mãe?

[...]

- Branco: Está enganando a si mesma.

- Steven: Não, você está errada. Eu não sou a minha mãe.

[...]

- Branco: Mesmo que tenha se unido com essa criança humana, a sua luz não consegue deixar de brilhar. Você sabe que está aí, você soube desde sempre. Pare de se esconder dentro de sua gem, pare de se esconder de si mesma. Você não pode se esconder de mim, Rosa.

A Diamante Branco retira a pedra preciosa de Steven e ele se separa em dois, um Steven com forma humana, sem *gem*, e outro formado por uma luz rosa. Branco fica contrariada por Steven não voltar a ser a Diamante Rosa quando retirada a pedra e diz: “Eu só quero que você seja você mesma. Se não pode fazer isso, eu vou fazer por você”. Branco ataca as duas metades de Steven para impedi-las de se juntar, mas elas se encontram, se abraçam e se fundem dando risada. Steven abraça a si mesmo.

A cena retrata a resolução da jornada de autoaceitação de Steven. No início do episódio, em um sonho, uma das líderes o chama de Rosa insistentemente até que o próprio personagem se enxerga como Rosa e também como Rose Quartz (Figura 35). É no momento de reencontro das duas metades afastadas por Branco que o personagem entende a identidade dele independentemente de quem era antes de se tornar Steven.

- Connie: Você voltou ao que era antes? Você é você?

- Steven: Sim, sou eu sim. Eu sempre fui eu.

- Branco: Não! Você é a Diamante Rosa. Essa é a *gem* da Diamante Rosa. A sua aparência não é essa. A sua voz não é essa. Você não é uma humana. Você só age como uma criança.

- Steven: Mas eu sou uma criança.

Branco repreende Steven desrespeitando sua identidade, seu corpo e seu nome. Outro elemento que merece destaque nesse diálogo é a sugestão de Branco que Steven não deve compreender integralmente sua identidade por ser uma criança. O garoto reafirma ser uma criança, mas demonstra a Branco que isso não o impede de entender quem é e como deseja ser tratado. Steven consegue, no final, provar a ela a importância do respeito à diversidade e, juntos, o menino e as Diamantes estabelecem novas regras para o planeta das *gems*, com liberdade para cada uma ser quem quiser ou disser ser.

De acordo com Rebecca Sugar, que criou o desenho e se identifica como uma pessoa não binária, todas as *gems* também são não binárias. “Quis um show com personagens femininos que parecem mulheres, mas que representam as mulheres não binárias”, disse Rebecca a um programa da organização americana *National Public Radio* em 2018. A exibição de personagens fora do espectro binário de gênero destoa dos engajamentos mais comumente vistos, inclusive daqueles que incentivam a aceitação da infância trans.

A presença de personagens que não se identificam no espectro binário em *Steven Universo* é um exemplo da quarta forma de engajamento desta guerra de posições: a multiplicação das possibilidades de vivenciar gênero. Esse viés não é tão preponderante nas disputas sobre transexualidade quanto os outros três modos mapeados, mas tem se tornado mais presente e mais potente nessa guerra de posições. Na quinta temporada de *Steven Universo*, somos apresentados às “*gems* descoloridas”, moradoras do planeta natal das *gems* que não são aceitas pelo império e que, por isso, vivem escondidas. Em conversa da personagem Garnet com o protagonista, ela explica que as *gems* são “incomuns” e que isso não é algo negativo: “Você é incomum, Steven, como elas e como eu. Não é algo para temer. É algo para comemorar”. Garnet estabelece nesse episódio que dissentir da norma não apenas é algo que deve ser aceito por familiares e pela sociedade, mas que deve ser celebrado.

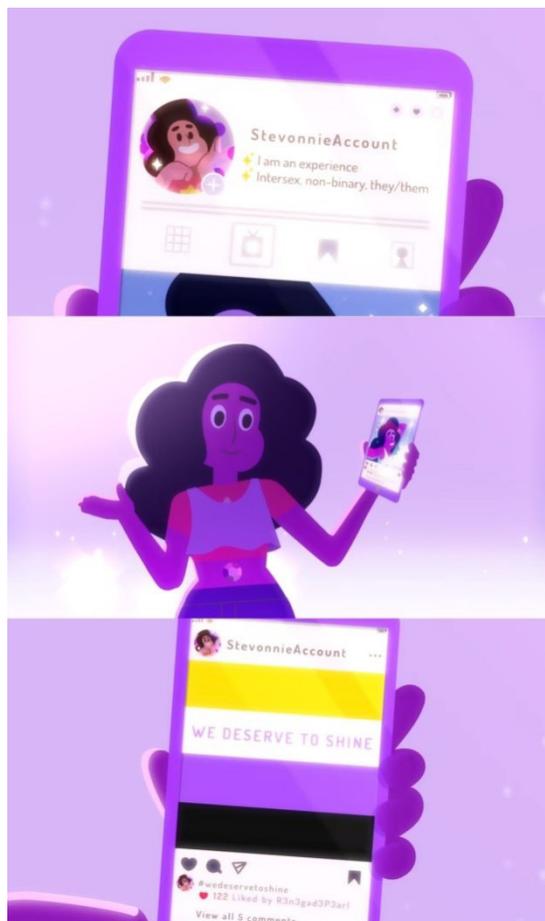


Figura 36: Stevonnie protagoniza campanha da Dove sobre autoestima.

Fonte: YouTube.

No mesmo episódio, uma das descoloridas, Rodonita, reproduz percepções normativas sobre o lugar social de *gems* marginalizadas: “Quem diria coisas legais sobre *gems* como nós? Somos completamente inapropriadas, e você [Steven] também. Devíamos ter vergonha”. Garnet convence as descoloridas de que não devem se odiar por desobedecer às normas, afirma que *gems* inadequadas estão em todos os lugares e que as Diamantes nunca conseguirão aniquilar todas as dissidências. “Mas quantas outras de nós tem por aí?”, pergunta Rodonita. “Bem mais do

que pensa”, responde Steven. A ideia de que há muitas *gems* se sentindo inapropriadas de diversas formas e por múltiplas razões pluraliza as concepções de viver fora dos padrões.

Em uma campanha sobre autoestima nas redes sociais da marca de produtos de higiene pessoal *Dove* com o *Cartoon Network*, Stevonnie, personagem adolescente de *Steven Universo*, mostra seu perfil em uma rede social no celular (Figura 36) e é possível ver sua descrição da seguinte forma: “Eu sou uma experiência / Intersexual, não binária, they/them” (tradução minha). Os pronomes “they” e “them” são neutros na língua inglesa e, por isso, têm sido adotados por pessoas que não se identificam com os gêneros masculino ou feminino. Ainda na propaganda, Stevonnie mostra fotos na mesma rede social de bandeiras do Orgulho Não Binário e do Orgulho Intersexual e diz: “redes sociais podem ser mais do que como você aparenta, podem ser sobre quem você é” (tradução minha). No desenho, Stevonnie surge a partir da união de outros dois personagens da série, o garoto Steven e sua melhor amiga, Connie.

Novamente, há, em *Steven Universo*, um reforço pouco comum nessa guerra de posições à autonomia infantil sobre os próprios gênero e corpo. Steven e Connie decidem quando e como fundirão para formar Stevonnie e decidem quais serão as atitudes e comportamentos da personagem não binária. Em episódio do desenho animado, um adolescente paquera Stevonnie numa festa, que rejeita o garoto e decide que aproveitará o momento apenas para dançar. Há nessa passagem uma compreensão de Stevonnie sobre a própria sexualidade e uma demonstração de domínio sobre as suas ações. Ao descobrirem que Stevonnie é, na verdade, uma fusão não binária de um menino e uma menina, as pessoas da festa olham com reprovação para a personagem.

Outras duas presenças de personagens não binárias em obras para crianças em exibição no Brasil foram registradas em meu mapeamento. *Ridley Jones: A Guardiã do Museu*, série animada da *Netflix* lançada em 2021, apresentou Fred (Figura 37), personagem que não se identifica nem como menina nem como menino. Na história, a personagem principal do desenho, Ridley Jones, é uma garota que vive num museu onde, à noite, criaturas em exposição ganham vida. Ao descobrir a magia do local, a menina conhece os outros personagens e, ao ser apresentada a

Fred, filhote de bisão, a protagonista pergunta à macaca Peaches: “Fred é menino ou menina?” ao que a personagem responde: “eu não sei, é só Fred”. E Ridley finaliza: “legal”. A série também tem um casal homossexual e o uso de linguagem neutra, ou seja, evita palavras femininas ou masculinas ou utiliza neologismos que não se encaixam em nenhum gênero, como “todes” ao invés de “todas” ou “todos”, ou “amigues” no lugar de “amigos” ou “amigas”.



Figuras 37 e 38: Fred e Double Trouble não se identificam com nenhum gênero.

Fonte: *Netflix*.

A *Netflix* já havia apresentado personagem que não se identifica com os gêneros masculino ou feminino em *She-Ra e as Princesas do Poder*, em 2019. Double Trouble (Figura 38) não se identifica com nenhum gênero e possui o poder de se transformar em qualquer pessoa. Na primeira

aparição, Double Trouble aparece com o disfarce de outra personagem, Felina, e, ao confrontá-la, revela outra aparência. Felina pergunta: “é a sua real aparência?”. A resposta: “mais ou menos, é claro, todos nós usamos fantasias. Eu sou capaz de usar outras pessoas como fantasia”. Double Trouble questiona gênero não apenas pelo aspecto binário, mas também como forma de existir estante ao tempo. A fluidez de gênero é mais uma vivência na multiplicação de possibilidades de experimentar gênero.

A partir dos quatro modos de engajamentos mapeados, listei referências que embasam e emergem de cada um deles. Na recusa da transgêneridade como forma de existência, listei três:

1. Compreensão da identidade de gênero como sexo biológico;
2. Propagação da existência trans como ofensa, censura ou perigo à existência do sujeito ou do grupo do qual faz parte;
3. Recusa da autonomia de outras pessoas às próprias identidades de gênero.

No engajamento que interdita a criança transexual, inferi quatro referências:

1. Entendimento da transexualidade como opção;
2. Negação de autonomia da criança sobre os próprios gênero e corpo;
3. Associação entre o sistema de ensino brasileiro e a identificação transexual por crianças;
4. Atribuição de fator de risco à transexualidade para a infância.

No engajamento direcionado ao incentivo à aceitação parental e social da transexualidade infantil, compreendi que há cinco referências:

1. Compreensão de que a transgêneridade na infância não é passível de ser incentivada ou manipulada;
2. Reforço do espectro binário de gênero e aos padrões de gênero;
3. Desautorização parcial da criança sobre o próprio gênero;
4. Normalização da participação de pessoas trans em composições familiares;
5. Respeito à identidade de gênero, corpo e nome social da criança trans.

No engajamento que multiplica as possibilidades de vivenciar gênero, inferi três referências:

1. Celebração das dissidências;
2. Constatação de que as normatividades não se totalizam e que sempre existirá vida fora dos padrões;
3. Recusa da vivência de gênero como uma experiência necessariamente estanque ao tempo.

Do mesmo modo que fizemos no primeiro capítulo, retomarei a listagem de referências adiante. A seguir, no tópico 2.2., analisarei os atores e grupos sociais comprometidos na guerra de posições da transexualidade associada à infância, e, em seguida, no tópico 2.3., articularei as referências dos engajamentos afetivos mapeados para compreender as alianças entre esses envolvidos.

2.2. Bolsonaristas, reportagens e personagens

A guerra de posições da transexualidade associada à infância é disputada por três grandes grupos. Apoiadores ou membros do governo do presidente Jair Bolsonaro, reportagens jornalísticas e personagens e pessoas transgêneros em produções audiovisuais são os grupos que protagonizaram essa guerra de posições no Brasil no período de análise da pesquisa. No meu mapeamento, as pessoas trans aparecem como alvos preferenciais dos conspiracionistas da “ideologia de gênero”.

O combate ao suposto projeto batizado de “ideologia de gênero” tem a transexualidade como um dos principais alvos. Como já visto na guerra de posições da heterossexualidade compulsória, esse projeto esteve e está fortemente associado ao movimento bolsonarista, formado por apoiadores do presidente Bolsonaro desde que ele era deputado federal. No mapeamento que fiz, engajamentos invisibilizadores da transexualidade foram de bolsonaristas como os ministros ou ex-ministros do governo Bolsonaro Abraham Weintraub, Milton Ribeiro e Damares Alves, dos apoiadores ou ex-apoiadores de Bolsonaro Silas Malafaia, Marco Feliciano, João Doria Junior, Janaína Paschoal e Rodrigo Constantino e do líder ideológico de Bolsonaro, Olavo de Carvalho.

O bolsonarismo abrange diversos grupos, como evangélicos, militares, empresários neoliberais, políticos reacionários e fazendeiros. É também atravessado por diferentes objetivos ou sentimentos, como a aversão à

classe política, – mais especificamente ao PT e aos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff –, ao sistema democrático, a demarcações de terras indígenas, à conquista de direitos pelos movimentos negro e feminista e à comunidade LGBTQIA+ e a defesa da facilitação do acesso a armas pela população, do endurecimento do código penal, do combate à corrupção, da volta da ditadura militar e do relaxamento das fiscalizações ambientais. O bolsonarismo alcançou o ápice de popularidade nas eleições de 2018, quando Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República. Nesse ano, o partido que representava o então candidato saltou de nove congressistas em atuação para 56 deputados e senadores eleitos. As raízes do movimento, no entanto, são anteriores àquele ano.

Nas Jornadas de Junho de 2013, quando milhões de brasileiros foram às ruas protestar por diversas causas após uma manifestação em São Paulo contra o aumento da tarifa de ônibus, essas raízes ficaram à mostra. Entre protestos que abordavam assuntos variados, como a violência policial, a corrupção na política e a Copa do Mundo do Brasil, que ocorreria em 2014, houve um fortalecimento de variadas identidades políticas que, agrupadas em minorias políticas, se direcionaram ao enfrentamento às institucionalidades do Estado (FERREIRA, 2019). Na tese de Doutorado *Transformações de políticas e afetos: Contextualizando radicalmente o acontecimento junho de 2013 em fluxos audiovisuais* (2019), Thiago Ferreira infere que a ascensão do bolsonarismo tem relações reativas em relação ao fortalecimento identitário oposicional ao Estado.

Os afetos radicais – inflexionaremos no plural – provocaram transformações cujos modos de sentir, ver e fazer, ou seja, sensibilidades e técnicas, estão evidenciados nos fluxos audiovisuais que analisamos. A vitória de Bolsonaro e a ascensão do conservadorismo são reação de sujeitos reativos e obscuros a essas transformações, que permeiam canais de artistas e *youtubers* e invadem parlamentos e residências. (FERREIRA, 2019, p. 261).

Em março de 2015 e no mesmo mês de 2016, protestos direcionados ao PT e à então presidente Dilma, demonstraram um crescimento da aversão ao partido e às figuras de Dilma e Lula no país. Foi a partir do impeachment da presidente, consolidado em agosto de 2016, que os seguidores de Bolsonaro, então deputado federal há 25 anos, passaram

a aventar a possibilidade de torná-lo presidente. Esse movimento está atrelado aos afetos que resultaram na eleição de Bolsonaro, como indica Ferreira (2019, p. 238). “[A vitória bolsonarista] em parte é explicada através das reafirmações das identidades branca, heterossexual e antiesquerda, partilhadas culturalmente nesse momento atual do país”.

Pouco relevante no cenário político nacional no momento do impeachment da presidente Dilma, Bolsonaro estava alinhado com diferentes grupos e pautas em ascensão em 2016, como o conservadorismo de costumes, a valorização da ditadura militar brasileira e o apoliticismo e antipetismo, ou seja, a aversão à política partidária e, mais especificamente, ao PT. Até a eleição de 2018, Bolsonaro se aproximou de grandes empresários e defensores de políticas neoliberais e reforçou a retórica contra a corrupção política, a defesa ao endurecimento do código penal e o desprezo por leis ambientais ou de defesa a populações indígenas. Nesse período entre 2016 e 2018, Bolsonaro manteve a prática de declarações discriminatórias e opositoras à existência da população LGBTQIA+, apesar de ele negar o caráter lgbtfóbico dos posicionamentos. Ainda que heterogêneo, o movimento bolsonarista reproduz essa prática nas diversas vertentes.

Neste capítulo, exponho engajamentos de vários bolsonaristas ou ex-bolsonaristas que negam a transexualidade como possibilidade de existência ou a presença dela em infâncias. Feliciano, Malafaia e os ministros Damares e Milton Ribeiro, por exemplo, são pastores e líderes evangélicos. Já a deputada Janaína Paschoal foi autora do pedido de impeachment da presidente Dilma e é umas das principais referências do antipetismo, assim como o jornalista Rodrigo Constantino. Além de investidas contra o PT e os ex-presidentes Dilma e Lula, o empresário e governador de São Paulo João Doria Junior, o ministro de Bolsonaro Abraham Weintraub e o ideólogo Olavo de Carvalho têm em comum a defesa de uma agenda econômica neoliberal para o país. Assim como Bolsonaro e os filhos dele, Weintraub reproduz ideias de Olavo. O astrólogo compartilha em livros, palestras e redes sociais concepções reacionárias, antidemocráticas, misóginas, racistas e lgbtfóbicas. Desde a eleição de 2018, o movimento bolsonarista sofreu rupturas, como críticas do próprio Olavo e dissociações de antigos seguidores, como Janaína Paschoal e João Doria Junior, mas

se manteve vivo e os engajamentos que invisibilizam a transexualidade continuaram na estrutura do movimento.

A relação entre a transfobia e o bolsonarismo tem origem na ascensão política do próprio Bolsonaro, que ocorre após ataque do então deputado ao projeto *Escola Sem Homofobia*, a partir de 2011, mas também se fundamenta em outras forças motoras do bolsonarismo, como o crescimento do movimento evangélico no Brasil, já descrito no tópico 1.2., e o crescimento da visibilidade e da conquista de direitos de pessoas transexuais no Brasil e no mundo.

O bolsonarismo se alimenta da reação social à popularização do conceito da transexualidade. A aceitação da possibilidade de transição entre os gêneros masculino e feminino ou para outros gêneros e até para nenhum coloca em risco o binarismo sobre o qual a sociedade moderna se construiu. Assim como a tensão racial faz parte da história da humanidade, a tensão de gênero é estrutural para a construção social como está disposta. Juntamente à infância, o binarismo de gênero é elemento colocado em proteção por grupos sociais conservadores e reacionários. As articulações dos dois residem na guerra de posições em análise e desembocaram, no Brasil, entre outros resultados, no fortalecimento do bolsonarismo. O movimento segue se utilizando desse vetor transfóbico, inclusive para atacar e descredibilizar o segundo grande grupo engajado na guerra de posições da transexualidade associada à infância: a imprensa.

As reportagens mapeadas nessa pesquisa nos veículos ou programas de comunicação tendem a compartilhar a concepção de respeito e integração à comunidade transexual, ainda que, por vezes, reiterando o binarismo de gênero ou invisibilizando a criança trans. As empresas de comunicação brasileiras engajadas em retratar histórias de pessoas trans têm estado em rota de colisão com o bolsonarismo desde as raízes deste movimento. O portal de notícias *Uol*, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e a *TV Globo* são algumas das empresas que participam desse embate constante com Bolsonaro e os seguidores dele. Personagens trans de novelas, desenhos animados, filmes e séries e pessoas transexuais influentes também mantêm disputas frequentes com o bolsonarismo. As reportagens jornalísticas e personagens transgêneros em produções audiovisuais

compõem o segundo e o terceiro grupo em proeminência na guerra de posições da associação entre transgeneridade e infância no Brasil.

Esses dois grupos têm em comum a evidente pretensão de visibilizar a vivência de pessoas transexuais, ainda que com restrições e manutenções de normas conservadoras ou reacionárias. A imprensa brasileira, como qualquer outra, é diversa em interesses, posicionamentos e intenções. Nas empresas que citamos, há nos últimos anos um direcionamento favorável à visibilização da comunidade trans. Mas nem sempre foi assim e a exclusão de transexuais ainda é marca presente no meio jornalístico. Historicamente, a imprensa brasileira marginalizou pessoas e pautas da comunidade trans, especialmente de crianças transgênero.

No artigo *Novas Formas de Ser: Mídia e Transexualidade a Partir de Narrativas de (Re) Construção Identitária* (2018), a pesquisadora do campo da Educação Robéria Nádia Nascimento faz uma análise sobre a abordagem da transexualidade por pautas jornalísticas no Brasil. Com base em estudos de Leal e Carvalho (2009) e Saleiro (2013), Nascimento afirma que as produções da imprensa brasileira sobre transexualidade e transfobia não são aprofundadas suficientemente para visibilizar as pautas. De acordo com o artigo, a comunidade LGBTQIA+ garante que as pautas sobre pessoas trans sejam notadas pela mídia, mas as empresas de comunicação ainda abordam os temas de forma superficial.

Paradas LGBTQIA+ e casos de lgbtfobia ganham espaço em jornais impressos, portais de notícia online, canais de TV e estações de rádio, mas Nascimento explica que as coberturas ainda são atravessadas por noções e valores heteronormativos. O enquadramento da transexualidade pela imprensa brasileira ainda sofre com a confusão entre as definições de homossexualidade e transgeneridade, segundo a apuração da pesquisadora. Em *“Prendam, matam e comam os travestis”: a imprensa brasileira e seu papel na exclusão da população lgbt (1978-1981)*, Victor Hugo Mariusso (2017) mapeou as primeiras aparições de pessoas trans e travestis na imprensa brasileira sem tom de deboche ou curiosidade. De acordo com Mariusso (2017), o veículo de imprensa *O Repórter* publicou reportagem em 1979 abordando vivências transexuais. No mesmo ano, o jornal *O Estado de S. Paulo*, publicou texto alertando a população para

o que chamou de “o perigo das travestis” após um crime ser atribuído a uma travesti numa zona residencial da capital paulista.

Na TV, segundo o mapeamento de Mariusso (2017), a extinta *TV Tupi* produziu em 1979 um programa na série *Os Comunicadores* com entrevistas a travestis pela apresentadora Marisa Urban. O episódio foi censurado pela ditadura militar. No mesmo ano, na *Rede Bandeirantes*, o programa *TV Bolinha* exibiu travestis como forma de entretenimento. O veto ou escassez da presença de transexuais e travestis na mídia brasileira que não com teor de ameaça ou chacota se manteve presente por décadas. E a abordagem mais fiel e respeitosa às vivências trans ainda passa por dificuldade em ter complexidade e profundidade nas coberturas jornalísticas. Ainda assim, como ficou evidente em nosso mapeamento, houve uma mudança de direcionamento de alguns veículos jornalísticos brasileiros nos últimos anos, com maior frequência e seriedade ao abordar pessoas transexuais, mesmo que com fortes marcações heteronormativas e em reportagens pouco aprofundadas.

O terceiro grupo envolvido na guerra de posições também sofreu mudanças nos últimos anos. Personagens e pessoas transgêneros em produções audiovisuais brasileiras ou exibidas no Brasil foram ridicularizadas ou erotizadas ao longo dos anos. A modelo e atriz Roberta Close, que é uma mulher trans e participou de filmes e novelas brasileiras, ficou famosa nacionalmente depois de posar em fotos sensuais para a revista *Close*. Durante a carreira, também se tornou a primeira mulher trans a posar para a revista *Playboy*. Apesar da fama e de frequentar a mídia brasileira durante as décadas de 1980 e 1990, Roberta foi alvo de ataques e boatos por causa da identidade de gênero. Na novela *Mandacaru* (1997), da *TV Manchete*, sofreu transfobia do ator Bemvindo Sequeira, que se negou a beijar a atriz em cena. A modelo também teve a vida exposta por diversas vezes pela mídia, em reportagens que destacavam o nome de batismo de Roberta e informações sobre os órgãos genitais e a cirurgia de redesignação sexual que a atriz se submeteu.

A atriz e dançarina Cláudia Celeste também sofreu com a exposição midiática. Cláudia foi a primeira pessoa transexual a atuar em uma novela brasileira, *Espelho Mágico*, que foi ao ar em 1977 na *TV Globo*. Na época, o diretor da novela, Daniel Filho, não sabia que a atriz era uma mulher tran-

sexual. Com a repercussão na imprensa por conta da identidade de gênero de Cláudia, ela teve a participação na novela cortada e só voltou a atuar na televisão em 1988, em *Olho por Olho*, da *TV Manchete*. “Antes, ninguém sabia que eu era travesti, nem Daniel Filho. Ninguém nunca me perguntou! E, como ficou muito ti-ti-ti, tiraram os capítulos que eu já tinha feito”, disse Cláudia em entrevista à revista *Geni* em 2013. A atriz participou de três filmes entre as décadas de 1970 e 1980 e morreu em 2018.

Outra artista presente em programas de TV brasileiros na década de 1980 foi a atriz Rogéria, que se identificava como travesti e morreu em 2017. Rogéria foi jurada de programas de auditório como o *Cassino do Chacrinha* (1982-1988) e participou de novelas como *Tieta* (1989), *Paraíso Tropical* (2007), e *Babilônia* (2015), as três da *TV Globo*. Nos programas de auditório, Rogéria era abordada como uma figura de entretenimento. Em entrevistas, a artista se definia como a “travesti da família brasileira”. “Um travesti precisa de inteligência e talento para saber que não é mulher de verdade. Só tenho duas preocupações com o visual: não parecer prostituta, nem homem vestido de mulher”, disse Rogéria em entrevista ao portal de notícias *Correio 24 Horas*. Apesar de a declaração ser contraditória aos pleitos da própria comunidade trans, compreendo que faz parte da estratégia da própria Rogéria para ocupar espaços que eram negados a pessoas trans. Como afirma Grossberg (2015), ganhar posições em uma prolongada guerra de posições é um esforço lento.

Em entrevista ao portal *online Ego*, Rogéria fala sobre o preconceito sofrido por pessoas trans e travestis, em especial artistas. “É muito difícil lidar com o preconceito, enfrentei a minha vida toda e enfrento até hoje [...]. Uma nova Rogéria talvez sofreria até mais preconceito do que eu sofri. Se alguém quiser seguir o caminho de Rogéria, precisa ter muita, mas muita vontade, e amor pela arte”. Rogéria afirma nessa entrevista que só foi respeitada por ter mostrado o seu talento. No documentário *Divinas Divas*, de 2016, é abordado esse espaço conquistado por Rogéria e outras sete artistas travestis durante a década de 1960 no Brasil. As artistas se apresentavam em performances musicais e cômicas em teatros e boates e conquistaram fama e aclamação de público. “Nos anos 60, a palavra travesti era algo de muita curiosidade, era algo misterioso”, afirma a diretora do filme, Leandra Leal, em entrevista ao portal *GZH*. A aceitação do público às artistas se dava

pela restrição das travestis à arte como um espaço onde o inimaginável pode acontecer, desde que limitado àquele lugar.

Assim como Rogéria, o ator Jorge Lafond, que se identificava como homossexual e morreu em 2003, fez fama na televisão ao usar o travestismo, ou seja, o ato de se travestir de outro gênero, como elemento de comicidade. Lafond participou de programas de TV na década de 1980 e ficou nacionalmente famoso pela personagem Vera Verão, do humorístico *A Praça É Nossa*, do canal de TV aberta SBT. Segundo o protagonista do programa, o ator Carlos Alberto de Nóbrega, Vera Verão foi inspirada em “travestis que brigam na praça e puxam gilete da boca”. Em *A Praça É Nossa*, Vera Verão sempre discutia com personagens de forma exagerada. Assim como aconteceu com Roberta, Claudia e Rogéria, a fama não blindou Lafond enquanto Vera Verão de sofrer discriminação. Em uma gravação do programa *Domingo Legal*, também do SBT, Lafond foi expulso do palco para o padre Marcelo Rossi cantar sem a presença do artista no local.

Mais recentemente, a presença de pessoas ou personagens trans em produções audiovisuais feitas ou exibidas no Brasil voltadas para o público adulto têm ganhado novas conformações, sem associações com humor ou erotismo. Na novela da TV Globo *A Força do Querer*, exibida originalmente em 2017, a história da transição de gênero de Ivan foi contada sob perspectiva favorável às pautas defendidas pela comunidade trans, em especial a defesa da aceitação familiar e social da transgeneridade. Em outra novela do canal, *A Dona do Pedaço*, de 2019, a atriz transexual Glamour Garcia interpretou Britney, personagem também trans que vivencia um romance com um homem cisgênero. Nas duas novelas, há um esforço em normalizar a transexualidade e em retratar dramas comuns a pessoas trans.

Na internet, a presença de pessoas trans em produções audiovisuais na última década tem crescido. Os canais do *YouTube Transdiário* e *Lucca Najjar* são exemplos dessa presença. Na monografia *É TUDO NOSSO: Um relato trans a partir de relatos de pessoas trans no YouTube*, Wendy Yu (2017) defende que os vídeos de criadores de conteúdo online transexuais abrem espaço para pessoas trans se fazerem visíveis: “significa, então, forçar o questionamento das normas que conferem inteli-

gibilidade a uns e a negam a outros – nossa própria existência é uma afronta à cisheternormatividade” (YU, 2017, p. 119).

No caso de séries e desenhos animados, não encontrei personagens e pessoas trans em décadas anteriores à de 2010. Mapeei personagens com comportamentos dissidentes de gênero, o que será explorado no próximo capítulo, mas não personagens trans, como verifiquei em produções mais recentes e apontei no tópico 2.1. A penetração de pessoas e personagens declaradamente transexuais em conteúdos voltados para o público infantil é, portanto, um fenômeno relativamente recente.

2.3. Apego ao binarismo, desautorização infantil e cientificismo

Com o mapeamento dos engajamentos mobilizadores da guerra de posições da transexualidade associada à infância no Brasil e a historicização dos atores sociais envolvidos nessa guerra de posições, seguimos para a etapa de análise das alianças afetivas. Listei três atravessamentos afetivos entre os engajamentos e atores participantes da guerra de posições que se destacam com capacidade de indicar pistas para a modulação de paisagens afetivas possíveis. Essas alianças se sobrepõem às organizações intencionais e dão sinais de que as articulações deixam em evidência uma zona de disputa potente, que precisamos circundar e nos atentar na tentativa de pluralizar as vivências dissidentes e libertá-las de normas e aprisionamentos.

A primeira aliança afetiva que inferi é o apego ao binarismo de gênero. Ainda que haja embates ao binarismo no quarto modo de engajamento (multiplicação das possibilidades de vivenciar gênero), o reforço da divisão entre masculino e feminino se sobressai. Há, claramente, uma dificuldade dos atores sociais em conceber algo para além dessa dualidade, com reforço de estereótipos e padrões. Na reportagem *Quem Sou Eu?*, do *Fantástico*, exibida em 2017, essa percepção binarista está evidente na apresentação. A repórter Renata Ceribelli diz que só existem dois gêneros: feminino e masculino, excluindo a possibilidade de uma pessoa trans não se identificar com nenhum dos dois, como é o caso de crianças não binárias, por exemplo. Em outro modo de engajamento, a ministra do governo Bolsonaro Damares Alves recusa a existência para além dos gêneros masculino e feminino: “Fala-se que nós

não podemos mais ter menino e menina; é criança, é neutralidade de gênero”. A pastora diz ainda que os pediatras interpretam a educação que não está atrelada ao binarismo de gênero como uma agressão à criança.

Uma característica dessa aliança afetiva é a abordagem de brinquedos e vestimentas como indicadores do gênero da criança, o que trabalharemos de forma mais extensa na análise da guerra de posições dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas, no capítulo 3. No modo de engajamento preocupado em interditar a criança trans, o então deputado federal Jair Bolsonaro fez uma crítica à revista *Nova Escola*, que trouxe na capa a chamada *Vamos falar sobre ele?* com a foto de uma criança com um vestido e uma tiara. “Isso aqui é um menino”, afirma Bolsonaro em vídeo postado em suas redes sociais. Ainda que com preocupação distinta, voltada para a aceitação parental e social da infância trans, a série *O Clube das Babás* reproduz percepção semelhante do estereótipo de gênero. Numa cena, a personagem Mary Anne convence um médico e uma enfermeira a tratar a menina transexual Bailey como uma garota. “Se olharem para ela e não para a ficha [médica] vão perceber, a Bailey não é um menino e tratando ela assim vocês estão ignorando totalmente quem ela é”, argumenta Mary Anne com os profissionais de saúde.

No canal do *YouTube Transdiário*, o entrevistado Anderson, pai de uma criança trans, faz relato ao criador de conteúdo Luca Scarpelli que também reforça essa máxima: “[Minha filha] é uma menina, ela se olha no espelho, ela faz *make* [...]. É só olhar e ver que é uma menina”. Em outro vídeo do *YouTube*, o ideólogo Olavo de Carvalho diz, contrariado: “Se você vê um homem que diz que é mulher, você tem que dizer que ele é mulher, se não você pode ir para a cadeia”. E completa de forma irônica: “Como que é isso? Então eu estou vendo um rinoceronte e tenho que dizer que é uma galinha?”. Diferentemente do que afirmam Bolsonaro, Mary Anne, Anderson e Olavo, no entanto, nem sempre é possível identificar o gênero de uma criança apenas olhando para ela ou pelos estereótipos de gênero que ela reproduz.

Na reportagem que mapeei do programa *Profissão Repórter* há a abordagem de uma pessoa adulta não binária, divergindo dessa aliança afetiva. Em desenhos animados infantis também há exceções a essa aliança. A transição de gênero mais comum nessas produções é entre

menino e menina, mas já é possível identificar a presença de personagens não binárias, como Stevonnie, Fred e Double Trouble, respectivamente em *Steven Universo*, *Ridley Jones: A Guardiã do Museu* e *She-Ra e as Princesas do Poder*. Em nenhum deles, no entanto, a personagem não binária é uma criança. De acordo com essa aliança, a infância está colonizada pelos padrões de gênero binários. A compreensão de que só existem meninos e meninas atravessa os três modos de engajamento mais comuns da guerra de posições da transexualidade associada à infância. Crianças que não se identificam como menino ou menina estão à margem dessa guerra de posições, ainda que haja atores sociais comprometidos em proporcionar maior aceitação familiar e social à infância transexual.

A segunda aliança afetiva identificada pela pesquisa é a desautorização infantil. Nos principais engajamentos sobre a infância trans, a opinião da criança sobre o próprio gênero não é plenamente ouvida ou respeitada. Um exemplo é a afirmação de Bolsonaro em vídeo já mencionado: “Não podem querer botar na cabeça de nossos filhos que eles vão decidir se vão ser menino ou menina depois de 13 e 14 anos de idade”. Ou do jornalista Rodrigo Constantino em crítica a uma reportagem sobre transexualidade: “Tudo passou a ser o ‘eu, eu, eu’. Se eu quero, se eu acho isso, então tem que ser isso. Se eu penso ser uma menina, então sou uma menina”. Para expressar desprezo pelo lugar da opinião na construção de gênero, ele ironiza: “Agora, e se eu penso ser um gato? Ou um golfinho?”

Nos vídeos publicados no *YouTube* dos canais *Põe na Roda*, *Transdiário* e *Lucca Najar*, os principais entrevistados sobre a vivência dos crianças transexuais são os pais delas. Diferentemente dos posicionamentos de Bolsonaro e Constantino, esses canais pretendem incentivar a aceitação da transgeneridade na infância. Mas, todos esses engajamentos são atravessados pela aliança afetiva da desautorização infantil, seja ela parcial ou integral. O que a criança trans tem a dizer sobre o próprio gênero é comumente colocado em dúvida ou respaldado por adultos. Na reportagem do *Fantástico Quem Sou Eu?*, o relato de uma menina trans é exibido, mas todas as falas da garota são seguidas de entrevistas com os pais dela ou com profissionais de saúde. É uma forma de avaliar a narrativa da menina. Ao anunciar que a criança fará bloqueio hormonal,

a repórter Renata Ceribelli explica do que se trata o tratamento: “o objetivo é adiar a puberdade até que médicos e psicólogos possam dizer seguramente que aquela pessoa é trans”.

A presença da família e dos pais na formação da identidade de gênero é uma característica frequente nessa aliança afetiva. Seja quando Bolsonaro afirma “A minha filha vai ser mulher e os meus filhos são homens” seja quando os canais de *YouTube* e reportagens dão preferência a exibir relatos dos pais de crianças trans ao invés de ouvir a vivência das crianças diretamente. Em engajamentos que interdita a infância trans, é comum ainda a valorização da manipulação familiar na formação identitária da criança em detrimento de outras influências. Esse viés dessa aliança pode ser notado no *post* da deputada Janaína Paschoal no *Twitter* em que afirma que a “ideologia de gênero” – como ela se refere pejorativamente ao respeito à identidade de gênero – é ensinada em escolas públicas e particulares no Brasil. Em proposta de emenda a projeto de lei, Pachcoal acusou outros atores sociais de influência negativa na identidade de gênero de crianças: as produções audiovisuais infantis: “a difusão indiscriminada de tais programas [com personagens transexuais] entre crianças e adolescentes pode contribuir para diagnósticos precipitados de casos de disforia de gênero”.

Nas produções audiovisuais, a aliança afetiva da desautorização infantil também está presente, mas com outro viés. Em *O Clube das Babás*, a aparição da mãe de Bailey e a conversa de Mary Anne com a amiga, ambas com mais idade que a garota trans, aparecem como forma de validação da transexualidade da menina. Em *Ridley Jones: A Guardiã do Museu*, é outra personagem que não a transexual não binária Fred que explica a identidade de gênero dela, esclarecendo que Fred não se identifica nem como menino nem como menina. No filme *A Vida Moderna de Rocko: De Volta ao Lar*, a personagem transexual Rachel precisa da mãe para convencer o pai a tratá-la como uma mulher. Nos engajamentos relacionados à guerra de posições da transexualidade associada à infância, é comum que a criança trans seja explicada, discutida e disputada por adultos e que a criança fique de fora ou participe de forma minoritária. Há, portanto, uma rejeição frequente da autonomia infantil sobre a identidade de gênero.

Diferentemente das outras produções audiovisuais infantis, o desenho *Steven Universo* coloca em destaque a voz da criança ao abordar o desrespeito à sua autonomia. É um olhar da série sobre a própria aliança afetiva da desautorização infantil. Isso ocorre quando a Diamante Branco se nega a tratar e a chamar Steven como ele exige. Ao confrontá-lo, ela diz: “A sua aparência não é essa. A sua voz não é essa. Você não é uma humana. Você só age como uma criança”. Ao que Steven responde: “Mas eu sou uma criança”. No desenho, Steven demonstra ter capacidade de compreender quem é, o seu gênero e como quer ser tratado. O protagonista da série impõe esse entendimento e o posicionamento dele é suficiente para que os outros personagens o respeitem, sem haver intervenções de adultos, como nos outros engajamentos.

A terceira e última aliança afetiva inferida no mapeamento dessa guerra de posições é a valorização cientificista, que se trata do enaltecimento da natureza biológica como fator principal para o respeito ou não da criança trans, sem levar em conta as escolhas ou exigências dela. Independentemente do que cada ator social percebe como ciência ou não, a valorização da comprovação científica é frequentemente um fator importante dos engajamentos acerca da infância trans. Enquanto o ministro bolsonarista Milton Ribeiro afirma em entrevista que “a biologia diz que [a transgeneridade] não é normal”, as reportagens sobre transexualidade reforçam explicações científicas sobre identidade de gênero, inclusive com a escuta de profissionais de saúde. Apesar das diferenças, em que Ribeiro foge da pecha do fanatismo religioso e as reportagens buscam uma forma de embasar o fenômeno para além da voz da criança entrevistada, ambos os engajamentos apelam para a ciência ao abordar o assunto como um pilar de autoridade na concepção ocidental e euro-moderna.

Palavras e expressões que remetem à Ciência aparecem com constância nos engajamentos dessa guerra de posições. O pastor Malafaia afirmou em vídeo que a identidade de gênero, que ele se refere pejorativamente como “ideologia de gênero”, não é ciência, e diz: “eu conheço o gênero humano. [...] Eu conheço biologicamente masculino e feminino”. Ao afirmar que, de acordo com a biologia, masculino e feminino não são gêneros, Malafaia desautoriza a criança sobre sua identidade de

gênero com base numa pseudociência. O mesmo faz a ministra Damares em discurso: “[existe] um monte de mulher-pirata no Brasil, que não tem útero, não tem vagina, que estão se dizendo mulher”. Para invalidar a mulher trans, a ministra explica que ela não tem útero ou vagina, ainda que compreensões científicas de mulher amplamente aceitas não incluam a verificação de quais órgãos ela tem ou não.

Na proposta de emenda a projeto de lei já citada, Janaína Paschoal defende a proibição da circulação de conteúdo infantil em São Paulo com a pauta da transexualidade. Segundo ela, sem a influência desse conteúdo, os hormônios da puberdade agiriam na criança de forma que ela se identifique e se desenvolva dentro do gênero que foi atribuído a ela no nascimento. Já nas reportagens de *Uol*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Fantástico*, *Profissão Repórter* e *Nova Escola*, a Ciência é empregada nos engajamentos para reforçar o respeito às crianças trans. Com entrevistas a psicólogos e psiquiatras, elas comumente explicam a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero e esclarecem que as pessoas trans têm uma dissociação entre o sexo biológico e o gênero.

Nas produções audiovisuais infantis, esse teor cientificista característico dessa aliança afetiva é mais difícil de ser identificado, mas ele está presente na naturalização da transexualidade. Ou seja, as narrativas tendem a esclarecer que os personagens trans não tiveram opção sobre o próprio gênero. É o que acontece em *O Unicórnio Sem Chifre*, episódio de *As Meninas Superpoderosas* em que o pônei Donny sonha em ser um unicórnio. Ao final do episódio, ele descobre que é, de fato, um filhote de unicórnio e, não, um pônei, como imaginava. Donny passa a ser respeitado como unicórnio pelos outros personagens a partir do momento em que é revelado que ele nasceu unicórnio.

2.4. Resolução da transexualidade

Neste tópico, exploro o espaço conformado pelas três alianças afetivas mapeadas. O lugar ainda sem domínio ou delimitações e, ao mesmo tempo, aquele compartilhado pelos diferentes atores e grupos envolvidos na guerra de posições da transexualidade associada à infância. A paisagem afetiva é elemento-chave na compreensão contextual e, para chegar a ela, listo três questões que organizam a guerra de posi-

ções. Essas perguntas balizam os engajamentos e estão ligadas ao apego ao binarismo, à desautorização infantil e à valorização cientificista, as alianças afetivas identificadas no tópico anterior.

1) O que a transexualidade põe em risco?

Atores e grupos sociais implicados na guerra de posições se aliam afetivamente na pressuposição do binarismo de gênero, mas se dividem sobre a abordagem da transexualidade. Como já dito, a transgeneridade é tratada como risco nos engajamentos afetivos que negam a existência trans ou a infância trans. No caso do engajamento dirigido à invisibilização da transexualidade, o perigo implícito é a destruição do próprio sistema binário de gênero entre masculino e feminino. Já nos engajamento que interditam a criança trans e nos que multiplicam as vivências de gênero possíveis, o medo propagado é referente à infância, um dispositivo de poder fundamental na construção da sociedade. Nos engajamentos que incentivam o respeito parental e social às crianças trans e que multiplicam as possibilidades de vivências de gênero, o risco é outro. A rejeição de familiares e da sociedade a crianças trans ou não binárias é o perigo apresentado. Nas três respostas a esta questão organizadora, há um fator comum: o risco.

2) Como a criança participa da própria formação?

Na segunda questão organizadora, associada à aliança afetiva que desautoriza a criança sobre o próprio gênero, o conflito se dá justamente acerca da participação infantil na formação identitária. No primeiro modo de engajamento, que nega a transexualidade, a premissa é a da ausência total da autonomia da criança sobre o assunto. Já no segundo modo, que interdita a infância trans, há um senso comum de que o controle do gênero da criança é dos pais. Ao menos, até que ela chegue à idade adulta. Já os atores e grupos empenhados em fazer as crianças trans serem respeitadas incentivam a escuta delas, mas apenas sob aprovação dos pais e de profissionais de saúde. Há, portanto, um consenso de que a criança não tem plena autonomia sobre os próprios gênero e corpo e, ao mesmo tempo, uma disputa acerca do quanto ela deve ser escutada sobre os assuntos. Apenas no quarto modo de engajamento, ainda menos comum, as decisões da criança aparecem de forma mais independente, e a autonomia dela sobre corpo e gênero é defendida integralmente.

3) O que diz a ciência sobre a transexualidade?

A terceira aliança afetiva entre atores e grupos sociais engajados na guerra de posições da transexualidade associada à infância é a valorização da ciência sobre a opinião. Para os engajamentos mapeados, mais importante do que o que a criança trans expressa sobre o seu gênero é quase sempre o que a ciência diz sobre a transexualidade. Para aqueles que defendem a aceitação da criança trans pela sociedade e pelos pais, transitar de gênero não só é possível como tem plausibilidade científica. Nos engajamentos preocupados em interditar a criança trans, a transexualidade é abordada como uma opção, mas nunca como uma possibilidade cientificamente comprovada de vivência infantil. Em outro modo de engajamento, que nega por completo a transexualidade, a defesa é de que a ciência estabelece o binarismo de gênero. Para quem se engaja na guerra de posições dessa maneira, a existência humana está dividida entre masculino e feminino.

Assim como na guerra de posições da heterossexualidade compulsória na infância, nesta guerra de posições, encontrei uma paisagem afetiva após o mapeamento das questões organizadoras. A resolução da transexualidade é esse lugar compartilhado pelos engajamentos, mas ainda não conquistado. Nas três questões, as disputas pressupõem que a transexualidade é um problema a ser resolvido. Uma pergunta que atravessa as três alianças afetivas e que talvez ajude na compreensão da aposta que fizemos para paisagem afetiva é a seguinte: “de quem é a culpa?”. Em diferentes engajamentos, aparece a acusação. Seja num apontamento ao sistema de ensino, às produções audiovisuais infantis ou à ciência, a “culpa” pela transexualidade da criança emerge na guerra de posições, o que denota o compartilhamento da concepção de que a transexualidade precisa de resolução.

Em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a transexualidade da lista oficial de doenças do órgão. Na OMS, a transgeneridade era abordada como “transtorno de identidade de gênero” e passou a ser referida como um sentimento ligado à área da sexualidade chamado de “incongruência de gênero”. Ainda que, oficialmente, a OMS e o Estado brasileiro não tratem mais a transexualidade como patologia,

em todos os modos de engajamentos afetivos que associam pessoas trans à infância há a tentativa de solucioná-la.

O presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, aponta como solução a extinção da transexualidade ao afirmar que a filha se tornará mulher independente de qualquer expressão de gênero que se oponha à vontade dele. Já a deputada estadual Janaína Paschoal indica como resolução o veto do contato de crianças e adolescentes com personagens e tramas sobre transexuais ao propor a proibição de propagandas com esses temas em São Paulo. A reportagem do *Fantástico Quem Sou Eu?* recomenda o reconhecimento da identidade de gênero por profissionais de saúde e o tratamento hormonal como solução para a transexualidade. O programa esclarece, por meio de entrevista a um psiquiatra, que a “culpa” da transexualidade, como diz o entrevistado, não é dos pais, mas de fatores biológicos.

Em produções audiovisuais para crianças, a resolução da transexualidade mais comum é o reconhecimento familiar e social do personagem trans. Em *A Vida Moderna de Rocko: De Volta ao Lar*, Rachel, que antes era conhecida por amigos e pelos pais como um homem, se apresenta como mulher e, após discussões e reafirmações, consegue o respeito de todos como tal. De forma metafórica, o personagem de *As Meninas Superpoderosas* Donny recebe a confirmação ao final do episódio *O Unicórnio Sem Chifre* de que não era um pônei, como era entendido socialmente, mas um unicórnio, como sempre se sentiu. Em *Steven Universo*, o protagonista convence as líderes autoritárias de seu planeta de origem de que é um garoto chamado Steven e, não, a irmã das imperatrizes, conhecida como Diamante Rosa, ou a própria mãe, a rebelde Rose Quartz. O foco das produções é em promover o reconhecimento familiar e social e, uma vez que essa aceitação seja garantida, a transexualidade é entendida como “solucionada”. Ainda que bem sucedidas em retratar vivências transexuais e em incentivar a maior aceitação da infância trans, as produções compartilham com os demais atores e grupos sociais envolvidos na guerra de posições o esforço resolutivo.

Como afirma Judith Butler (2005) em *Giving an Account of Oneself*, o reconhecimento social se tornou uma questão de existência. “O que eu posso ‘ser’ está literal e antecipadamente restrito por um regime de verdade que decide o que será ou não uma forma reconhecível de

existir” (BUTLER, 2005, p. 22, tradução minha). Butler (2005) afirma que a frequente irreconhecibilidade de sujeitos numa sociedade provoca uma crise nesse sistema de existência baseado no reconhecimento social. As repetidas falhas em reconhecer as pessoas, afirma Butler (2005), promovem um questionamento dos padrões, uma vez que os desejos não são satisfeitos. “[Essa] insatisfação estabelece um ponto de partida crítico para a interrogação das normas disponíveis” (BUTLER, 2005, p. 24). É na pluralidade de identidades de gênero, que amplia e até questiona a sigla LGBTQIA+, e na insatisfação de pessoas que dissidem de normas de gênero com as próprias identidades disponíveis que reside uma rachadura potente nos mapas de importância em operação.

Ao tentar abarcar mais dissidências de gênero que a transexualidade masculina e feminina, algumas produções audiovisuais têm colocado em cheque os próprios esforços, ainda majoritários, de solucionar a transexualidade, como se essa dissidência precisasse de uma resolução. Se em *O Clube das Babás*, uma das protagonistas briga para que profissionais de saúde reconheçam uma garota trans como menina por conta de estereótipos de feminilidade expressos pela criança, em outras produções já verifico uma recusa ao binarismo de gênero. Em um diálogo em *Ridley Jones: A Guardiã do Museu*, por exemplo, uma personagem questiona o gênero de outra: “Fred é menino ou menina?” e ouve apenas: “eu não sei, é só Fred”. No mesmo desenho animado, é utilizada a linguagem neutra, que evita atribuir gênero às pessoas. Em *She-Ra e as Princesas do Poder*, uma outra possibilidade de vivenciar gênero é apresentada: a fluidez de gênero. Na série, Double Trouble se transforma em outras personagens, sejam do gênero masculino ou feminino e afirma: “todos nós usamos fantasias. Eu sou capaz de usar outras pessoas como fantasia”. Em *Steven Universo*, Garnet celebra a não conformidade com as normas e afirma a possibilidade de viver fora delas. No mesmo desenho, Stevonnie se diz uma pessoa não binária resultante de uma união de uma menina com um menino. Esse fenômeno ainda atribui às duas crianças autonomia de gênero incomum na guerra de posições mapeada.

Essa multiplicação das experiências de gênero rompe com as normas ao trazer à guerra de posições as possibilidades de pessoas não se identificarem com os gêneros masculino, feminino ou qualquer outro ou até

mesmo transitarem entre gêneros. Ao se engajarem na guerra de posições dessa forma, produções audiovisuais como *Ridley Jones: A Guardiã do Museu*, *She-Ra e as Princesas do Poder* e *Steven Universo* ampliam as temporalidades presentes nessa guerra de posições. Como argumentam Gomes, Ferreira, Janay e Farias (2019), é parte do nosso trabalho analítico compreender o tempo fora da linearidade, com a consideração das múltiplas temporalidades articuladas. A não binariedade, a fluidez de gênero e a inconformidade com qualquer definição disponível entre masculino e feminino são movimentos que criam atordoamentos nas disputas sobre transegeneridade na infância.

CAPÍTULO 3

“Menino veste azul e menina veste rosa”: engajamentos afetivos sobre comporta- mentos dissidentes de meninos e meninas

Além da heterossexualidade compulsória na infância e da associação entre transgeneridade e infância, há uma terceira guerra de posições na crise orgânica das infâncias dissidentes em produções audiovisuais no Brasil. É a guerra de posições dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas. Essa guerra de posições se conforma nas noções binaristas de sexualidade e gênero e, dela, emergem confrontos acerca de brincadeiras, brinquedos, vestimentas e gestos de crianças que são categorizadas como masculinas e femininas.

Em dois dos três modos de engajamentos com ligação a essa guerra de posições, o binarismo menino/menina é mantido e reforçado. São eles os engajamentos que chamei de “aprisionador” e “apaziguador”. Apenas no terceiro modo de engajamento dessa guerra, que denominei de “constrangedor”, o sistema binário é colocado em ponto de destruição. No próximo tópico, destrincho os três modos de engajamento e analiso essa relação de cada um com o sistema binarista de identificação de gênero.

Mas, a priori, já posso afirmar que o binarismo é um sistema que se apresenta nessa guerra poderoso, sólido e rápido em cooptar e emendar ameaças. Novamente, vou mapear os engajamentos identificados, inves-

tigar os atores e grupos sociais envolvidos na guerra de posições, inferir as alianças afetivas que atravessam esses engajamentos, listar as questões organizadoras que balizam os embates e, por fim, apostar numa paisagem afetiva que dê suporte a potenciais estratégias a serem manejadas nessa guerra.

3.1. Prisão, paz e constrangimento

O discurso da ministra bolsonarista da Mulher, Família e Direitos Humanos Damares Alves sobre as vestimentas de crianças no Brasil tensionou a guerra de posições dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas e trouxe para o embate atores e grupos sociais que até então estavam à margem desse conflito. Ao assumir a pasta criada no governo Jair Bolsonaro, em 2018, Damares afirmou a apoiadores: “Atenção, atenção. É uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa”. Em nota à imprensa e entrevista ao canal de TV por assinatura *GloboNews*, a ministra disse que a frase era uma metáfora. “Vamos respeitar a identidade biológica das crianças. E digo mais, podemos chamar menina de princesa e menino de príncipe no Brasil que não há nenhuma confusão nisso”, disse Damares. Ao longo deste capítulo, mostrarei como as cores, as vestimentas e o recurso metafórico de princesas e príncipes se repetem nos engajamentos acerca de comportamentos dissidentes de gênero e sexualidade.

De forma pejorativa, o presidente Bolsonaro costuma associar a cor rosa à homossexualidade. Foi o que fez em 2020, em transmissão ao vivo nas redes sociais dele de uma visita ao Maranhão. Após tomar o refrigerante *Guaraná Jesus*, típico do estado e de cor rosa, Bolsonaro afirmou: “Agora, eu virei boiola, igual maranhense. É isso?”. O presidente já havia feito a associação homofóbica em 2019, em evento de comemoração aos 200 dias do governo dele. Na ocasião, o então presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, usou uma gravata de cor rosa. Bolsonaro se referiu ao adereço em seu discurso: “Apesar da gravata cor-de-rosa, eu gosto do Davi Alcolumbre. É meu amigo”. A relação que Bolsonaro reitera entre homossexualidade e a cor rosa tem associação com o discurso de Damares e, assim como o engajamento da ministra, os posicionamentos do presidente reforçam o estereótipo de gênero que aprisiona crianças e homens dissidentes em comportamentos socialmente interpretados como masculinos.



Figura 39: Capa da *Nova Escola* que se tornou alvo de críticas de Bolsonaro.

Fonte: *Nova Escola*.

Em vídeo de Bolsonaro já citado no tópico 2.1., ainda como deputado federal, ele aparece ao lado da filha mais nova, então com quatro anos de idade, e exhibe uma edição online da revista *Nova Escola* sobre diversidade de gênero e sexualidade na infância, cujo título é *Vamos falar sobre ele?* (Figura 39). Atrás do título, vemos a foto de uma criança vestida com o que parece ser uma fantasia de princesa. “Isso aqui é um menino, isso aqui fica dentro das bibliotecas [das escolas]”. Bolsonaro afirma no vídeo que o governo da presidente Dilma Rousseff distribuía a revista em escolas, o que não ocorreu. O objetivo da presidente, segundo o então deputado, seria “perverter” as crianças em sala de aula. A reportagem aborda, entre outros temas, meninos que gostam de se vestir com roupas socialmente compreendidas como femininas.

Além da cor das vestimentas e das próprias roupas usadas por crianças, um elemento comumente articulado por atores sociais engajados nessa guerra de posições em viés aprisionador são as brinca-

deiras e brinquedos. Há um reforço da distinção entre brincadeiras que são supostamente de meninas e aquelas que seriam de meninos. Ao confrontar essas diferenças em propaganda veiculada na TV, a marca de sabão em pó *Omo* se tornou alvo de críticas, inclusive do deputado federal Marco Feliciano. Em *post* no *Twitter*, Feliciano escreveu: “*Omo* defende ideologia de gênero e sofre retaliação na *web*”. A crítica coloca atores sociais que se posicionam contra a propagação de estereótipos de gênero para crianças na linha de ataque do grupo que se afirma em confronto com a suposta “ideologia de gênero”.

Esse posicionamento de Feliciano é replicado em grande escala por usuários de redes sociais que dizem combater a “ideologia de gênero”. De tempos em tempos, esses usuários atacam pessoas públicas ou marcas que questionam as divisões de brinquedos e brincadeiras entre meninos e meninas em estratégia de manada. Foi o que aconteceu com a cantora Sandy Leah e o músico Lucas Lima. Em agosto de 2018, Lucas, então marido de Sandy,. Em agosto de 2018, Lucas postou uma foto no *Instagram* de seus pés ao lado de um par de sapatos infantis e uma boneca da princesa Elsa, personagem do filme *Frozen – Uma Aventura Congelante*, com a legenda: “Toda vez que eu vou tomar café da manhã e esbarro com um tênis desses e uma Elsa aleatória no chão eu lembro do quão ridiculamente abençoado eu sou” (Figura 40). Sandy e Lucas são pais de um menino, Theo, que tinha quatro anos de idade na ocasião.



Figura 40: Post do músico Lucas Lima com boneca do filho.

Fonte: *Instagram*.

No *post*, usuários da rede social fizeram críticas ao casal por permitir que o filho brinque com bonecas. Muitos comentários questionaram o gênero e a sexualidade do garoto: “Vocês vão ser pais de uma menina?”, “Elsa é de mariquinha”; “Confesso que fico meio triste com essa paixão [pela princesa Elsa], queria que ele gostasse de coisas de menino, e não de menina”; “Vão criar um gay, filho é como educar um animal. Se quer educar um homem, trate-o como homem”; “Não mostra o menino, mas mostra boneca do menino.....xiii.. o mundo está invertido mesmo”. A associação entre a boneca e o gênero ou a sexualidade da criança é uma característica frequente nos engajamentos aprisionadores.

Em 2017, o deputado federal Waldir Oliveira e o deputado estadual de Goiás Daniel Messac se posicionaram contra a doação de brinquedos pelo governo do estado em parceria com a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) para crianças em situação de vulnerabilidade social. Em publicação no *Facebook*, Oliveira afirmou que entre os brinquedos doados estavam bonecas com órgão sexual masculino e bonecos de batom.

[...] o Governo de Goiás está distribuindo brinquedos em todos municípios do Estado... mas vejam os orifícios das bonecas... Bonecas do sexo feminino, com pênis, bonecas do sexo masculino com batons, explícito os órgãos genitais tanto feminino como masculino, incentivando a ideologia de gênero entre crianças... Você acha correto que o dinheiro que pagamos de impostos sejam utilizados dessa forma? Mais preocupante ainda é usar dinheiro público para incitar, incentivar a ideologia de gênero dentro de famílias carentes, quebrando a pureza e ingenuidade de nossas crianças... De quem foi a brilhante idéia de destruição de nossas famílias? As famílias Cristãs tem direito de proteger seus filhos ou vão ser doutrinadas agora pela Organização das Voluntárias de Goiás? Pelo Governo do Estado? Quem tem que orientar seus filhos é o Governo do Estado ou os pais? Quem vai reparar esse dano? Vão recolher todos essas armadilhas contra nossas crianças e famílias?

Nos comentários da publicação, o deputado postou fotos dos bonecos e bonecas distribuídos em Goiás com a legenda “atualmente” em comparação com supostos brinquedos do passado com a legenda “antigamente” (Figura 41).



Figura 41: Deputado federal Waldir Oliveira posta fotos de brinquedos distribuídos em Goiás.

Fonte: *Facebook*.

Oliveira defende a premissa de que brinquedos têm gêneros e afirma que bonecas ou bonecos que não cumpram os estereótipos de gênero são um risco a crianças e famílias. Na comparação de bonecas e bonecos supostamente do passado com os distribuídos em Goiás, Oliveira sugere que houve uma alteração nos brinquedos ao longo do tempo. Essa sugestão corrobora a publicação do deputado Messac sobre o assunto. “Estão fazendo uma doutrinação da chamada ideologia de gênero, um mecanismo para destruir as famílias”, escreveu Messac em *post* do *Facebook*. O que se nota é um desconforto generalizado entre os atores sociais engajados nesta guerra de posições pelo viés aprisionador.

Assim como os deputados, a cantora gospel Jozyanne Oliveira fez uma acusação de ataque à infância e à estrutura familiar baseada na distribuição de brinquedos. O alvo da crítica foi a rede de *fast-food* *Burger King*. A boneca do esquilo fêmea Sandy Bochechas, personagem do desenho animado *Bob Esponja Calça Quadrada*, foi distribuída pela

empresa como brinde de uma refeição para clientes junto com adesivos; entre eles, um bigode e uma gravata. A acusação de Jozyanne foi feita em vídeo postado no perfil da cantora do *Facebook*.

Minha irmã me deu uma notícia aqui que ela foi lanchar numa lanchonete com as crianças [sobrinhos da cantora] e o lanche é aquele que a gente compra e vem com um brinde. Só que, antigamente, a gente tinha o direito de escolher: “é pra menino ou é pra menina?”. [...] Aí ela falou: “Eu tenho um menino e uma menina, eu vou escolher pra ele e pra ela”. “Não, senhora, o brinquedo é surpresa”. “Mas eu quero escolher”. [...] “Quando ele receber o brinquedo, ele pode transformar o brinquedo de menina em menino”. Aí, minha gente, deu errado, porque o meu sobrinho não aceitou o brinquedo de menina, [a boneca] veio com uma flor [Jozyanne exibe a boneca de Sandy com o desenho de uma flor na cabeça]. Aí eles pegam assim, “vamos transformar ele num menino”. Botou lá a gravata [...] e o bigode. “Cola e ele vai ser transformado num menino”. O meu sobrinho começou a gritar no meio do shopping: “ele não é um menino. Ela é uma menina e eu não quero brinquedo de menina”. [...] Isso é uma imposição da ideologia de gênero. Onde nós vamos parar desse jeito? Eu não aceito isso. Eu tenho sobrinhos e sobrinhas. Isso aqui [apontando para o brinquedo] é o fim.

No vídeo, Jozyanne mostra o brinquedo ao sobrinho e pergunta “isso aqui é o quê? Brinquedo de menino ou menina?”, ao que o garoto responde “eu não quero esse [brinquedo] de menina”. A cantora termina orientando a criança a dizer a frase: “Não compre no *Burger King*”. Jozyanne é casada com o pastor Odilton Ângelo, vice-presidente da *Assembleia de Deus Vitória em Cristo*, igreja liderada pelo pastor Silas Malafaia. O engajamento da cantora reitera o tom acusatório a pessoas e empresas que sugerem qualquer confusão das divisões de masculino e feminino. Essa é uma acusação comum entre os conspiracionistas da “ideologia de gênero”.

Em 2021, o brinquedo *pop-it* nas cores do arco-íris entrou na moda e, por conta da coincidência dos tons com a bandeira LGBTQIA+, se tornou alvo de militantes da luta contra a pretensa “ideologia de gênero”. Em vídeo do *YouTube* que passa de 100 mil visualizações na plataforma, o pastor evangélico Elisson Santos associa o brinquedo à comunidade LGBTQIA+ e acusa o movimento de tentar “destruir a família” com os usos das cores da bandeira LGBTQIA+.

As cores do movimento LGBT têm se espalhado por todo o país. [...] Esse movimento LGBT só tem um objetivo: destruir a família. [...] Não basta levar o seu filho para a igreja, é necessário que você esteja ciente do conteúdo que os seus filhos estão assistindo e também dos brinquedos que vocês andam comprando para os seus filhos. Porque tudo isso pode contribuir para o crescimento do movimento LGBT.

O pastor inspira medo nos seguidores da igreja e relaciona o brinquedo e produções audiovisuais a intenções alegadamente escusas da comunidade LGBTQIA+. Essa estratégia já havia sido utilizada nas eleições de 2018, quando uma notícia falsa circulou entre os eleitores de Bolsonaro como estratégia de difamação do principal candidato que se opunha ao então deputado nas pesquisas, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad. De acordo com a *fake news*, criada em vídeo do bolsonarista Jean Amaral no *Facebook*, a prefeitura paulistana, sob a liderança de Haddad, teria distribuído um brinquedo erótico nas escolas e creches da cidade. Tratava-se de uma mamadeira com o bico em formato de pênis. O vídeo com a notícia falsa foi retirado do ar por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). No vídeo, a narração afirmava: “Seu filho de cinco, seis anos de idade vai beber mamadeira na creche com isso aqui pra combater a homofobia. [...] Bolsonaro [deve ser eleito] que é pra fazer o filho da gente homem e mulher”. Novamente, um pretenso e pejorativo risco à transgeneridade aparece em engajamentos de bolsonaristas.

O segundo modo de engajamento relativo à guerra de posições do comportamento dissidente de meninos e meninas que mapeei é o apaziguador. Nesse viés, os atores e grupos sociais tendem a combater as acusações daqueles engajados em aprisionar as crianças em comportamentos estereotipados de gênero numa defesa de que brinquedos, cores ou vestimentas não definem orientação sexual ou identidade de gênero de meninos e meninas. Esse engajamento foi bastante replicado em reação ao discurso da ministra Damares sobre o uso de cores por meninos e meninas.

O empresário e apresentador de televisão Luciano Huck postou foto com a esposa, a também apresentadora Angélica Ksyvickis, no *Instagram* em que ele aparece com camisa rosa e ela, com camisa azul. Na legenda, Huck escreve: “Rosa ou azul? Tanto faz”. A jornalista Leilane Neubarth expressou opinião no *Instagram* sobre o polêmico discurso de Damares

em viés semelhante ao dos apresentadores. Neubarth postou foto com o neto em que a criança veste uma camiseta vermelha e escreveu na legenda:

#tbt com meu neto Francisco, que está de vermelho mas não é comunista, e vai sempre vestir a roupa que quiser, porque amar e respeitar uma pessoa é dar a ela liberdade e incentivo para ser e fazer o que o faz feliz! Definitivamente NÃO é a cor da roupa de uma criança que vai torná-lo um ser humano com mais ou menos caráter e digno de admiração. #amor #liberdade #respeito

A jornalista se insere na polêmica ressaltando que é a favor da liberdade da criança escolher o que vestir e que a sua preocupação diz respeito ao caráter do neto. Leilane rebate a lógica de que as cores rosa e azul dizem respeito ao gênero ou à orientação sexual da criança afirmando que apesar de o neto vestir uma roupa vermelha, cor símbolo do comunismo, ele não é comunista. Nesse modo de engajamento, os atores e grupos sociais se dirigem aos agentes engajados na guerra de posições de forma aprisionadora num tom tranquilizador ao desassociarem cores, vestimentas ou brinquedos de identidades de gênero e orientações sexuais.



Figura 42: Clipe de Daniela Mercury e Caetano Veloso enfrenta associações de cores a gêneros da ministra Damarens Alves.

Fonte: *YouTube*.

Também no modo de engajamento apaziguador, é possível inferir como referência à defesa da liberdade da criança e da educação contra aprisionamentos da infância. Essa militância está presente no engajamento dos cantores Daniela Mercury e Caetano Veloso na música *Proibido Carnaval*, em embate ao discurso da ministra Damares. Eles cantam:

Está proibido o Carnaval
Nesse país tropical
[...]
Tô no meio da rua, tô louca
Tô no meio da rua sem roupa
Tô no meio da rua com água na boca
Vestida de rebeldia, provocando a fantasia
[...]
Minha alma não tem tampinha
Minha alma não tem roupinha
Minha alma não tem não tem caixinha
Só tem asinha
[...]
Quilombola, Tupinambá
O corpo é meu, ninguém toca
Vatapá, caruru
Iemanjá lá no sul
Vai de rosa ou vai de azul?
[...]
Abra a porta desse armário
Que não tem censura pra me segurar
Abra a porta desse armário
Que alegria cura
Venha me beijar

No clipe da música, que tem mais de quatro milhões de visualizações no *YouTube*, dançarinos de diferentes gêneros aparecem vestindo fantasias de cores rosa e azul. A cantora Daniela veste roupas de várias cores e, em uma das cenas, está dentro de uma banheira envolta por bexigas

azuis. Caetano aparece com uma gravata rosa e, em outra cena, numa banheira com bexigas rosas (Figura 42). O uso das cores no clipe e na letra da música ironiza o discurso de Damares. O trabalho de Daniela e Caetano faz uma ode à libertação de gênero como também de religião e sexualidade. A cantora está envolvida em causas sociais desde o início da carreira e, depois de 2013, quando revelou que também tem relacionamentos com mulheres, se aproximou ainda mais da militância LGBTQIA+. O engajamento de Daniela e Caetano reitera a característica reativa dos que se opõem aos conspiracionistas da “ideologia de gênero” nesse viés de entrada na guerra dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas.

A cantora Sandy também teve um posicionamento reativo em relação ao engajamento aprisionador que ofendeu a sua família. Depois de ela e o então marido, Lucas Lima, receberem críticas pela postagem de foto da boneca do filho, Sandy respondeu aos ataques numa entrevista:

Não imaginamos que pudessem ter tantas reações, como isso fosse uma grande coisa, sabe? E, se quiser saber mais a fundo, se ele fosse ou virasse gay, não teria nenhum problema com isso também. Somos todos iguais, todos irmãos. [...] Ele [Theo] brinca com bonecas, bonecos, carrinhos, bola. A gente não coloca nenhuma restrição. Na nossa concepção, não existe isso de brinquedo de menina e menino. A gente está criando ele para não ser uma pessoa machista, sexista e preconceituosa.

Assim como Huck, Angélica, Leilane, Daniela e Caetano, Sandy reagiu a posicionamentos aprisionadores. Na entrevista, a cantora defende o fim das divisões de gênero em brinquedos para meninos e meninas. E associa essa reação à educação paterna e ao ataque a discriminações. As reações e críticas de artistas e celebridades ao engajamento aprisionador têm o alinhamento de marcas e empresas, em geral com ligação com crianças. É o que notamos na propaganda da *Omo* criticada pelo deputado federal Marco Feliciano. No vídeo, veiculado em propaganda na TV no Dia das Crianças, a marca faz um comercial em formato de comunicado:

Comunicado urgente para pais e mães: *Omo* convoca pais e mães a fazerem *recall* de todas as brincadeiras que reforçam clichês sobre gênero, com o objetivo de ressaltar a importância da experiência e do

desenvolvimento das crianças. Meninas podem, sim, se divertir com minicozinha, miniaspirador, minilavanderia, mas também podem ter acesso a fantasias de super-heróis, bloquinhos de construção, carrinhos velozes e dinossauros assustadores. E meninos também devem ter toda a liberdade para brincar de casinha, gostar de castelos, trocar fraldas de bonecas e ter uma incrível coleção de panelinhas. Porque mais importante do que o brinquedo é a brincadeira, a participação dos pais no processo de aprendizagem e os momentos que vão marcar a vida delas para sempre. Esse comunicado tem caráter educativo e busca convidar pais e mães, nesta data tão especial, a incentivarem seus filhos a se divertirem sem se preocupar com cores, regras ou padrões, junte-se à *Omo* na campanha pelo direito de toda criança de se sujar e brincar livremente.

A *Omo* estimula a dissociação entre brinquedos, cores e vestimentas e o gênero e a sexualidade das crianças. Ao mesmo tempo, mantém o binarismo de gênero, sem a consideração de outra possibilidade de existência na infância que não meninos e meninas. Também reforça a presença paterna e associa o modo de engajamento apaziguador ao elogio a uma educação direcionada à liberdade infantil.



Figura 43: Campanha da *Trident* reage à atribuição de cores a gêneros pela ministra Damares.

Fonte: *Facebook*.

Outra empresa que se envolveu na guerra de posições foi a marca de goma de mascar *Trident*. Em reação ao discurso da ministra Damares, a empresa publicou uma peça gráfica no *Facebook*. Na imagem (Figura 43), a marca indica que a goma de mascar *Trident Hortelã*, de embalagem azul, é para meninas, e a *Trident Tutti-Frutti*, de embalagem rosa, é para meninos, trocando a sugestão da ministra. Embaixo, a empresa coloca a legenda: “você escolhe e a *Trident* apoia a sua liberdade”.

No nosso mapeamento, encontramos também duas empresas ligadas ao público infantil com linhas de produtos estilizados em homenagem à comunidade LGBTQIA+. São elas: a *Lego* e a *Cartoon Network*. Em junho de 2021, mês do orgulho LGBTQIA+, a *Lego* lançou o kit *Everyone is awesome* (“todo mundo é incrível”, em tradução livre do inglês), com onze bonecos monocromáticos, cada um de uma cor, representando o arco-íris, símbolo da comunidade LGBTQIA+. No mesmo mês, a *Cartoon Network* lançou a coleção *CN Pride*, com camisetas, canecas e almofadas com as cores do arco-íris e estampas de personagens de desenhos animados próprios, como *Hora de Aventura* e *Steven Universo*. Personagens homossexuais já citados no livro, como Jujuba, Marcelina, Rubi e Safira, têm destaque na coleção. Outro personagem que aparece na *CN Pride* é o vilão Ele, de *As Meninas Superpoderosas*. Mais à frente, no tópico 3.2. abordarei como Ele se tornou símbolo importante da comunidade LGBTQIA+ por conta de características que confunde as fronteiras entre masculino e feminino.



Figura 44: Biscoito conta que quer se tornar uma princesa, mas é zombado por conta do sonho.

Fonte: *HBO Max*.

Assim como nas outras guerras de posições, nesta também encontramos incursões relevantes de produções audiovisuais infantis nos embates. Nos três desenhos animados que estão na coleção *CN Pride*, há engajamentos referentes à guerra de posições dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas. No episódio *Princesa Biscoito*, de *Hora de Aventura*, um biscoito antropomorfizado que se identifica como menino sonha em ser uma princesa. Ainda quando criança, a princesa Jujuba, uma das personagens principais da série, diz para Biscoito que ele poderia ser o que quisesse na vida e o garoto responde que gostaria de ser uma princesa como ela, mas Jujuba ri da resposta (Figura 44).

Biscoito cresce com a vontade de roubar a coroa de Jujuba e se tornar princesa, mas, Jake, um dos protagonistas do desenho, convence a personagem a desistir do roubo: “[você] não precisa da coroa. Pode recomeçar, cara, começar um novo reino, o seu próprio reino, onde todos podem ser o que quiserem. Eu posso ser carteiro e você pode ser a princesa”. Em conversa com o amigo e coprotagonista do desenho, Finn, Jake explica que vai ajudar Biscoito a realizar o sonho de virar princesa:

- Jake: Vou ajudar a princesa Biscoito a escapar.

- Finn: O que? Mas ele é um criminoso.

- Jake: Não, Finn, a princesa Biscoito é bem legal. Ela só não deu sorte na vida e quer seguir o sonho dela até onde o sonho levar, “mermão”.

Encurralada por guardas, a princesa Biscoito agradece a Jake pelo respeito: “eu nunca vou ser uma princesa, mas pelo menos por um momento, você me fez sentir como uma princesa. Foi maravilhoso. Valeu, Jake”. Ao final do desenho, Biscoito é internado num hospital psiquiátrico e Jake lhe dá de presente uma coroa e todos no local passam a respeitar Biscoito como uma princesa, inclusive Jujuba e Finn. A simbologia da princesa, que já surgiu em posicionamento de Damares, é articulada em *Hora de Aventura*, e volta a aparecer em outros engajamentos dessa guerra de posições. Diferentemente da ministra, no entanto, o desenho destaca a possibilidade de um menino se tornar princesa. Biscoito expressa desde criança o seu desejo e o desenrolar da história realça a mensagem de que Jujuba deveria ter respeitado a vontade do garoto.

Além do uso do símbolo da princesa, a série animada sugere a criação de uma nova realidade, quando Jake afirma que poderia criar um novo reino, assim como Damares afirma que o Brasil entraria em uma nova era com o governo Bolsonaro. Esse tom da mudança também está presente na propaganda da *Omo* ao aconselhar pais e mães a fazerem um *recall*. A abordagem da mudança no comportamento de meninos e meninas como um princípio revolucionário aparece ainda no desenho animado *Star vs. As Forças do Mal*, exibido pelos canais de TV paga *Disney* e *Disney XD*, quando o personagem Marco se fantasia de princesa. Nos episódios *Reformatório Santa Olga Para Princesas Desobedientes*, *Odioso* e *Princesa Turdina*, que foram originalmente ao ar entre 2015 e 2018 no Brasil e estão disponíveis no *Disney+*, Marco finge ser a princesa Turdina para ajudar um grupo de princesas num reformatório e, lá, começa um motim.



Figura 45: Marco e Star se fantasiam de princesas e provocam uma rebelião entre princesas presas num reformatório.

Fonte: *Disney+*.

Nos episódios citados, o Reformatório Santa Olga Para Princesas Desobedientes é um local onde princesas rebeldes são internadas para aprenderem a reprimir a individualidade e a se comportarem de forma recatada. A líder do reformatório, Senhorita Hedionda, explica que princesas “não podem se dar ao luxo de serem indivíduos”. A protagonista da

série, Star, e seu amigo Marco se fantasiam de princesas e se infiltram na instituição (Figura 45). No local, Marco provoca uma rebelião ao gritar junto com as outras princesas “não é crime ser um indivíduo” e ao atacar os guardas do reformatório. Na figura da princesa Turdina, Marco se torna um símbolo revolucionário para as alunas do local e para novas princesas.

Quando está no papel de princesa, Marco usa um vestido lilás, um rabo de cavalo e maquiagem socialmente considerada feminina. No último episódio que se fantasia de princesa, Marco é desmascarado na frente das princesas do reformatório. A Senhorita Hedionda mostra que Marco é um garoto e diz: “a Turdina não é uma princesa, ela é um menino”. O próprio Marco retira o vestido e o rabo de cavalo revelando a roupa dele, um moletom e uma calça jeans. Mas as princesas não se importam com a revelação e gritam “princesas podem ser peludas” e “ele pode ser uma princesa se ele quiser”. Assim como em *Hora de Aventura, Star vs. As Forças do Mal* abre possibilidade para existências de meninos e meninas que não se conformam dentro das normas defendidas no modo de engajamento aprisionador. O desenho traz as figuras da Senhorita Hedionda e do reformatório como o próprio aprisionamento e valoriza justamente a derrocada delas em uma rebelião libertária. Ainda assim, ao revelar que Marco é um menino, o desenho reforça estereótipos de vestimentas de garotos e garotas. Como princesa, Marco usa vestido, mas, como garoto, veste moletom e calça.

Em *As Meninas Superpoderosas*, o recurso da princesa apareceu no episódio *O Garotão*, em que as três protagonistas – Docinho, Lindinha e Florzinha – enfrentam um menino defensor da supremacia masculina. No episódio, o vilão, chamado de Homem-Garoto, faz um discurso machista para as três protagonistas sobre os planos dele para Townsville, cidade fictícia onde se passa o desenho.

- Homem-Garoto: Eu sou o Homem-Garoto [...]. Todos os poderes de um homem no corpo de um garoto. Essa cidade era uma cidade dos homens, onde os homens eram homens e os garotos eram homens. Townsville precisa voltar para as suas principais raízes. E, se para isso for preciso destruir esse carnaval *hippie*, então que seja, a não ser que alguém aqui seja homem suficiente para me parar.

- Docinho: Se você tá com vontade de arrumar uma briga, a Docinho vai ter ajudar a matar essa vontade.

- Homem-Garoto: [risos] Por que você não vai brincar com as suas bonequinhas, princesa?
- Docinho [com raiva]: Princesa? Você acabou de me chamar de princesa?
- Homem-Garoto: Escuta, princesinha, eu... [Docinho golpeia o vilão] Acha que pode brigar comigo, princesa?
- Docinho: Não me chama de princesa.

Na série animada, Docinho demonstra ter uma personalidade menos pacífica e tranquila do que as irmãs. Em *O Garotão*, a menina aprende a equilibrar a raiva com a passividade e, com esse equilíbrio, vence o vilão (Figura 46).



Figura 46: Docinho luta contra o vilão Homem-Garoto.

Fonte: *YouTube*.

O desprezo de Docinho por estereótipos ligados a forma socialmente exigida do comportamento de meninas – como brincar com bonecas ou agir como uma princesa – sugere um engajamento do desenho animado em rever padrões de gênero associados a crianças. Também é perceptível que a produção contrapõe o machismo e a misoginia à quebra de estereótipos ligados ao comportamento de meninos e meninas na infância. O rompimento desses padrões é abordado como uma rota de reconstrução social,

de mudança. Novamente, o viés revolucionário vem à tona. No desenho, inclusive o personagem Homem-Garoto assume um discurso que também propõe a criação de uma nova realidade dos comportamentos de gênero, como nos engajamentos de Damares e da *Omo* em envolvimento com a guerra dos comportamentos dissidentes de meninas e meninos.



Figura 47: Moana nega o título de princesa.

Fonte: *Disney+*.

Assim como Docinho em *As Meninas Superpoderosas*, a protagonista e personagem-título do filme *Moana – Um Mar de Aventuras*, também é uma menina que recusa a pecha de princesa em determinado momento da história (Figura 47). Lançado em 2016 pela *Disney*, *Moana – Um Mar de Aventuras* compõe um conjunto de filmes da empresa que têm princesas no papel principal e participa de uma mudança no comportamento desse arquétipo de personagem nas produções dos estúdios. Características socialmente associadas com a masculinidade, como agressividade, espírito aventureiro e independência, têm se tornado mais comuns nas princesas da *Disney* nas últimas décadas. No total, 13 filmes¹ dos estúdios *Disney*, reali-

1. São eles: *Branca de Neve e os Sete Anões* (1937), *Cinderela* (1950), *A Bela Adormecida* (1959), *A Pequena Sereia* (1989), *A Bela e a Fera* (1991), *Aladdin* (1992), *Pocahontas* (1995), *Mulan* (1998), *A Princesa e o Sapo* (2009), *Enrolados* (2010), *Frozen – Uma Aventura Congelante* (2013), *Moana – Um Mar de Aventuras* (2016) e *Raya e o Último Dragão* (2021). Apesar de distribuído pela *Disney*, o filme *Valente* (2012), que também tem uma princesa como protagonista, é dos estúdios *Pixar*.

zados entre 1937 e 2021, têm princesas como protagonistas ou coprotagonistas e, em apenas dois deles, incluindo *Moana – Um Mar de Aventuras*, a princesa não chega ao fim da trama com um par romântico.

Diferentemente de princesas da *Disney* das décadas de 1930, 1950 e 1980, Moana não busca um par romântico no filme. Ela precisa enfrentar uma jornada para salvar o mundo. Nessa aventura, Moana tem uma discussão com o parceiro na aventura, o semideus Maui, que ajuda a garota na missão. Maui duvida da capacidade de Moana de cumprir a jornada e chama ela pejorativamente de “princesa”, ao que ela responde “eu não sou princesa”. A frase ressalta a personalidade rebelde de Moana, que se recusa a crescer isolada na tribo onde nasceu e se tornar a nova líder dos aldeões, como é desejo e exigência do pai dela, o chefe da tribo. A recusa de Moana em ser tratada como uma princesa vai de encontro ao que pretendem atores e grupos sociais engajados em aprisionar as crianças em padrões de gênero.



Figuras 48 e 49 (de cima para baixo): Steven Universo usando uma roupa da mãe e Billy Porter como fada madrinha.

Fontes: *HBO Max* e *Prime Video*.

No entanto, ainda que Docinho e Moana recusem o título de princesa, ambas recebem lições sobre o que o mundo espera delas nas respectivas tramas. Enquanto Docinho aprende a reagir aos problemas com menos raiva, equilibrando o sentimento com a passividade, Moana, ao terminar a jornada dela, retorna à tribo e se torna a nova chefe, como era esperado da garota pelo pai. Há nessas obras uma evidente negociação entre o aprisionamento da infância e a libertação dela. É o que estamos nomeando de apaziguamento. O esforço desse modo de engajamento é em comprovar que meninas e meninos podem fugir a alguns padrões sociais de gênero e ainda assim seguirem determinadas normas, como o próprio binarismo de gênero.

No desenho animado *Steven Universo* e no filme *Cinderela* (2021), vemos outros engajamentos apaziguadores, com o travestismo. No episódio de *Steven Universo Mudar de Ideia*, lançado em 2019 e citado no tópico 2.1., o protagonista usa uma roupa de cor rosa da mãe dele (Figura 48). Apesar de não se reconhecer como menina, o personagem-título se veste com a roupa considerada feminina sem nenhum desconforto. Steven também desafia os padrões de gênero impostos a meninos ao resolver embates com diálogos e pregando o amor e, não com agressividade. É uma subversão de comportamentos semelhante à realizada em *As Meninas Superpoderosas* e *Moana – Um Mar de Aventuras*. Em *Cinderela* (2021), filme do streaming de séries e filme *Amazon Prime Video*, a clássica história da princesa Cinderela foi recontada com um homem no papel da Fada Madrinha (Figura 49), a personagem mágica que ajuda a protagonista a realizar o sonho de ir ao baile real.

No primeiro filme com inspiração no conto de Cinderela lançado pela *Disney*, em animação de 1950, a Fada Madrinha é uma mulher branca. Essa escolha por uma mulher branca foi repetida no filme *Cinderela* (2016), *live-action* produzido pela mesma empresa, quando a atriz Helena Boham Carter fez a personagem, e também em outras versões, como no filme *Descendentes*, exibido em 2015 pelo canal de TV *Disney Channel*. Nesse último, a atriz Melanie Paxson interpretou a Fada Madrinha. Em *Cinderela* (2021), o ator Billy Porter, que é negro e homossexual, fez o papel. No filme, Billy usa um vestido dourado e canta a música *Shining Star* (estrela brilhante, em tradução livre). Na

canção, a Fada Madrinha diz para Cinderela: “Não importa quem você é, brilhe para ver o que você pode realmente ser. Você é uma estrela brilhante, não importa quem você seja”.

A figura de um homem negro em uma personagem que foi historicamente interpretada por mulheres brancas em um filme infantil confunde as fronteiras traçadas entre as existências exigidas socialmente de meninas e de meninos. A mensagem é reforçada na música cantada pelo personagem. É necessário pontuarmos, no entanto, que *Cinderela* (2021) retorna e reforça os mesmos padrões que sugere romper ao contar a história da princesa que realiza o sonho de ir a um baile real, se apaixona pelo príncipe e se casa com ele ao final da história. Assim como em *As Meninas Superpoderosas* e *Moana – Um Mar de Aventuras*, a negociação com os atores e grupos sociais reacionários se faz evidente em *Cinderela* (2021), com rompimentos pontuais e manutenções de normas de comportamentos impostas a meninas e meninos.



Figuras 50 e 51: Pinturas de Bia Leite que foram expostas no *Queermuseu*.

Fonte: revista *Claudia*.

Diferente do viés apaziguador, o terceiro modo de engajamento que mapeei não engloba disposições afetivas direcionadas a negociações ou comprometidas com a manutenção dos binarismos de gênero. O modo de engajamento constrangedor se refere aos envolvimento que, ao invés de encaminhar o embate para uma pacificação, aprofunda e confunde ainda mais as noções sobre meninos e meninas compartilhadas no Brasil. Ainda que tenham aparecido de forma mais tímida no mapeamento, os engajamentos constrangedores emergem de forma potente e barulhenta nos embates. Assim ocorreu com toda a celeuma criada por conta da exposição *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, que estreou num centro cultural mantido pelo banco *Santander* em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 2017.

O *Queermuseu* sofreu ataques de grupos reacionários, como o *Movimento Brasil Livre (MBL)*, e foi acusado de apologia à pedofilia e à zoofilia e intolerância religiosa. Diante da polêmica, o *Santander* cancelou a exposição, apesar de o Ministério Público ter recusado as denúncias. O principal alvo dos ataques foi a série de pinturas intitulada *Criança Viada*, da artista plástica Bia Leite (Figuras 50 e 51). As pinturas exibem crianças em poses socialmente lidas como femininas e os dizeres “criança viada travesti da lambada”, “criança viada deusa das águas”, “Adriano criança viada bafônica” e “Luiz criança viada She-Ra”. “Nós, LGBT, já fomos crianças e esse assunto incomoda”, explicou Bia em entrevista ao *Uol*. “Sou totalmente contra pedofilia e contra abuso psicológico de crianças. O objetivo do trabalho é justamente o contrário. É que essas crianças tenham suas infâncias respeitadas”, disse a artista.

Bia teve como inspiração para a série o perfil homônimo da rede social *Tumblr*, que reunia fotos de crianças desobedecendo a normas sociais de gênero. O perfil é do jornalista e ativista LGBTQIA+ Iran Giusti. “O *Criança Viada* surgiu em 2013, quando resolvi juntar as fotos dos amigos e amigas que já eram ‘pintosos’ na infância. Em questão de dias, acabou virando uma celebração da comunidade LGBT”, disse Iran em entrevista à revista *Claudia*. O jornalista credits os ataques à abordagem de dissidências de gênero na infância:

Quando a gente fala de “criança viada” a gente está falando de uma fase em que os papéis de gênero não estão enraizados, ainda bem,

porém os adultos – e muitas vezes outras crianças – fazem leituras e são lgbtfóbicas, então a gente precisa falar disso. Não são só adultos que sofrem lgbtfobia, não são só adultos que são agredidos por não seguirem a heteronormatividade. Não tem nenhuma foto de crianças nuas ou fazendo poses eróticas [no perfil *Criança Viada*]. A gente está apenas falando sobre expressão de gênero. O lance é que as pessoas não veem maldade no projeto e nem nas fotos, elas simplesmente acreditam que ser LGBT e não cumprir a heteronormatividade é errado, e usam a justificativa da pedofilia para censurar e proibir que falemos sobre gênero na infância.

Tanto no *Tumblr* de Iran quanto nas pinturas de Bia, não há necessariamente uma intenção em demarcar que comportamentos dissidentes de crianças – sejam meninos, meninas ou outro gênero – não estão atrelados à homossexualidade, à transexualidade ou qualquer desvio das ordens de gênero ou sexualidade ao que é aceito pelos conspiracionistas da “ideologia de gênero”. Não há neste modo de engajamento um direcionamento tranquilizador ou apaziguador. Pelo contrário, os engajamentos de Iran e Bia aludem à existência de crianças LGBTQIA+ e fora dos padrões estabelecidos pela heteronormatividade. O binarismo aparece nas fotos e pinturas de forma borrada, diferentemente do que verificamos nos modos de engajamento aprisionador e apaziguador.

Em 2021, a expressão “criança viada” voltou ao centro dos embates sobre dissidências de comportamento de meninos e meninas no Brasil. O anúncio do lançamento do *podcast Criança Viada Show* por meio da *live* intitulada *Roda Bixa* chamou a atenção de bolsonaristas, especialmente do secretário da Cultura do governo Bolsonaro Mario Frias. Criado pelo ator e produtor Daniel Olivetto, o *podcast* é uma série de entrevistas com artistas LGBTQIA+ sobre memórias de infância e é beneficiário da Lei Aldir Blanc de apoio à cultura, por meio da qual recebeu financiamento de R\$ 10 mil da prefeitura de Itajaí, em Santa Catarina. No *Twitter*, Frias criticou o fornecimento do auxílio ao *podcast*: “É lamentável que os recursos, repassados devido a imposição da Lei Aldir Blanc, sejam usados para fins políticos/ideológicos, e não para seu real motivo, o financiamento da cultura”. Com a repercussão negativa, a prefeitura de Itajaí suspendeu a *live Roda Bixa* e pediu investigação da procuradoria da cidade. Frias para-

benizou a prefeitura pela censura. Os organizadores do *Criança Viada Show* e da *Roda Bixa* publicaram nota contestando a decisão:

Falamos aqui [no *podcast* e na *live*] de sete vidas, sete memórias, sete gays que foram crianças. Falamos aqui de mais um caso de “suspensão” da luta, do direito de dizer, do direito de ser. É com imensa tristeza, pouca surpresa e NENHUMA apatia, que viemos nesta nota dizer que nossa *live* está suspensa, mas nunca cancelada. Quando tudo o que não foi lido sobre nosso projeto for compreendido, nós voltaremos. As inverdades propagadas nas mídias sociais por membros da sociedade civil e por políticos eleitos não passarão.

Acionada para investigar a *live*, a Promotoria de Itajaí concluiu que o evento não faz apologia à pedofilia. Também compreendeu que impedir o uso da expressão “criança viada” ofenderia direitos básicos como liberdade de atividade intelectual, cultural, artística e de comunicação. Mesmo com toda a polêmica, o *podcast* está disponibilizado em plataformas de áudio e, nos sete episódios, aborda a infância de homens gays em temas como sexualidade, família, igreja, *games*, desenhos animados e redes sociais. Como esclarece a própria nota dos organizadores, a percepção compartilhada é a de que esses homens foram crianças gays, com características e vivências específicas. Essa concepção contraria as negociações do engajamento apaziguador e coaduna com a percepção do engajamento aprisionador de que cruzamentos de fronteiras de gênero por crianças podem significar ou indicar uma dissidência de gênero ou sexualidade que se estenda pela vida adulta.

Em trechos dos *podcasts*, os participantes comentam sobre atrações sexuais por homens já quando crianças. “Eu tinha medo do [desenho animado] *Dragon Ball* [...], mas quando eles ficavam sem camisa, bicha, pra lutar... Ai, Goku [personagem do desenho]. Como é que a gente sente atração por desenho animado?”, comenta o participante do *podcast* Jimmy Anthony no episódio *Desenhos da nossa infância viada #01*. O outro participante deste episódio, Kevin Lucas, conta também sobre a atração que tinha pelo personagem da série infantil *Power Rangers: Força Animal*. “Tinha um monte de *rangers* que a gente era apaixonado. O [personagem] Ranger Vermelho de *Força Animal*... Você acha que eu corria pra casa para ver ele por quê?”. Jimmy também comenta sobre

atitudes que ele reconhece como características de uma “criança viada”, como querer uma boneca de um desenho animado ou amarrar toalha na cabeça para fingir ser o cabelo longo de uma personagem feminina de uma série. O participante do *podcast* relata memórias de infância de atração por personagens masculinos.

Eu tinha *crush* no [personagem do desenho animado *Scooby-Doo*] Fred. [...] Ser criança nos anos 90, ser viado... Desenho nos anos 90 era isso, você gostava do desenho que as pessoas gostam, mas sua atenção era diferente. As personagens femininas não eram objeto de desejo. Era, na verdade, uma inspiração, você queria ser a personagem feminina. [...] Eu tive plena consciência de que eu era gay e de que não tinha como mudar aquilo com 12 anos de idade. Eu tenho memórias de muito novo de eu tendo essas atrações, de olhar para homens [...], de admirar, no sentido de achar bonito. [...] Me chamava mais atenção os meninos, no sentido de ser bonitos, e as meninas na questão de ser forte e bonita igual a elas. [...] Com 12 anos, eu me assumi pra mim mesmo [...], eu assistia muito [às séries infantis] *Zack & Cody*, *Os Feiticeiros de Waverly Place* – como eu amava o irmão da Alex, como eu achava aquele menino bonito. O [filme] *High School Musical* foi importante para mim, para eu me assumir para mim mesmo. Esse processo de olhar para o Troy Bolton [personagem principal do filme] e achar ele bonito, e querer ter ele para mim, como afeto [...], isso traduziu muito pra mim.

Ainda que eventualmente atravessados por concepções conservadoras de sexualidade e gênero, o compartilhamento de memórias de infâncias dissidentes rompe com o tom do engajamento apaziguador quando reitera a existência de crianças LGBTQIA+. Ao mesmo tempo, dialoga com a concepção de atores e grupos sociais engajados em aprisionar infâncias de que meninos e meninas que demonstrem desobediências aos padrões heteronormativos podem se tornar adultos identificados como LGBTQIA+, como foi o caso de Jimmy e Kevin, do *podcast Criança Viada Show*. O *podcast* também ressalta a importância de produções audiovisuais infantis na expressão homoafetiva de crianças gays. Relatos de memórias de dissidências de gênero ou sexualidade quando crianças constroem atores e grupos sociais envolvidos na guerra de comportamentos dissidentes de meninos e meninas a repensar a infância.

Por fim, mapeei obras da cartunista Laerte Coutinho, que frequentemente se engaja nessa guerra de posições. Antes mesmo do tensionamento dos embates sobre comportamentos de meninos e meninas pela ministra Damares, Laerte fez uso da simbologia das cores para criticar os conspiracionistas da “ideologia de gênero” em charge publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em 2015.

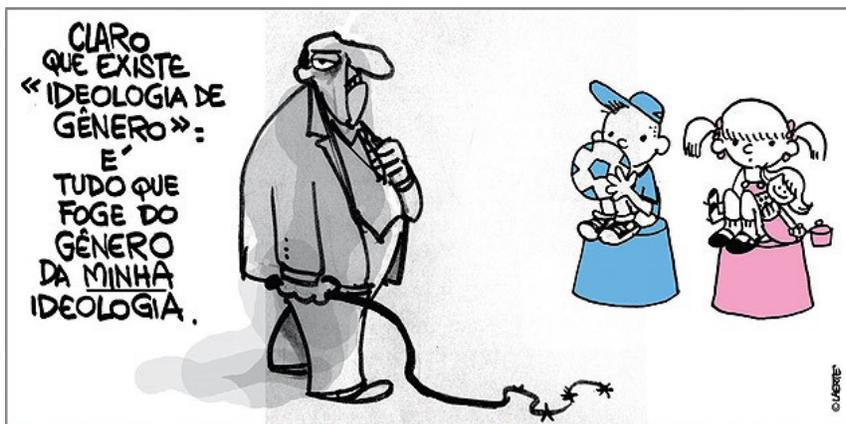


Figura 2: Charge de Laerte sobre “ideologia de gênero”.

Fonte: *Folha de S. Paulo*.

Na charge, vemos duas crianças, uma vestida de azul e com uma bola de futebol na mão e outra com uma boneca vestida de rosa. As duas estão em cima de trapézios, como leões adestrados em um circo. Na frente das crianças, está uma figura de um homem, grande e todo cinza, com um chicote na mão. Na frase, lemos “claro que existe ‘ideologia de gênero’: é tudo que foge do gênero da minha ideologia”. Ao retratar as crianças como animais em adestramento, Laerte demonstra como o tratamento dos atores e grupos sociais envolvidos na luta contra a “ideologia de gênero” desautoriza a criança e retira da infância qualquer autonomia e liberdade. Em entrevista ao programa *Documento Verdade*, da *Rede TV*, a cartunista contou como se conversa sobre a identidade de gênero dela com o neto, uma criança.

Não tenho problema em ser pai, não tenho problema em ser avô também, e sou uma mulher. O meu neto entende isso, sabe disso. Ele tem

um jeito muito engraçado de formular isso: “Você é menino e menina, né?”. Eu digo que sou. [...]Tenho essa vivência no feminino, mas não sou uma mulher. Inclusive, isso é objeto de alguma hostilidade, como se eu estivesse pretendendo ser reconhecida como uma mulher “100% mulher”, coisa que não existe. Me apresento como uma pessoa transgênero, uma mulher trans. [...] Passei minha vida inteira sendo conhecida como “conhecido”. Passei minha carreira toda vinculada a uma pessoa masculina, então eu respeito isso. Gosto da minha história também.

Ao contar que o neto a enxerga como “menino e menina” e que ela confirma a percepção da criança, Laerte chama a voz da criança para a discussão e recusa padrões, apresentando uma forma diferente de existir ao que estabelece o binarismo de gênero. Ainda diz não acreditar na existência de uma mulher “100% mulher”. A imposição desse binarismo a crianças foi tema de uma tirinha de Laerte publicada no perfil do *Twitter* da cartunista em 2019.



Figura 52: Tirinha de Laerte sobre educação e gênero.

Fonte: *Twitter*.

Na tirinha, Laerte ironiza a educação heteronormativa, que, na figura de duas mulheres, sugere que o binarismo de gênero transforma crianças em adultos felizes. O binarismo é metaforizado em camisas de força de cor rosa para meninas e azul para meninos, reforçando o viés aprisionador dessa norma. Na Figura 52, Laerte também reage a engajamentos de conspiracionistas da “ideologia de gênero”. A história da tirinha se passa numa escola infantil, refutando a crítica desses grupos de que o problema do ensino atualmente é a abordagem de temas como orientação sexual e identidade de gênero – e não a defesa da aplicação de ideias reacionárias sobre gênero e sexualidade na infância. No seu trabalho, Laerte potencia-

liza o modo de engajamento constrangedor ao escancarar rachaduras nas imposições comportamentais heteronormativas na infância.

Nesses três engajamentos, identifiquei referências organizadoras. No primeiro modo, aprisionador, inferi três atravessamentos:

1. Associação de cores, vestimentas e brinquedos ao gênero e à sexualidade da criança;
2. Acusação a pessoas e marcas que ameaçam confundir as fronteiras dos gêneros masculino e feminino;
3. Alerta de perigo à infância e à estrutura familiar de comportamentos dissidentes de meninos e meninas.

No engajamento apaziguador, encontrei quatro referências:

1. Defesa da liberdade da criança e da educação contra aprisionamentos de gênero e sexualidade da infância.
2. Viés reativo em relação ao engajamento aprisionador de meninos e meninas.
3. Dissociação de brinquedos, cores e vestimentas em relação a gênero e sexualidade.
4. Negociação com padrões de gênero.

No terceiro engajamento mapeado, o constrangedor, foram três referências listadas:

1. Alusão à existência de crianças LGBTQIA+ e fora dos padrões estabelecidos pela heteronormatividade;
2. Recusa do binarismo de gênero para crianças;
3. Relevância às discussões de sexualidade e gênero na infância.

Com base nessas referências, inferi duas alianças afetivas que atravessam determinados modos de se engajar afetivamente na guerra de posições dos comportamentos dissidentes de meninas e meninos. Essas alianças serão articuladas e trabalhadas no tópico 3.3. Antes, focarei em explorar e historicizar os agentes que estão envolvidos nos embates que geram essas alianças.

3.2. Tradição, marcas e manifestações

Atores e grupos sociais engajados com o aprisionamento de meninos e meninas em determinados comportamentos denotam um compromisso desse modo de engajamento com características fundamentais da heteronormatividade. Assim como a heterossexualidade compulsória, já abordada nesta pesquisa, outras exigências fazem parte do conjunto de padrões sociais que compõem a heteronormatividade. Entre elas estão a coerção e incentivo a crianças se comportarem de maneira específica a depender do gênero que foi atribuído a elas no nascimento.

Como afirma o sociólogo Richard Miskolci (2009), “muito mais do que o aperçu de que a heterossexualidade é compulsória, a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle” (p. 156). No dossiê *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização* (2009), Miskolci explica que, entre o final do século XIX e meados do século XX, a homossexualidade foi inventada como patologia e crime, e a regulação normalizadora incluía internação, prisão e tratamento psiquiátrico de homossexuais. Mas, de acordo com o autor, a heterossexualidade compulsória vigorava “pura e simples” nesse período.

Foi na segunda metade do século XX, com a despatologização e descriminalização da homossexualidade em muitos países, que a heteronormatividade se consolidou como marco de controle e normalização da vida de gays e lésbicas sem ter a heterossexualidade compulsória como principal regulação. Ou seja, ainda que relações homossexuais não sejam mais oficialmente categorizadas como doentias ou criminosas em determinados países, elas continuam submetidas a normas ligadas à heterossexualidade e à cisgeneridade. É preciso ressaltar que em 70 países atos homossexuais ainda são criminalizados, com punições que vão desde a prisão até a pena de morte, segundo a Associação Internacional de Gays e Lésbicas.

Quando associada à infância, a heteronormatividade tem diversas ramificações. A atribuição das cores azul e rosa a meninos e meninas, respectivamente, vem de estratégias do mercado têxtil. De acordo com o livro *Pink and Blue: Telling the Girls From the Boys in America* (PAOLETTI, 2013), até o início do século XX, o costume predominante nas roupas de crianças até seis anos de idade era a priorização de cores claras, indepen-

dente do gênero atribuído à criança. Nos Estados Unidos, lojas especializadas em enxoval e roupas para bebês e crianças tentaram associar cores a meninos e meninas a partir da década de 20. O objetivo era evitar que irmãos herdassem roupas de irmãs e vice-versa, garantindo dessa forma, um aumento nas vendas. Durante a 2ª Guerra Mundial, o uso constante de roupas rosas pela então primeira-dama dos Estados Unidos, Mamie Eisenhower, em contraste com os roupões azuis de operários, popularizou a cor rosa para mulheres e azul para homens. Mas foi apenas na década de 1980 que o mercado firmou o rosa como uma cor de meninas. Com a popularização do teste pré-natal, essa tendência se fortaleceu no mercado infantil de todo o mundo ocidental, incluindo o Brasil.

Quanto à divisão de brinquedos entre “de menino” e “de menina”, a segregação surge da estratégia de reforçar os papéis de gênero desde a primeira infância. As bonecas e cozinhas de brinquedo orientariam as garotas a aprender os trabalhos maternal e doméstico, enquanto carrinhos e ferramentas encaminhariam os garotos aos trabalhos laboral ou intelectual e, portanto, ao papel de provedor financeiro da família. Da mesma forma, as divisões binárias também ratificam características que meninas e meninos devem almejar. O que a segregação indica é que enquanto meninas devem ser delicadas e polidas, como princesas, os meninos devem buscar a força física e o sucesso, como super-heróis. Assim como os brinquedos, as produções audiovisuais também são segregadas por gênero, o que faz parte, inclusive, das estratégias de venda das produtoras e distribuidoras dos desenhos, séries, programas e filmes.

A indústria dos brinquedos e o mercado audiovisual buscam se alinhar aos valores e normas vigentes, afastando-se tanto da vanguarda quanto do ultrapassado. O engajamento de algumas marcas em promover maior igualdade de gênero entre meninos e meninas em cores, vestimentas, brinquedos ou brincadeiras segue a mesma lógica. Assim ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, como evidencia Paoletti (2013). Na emergência de movimentos que pregavam a igualdade de gênero, a neutralidade de vestimentas e brinquedos para meninos e meninas teve destaque, dando lugar posteriormente à ratificação de supracitadas divisões nas décadas seguintes.



Figura 53: Personagem Ele é um exemplo de codificação *queer*.

Fonte: *YouTube*.

Nas produções audiovisuais, as décadas de 1980 e 1990 foram fortemente marcadas pela estratégia chamada de codificação *queer*, ou *queer-coding*, em inglês. O conceito se refere à aparição de personagens *queer* em produções audiovisuais de forma subtextual, muitas vezes em associação a atos de vilania ou erotismo. Um exemplo dessa codificação é o vilão Ele, personagem do desenho animado *As Meninas Superpoderosas*. Criado nos anos 90, o personagem foi reivindicado como símbolo pela comunidade LGBTQIA+ na década seguinte por misturar estereótipos de gênero. Atualmente, Ele é um dos personagens mais usados na coleção *CN Pride*, de produtos licenciados da *Cartoon Network* com referências da comunidade LGBTQIA+. Em *As Meninas Superpoderosas*, Ele é um vilão com dublagem de homem, nome indicativo do gênero masculino e traços entendidos socialmente como femininos, tem como cores predominantes o vermelho e o rosa e usa vestido e botas de cano alto (Figura 53).



Figuras 54 e 55 (de cima para baixo): A personagem Úrsula e a inspiração da vilã, a *drag queen* Divine.

Fontes: *Disney+* e site de notícias *Gized*.

A codificação *queer* é uma manifestação de um modo de engajamento que mapeei, mas que já não participa mais com tamanha força da guerra de posições quanto os três modos destacados. Nesse modo de envolvimento, há uma subversão de normas de gênero e sexualidade para meninos e meninas sem o objetivo de provocar quaisquer mudanças nos mapas de importância em operação. Outro exemplo desse engajamento é a vilã Úrsula, do filme animado infantil *A Pequena Sereia* (1989), da *Disney*. Segundo os cineastas John Musker e Ron Clements, responsáveis pelo filme, a personagem foi inspirada na *drag queen* Divine, que ficou famosa nos anos 80 (Figuras 54 e 55). Outros vilões da *Disney* também passaram pelo processo de codificação *queer*, como Jafar, de

Aladdin (1992), e Scar, de *O Rei Leão* (1994). Ambos são personagens apresentados como masculinos com traços femininos.

Essa codificação ainda remonta a décadas anteriores, como nos desenhos animados *Pica-Pau* e *Looney Tunes*, ambos criados na década de 1940. Em diversos episódios, os protagonistas das séries, Pica-Pau e Pernalonga, mantêm a estratégia de se fantasiar com roupas consideradas femininas para enganar os vilões. As subversões das normas de vestimenta nessas obras infantis não objetivam, no entanto, quebrar com padrões de gênero, mas, pelo contrário, brincar com essas travessias para gerar comicidade – semelhantemente aos beijos entre personagens masculinos, já mencionados no tópico 1.2.

Nas últimas duas décadas, a codificação *queer* seguiu sendo usada, com a dissidência de gênero aparecendo de forma metafórica, mas com uma nova roupagem. Como descrevi no tópico 2.1., o próprio desenho animado *As Meninas Superpoderosas* se utilizou do recurso subtextual para abordar a transexualidade, como também aconteceu em *Steven Universo*, mas nesses casos a codificação *queer* culminou no respeito à comunidade LGBTQIA+. Diferentemente das codificações anteriores, o processo em obras mais recentes provoca mais queixas de conspiracionistas da “ideologia de gênero”. As manifestações artísticas que participam dos engajamentos constrangedores também são alvo de reclamações desses atores e grupos sociais.

Em comum, os artistas que constroem a guerra de posições sobre a guerra de posições dos comportamentos dissidentes de meninas e meninos têm em comum a identificação com a comunidade LGBTQIA+. A cartunista Laerte, os membros do *podcast Roda Bixa*, o jornalista Iran Rusti e a artista plástica Bia Leite se apresentam como pessoas com dissidências das normas sexuais ou de gênero. As manifestações incômodas tanto com o aprisionamento quanto com o apaziguamento da guerra de posições são de pessoas LGBTQIA+, ainda que a heteronormatividade não interfira apenas na infância de integrantes da comunidade. Esse é um sinal de que o modo de engajamento constrangedor ainda está restrito e pouco ramificado na guerra de posições, mas possui orientações potentes para investigação no próximo tópico.

3.3. Apreço ao sistema binário e reconhecimento da criança viada

Diferentemente das outras duas guerras de posições mapeadas nessa pesquisa, nos engajamentos relativos a comportamentos dissidentes de meninas e meninos, não encontrei alianças que atravessam todos os modos de engajamento em destaque no Brasil. Há competições fundamentais que impedem a ocorrência de tais atravessamentos integrais. As duas alianças afetivas identificadas têm afetos comuns a dois pares de vieses de envolvimento nessa guerra. O engajamento aprisionador, o maior responsável pelo tensionamento dos embates sobre o tema dentre os três, aparece nas duas alianças afetivas.

A primeira aliança inferida é o apreço ao sistema binário, que forma aliança afetiva entre os modos de engajamento aprisionador e apaziguador. Assim como nas guerras de posições da heterossexualidade compulsória e da associação entre transgeneridade e infância, o binarismo se faz fortemente presente na guerra dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas. É talvez nesta guerra de posições que o sistema apareça de forma mais contundente, com menos alusões a outras formas de existência. Nesse caso, o binarismo se dá entre ser menino e ser menina. Essa aliança atravessa tanto engajamentos que visam aprisionar as expressões de gênero na infância quanto aqueles que buscam apaziguá-las. Apenas nos engajamentos constrangedores, identificamos uma ameaça a essa estrutura.

O binarismo propagado pela ministra do governo Bolsonaro Damares Alves ao afirmar que meninos vestem azul e são príncipes e que meninas usam rosa e sonham em virar princesas se alastra por toda a guerra de posições. Ao se opor à declaração de Damares, o casal de apresentadores Luciano Huck e Angélica Ksyvickis e os cantores Caetano Veloso e Daniela Mercury reagiram dentro da mesma lógica binária da ministra. Eles inverteram as cores por gênero em relação às indicações da ministra, mas mantiveram a concepção compartilhada da existência dividida em dois gêneros. Com Huck de camisa rosa e Angélica de roupa azul num *post* do *Instagram* e com Caetano num cenário rosa e Daniela em uma ambiente azul, os engajamentos dos artistas praticam uma troca que mantém a dualidade entre comportamentos masculinos e femininos, mesmo que propondo a fluidez de comportamento entre os dois.

Competindo em objetivo com Damares, mas alinhadas à lógica dualista, as marcas *Omo* e *Trident* fizeram propagandas em que resumem a infância a meninas e meninos, excluindo a existência de crianças não binárias, por exemplo. Em comercial, a *Omo* defendeu que meninas podem brincar com fantasias de super-heróis, carrinhos e dinossauros, brinquedos associados tradicionalmente a meninos, e que meninos podem brincar de casinha, castelos e panelinhas, o que é socialmente associado com meninas. Da mesma forma, a *Trident* publicou peça gráfica afirmando apoiar a liberdade ao relacionar a cor rosa a meninos e a cor azul a meninas. A defesa da *Omo* da inversão de comportamentos na infância e a liberdade pregada pela *Trident* a crianças existem dentro de dois lugares bem estabelecidos: o masculino e o feminino. Mesmo que aludindo à fluidez entre esses lugares, as marcas não abrem espaço para outros lugares ou não lugares.

A reação de usuários do *Instagram* à boneca do filho da cantora Sandy Leah e do músico Lucas Lima segue essa prática divisora, como no comentário “queria que ele gostasse de coisas de menino, e não de menina”. Essa é uma característica dessa aliança: a extensão do binarismo aplicado a crianças a vestimentas, cores e brinquedos. A extrapolação da prática divisora a objetos não deixa brecha para coisas fora do par “de menino” e “de menina”. Essa extensão é identificada no engajamento do deputado federal Waldir Oliveira, que se referiu aos brinquedos doados pelo Governo de Goiás como bonecas do gênero feminino com órgãos genitais masculinos e bonecos do gênero masculino com batom. Oliveira omite ou desconsidera a possibilidade de os bonecos e bonecas não terem gênero ou terem outro gênero que não masculino ou feminino. Na história contada pela cantora gospel Jozyanne sobre a ida da irmã e dos sobrinhos ao *Burger King*, o mesmo se repete. Enquanto Jozyanne divide os brinquedos nos gêneros “de menino” e “de menina”, há uma segunda separação em prática: as crianças são seccionadas pelos brinquedos que preferem, interpretados socialmente como masculinos ou femininos.

No episódio *O Garotão* do desenho animado *As Meninas Superpoderosas*, um menino e uma menina são expostos de lados opostos de uma disputa, com o embate entre o vilão Homem-Garoto e a superheroína Docinho, uma das três protagonistas. A menina superpoderosa contesta

estereótipos atribuídos a meninas, como o título de princesa e a noção de fragilidade. Mas, para se desvincular dos padrões, Docinho responde à atribuição de características que considera ofensivas com o que entende como oposto: a pecha de brigona e a agressividade, elementos que se conectam com a perspectiva social da masculinidade. Repete-se a dualidade entre masculino e feminino. Da mesma forma, ao se engajarem em desafiar padrões comportamentais associados a meninos e meninas, o desenho animado *Steven Universo* e o filme *Cinderela* (2021) apresentam um garoto e um homem com peças consideradas femininas. No caso de Steven, uma roupa da cor rosa, contrariando a lógica mercadológica mantida nas últimas décadas de que o tom deve ser usado apenas por garotas.

Engajamentos que, a priori, parecem em campo oposto ao da ministra Damares, do deputado Oliveira e da cantora Jozyanne, em análise direcionada, indicam atravessamento afetivo com esses envolvimento ao reforçar a prática divisora entre comportamentos compreendidos como masculinos e femininos, ainda que propaguem inversões ou fluidez entre esses dois universos de comportamento.

Num viés alternativo ao binarismo encontrado nos engajamentos aprisionadores e apaziguadores, no modo de envolvimento afetivo constrangedor, o dualismo masculino/feminino ou menino/menina dá lugar a uma forma mais ampla de expressar gênero. Seja nas fotos e pinturas do perfil do *Tumblr Criança Viada* e da exposição homônima no *Queermuseu* seja no relato de Laerte sobre a própria identidade de gênero: “não tenho problema em ser pai, não tenho problema em ser avô também, e sou uma mulher. O meu neto [...] tem um jeito muito engraçado de formular isso: ‘Você é menino e menina, né?’. Eu digo que sou”. Pensar a existência de crianças ou para crianças que borre ou ultrapasse os limites do binarismo menino/menina enfrenta a aliança afetiva do apreço ao sistema binário.

A segunda aliança afetiva da guerra de posições dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas é o reconhecimento da “criança viada”, que atravessa os engajamentos aprisionadores e constrangedores. Com tônicas e objetivos distintos, os dois modos de envolvimento na guerra de posições confirmam a relevância da não conformidade a padrões de gênero ou sexualidade de crianças. Enquanto isso, o engajamento apazi-

guador releva a importância desse desconforto e aponta para a fase adulta como solução da questão. É o que faz a jornalista Leilane Neubarth ao afirmar que o fato de o neto usar a cor vermelha nada tem a ver com o pensamento político dele, ainda que o vermelho esteja socialmente associado ao comunismo, em resposta às declarações da ministra Damares Alves. O que se infere é que o uso das cores rosa ou azul por meninas e meninos não dizem respeito à identidade de gênero ou à orientação sexual das crianças. Da mesma forma, nos desenhos *Hora de Aventura*, *Steven Universo* e *Star vs. As Forças do Mal*, temos a presença de meninos que se identificam com o gênero masculino usando vestido ou se fantasiando de princesa sem que esses comportamentos indiquem qualquer informação nova sobre a identidade de gênero ou orientação sexual deles.

Já nos engajamentos constrangedores, há o reconhecimento da existência de crianças que fogem das normas de gênero e sexualidade e da importância das expressões dissidentes de gênero e orientação sexual na infância na construção do adulto. No *podcast Criança Viada Show*, o participante Jimmy Anthony relata que, quando criança, tinha atração ou interesse por personagens masculinos e se identificava com as personagens femininas. O jornalista Iran Giusti, criador do perfil do *Tumblr Criança Viada*, declarou que a ideia da página foi justamente expor a infância de pessoas LGBTQIA+ quando eram crianças “pintosas”.

A expressão “pintosas” tem origem pejorativa e se refere a pessoas LGBTQIA+ que falham em performar heterossexualidade ou cisgenderidade no comportamento social. O uso do termo por Iran é uma subversão do teor negativo da expressão e uma reivindicação de que a infância LGBTQIA+ não só existe como deve ser celebrada. Ao dizer que ele e outras pessoas LGBTQIA+ já sinalizavam as dissidências quando crianças, o jornalista recusa o esforço apaziguador de negar que desobediências à heteronormatividade na infância não possuem significado sobre as construções de sexualidade e gênero.

Essa recusa também ocorreu no trabalho da artista plástica Bia Leite, da exposição de pinturas *Criança Viada*. Na exposição, Bia trouxe imagens de crianças em telas com os dizeres “criança viada travesti da lambada” ou “criança viada bafônica”, rejeitando a ideia de que os comportamentos dissidentes na infância não têm nenhuma importância

sobre a identidade de gênero ou a orientação sexual de crianças. Não que esses engajamentos atrelem necessariamente a cor, a vestimenta ou o brinquedo à identidade de gênero ou à orientação sexual de uma criança, mas abrem a possibilidade de esses comportamentos indicarem dissidências ou terem relevância nessas construções.

Essa perspectiva contraria os engajamentos apaziguadores, mas têm similaridades afetivas com os engajamentos aprisionadores. Com objetivo concorrente, o modo de engajamento aprisionador busca evidenciar comportamentos dissidentes na infância para apontá-los como sinais de uma possível discordância daquela criança com os padrões heteronormativos. Os deputados federais Marco Feliciano e Waldir Oliveira e o deputado estadual de Goiás Daniel Messac fazem acusações a marcas e governos de supostas interferências na formação de gênero de crianças com brinquedos ou brincadeiras.

Sobre a polêmica declaração que fez na posse como ministra, Damares afirmou que fez uma metáfora para que fosse respeitado o que chamou de “identidade biológica das crianças”, conceito que não tem respaldo científico, já a identidade pressupõe a construção sociocultural. Para isso, segundo ela, meninos e meninas devem se comportar como se espera socialmente. Essa associação entre o comportamento na infância e a construção de gênero e sexual reconhece a importância de se dar atenção às cores, vestimentas e brinquedos pelos quais a criança tem interesse ou se identifica. A diferença é que nos engajamentos aprisionadores, essa atenção sugerida é para que os comportamentos dissidentes sejam reprimidos e, nos engajamentos constrangedores, para que sejam respeitados.

Essa preocupação repressora acontece nos vídeos da cantora Jozyanne Oliveira, que critica a rede de *fast-food* *Burger King* por distribuir os mesmos brinquedos a meninas e meninos, e do pastor evangélico Elisson Santos, que acusa o brinquedo *pop-it* nas cores do arco-íris de tentar “destruir a família”. Elisson diz que os pais devem ter ciência do conteúdo que os filhos consomem e dos brinquedos que eles usam. “Porque tudo isso pode contribuir para o crescimento do movimento LGBT”, afirma o pastor. Os engajamentos constrangedores também tendem a abordar as produções audiovisuais e os brinquedos como elementos importantes na construção sociocultural da infância, mas na direção oposta. Nesses enga-

jamentos, são as crianças LGBTQIA+ que buscam nas produções e brinquedos reforços das dissidências que já se manifestam e, não, os objetos que provocam as desobediências aos padrões heteronormativos.

3.4. Promessa de revolução

Pelo apreço ao sistema binário ou pelo reconhecimento da criança viada, engajamentos da guerra de posições dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas se atravessam e competem entre si. Para construir uma aposta sobre qual paisagem afetiva está em desenvolvimento nessa guerra de posições, preciso formular as questões que embasam os atores e grupos sociais envolvidos nesses embates. Não são questões para a pesquisa, mas, sim, ponderações norteadoras dos próprios conflitos, premissas em forma de questionamentos que geram disputas e indicam o terreno compartilhado e disputado nessa guerra. A paisagem afetiva será articulada a partir dessas questões organizadoras, que têm relação com as alianças afetivas listadas no tópico anterior.

1) Quais são os limites de meninos e meninas?

Há concordância sobre o estabelecimento de limites para meninos e meninas em engajamentos aprisionadores e apaziguadores. A discordância se dá sobre quão restritivas devem ser essas fronteiras. Para engajamentos aprisionadores, o espaço de expressão de gênero de crianças deve ser bastante limitado, com poucas possibilidades de fluidez entre as duas formas de existir concebidas: a masculina e a feminina. Já para engajamentos apaziguadores, há um alargamento das fronteiras e um tráfego mais aceitável entre as duas formas de existência concebidas, que continuam sendo as mesmas. Os engajamentos constrangedores trazem uma perspectiva menos limitante das expressões infantis. Em comum, portanto, os três modos de engajamento parecem ter as questões: quais devem ser as fronteiras de gênero e sexualidade para crianças?

2) Qual é o significado da dissidência na infância?

Engajamentos aprisionadores e constrangedores têm em comum a centralização de crianças que demonstram dissidências de gênero e sexualidade em embates. As duas formas de envolvimento na guerra de posições destacam as “crianças viadas”, mas discordam sobre as ações sobre essas dissidências. Nos engajamentos aprisionadores, as sugestões

são direcionadas à repressão delas, enquanto nos constrangedores, para o respeito das dissidências na infância. Já os engajamentos apaziguadores buscam diminuir a importância da fuga de padrões e normas de gênero e sexualidade por crianças. Os três modos de engajamentos que mapeei, mesmo com discordâncias, se encontram nos questionamentos: como devemos lidar com uma criança que não se comporta conforme o esperado? O que significa ser uma “criança viada”? Dissidências na infância portam significados para a vida adulta?

As perguntas formuladas estão respondidas de forma alinhada ou concorrente por toda a guerra de posições dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas. E são justamente nas respostas – que, inclusive, formam as alianças afetivas – que construímos a paisagem afetiva desses embates. Nomeamos esse terreno como promessa de revolução. Dentro dos conflitos, os três modos de engajamento se inserem nos embates como revolucionários. A ministra bolsonarista Damares Alves prometeu que o Brasil entraria numa nova era com o aprisionamento de gênero e sexualidade de meninos e meninas. *Star vs. As Forças do Mal* retrata uma rebelião para a flexibilização da concepção compartilhada do que é ser menina ou menino. A artista plástica Bia Leite, criadora da exposição *Criança Viada*, defende que crianças que não estão enquadradas em normas de gênero e sexualidade tenham a infância respeitada. A perspectiva de mudança é a paisagem afetiva que aposto para essa guerra de posições com base nos engajamentos afetivos mapeados. Os atores e grupos sociais envolvidos nos embates que conseguirem converter esse senso revolucionário poderão garantir avanços na guerra de posições travada no Brasil.

Apesar da promessa de revolução, não são todos os engajamentos que se configuram, de fato, como uma mudança das normas sociais vigentes. Utilizarei aqui o conceito do filósofo Félix Guattari (1981) de revolução para compreender o que posso mapear efetivamente como perspectivas revolucionárias dentre os engajamentos mapeados: “uma revolução, em qualquer domínio que seja, passa por uma liberação prévia de uma energia de desejo. E, manifestamente, só uma reação em cadeia, atravessando as estratificações existentes, poderá catalisar um processo irreversível de questionamento das formações de poder as quais está acor-

rentada a sociedade atual” (GUATTARI, 1981, p. 68). Trata-se, segundo Guattari (1981), de acabar com as relações de alienação. O filósofo ressalta que as relações não abrangem apenas o trabalho, também pesam sobre mulheres, crianças, minorias sexuais e até sobre o que chama de “sensibilidades atípicas”, como amor aos sons, às cores ou às ideias.

A concepção de Guattari (1981) de revolução passa pelo questionamento das normas vigentes. No primeiro modo de engajamento mapeado, o aprisionador, notamos um esforço categorizador reacionário entre o que é ser menino ou menina. Apesar de clamar por “uma nova era”, a ministra Damares Alves não põe em perigo as normatividades de gênero, pelo contrário, as fortalece. No segundo modo, o pacificador, há um esforço de alargamento do que é ser menino ou menina. Assim como a proposta da *Omo* de revisão da associação normativa de brincadeiras a gêneros ou da postagem da jornalista Leilane Neubarth sobre a liberdade do neto em usar a roupa que preferir, produções audiovisuais infantis também têm proposto uma visão mais tranquilizadora sobre o tema, sugerindo ampliações dos comportamentos socialmente aceitos para meninos e meninas. Os engajamentos de *Hora de Aventura* e *Star vs. As Forças do Mal* defendem a possibilidade de meninos se tornarem princesas, papel comumente atribuído a meninas ou mulheres. Em *As Meninas Superpoderosas*, a personagem Docinho refuta estereótipos de gênero atribuídos a garotas, como sensibilidade ou brincadeiras com bonecas. Em *Steven Universo*, o garoto que dá nome ao desenho animado não se opõe em vestir uma roupa de cor rosa e se recusa a ser agressivo para resolver embates, preferindo diálogos e demonstrações de empatia e carinho, ampliando a noção social de como um menino deve agir.

Como afirma Foucault (1984), no entanto, até os desvios tendem a ser abrangidos nas normatividades. Apesar de atacar violências e opressões de gênero na infância, o alargamento do que é ser menino ou menina no Brasil não é uma perspectiva revolucionária de acordo com o conceito guattariano. No texto *Micropolítica: Cartografias do Desejo*, Rolnik e Guattari (1996) argumentam que as identidades funcionam como formas de massificação ou estratificação do sujeito e que as minorias são dominadas subjetivamente por uma questão de multiplicidade e pluralidade e, não, de identidade. Ou seja, seriam os processos de singu-

larização os responsáveis pela multiplicação dos modos de existência dos que dissidem das normas de gênero na infância e, não, o alargamento das identidades disponíveis de menina e menino. Essas leituras nos levam à articulação de que uma revolução na guerra dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas deve questionar a própria natureza binária que configura os embates.

É no terceiro modo de engajamento desta guerra de posições, o constrangedor, que mapeei uma perspectiva realmente revolucionária numa análise guattariana da guerra de posições. A noção de “criança viada” compartilhada pela artista plástica Bia Leite no *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* e pelo jornalista e ativista LGBTQIA+ Iran Giusti no perfil do *Tumblr Criança Viada* extraem da infância a potência de destituição do binarismo da vivência de gênero, seja parcial ou integralmente. A criança viada apresentada nos engajamentos de Bia e Iran não são necessariamente meninos ou meninas. São crianças experimentando comportamentos, gestos, brincadeiras e os próprios corpos. Não se procura nesses engajamentos nem o aprisionamento da infância nem a pacificação dos embates. Pelo contrário, há uma revolução da própria guerra de posições ao abordar a infância como espaço de destruição de normas sociais.

A cartunista Laerte Coutinho também se envolve na guerra de posições por essa terceira via. Em entrevista, Laerte conta que confirmou ao neto ser menino e menina ao mesmo tempo e diz não concordar que uma mulher pode ser “100% mulher”. Essa visão de gênero mais fluida e essa perspectiva do masculino e feminino como elementos que se participam não apenas disputam com os engajamentos de agentes comprometidos em combater a suposta “ideologia de gênero”, mas revisam os pilares da própria guerra de posições. Em charge e tira apresentadas no tópico 3.1, Laerte inverte a lógica dos ataques pautados na fábula da “ideologia de gênero” e reforça que a educação normativa é, diferente do que apontam aqueles agentes, direcionada ao aprisionamento de crianças em performances de meninos e meninas.

O *podcast Criança Viada Show* também se envolve nos embates dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas constrangendo a guerra de posições, ao trazer o relato de memórias das expressões sexuais

e de gênero de crianças que não estão em conformidade com os padrões sociais. Os autores do *podcast* mencionam produções audiovisuais infantis que acompanhavam quando crianças para falar sobre a importância delas na descoberta da homossexualidade ou da não conformidade com as normas de gênero para crianças. Esse mapeamento aponta para a relevância dessas obras na apropriação revolucionária das produções para crianças.

Ainda que em nosso mapeamento, os engajamentos afetivos de produções audiovisuais infantis participem prioritariamente pelo modo pacificador, elas têm uma entrada revolucionária na guerra de posições dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas ao serem articulados pelas crianças de formas difíceis de perscrutar. Uma das pinturas de Bia Leite traz para a guerra de posições uma criança nomeada na obra de “criança viada She-Ra”. A apropriação de Bia da figura de She-Ra, personagem feminina criada na década de 1980 num desenho animado, revela mais do que a importância do desenho em si, mas da forma como a produção participou e participa da expressão de gênero na infância.

Como demonstrado nas obras de Laerte, o aprisionamento da infância existe e vive parcialmente sob a tutela dos combatentes da “ideologia de gênero”, mas, ao mesmo tempo, como demonstrei nos engajamentos que articulam o conceito da criança viada, a infância se desamarra de papéis de gênero pela potência imaginativa das próprias crianças. Como indica Gomes (1995) sobre a relação da criança com a TV, o audiovisual tem potencial para participar do mundo infantil por meio de jogos e brincadeiras, “através dos quais a criança forma o conhecimento do meio, de si e do outro” (GOMES, 1995, p. 106).

Percebi a minha infância nessas articulações da criança viada. E, como contei no início deste livro, desenhos animados, séries e filmes fizeram parte da minha formação de gênero e sexualidade. Mas, muito diferentemente do que indicam os agentes engajados nessa guerra de posições pelo viés aprisionador, essas produções audiovisuais não moldaram a minha identidade de gênero ou orientação sexual. Fui eu quem as agenciei para me imaginar, me entender e me liberar. Recorri a essas obras para experimentar e vivenciar sexualidade e gênero e enfrentar normas e padrões que se apresentaram como violências à minha existência.

| Conclusão

Infância, sexualidade e gênero são dispositivos intensamente articulados por conspiracionistas da “ideologia de gênero” no Brasil. A expressão usada para designar pejorativamente estudos que compreendem gênero como uma construção sociocultural e movimentos em defesa da comunidade LGBTQIA+ centralizou as disputas envolvendo os três dispositivos no país. Tanto agentes que batalham pela padronização de crianças seguindo modelos heteronormativos de vivenciar sexualidade e gênero quanto aqueles que defendem a comunidade LGBTQIA+ abordam a “ideologia de gênero” para se posicionar nos embates sobre infância, sexualidade e gênero.

Percebi que um quarto dispositivo participa da conformação dessa crise: o audiovisual. Filmes, séries, vídeos e desenhos animados que associam a infância com dissidências sexuais ou de gênero são frequentemente convocados por atores e grupos sociais interessados em guerrear. Além disso, as próprias produções audiovisuais voltadas para o público infantil feitas ou transmitidas no Brasil têm inserções na crise, com a abordagem de tramas ou personagens que não seguem padrões heteronormativos dos conspiracionistas da “ideologia de gênero”. Assim, cheguei à crise orgânica das dissidências sexuais e de gênero na infância em produções audiovisuais.

Minha primeira sensação ao assistir a obras audiovisuais para TV, cinema ou internet que trazem histórias de crianças dissidentes foi de felicidade. Na minha infância, na década de 1990, eu já convocava desenhos, séries e filmes para compreender a minha sexualidade e o meu comportamento de gênero. Já me utilizava dessas produções como forma de expressar volições tolhidas e criticadas socialmente. Mas foi apenas quando adulto que percebi um comprometimento do audiovisual infantil em abordar infâncias como a minha. Só que ao mesmo tempo em que pessoas como eu, que se sentem parte da comunidade LGBTQIA+ ou que defendem os direitos dela, apontaram essas transformações, grupos comprometidos com o aprisionamento de infâncias em regras estritas de performances de gênero também indicaram essas mudanças, mas com outras volições e objetivos.

Inserido nesses embates, percebi a necessidade de contextualizar radicalmente a crise orgânica das dissidências sexuais e de gênero na infância no audiovisual a fim de articular meios para disputar posições e contruir conjunturas mais libertárias às dissidências e aos dissidentes no Brasil. Como afirma Grossberg (2010, p. 67), “se histórias ruins geram políticas ruins, histórias melhores, embora não garantam políticas melhores, abrem a imaginação – tanto de possibilidades quanto de estratégias”. Com este livro, queremos ampliar nossas perspectivas de futuros possíveis, mas também de estratégias que podemos adotar para participar das guerras de posições que compõem a crise orgânica em análise.

Não se trata exclusivamente de marcar posição contra os atores e grupos sociais engajados na luta contra a “ideologia de gênero”. Mas em encontrar brechas para potencializar nossas posições, percebendo, inclusive, de que forma agentes que integram ou se aliam às pautas da comunidade LGBTQIA+ reiteram violências e restrições às infâncias dissidentes. É aqui que a análise pelo afeto se torna tão necessária. Com base nessa lacuna entre o vivível e o articulável, mapeei alianças afetivas entre os engajamentos das guerras de posições que compõem a crise em análise. Esse mapeamento revelou atravessamentos poderosos, seja em abrir rachaduras e fissuras nas normas de vivenciar sexualidade e gênero na infância seja em reforçar padrões e até em cooptar essas aberturas.

A minha pesquisa se alinha às proposições do Centro de Pesquisa em Estudos Culturais e Transformações na Comunicação (TRACC) no que o grupo compreende como análise cultural: “A análise cultural realizada pelos estudos culturais apreende os textos audiovisuais encarnados socialmente em conjuntos de relações historicamente situadas e, em seguida, tenta mudar esses conjuntos de relações” (GOMES; FERREIRA; JANAY; FARIAS, 2019). Neste livro, assumi a crise orgânica das dissidências sexuais e de gênero na infância em produções audiovisuais como um momento estratégico de articulações sobre o que ainda está em construção.

Escolhi investigar as articulações em operação a partir de 2014, ano em que as disputas envolvendo infância, sexualidade e gênero no Brasil passaram a se concentrar em torno da luta emergente e poderosa contra a suposta “ideologia de gênero”. A pesquisa abrangeu todo o período até 2021, quando terminei o estudo. A partir dessa delimitação, mapeei as guerras de posições envolvendo infância, sexualidade e gênero no país, incluindo a participação de atores e grupos sociais, em especial obras infantis produzidas ou veiculadas no Brasil para TV, cinema ou internet. Com esse mapeamento prévio realizado, identifiquei três guerras operantes no Brasil: as guerras de posições da heterossexualidade compulsória, da associação entre transexualidade e infância e dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas.

Com isso, elaborei problemas a serem investigados na pesquisa e, agora, trago eles novamente:

1. Quais paisagens afetivas compõem os mapas de importância sobre vivenciar gênero e sexualidade na infância de forma dissidente no Brasil?
2. Quais são as questões organizadoras sobre vivenciar gênero e sexualidade como criança no país?
3. Produções audiovisuais infantis se envolvem ou interferem na composição desses mapas de importância?
4. Quais fissuras ou rachaduras essas produções potencializam ou limitam?

Estabelecidas as problematizações a serem investigadas, contextualizei radicalmente os engajamentos afetivos, historicizei atores e grupos sociais envolvidos, tracei as alianças afetivas entre eles e, por fim, cons-

truí três paisagens afetivas como apostas para compreensão das guerras de posições que operam na associação da infância com dissidências sexuais e de gênero e produções audiovisuais.

Argumento que agentes e grupos sociais envolvidos nas disputas sobre a relação entre infância, sexualidade e gênero se engajam em torno de três paisagens: a colonização das noções do que é ou não normal na sexualidade infantil, a proposição de resoluções à transexualidade infantil – em pressuposição de que essa dissidência demanda solução – e a promessa de revolucionar os comportamentos de gênero de meninos e meninas – ainda que muitos engajamentos não se comprovem, de fato, revolucionários. Essas paisagens, que respondem à primeira questão colocada pela pesquisa e que chamei de colonização da normalidade, resolução da transexualidade e promessa de revolução, são articulações nossas de como se desenham os espaços compartilhados e ainda não dominados das guerras de posições mapeadas. Essas paisagens foram construídas com base em questões que organizam as disputas. E as respostas, plurais e, em muitos casos, concorrentes entre si, participam das paisagens afetivas em construção.

A terceira e a quarta perguntas que nortearam a pesquisa dizem respeito às produções audiovisuais infantis e ao envolvimento delas nos mapas de importância conformados por essas paisagens e questões organizadoras. Nas três guerras de posições, desenhos animados, séries, vídeos e filmes mapeados são articulados e produzem articulações relevantes nas disputas. Tanto na abordagem de dissidências sexuais e de gênero para crianças quanto em articulações de atores e grupos sociais, as produções estão presentes nas guerras de posições travadas no Brasil.

Na guerra da heterossexualidade compulsória na infância, as produções tendem a se engajar afetivamente nas disputas pelo viés normalizador da homossexualidade em associação à infância. Buscam, portanto, o alargamento das fronteiras da homossexualidade, a ampliação das expressões de sexualidade na infância, a atribuição da responsabilidade sobre as crianças à sociedade e o consenso de que famílias não são formadas apenas por pessoas heterossexuais. Apesar do esforço em disputar os padrões de sexualidade na infância e para a infância com os conspiracionistas da “ideologia de gênero”, as produções audiovisuais infantis compartilham com

esses agentes e também com os grupos comprometidos com as pautas da comunidade LGBTQIA+ o terreno da colonização da normalidade. São diferentes temporalidades participando da mesma guerra e constituindo a mesma paisagem afetiva, que habilita a forma como agimos ao mesmo tempo em que é para onde dirigimos os nossos esforços para revisão das fronteiras das nossas vivências.

Filmes, vídeos, séries e desenhos animados para crianças se esforçam para recolonizar as noções de normalidade na sexualidade infantil. Tentam inserir corpos e vivências dissidentes na compreensão de normal partilhada pela sociedade, estendendo a normalidade para abarcar crianças que não se identificam com a heterossexualidade, mas não questionando o próprio terreno da normalidade. Por isso, considero que esses não são esforços descolonizadores, mas, sim, recolonizadores. São engajamentos afetivos que estão atrelados a percepções colonizadas de atribuir sentido às experiências, de construir relações e, em suma, a cultura. Ainda recorremos à normalidade como forma de batalhar contra as normatividades. No tópico 1.4., articulei estudos de pesquisadores da Teoria *Queer* para pensar formas de conceber as posições das produções audiovisuais infantis na guerra da heterossexualidade compulsória na infância com direcionamentos a outros futuros. Mas percebi que a própria concepção *queer* precisa ser descolonizada para que abranjamos crianças *queer* que escapam de padrões ocidentais ou religiosos.

A guerra de posições da transexualidade associada à infância é marcada por séries, filmes e desenhos animados comprometidos com o incentivo à aceitação parental e social da transexualidade infantil. São personagens e tramas engajados nos embates sobre transgeneridade em e para crianças e no estímulo ao reconhecimento da identidade de gênero em família e em sociedade. Em comum, eles têm a exposição da transexualidade como um risco aos estereótipos de gênero para meninos e meninas, a defesa da escuta das crianças trans – ainda que com vozes validadas por adultos – e a compreensão da transgeneridade como um fator natural, e não construído socialmente. O fator de risco atribuído à transexualidade nos engajamentos afetivos mapeados neste livro ainda coloca os atores sociais numa busca de resolver a dissidência. Apesar de a transgeneridade não ser mais oficialmente reconhecida como uma

doença, a patologização da inconformidade de gênero ainda opera como mapa de importância nessa guerra de posições. Há um esforço resolutivo calcado em perspectivas cientificistas – muitas delas sem coerência ou respaldo científico – que limita as fronteiras da experiência de gênero na infância. Essa restrição é ainda corroborada pela desautorização constante da criança sobre a própria vivência de gênero. Nos mais diversos engajamentos, incluindo os de algumas produções audiovisuais infantis, a criança é raramente ouvida. É uma voz silenciada ou respaldada por familiares, profissionais de saúde ou amigos.

Ainda que essas entradas mais comuns das produções mapeadas nesta guerra de posições corroborem o consenso entre os embates de que a transexualidade é um fenômeno a ser solucionado, já há em algumas séries, filmes e desenhos animados articulando sinais de corrosão dos mapas de importância vigentes. Personagens que não se identificam como menino ou menina, que não se veem conformados em nenhum gênero ou que transitam pelas identidades de gênero multiplicam as possibilidades de vivenciar gênero na infância. Essa pluralidade rompe com a noção de que a vivência de gênero se restringe ao binarismo. Os engajamentos multiplicadores das possibilidades de vivenciar gênero na infância celebram as dissidências, constataam que as normatividades não se totalizam, afirmam que sempre existirá vida fora dos padrões e recusam a vivência de gênero como uma experiência necessariamente estanque ao tempo.

Pluralizar as experiências de gênero em séries, filmes, desenhos animados e vídeos potencializa os processos de singularização que abrem espaço para o fortalecimento de um futuro para crianças dissidentes de padrões normativos defendidos por atores e grupos sociais que negam a transexualidade ou interditaam a transgeneridade na infância. A minha aposta é a de que essas obras já demonstram potencial em disputar a guerra de posições fora dos termos binaristas, com vivências mais livres de gênero e maior autonomia de crianças sobre as próprias experiências. A insatisfação com a normatividade, abordada nas produções audiovisuais infantis, estabelece um ponto de partida para a interrogação das normas disponíveis, como sugere Butler (2005). Os incômodos são, portanto, uma abertura potente para a articulação de outros futuros e outras infâncias possíveis na guerra de posições da transexualidade associada a crianças.

Na guerra dos comportamentos dissidentes de meninas e meninos, mapeei produções audiovisuais infantis que desassocia gênero e sexualidade de brinquedos, cores e vestimentas. São obras atravessadas pela defesa da liberdade da criança e da educação contra aprisionamentos de gênero e sexualidade da infância, mas que ainda se inserem na guerra de posições numa negociação com os mesmos padrões que querem combater. Ainda que ampliem as noções de menino e menina em relação aos grupos atrelados à “luta contra a ideologia de gênero”, essas produções se mantêm pautadas em estereótipos de gênero e comprometidas em ampliar os limites do que meninas e meninos podem ou não fazer. Mesmo que, em dois dos três modos de engajamento mapeados, não tenha enxergado uma proposta real de revolução, há um consenso em relação ao desconforto com os comportamentos de gênero na infância.

No terceiro modo de engajamento nessa guerra de posições, que chamei de constrangedor, encontrei um potencial de quebra normativa ainda marginal nas outras guerras mapeadas. Esses engajamentos constroem os fundamentos da guerra de posições dos comportamentos dissidentes de meninos e meninas ao questionar o binarismo menino/menina e, portanto, a própria ideia do que é ou não dissidente. Articulei nesses engajamentos convocações de produções audiovisuais infantis que transbordam as noções de sexualidade na infância ou a identificação de crianças com o ser menino ou o ser menina. Essas convocações trouxeram para a pesquisa a compreensão de que a abordagem de produções audiovisuais infantis por crianças rompe com os sistemas normativos.

Se a revolução é uma liberação da energia dos desejos (GUATTARI, 1981), a infância ultrapassa o lugar de categoria estrutural pensado por Qvortrup (2010) para se tornar um espaço de potência. Como afirma o jornalista e ativista LGBTQIA+ Iran Giusti, a infância é uma fase da vida em que papéis de gênero não estão enraizados e, por mais que haja esforços limitadores das expressões de gênero, como bem argumenta o cartunista Laerte Coutinho em sua tirinha (Figura 52), a criança escapa. Na pintura da “criança viada She-Ra” da artista plástica Bia Leite ou na atração do *podcaster* Kevin Lucas por um *power ranger* quando criança, articulamos que a infância não é apenas uma categoria estrutural ou uma fase da vida, mas o próprio ensejo da revolução. Em diálogos que as

crianças estabelecem com as produções audiovisuais infantis estão uma multiplicidade inimaginável de futuros possíveis.

A dissertação que serviu de base para este livro se intitulava *Dissidências sexuais e de gênero em produções audiovisuais para crianças*, mas a minha aposta conjuntural mais otimista é a de que as infâncias – assim mesmo, no plural – são capazes de revolucionar a nossa noção de dissidências, de sexualidade e gênero e a própria relação com as produções audiovisuais infantis. Neste livro, inferi que ainda estamos agindo reativamente aos conspiracionistas da “ideologia de gênero” para atacar e constranger dissidências sexuais e de gênero na infância. Considero, aqui, que se manter nesse sistema normativo calcado no binarismo é equivalente a se manter colonizado cognitivamente. Livrar-se desses espelhos da heterossexualidade e da cisgeneridade e das normas sobre ser menino e ser menina é uma libertação descolonial que pode não apenas ampliar as possibilidades de crianças em dissidência sexual ou de gênero, mas até mesmo questionar a própria concepção de dissidência.

Meu objetivo é que este livro abra a imaginação de pesquisadores tanto do TRACC quanto de outros grupos de pesquisa para repensar a infância em associação aos dispositivos de sexualidade, gênero e audiovisual. As paisagens afetivas que mapeei estão em constante articulação e, portanto, transformação. Meu objetivo deve ser uma busca coletiva por rotas de fuga às normatividades, mas também por estratégias que enfrentem a normalidade como objeto de desejo, rejeitem a concepção da transexualidade como dissidência a ser solucionada e empoderem o caráter revolucionário dos comportamentos de crianças que desobedecem as normas sexuais e de gênero. São apostas para a construção de outros futuros e infâncias e para a articulação de novas temporalidades. Mais do que resistir, quero que crianças afeminadas, como eu fui, tenham a chance de experimentar para além de qualquer fronteira; que convoquem as produções audiovisuais infantis não para se esconderem, mas para se celebrarem; e que possam se descobrir e compreender o mundo de formas que ainda nem imaginamos.

| Referências

BENTO, Berenice. *A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade*. Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 2012.

BUTLER, Judith. *Giving an Account of Oneself*. Nova York: Fordham University Press, 2005.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. Estratégias para entrar y salir de la modernidade. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1995.

COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

FERREIRA, Thiago. *Transformações de política e afetos: Contextualizando radicalmente o acontecimento junho de 2013 em fluxos audiovisuais*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas). UFBA, 2019.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro : Editora Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974/1975)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GOMES, Itania Maria Mota; ANTUNES, Elton. *Repensar a comunicação com Raymond Williams: estrutura de sentimento, tecnocultura e paisagens afetivas* in Revista Galáxia. Edição especial I, Dossiê Comunicação e Historicidades. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/41755>>.

GOMES, Itania Maria Mota; FERREIRA, Thiago; JANAY, Paula; FARIAS, Daniel. *Uma constelação de conceitos em torno de estrutura de sentimento*. UFBA, 2019.

GOMES, Itania Maria Mota. *Ingenuidade e Televisão: Investigação sobre o conceito de recepção e o processo comunicativo*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea). UFBA, 1996.

GROSSBERG, Lawrence. *Another Boring Day in Paradise: rock and roll and the empowerment of everyday life*. 1984. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/853365?seq=1>> \l «page_scan_tab_contents».

GROSSBERG, Lawrence. *Cultural Studies in the Future Tense*. Durhan/ London : Duke University Press, 2010.

GROSSBERG, Lawrence. *Dancing in Spite of Myself: essays on popular culture*. Durham/London: Duke University Press, 1997.

GROSSBERG, Lawrence. *Lutando com anjos: os estudos culturais em tempos sombrios*. Revista Matrizes, vol. 9, n. 2. São Paulo: 2015.

GROSSBERG, Lawrence. *Under the Cover of Chaos: Trump and the battle for the American Right*. London: Pluto Press, 2018.

GROVER, Jan Zita. *North Enough: AIDS and Other Clear-Cuts*. Minnesota: Graywolf Press, 1997.

GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, Stuart. “The work of representation”. In: HALL, Stuart (Ed.). *Representation: cultural representation and signifying practices*. London: Sage, 1997.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero*. Revista Psicologia Política, vol.18, n.43. 2018.

MARIUSSO, Victor Hugo. “*Prendam, matam e comam os travestis*”: a imprensa brasileira e seu papel na exclusão da população lgbt (1978-1981). Revista de história, v. 7, n. 13, p. 44-61. 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “Pistas para entre-ver meios e mediações” in MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. Comunicação, Cultura e Hegemonia. 4ª ed. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2006.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. Sociologias, ano 11, n. 21, p. 150-182. Porto Alegre, 2009.

NASCIMENTO, Robéria Araújo. *Novas Formas de Ser: Mídia e Transexualidade a Partir de Narrativas de (Re) Construção Identitária*. Revista FAMECOS, 26(1), e30398. Paraíba, 2018.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. *Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar?* E-compós, v. 12, n. 2, maio/ago. Brasília, 2009.

QVOTRUP, Jens. *A infância enquanto categoria estrutural*. Educação e Pesquisa, v. 36, n. 2, p. 631-643, maio/ago. São Paulo, 2010.

PAOLETTI, Jo B. *Pink and Blue: Telling the Girls From the Boys in America*. Bloomington: Indiana University Press, 2013.

PRECIADO, Paul Beatriz. *Quem defende a criança queer?* Jangada, n. 1, p. 96-99. 2013.

RICH, A. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05. 2012.

SALEIRO, Sandra Palma. *Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de gênero*. Tese. Doutorado em Sociologia. ISCTE, Portugal, 2013.

SANDILANDS, Catriona Mortimer. *Paixões desnaturadas?* Notas para uma ecologia queer. Revista Estudos Feministas, 2011.

SEDGWICK, E. K. *Paranoid Reading and Reparative Reading*. In: SEDGWICK, E. (org.). *Novel Gazing*. Durham: Duke University Press, 1997.

STEWART, Kathleen. *Ordinary Affects*. Durham : Duke University Press, 2007.

WARNER, Michael. *Introduction: Fear of a Queer Planet*. Social Text, n. 29, pp. 3-17. Durham: Duke University Press, 1991.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura* (Trad. De Waltensir Dutra). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

YU, Wendy. *É TUDO NOSSO: Um relato trans a partir de relatos de pessoas trans no YouTube*. Monografia. UFBA, 2017.

| Anexos

1) Reportagem do portal de notícias *GI* sobre o surgimento da expressão “ideologia de gênero”: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/saiba-como-o-termo-ideologia-de-genero-surgiu-e-e-debatido.ghtml>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

2) Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* sobre documento do Vaticano assinado pelo então cardeal Joseph Ratzinger: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2004/07/31/ult1766u4859.jhtm>>. Acesso em: 20 out. 2020.

3) Reportagem do portal de notícias *Uol* sobre o mesmo documento: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3107200410.htm>>. Acesso em: 20 out. 2020.

4) Gráfico de buscas pela expressão “ideologia de gênero” no *Google* no Brasil: <<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2010-01-01%202021-11-10&geo=BR&q=ideologia%20de%20g%C3%AAnero>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

5) Discurso de posse do ex-presidente Jair Bolsonaro no Congresso Nacional: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2020.

- 6) Vídeo do então deputado federal Jair Bolsonaro sobre o projeto *Escola Sem Homofobia*: <<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/576132129202444/>>. Acesso em: 27 out. 2020.
- 7) Reportagem sobre o discurso do então candidato a presidente Jair Bolsonaro em evento evangélico sobre normatividades de gênero: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/em-evento-evangelico-bolsonaro-se-posiciona-contrario-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- 8) Reportagem sobre proibição pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do uso da expressão “kit gay” por Jair Bolsonaro para se referir ao projeto *Escola Sem Homofobia*: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/tse-diz-que-kit-gay-nao-existiu-e-proibe-bolsonaro-de-disseminar-noticia-falsa/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- 9) Reportagem do *Uol* sobre *post* de Bolsonaro acusando a Organização Mundial da Saúde (OMS) de incentivar a homossexualidade em crianças: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/29/bolsonaro-diz-que-oms-incentiva-sexualidade-infantil-mas-apaga-post.htm>>. Acesso em: 27 out. 2020.
- 10) Projeto de lei conhecido como “escola sem partido”: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2>. Acesso em: 27 out. 2020.
- 11) *Post* do então governador de São Paulo João Dória Junior sobre a ordem de recolher apostilas escolares sobre identidade de gênero e orientação sexual: <<https://twitter.com/jdoriajr/status/1168866707349364736>>. Acesso em: 27 out. 2020.
- 12) Reportagem da revista *Carta Capital* sobre discurso da então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos Damares Alves: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/damares-apoia-decisao-de-retirar-estudos-de-genero-de-escolas-de-sc/>>. Acesso em: 27 de out. 2020.
- 13) Explicação de Damares Alves sobre discurso de posse: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/damares-diz-que-video-e-metafora-e-que-meninos-e-meninas-podem-usar-qualquer-cor.ghml>>. Acesso em: 20 out. 2020.

14) Reportagem da revista *Veja* intitulada *A saga de ter um filho transgênero* que o pastor evangélico e deputado federal Marco Feliciano criticou em *post*: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/a-saga-de-ter-um-filho-transgenero/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

15) Vídeo do deputado federal Marco Feliciano criticando a reportagem da *Veja*: <<https://twitter.com/marcofeliciano/status/918885211680727043>>. Acesso em: 27 out. 2020.

16) Vídeo do pastor Silas Malafaia criticando a *Disney*: <<https://www.youtube.com/watch?v=kcMd91V5gEk>>. Acesso em: 27 out. 2020.

17) Comunicado da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) contra a exibição de um desenho animado do serviço de *streaming Netflix*: <<https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/contra-a-exposicao-de-criancas-e-adolescentes-a-conteudos-improprios-na-tv/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

18) Texto com a interpretação legal do Brasil da criança e do adolescente: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=Art.%202%C2%BA%20Considera%2Dse%20crian%C3%A7a,e%20um%20anos%20de%20idade>. Acesso em: 20 out. 2020.

19) Vídeo da então ministra Damares Alves criticando o filme animado *Frozen - Uma Aventura Congelante*: <<https://www.youtube.com/watch?v=KoRT5cU57cQ>>. Acesso em: 27 out. 2020.

20) Carta do arcebispo Dom Washington Cruz acusando a novela *Malhação* de promover o que chamou de “liberalismo das experiências sexuais”: <<https://www.arquidiocesedeGoiania.org.br/comunicacao/noticias/567-carta-da-arcebispo-metropolitano-a-igreja-em-goiania>>. Acesso em: 27 out. 2020.

21) Posts da então deputada federal Janaína Paschoal sobre a suposta “ideologia de gênero” nas escolas: <<https://twitter.com/janainadobrasil/status/1171775958346543106>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

22) Verificação realizada pelo portal *Lupa* de uma *fake news* sobre a cantora e *drag queen* Pabllo Vittar: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/03/29/verificamos-pabllo-vittar-tvglobo/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

- 23) Reportagem sobre acusação ao empresário e criador de conteúdo online Felipe Neto de pedofilia: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/06/25/e-fake-tuite-atribuido-a-felipe-neto-com-conteudo-pedofilo.ghtml>>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- 24) Checagem de notícias *Lupa* sobre o então deputado federal Jean Wyllys: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/10/19/verificamos-jean-wyllys-frases/>>. Acesso em: 27 out. 2020.
- 25) Artigo *A farsa da “ideologia de gênero”*, de Jean Wyllys: <<https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2016/03/1749913-a-farsa-da-ideologia-de-genero.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2020.
- 26) Projeto de lei de Jean Wyllys e Erika Kokay de 2013 que prevê o reconhecimento da identidade de gênero no Brasil: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446>. Acesso em: 27 out. 2020.
- 27) Charge de Laerte sobre “ideologia de gênero”: <<https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/06/1647473-laerte-trata-genero-como-ideologia-mas-e-questao-biologica-diz-leitor.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2020.
- 28) Vídeo do médico Dráuzio Varella sobre “ideologia de gênero”: <https://www.youtube.com/watch?v=9kowwGuS_-8>. Acesso em: 27 out. 2020.
- 29) Episódio do programa Greg News sobre “ideologia de gênero”: <<https://www.youtube.com/watch?v=8pUiK-dyPjg>>. Acesso em: 27 out. 2020.
- 30) Vídeo de crítica de Felipe Neto a Silas Malafaia: <<https://www.youtube.com/watch?v=0vkVGUi-NM4&t=1s>>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- 31) Reportagem da revista americana *Variety* sobre série *Love, Victor*: <<https://variety.com/2020/tv/news/love-simon-series-hulu-disney-plus-1203513219/>>. Acesso em: 13 de out.
- 32) Clipe de Pablo Vittar para o Dia das Crianças com a atleta de patinação artística Maria Joaquina Reikdal, uma garota transgênero de 12 anos de idade: <<https://www.youtube.com/watch?v=wIBCNz6J8d0>>. Acesso em: 27 out. 2020.

- 33) Reportagem sobre veto do *Escola Sem Homofobia* pela então presidente Dilma Rousseff: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/26/nao-aceito-propaganda-de-opcoes-sexuais-afirma-dilma-sobre-kit-anti-homofobia.htm>>. Acesso em: 29 out. 2020.
- 34) Entrevista de Bolsonaro ao jornal *O Estado de S. Paulo* sobre importância do *Escola Sem Homofobia* na carreira política dele: <<https://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/>>. Acesso em: 29 out. 2020.
- 35) Entrevista de Bolsonaro ao *Jornal Nacional*: <<https://globoplay.globo.com/v/6980200/>>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- 36) Reportagem sobre o posicionamento da editora *Companhia das Letras* acerca das acusações de Bolsonaro relativas ao livro *Aparelho Sexual e Cia.*: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/cia-das-lettras-quer-relancar-livro-criticado-por-bolsonaro-e-apelidado-de-kit-gay>>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- 37) Entrevista do ilustrador do livro *Aparelho Sexual e Cia.* ao jornal *O Estado de S. Paulo*: <<https://www.terra.com.br/noticias/o-tabu-foi-inventado-pelos-adultos-que-tem-medo-diz-autor-do-livro-aparelho-sexual-e-cia,d7f0743fb47a7f7a07da830ad34fb12b6q1yv6t3.html>>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- 38) Entrevista da escritora do livro *Aparelho Sexual e Cia.* ao site *El País Brasil*: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/31/politica/1535670243_981377.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- 39) Imagem do “mural da vergonha” no gabinete de Bolsonaro, quando ele era deputado federal: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/dodge-denuncia-jair-bolsonaro-ao-supremo-por-racismo.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2020.
- 40) Entrevista do então ministro da Educação Milton Ribeiro ao jornal *O Estado de S. Paulo*: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,voltas-as-aulas-no-pais-e-acesso-a-web-nao-sao-temas-do-mec-diz-ministro,70003450120>>. Acesso em: 29 out. 2020.

- 41) Reportagem com declaração de Bolsonaro sobre casal gay em novela *Amor à Vida*: <<https://oglobo.globo.com/rio/bolsonaro-diz-que-beijo-gay-de-novela-um-marco-na-depravacao-da-sociedade-11474880>>. Acesso em: 29 out. 2020.
- 42) Post de Marco Feliciano sobre beijo gay em novela: <<https://twitter.com/marcofeliciano/status/429623998960640000>>. Acesso em: 29 out. 2020.
- 43) Palestra de Damares Alves criticando filme da *Disney*: <<https://www.youtube.com/watch?v=-wzXSK9F4GM>>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- 44) *Fake news* sobre Pablio Vittar: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/03/29/verificamos-pablio-vittar-tvglobo/>>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- 45) Vídeo de Malafaia propondo boicote a *Disney*: <<https://www.youtube.com/watch?v=kcMd91V5gEk&t=3s>>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- 46) Reportagem sobre apoio de Damares a movimento a favor da liberação do tratamento de reversão sexual: <<https://apublica.org/2019/08/apoiado-por-damares-movimento-de-ex-gays-disputa-conselho-de-psicologia/>>. Acesso em: 28 out. 2020.
- 47) Comercial da rede de *fast-food* *Burger King* intitulado *Como explicar?*: <<https://www.youtube.com/watch?v=301GMPHt7M>>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- 48) Reportagem sobre o posicionamento do Minas Tênis Clube acerca da declaração homofóbica do jogador Maurício Souza: <<https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2021/10/27/minas-tenis-clube-cansa-de-tentar-e-demite-mauricio-souza.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- 49) Declaração homofóbica do jogador Maurício Souza no Instagram: <https://www.instagram.com/p/CU8ZzR_g8TN/>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- 50) Reportagem sobre áudio vazado acerca da demissão de Maurício Souza: <https://www.espn.com.br/voleibol/artigo/_/id/9454517/audio-vazado-mostra-demissao-mauricio-souza-nao-foi-homofobia>. Acesso em: 26 nov. 2021.

- 51) Entrevista de Maurício Souza ao canal do *YouTube* *Pilhado*: <<https://www.youtube.com/watch?v=C2LWSOYcjww>>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- 52) *Post* do então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, censurando a HQ *Vingadores: A Cruzada das Crianças* da Bienal do Livro: <<https://twitter.com/MCrivella/status/1169752491178831873>>. Acesso em: 29 out. 2020.
- 53) Proposta do PSOL a favor da responsabilização das escolas pela prevenção contra o bullying homofóbico e transfóbico: <http://www.justificando.com/wp-content/uploads/2017/03/ADI_PSOL_-_Planos_de_Educacao_-_Lei_Fede.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.
- 54) Vídeo do deputado federal Francisco Júnior celebrando o adiamento do projeto do PSOL: <<https://veja.abril.com.br/blog/radar/fux-recebe-bancadas-religiosas-e-retira-ideologia-de-genero-da-pauta/>>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- 55) Vídeo do criador de conteúdo online Isaac do Vine criticando apresentador da *RedeTV!* Sikêra Júnior: <<https://www.instagram.com/p/CQzVspqgQEA/>>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- 56) Vídeo do criador de conteúdo Esse Menino criticando o governo Bolsonaro: <<https://www.instagram.com/p/CP58ByuHWar/>>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- 57) Reportagem da revista *Educação Por que é urgente falar sobre educação sexual nas escolas*: <<https://revistaeducacao.com.br/2019/11/24/educacao-sexual-urgencia/>>. Acesso: 20 out. 2020.
- 58) Reportagem da revista *Nova Escola Do que estamos falando quando nos referimos à Educação Sexual?*: <<https://novaescola.org.br/conteudo/18073/do-que-estamos-falando-quando-nos-referimos-a-educacao-sexual>>. Acesso: 20 out. 2020.
- 59) Vídeo de Felipe Neto sobre censura a HQ na Bienal do Livro: <<https://www.youtube.com/watch?v=meqsHqP4Qw4>>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- 60) Capa da *Folha de S. Paulo* com beijo gay de HQ censurada por Crivella: <<https://www.youtube.com/watch?v=0vkVGUi-NM4&t=1s>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

- 61) Episódio do desenho animado *The Loud House* com casal gay: <<https://www.youtube.com/watch?v=XS1psRLXU7w>> (acesso em: 16 nov. 2021)
- 62) Vídeo do jornalista e ativista Marcel Nadale criticando a *Disney* pela ausência do curta-metragem *Segredos Mágicos* no catálogo brasileiro da *Disney+*: <<https://www.youtube.com/watch?v=PSXKIO4nhu0&t=2s>>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- 63) Curta-metragem de animação *In a Heartbeat*: <<https://www.youtube.com/watch?v=2REkk9SCRn0&t=168s>>. Acesso em: 16 nov. 2021
- 64) Notícia sobre exibição do primeiro casamento lésbico em desenhos animados: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/07/10/cartoon-network-exibe-primeiro-casamento-lesbico-em-desenhos-animados.htm>>. Acesso: 28 de nov. 2021.
- 65) Vídeo da *drag queen* e criadora de conteúdo online Lorelay Fox sobre desenhos animados com personagens ou temáticas LGBTQIA+: <https://www.youtube.com/watch?v=0_ZIxDqPCgU>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- 66) Vídeos do criador de conteúdo online Matheus Marx sobre personagens ou LGBTQIA+ em desenhos animados e filmes infantis: <https://www.youtube.com/watch?v=4wjy_o78J3o> e <<https://www.youtube.com/watch?v=SpQrPSZxUn4&t=15s>>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- 67) Vídeo do criador de conteúdo online Pedro HMC celebrando *post* do perfil americano da *Nickelodeon* no *Twitter* sobre o mês do Orgulho LGBTQIA+: <<https://www.youtube.com/watch?v=qnf0cEldxNk>>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- 68) Vídeo do canal de *YouTube* brasileiro *Janela da Rua* de crianças assistindo ao curta-metragem *In a Heartbeat*: <<https://www.youtube.com/watch?v=Bwa6Lg0I-wE>>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- 69) Entrevista de Damares ao portal de notícias da Alemanha *Deutsche Welle*: <<https://www.dw.com/pt-br/%C3%A9-o-momento-de-a-igreja-ocupar-a-na%C3%A7%C3%A3o-diz-damares-alves/a-52559550>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

70) Reportagem da revista *Veja* com dados do IBGE sobre o crescimento exponencial das igrejas evangélicas e do número de fiéis no Brasil: <[https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-devem-ultrapassar-catolicos-no-brasil-a-partir-de-2032/#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20que%20se%20declara,milh%C3%B5es%20de%20evang%C3%A9licos%20\(22%25%20do](https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-devem-ultrapassar-catolicos-no-brasil-a-partir-de-2032/#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20que%20se%20declara,milh%C3%B5es%20de%20evang%C3%A9licos%20(22%25%20do)>. Acesso em: 5 nov. 2020.

71) Reportagem do *G1* com ameaça de Bolsonaro de indicar ministro “terrivelmente evangélico” para o STF: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

72) Jornais e portais noticiando o posicionamento do papa sobre a união civil entre casais do mesmo sexo: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/21/papa-francisco-defende-uniao-civil-entre-homossexuais.ghtml>>, <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,papa-aprova-uniao-civil-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-eles-sao-filhos-de-deus,70003483372>> e <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/papa-francisco-diz-que-casais-lgbt-tem-direito-a-uniao-civil-e-a-integrarem-uma-familia.shtml>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

73) Reportagem do *G1* sobre posicionamento da Comissão Nacional dos Bispos (CNBB) acerca da declaração do papa: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/10/22/cnbb-diz-que-comentario-do-papa-sobre-unioes-gays-demonstra-humanidade-mas-nao-altera-conceito-catolico-de-familia.ghtml>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

74) Reportagem sobre decisão do STF em derrubar restrição de doação de sangue por homossexuais: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-08/em-decisao-historica-stf-derruba-restricao-de-doacao-de-sangue-por-homossexuais.html>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

75) Reportagem sobre coletânea do STF *Diversidade – Jurisprudência do STF e Bibliografia Temática*: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/stf-lanca-coletanea-que-reune-todas-as-decisoes-favoraveis-aos-lgbts/>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

76) Reportagens sobre conflitos entre o governo Bolsonaro e o STF: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2021/11/tres-casos-em-que-stf-e-governo-bolsonaro-entraram-em-conflito>>.

ckvr3e1lm000l017f93k6ira6.html> e <<https://www.camara.leg.br/noticias/803791-apos-discursos-de-bolsonaro-deputados-divergem-sobre-os-limites-da-democracia>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

77) Críticas do presidente do STF, Luiz Fux, ao então presidente Bolsonaro. <<https://www.camara.leg.br/noticias/803791-apos-discursos-de-bolsonaro-deputados-divergem-sobre-os-limites-da-democracia>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

78) Pesquisa do *Pew Research Center* sobre a aceitação da homossexualidade pela população brasileira: <<https://www.pewresearch.org/global/2020/06/25/global-divide-on-homosexuality-persists/>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

79) Cenas censuradas de *The Ren & Stimpy Show*: <https://www.youtube.com/watch?v=Pe_YdT44RvM>. Acesso em 16 nov. 2021.

80) Vídeo do ideólogo Olavo de Carvalho postado por Bolsonaro: <https://www.instagram.com/p/CAU7wEcnSkI/?utm_source=ig_embed&ig_rid=4ae9d913-2d67-48e3-81ee-ccdd95eff0c8>. Acesso em: 01 set. 2021.

81) *Post* da prefeitura de Curitiba no dia da Visibilidade Trans: <<https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/apos-pessao-prefeitura-de-curitiba-apaga-post-sobre-criancas-trans/>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

82) Vídeo de Bolsonaro fazendo acusações ao PT: <<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/576132129202444/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

83) Postagem da SBP sobre disforia ou incongruência de gênero: <<https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/criterios-para-diagnosticar-e-tratar-o-transtorno-de-identidade-de-genero-sao-abordados-em-documento-da-sbp>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

84) *Post* de Marco Feliciano sobre reportagem da revista *Veja* acerca da transexualidade: <<https://twitter.com/marcofeliciano/status/918885211680727043>>. Acesso em: 01 set. 2021.

- 85) Coluna do jornalista Rodrigo Constantino na *Gazeta do Povo*: <<https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/fantastico-da-rede-globo-trata-identidade-de-genero-como-algo-cientifico/>>. Acesso em: 01 set. 2021.
- 86) Reportagem do *Fantástico Quem Sou Eu?*: <<https://globoplay.globo.com/v/5719129/>>. Acesso em: 01 set. 2021.
- 87) Entrevista de Damares Alves ao *Correio Braziliense*: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/01/26/interna_politica,823354/ha-um-risco-da-legalizacao-da-pedofilia-no-brasil-afirma-damares.shtml>. Acesso em: 01 set. 2021.
- 88) *Post* do então ministro da Educação, Abraham Weintraub, criticando o médico Dráuzio Varella: <<https://twitter.com/abrahamweint/status/1236962454111952898>>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- 89) Reportagens do *Profissão Repórter* sobre pessoas trans: <<https://globoplay.globo.com/v/3774622/programa/>> e <<https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2018/08/01/transgeneros-os-passos-para-a-aceitacao-e-a-transicao-de-criancas-e-adultos.ghtml>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- 90) Entrevista de Maria Joaquina Reikdal ao criador de conteúdo online Lucca Najjar: <<https://www.youtube.com/watch?v=vAeQHSPWJAw&t=325s>>. Acesso em 16 nov. 2021.
- 91) Reportagens sobre pessoas trans do portal *Uol* e dos sites do jornal *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2017/12/15/ele-nasceu-menina-no-corpo-de-um-menino-diz-pai-de-crianca-transgenero.htm>>, <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/11/16/diversidade-lgbtq-transgenero.htm>> e <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/04/20/de-presente-de-aniversario-minha-filha-pediuser-menina.htm>>. Acesso em: 01 set. 2021.
- 92) Entrevista do canal do *YouTube Põe na Roda* a pais de crianças trans: <<https://www.youtube.com/watch?v=CBkOmKbflM>>. Acesso em: 01 set. 2021.

- 93) Entrevista do canal *do YouTube Transdiário* a pais de crianças trans: <<https://www.youtube.com/watch?v=F9vqyebdq4g>>. Acesso em: 01 set. 2021.
- 94) Episódio do desenho animado *Meninas Superpoderosas O Unicórnio Sem Chifre*: <<https://www.youtube.com/watch?v=jnYRZ9o9Cko>>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- 95) Comercial da *Dove* com Stevonnie, personagem intersexual do desenho animado *Steven Universo*: <<https://www.youtube.com/watch?v=MKohUwlaWA4>>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- 96) Entrevista com a atriz e modelo Roberta Close sobre transfobia que ela sofreu na novela *Mandacaru*: <<https://odia.ig.com.br/diversao/celebridades/2015-05-21/roberta-close-diz-que-ator-nao-quis-beija-la-na-tv-para-nao-denegrir-imagem.html>>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- 97) Entrevista com o ator Jorge Lafond sobre discriminação que sofreu no programa *Domingo Legal*: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1701200307.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- 98) Reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre visita de Bolsonaro ao Maranhão: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/virei-boiola-igual-maranhense-diz-bolsonaro-no-maranhao-apos-beber-refrigerante-rosa.shtml>>. Acesso em: 10 de out. 2021.
- 99) Reportagem da *Uol* sobre discurso de Bolsonaro que associou a gravata de cor rosa do presidente do Senado Federal à homossexualidade: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/18/evento-com-bolsonaro-tem-gravata-rosa-surfistinha-queijo-e-maia-ausente.htm>>. Acesso em: 10 de out. 2021.
- 100) Reportagem da revista *Nova Escola Vamos falar sobre ele?*: <<https://novaescola.org.br/conteudo/80/educacao-sexual-precisamos-falar-sobre-romeo>>. Acesso em: 10 de out. 2021.
- 101) Propaganda da marca *Omo* sobre distinções de gênero entre crianças: <<https://www.youtube.com/watch?v=CKqCidMktkY>>. Acesso em: 10 de out. 2021.

102) *Post* de crítica à propaganda da *Omo* por Marco Feliciano: <<https://twitter.com/marcofeliciano/status/917872831354064897>>. Acesso em: 10 de out. 2021.

103) *Post* do músico Lucas Lima da boneca de princesa do filho: <https://www.instagram.com/p/BmvU_VLhRKB/?utm_source=ig_embed&ig_rid=42ed601e-e15c-47ba-9d4d-e09fb3908cc8>. Acesso em: 10 de out. 2021.

104) *Post* do deputado federal Waldir Oliveira de brinquedos distribuídos em Goiás: <<https://www.facebook.com/delegado.waldir/posts/1212265758906146/>>. Acesso em: 10 de out. 2021.

105) Vídeo da cantora gospel Jozyanne Oliveira criticando a rede de *fast-food Burger King* por boneca distribuída pela empresa como brinde: <<https://www.facebook.com/watch/?v=1667049416717000>>. Acesso em: 10 de out. 2021.

106) Vídeo do pastor evangélico Elisson Santos associando o brinquedo *pop-it* ao movimento LGBTQIA+: <<https://www.youtube.com/watch?v=c1tvyVeYIKs>>. Acesso em: 27 out. 2021.

107) *Post* do empresário e apresentador de televisão Luciano Huck criticando posicionamento de Damares Alves: <https://www.instagram.com/p/BsLvq68hvIT/?utm_source=ig_embed&ig_rid=0886fb0f-3475-4f39-9449-b330e02eae01>. Acesso em: 10 de out. 2021.

108) *Post* da jornalista Leilane Neubarth abordando posicionamento de Damares Alves: <https://www.instagram.com/p/BsLsxPpngEj/?utm_source=ig_embed&ig_rid=df43f2df-16d1-47b4-b2da-cf71a54708b8>. Acesso em: 10 de out. 2021.

109) Clipe da música *Proibido Carnaval*, dos cantores Daniela Mercury e Caetano Veloso: <https://www.youtube.com/watch?v=73Dp_gGsWOW>. Acesso em 16 nov. 2021.

110) Entrevista com a cantora Sandy sobre a foto do marido, Lucas Lima, retratando a boneca do filho do casal: <<https://amauryjr.blog.bol.uol.com.br/2018/09/01/video-sandy-nao-ve-problema-em-filho-brincar-de-boneca/>>. Acesso em: 10 de out. 2021.

111) Campanha da *Trident* abordando atribuição de cores a gêneros por Damares Alves: <<https://www.facebook.com/TridentBrasil/photos/a.131532250223717/2168085436568378/?type=3>>. Acesso em: nov. 2021.

112) Episódio do desenho animado *Meninas Superpoderosas O Garotão*: <<https://www.youtube.com/watch?v=ODbY3EpM8Cc>>. Acesso em 16 nov. 2021.

113) Pinturas de Bia Leite que foram expostas no *Queermuseu*: <<https://claudia.abril.com.br/cultura/crianca-viada-o-que-esta-por-tras-da-obra-que-gerou-revolta/>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

114) Entrevista com a artista plástica Bia Leite: <<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2017/09/12/nos-lgbt-ja-fomos-criancas-esse-assunto-incomoda-diz-artista-acusada-de-pedofilia.htm>>. Acesso em: 12 out. 2021.

115) Entrevista com o jornalista e ativista LGBTQIA+ Iran Giusti sobre o perfil do *Tumblr Criança Viada*: <<https://claudia.abril.com.br/cultura/crianca-viada-o-que-esta-por-tras-da-obra-que-gerou-revolta/>>. Acesso em: 12 out. 2021.

116) *Post* do secretário da Cultura do governo Bolsonaro Mario Frias sobre *podcast Criança Viada Show*, beneficiário Lei Aldir Blanc: <https://twitter.com/mfriasoficial/status/1393340557343264768?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1393340557343264768%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_%amp;ref_url=https%3A%2F%2Fd-16429729082280863947.ampproject.net%2F2110011758000%2Fframe.html>. Acesso em: 12 de out. 2021.

117) Tirinha de Laerte sobre educação e gênero: <<https://twitter.com/LaerteCoutinho1/status/1080924085822128132>>. Acesso em: 12 de out. 2021.

118) Episódio do desenho animado *As Meninas Superpoderosas* com o personagem Ele: <<https://www.youtube.com/watch?v=0dCsxww-t3w>>. Acesso em 16 nov. 2021.

119) Reportagem sobre a drag queen Divine, inspiração da vilã do filme de animação *A Pequena Sereia*, Úrsula: <<https://gized.com/heres-how-john-waters-and-drag-icon-divine-changed-pop-culture-forever/>>. Acesso em: 16 nov. 2021.



Renato Adan e Alban é mestre em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA. Graduado em Comunicação com Habilitação em Jornalismo pela UFBA com intercâmbio no Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po) e pós-graduado em Macroeconomia e Finanças pelo Curso Estado de Jornalismo Econômico, realizado pela FGV com o jornal O Estado de S. Paulo. Foi pesquisador do CNPq na pesquisa Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD) e Convergência Jornalística em Cibermeios. Entre os principais temas de estudo estão gênero, sexualidade e produções audiovisuais.

DISSERTAÇÃO

Estudos de caso, levantamentos e sistematização de informações, reflexões metodológicas, análises de diferentes fenômenos e processos da Comunicação, oriundas das dissertações de Mestrado e apresentados de forma mais ensaística e acessível.